

---

# NEGOCIANDO ÀS/AS MARGENS

---

**Experiências de trabalho, deslocamento,  
indocumentação e acesso aos serviços do Estado na  
fronteira brasileiro-uruguaia**



Alex Moraes  
Orientadora: Denise Jardim

Porto Alegre  
2013

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**

## **NEGOCIANDO ÀS/AS MARGENS**

**Experiências de trabalho, deslocamento, indocumentação e acesso aos serviços do Estado na  
fronteira brasileiro-uruguaia**

**Alex Martins Moraes**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Denise Fagundes Jardim

Porto Alegre  
2013

ALEX MARTINS MORAES

## NEGOCIANDO ÀS/AS MARGENS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Denise Fagundes Jardim

### COMISSÃO EXAMINADORA

---

Dra. Denise Fagundes Jardim (orientadora)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Dra. Adriana Dorfman  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Dr. Carlos Alberto Steil  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Dra. Patrice Schuch  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, março de 2013.

## Agradecimentos

Todo o o trabalho acadêmico é fruto de um amplo diálogo coletivo. Deixo meus agradecimento àqueles/as que, direta ou indiretamente, tornaram possível o desenvolvimento desta pesquisa:

Blanca Morales, do MIDES, Reovaldo Rodrigues, vereador em Aceguá, Paulo Beck, do grupo Guayubiras, Glecio Rodrigues, da Prefeitura de Bagé e Stella Sánchez, da Mesa de Fronteira de Aceguá. Graças à sua ajuda pude construir profícuos espaços de interlocução na fronteira brasileiro-uruguaia.

Ao Fernando Freitas, da Dirección Nacional de Migraciones de Aceguá pela solicitude e pelo agradável e surpreendente diálogo do inverno de 2012.

Aos trabalhadores e trabalhadoras que conheci na Vila da Lata e nas estâncias de Aceguá pela disposição em rememorar seus percursos e compartilhar comigo dilemas, dramas e perspectivas: *dice mi pueblo que puede leer en su mano de obrero el destino y que no hay adivino ni rey que le pueda marcar el camino que va a recorrer* (Alfredo Zitarrosa, *Adagio a mi país*).

Aos moradores de Aceguá e Villa Noblia, que encontraram um espaço nas suas rotinas laborais para conversar comigo a respeito da realidade dos serviços públicos nas faixas fronteiriças. Minhas lembranças especiais ao Jorge e à Susana pela acolhida generosa e entusiasmada nas sucessivas visitas que lhes fiz.

Aos funcionários da Prefeitura de Aceguá pelo apoio logístico em minhas primeiras incursões à fronteira.

À rádio FM Integración, de Aceguá, pelo interesse em minha investigação e pela oportunidade de divulgar alguns resultados parciais do trabalho de campo.

Aos meus companheiros do Grupo de Estudos em Antropologia Crítica (GEAC) pela frutífera bibliografia que trouxeram às nossas reuniões, pelos valiosos pontos de vista aportados ao debate sobre relações de poder e, fundamentalmente, pelo esforço imaginativo que nos permitiu ensaiar caminhos possíveis para o desenvolvimento de uma atitude intelectual autônoma, não disciplinarista e politicamente situada.

Aos colegas que ingressaram comigo no mestrado em 2011 e souberam, quando o contexto assim o exigiu, “parar para pensar”, ponderando coletivamente a respeito das condições de produção do conhecimento no âmbito da pós-graduação. Não esqueçam das palavras que lhes foram destinadas por Boaventura de Sousa Santos: “o vosso movimento, aqui em Porto Alegre, para mim é parte dessa sociologia das emergências, porque é gente que está em busca de uma renovação epistemológica, política e o faz entre si, em pequenos grupos. Certamente os meios de comunicação não noticiaram, certamente não foi útil para o currículo deles (...) mas estão a emergir outras realidades”.

Às professoras Claudia Fonseca e Patrice Schuch que ministraram, respectivamente, as cadeiras “Direito e Sociedade” e “Práticas de Governo, Cultura e Subjetividade”, ambas inspiradoras para a elaboração do marco conceitual desta dissertação.

Ao professor Eduardo Restrepo pela bibliografia compartilhada e pelos diálogos inspiradores tanto em Porto Alegre como em Bogotá.

À professora Verónica Trpin, por suas sugestões no tocante à pesquisa de campo e pelos textos solicitadamente enviados.

À minha orientadora, professora Denise Fagundes Jardim, de quem veio a valiosa sugestão para realizar um trabalho de campo na fronteira brasileiro-uruguaia. À ela, também, pelo empenho com que me ajudou a construir todo o percurso investigativo.



Meus agradecimentos especiais à Tomás Guzmán Sánchez, Caio Calígula Coelho, Jessica Mizoguchi, Cristiano Kolinski, Maria Eugênia, Bruna Missaggia e Daniel Etcheverry pelos constantes diálogos ao longo de todo o desenvolvimento da investigação e, mais do que isso, por um companheirismo duradouro e alegre.

Aos amigos do Porto, nau das noites de boemia e catarse.

Ao Rodrigo Toniol pela leitura criteriosa que fez do meu texto e pelo valor inestimável das suas sugestões.

À Juliana Mesomo por me ajudar na busca do exato lugar onde eu deveria colocar o ponto final da dissertação. A ela, também, pela terna companhia, substrato cotidiano da mais profunda afinidade.

Aos meus pais, Elaine e Alexandre, pelo respaldo entusiasmado e sincero que sempre me reservaram; por me ajudarem a caminhar sereno.

A todos os interlocutores que se deixaram fotografar para que eu pudesse compor a narrativa fotoetnográfica apresentada neste trabalho.

Agradeço à CAPES pela bolsa de mestrado que garantiu minha dedicação exclusiva às rotinas acadêmicas. Espero que, na medida das grandes ambições atreladas pelo Estado brasileiro à pesquisa de pós-graduação, este tipo de benefício seja estendido, progressivamente, a todos os estudantes que dele julgarem necessitar.

*El Estado ha creado figuras administrativas, pero a su vez ha creado modos y tipos de vida al margen del Estado.*

Fernando Freitas, oficial de Aduana, Aceguá-Urugui

**Resumo:** Esta dissertação tem como foco de interesse empírico as articulações entre trabalho, deslocamento e indocumentação e sua incidência sobre o acesso das classes populares às políticas públicas e aos serviços do Estado disponíveis na fronteira brasileiro-uruguaia. Demonstro, em minha análise, como diferentes percursos migratórios são matizados pela presença das instituições estatais, pelo controle das divisas políticas e pela operatória local das clivagens de classe, conduzindo à situações de “margem” a partir das quais os sujeitos negociam suas possibilidades de acesso à cidadania e plasam suas expectativas a respeito do lugar que podem ou devem ocupar na sociedade. Ao enfatizar essas negociações, proponho interpretar os circuitos de deslocamento empreendidos pelos setores subalternos nas fronteiras do Cone Sul, não apenas como cenários de exclusão e dominação, mas também como contextos de criação e agência, onde os próprios fundamentos da cidadania e do pertencimento podem ser problematizados e, por vezes, ampliados em favor da inclusão e do exercício dos direitos.

Palavras-chave: deslocamentos, trabalho, subalternidade, margens, cidadania

**Abstract:** This research focuses empirically on the interplay between work, displacement and the lack of documentation and its effects on the access of popular classes to public policies and State services in Brazilian-Uruguayan border. I demonstrate in my analysis how different migratory itineraries are nuanced by the presence of state institutions, the border control and the locally prevailing class cleavages, leading to "margin" situations in which individuals must negotiate their access to citizenship and build expectations about the place that they can occupy in society. By emphasizing these negotiations, I propose to interpret displacement circuits undertaken by subaltern sectors in the South Cone borders not only as scenarios of exclusion and domination, but also as contexts of creation and agency, where the very foundations of citizenship and belonging can be problematized and sometimes extended in favor of the inclusion and recognition of rights.

**Keywords:** displacement, work, subalternity, margins, citizenship

## **Lista de siglas**

BPS – Banco de Previsión Social

FA – Frente Amplio

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MGAP – Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca

MIDES – Ministerio de Desarrollo Social

PANES – Plan de Asistencia Nacional a la Emergencia Social

PROQUINCEL – Productores de la Quinta Sección del Departamento de Cerro Largo

SUS – Sistema Único de Saúde

## Sumário

Introdução	Pg. 10
Capítulo I - Deslocamento de pessoas, margens e alteridades	Pg. 21
1.1 Nem tudo flui	Pg. 25
1.2 Cidadania, alteridade e margens	Pg. 34
Capítulo II – Fronteira	Pg. 38
2.1 Produtores ou proletários?	Pg. 51
2.1.1 Paulo	Pg. 53
2.1.2 Isaías	Pg. 61
2.2 Deslocamentos "invisíveis"	Pg. 66
2.3 Fronteira, deslocamento, trabalho: continuidades e discontinuidades	Pg. 75
Capítulo III – O vívido e o vivido	Pg. 83
Capítulo IV – Negociando às/as margens	Pg. 100
4.1 Trabalho e indocumentações	Pg. 100
4.2 Indocumentação e a produção da exceção: dramas familiares	Pg. 119
4.3 Margens que se justapõem	Pg. 140
Capítulo V – Tramas burocráticas	Pg. 152
5.1 <i>Reality Show</i> ou <i>reality making</i> : o método do capítulo	Pg. 154
5.2 O “tu” e o “nós” do encontro institucional: Blanca e o MIDES	Pg. 161
5.3 Fernando: uma aduana em "Macondo"	Pg. 173
5.4 Mais além do simbólico: possibilidade de emergência do ponto de vista burocrático	Pg. 184
5.5 A modo de retotalização: sete provocações finais	Pg. 194
Referências	Pg. 199
Índice de imagens	Pg. 205
Anexo	Pg. 206

## Introdução

Esta dissertação tem como foco de interesse empírico as articulações entre trabalho, deslocamento e indocumentação e sua incidência sobre o acesso das classes populares às políticas públicas e aos serviços do Estado disponíveis na fronteira brasileiro-uruguaia. Demonstro, em minha análise, como diferentes percursos migratórios são matizados pela presença das instituições estatais, pelo controle das divisas políticas e pela operatória local das clivagens de classe, conduzindo à situações de “margem” a partir das quais os sujeitos negociam suas possibilidades de acesso à cidadania e plasam suas expectativas a respeito do lugar que podem ou devem ocupar na sociedade. Ao enfatizar essas negociações, proponho interpretar os circuitos de deslocamento empreendidos pelos setores subalternos nas fronteiras do Cone Sul, não apenas como cenários de exclusão e dominação, mas também como contextos de criação e agência, onde os próprios fundamentos da cidadania e do pertencimento podem ser problematizados e, por vezes, ampliados em favor da inclusão e do reconhecimento dos direitos.

As problemáticas e as perspectivas analíticas que orientaram o desenvolvimento deste trabalho vêm sendo construídas desde 2007, quando passei a atuar, ainda como estudante de graduação, no marco das linhas pesquisa “Etnicidade, Políticas da Alteridade e Direitos Humanos” e “Regimes de Identificação na Prática”, ambas desenvolvidas no Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi). Durante o Bacharelado em Ciências Sociais, levei adiante um longo trabalho de campo que abordou as modalidades de associativismo político desenvolvidas por imigrantes de nacionalidade uruguaia na cidade de Porto Alegre. Esta investigação culminou em meu trabalho de conclusão de curso e colocou-me diante de um novo espaço de indagações que apontava para uma reflexão mais acurada a respeito da forma como os sujeitos visualizam suas relações com o Estado e constroem projetos de integração à cidadania. Também nas primeiras etapas de minha formação tive a possibilidade de desenvolver um estudo exploratório junto a imigrantes latino-americanos que faziam uso dos serviços de saúde e concessão dos benefícios do Estado brasileiro na capital do Rio Grande do Sul. Tal experiência me permitiu compreender que o estatuto jurídico dos estrangeiros pode chegar a configurar-se, em cada espaço nacional, como um poderoso artefato político a serviço de discursos e lógicas institucionais que procuram garantir a “racionalização” dos

recursos públicos com base em critérios absolutos sobre merecimento e pertencimento.

Entendo que a importância teórico-política de estudar as migrações contemporâneas associa-se ao fato de que elas nos devolvem, como observou Walter Actis (2002), uma imagem ampliada, até mesmo exacerbada, da nossa própria realidade social. Talvez não se trate, então, de indagar pelas especificidades deste ou daquele grupo migrante, mas sim de rastrear os processos e articulações que singularizam a própria experiência migratória em cada conjuntura social e histórica. Neste sentido, as experiências de deslocamento internacional e todos os imperativos a elas associados – dinâmicas sociais expulsivas; busca dos meios para empreender certo movimento no espaço; fixação da residência no país de imigração; entrada no mercado de trabalho; uso dos serviços públicos; necessidade de relacionar-se com as burocracias estatais – podem constituir um lugar privilegiado de observação no qual confluem, a um só tempo, estratégias de controle/exclusão e táticas de resistência que costumam aparecer mais atenuadas em outras dinâmicas sociais. Falar de migrações, portanto, significa uma oportunidade de problematizar as características, possibilidades e limites da moderna cidadania em um sistema-mundial hegemônico por estados nacionais e balizado por grandes eixos de dominação.

Aceitando que a imigração alude, como propunha Abdelmalek Sayad (1991), à um “fato social completo” – que diz respeito não apenas à realidades jurídicas, políticas e econômicas que se manifestam internamente, em dois ou mais estados nacionais, mas também *entre* os países num momento determinado das suas relações históricas –, meu desafio ao longo desta dissertação será evidenciar o impacto das dinâmicas inter-relacionadas de trabalho, deslocamento e acesso às políticas públicas sobre a realidade vivida de algumas populações que habitam a fronteira brasileiro-uruguaia. Este, portanto, não é exatamente um estudo sobre fronteiras, mas sim um esforço por compreender como os deslocamentos transfronteiriços se instalam no devir pessoal e coletivo dos/as trabalhadores/as limítrofes, singularizando sua experiência “de margem” (Das; Poole, 2008) – que é, também, uma experiência de classe – e (re)organizando as expectativas de incorporação à cidadania que poderão nutrir.

Qualquer discussão a respeito dos circuitos internacionais de integração/regionalização vigentes no Cone Sul contemporâneo precisa incluir, também, uma reflexão sobre Estado(s). Esta realidade dinamiza todas as experiências sociais do presente, as atravessa sob a forma de instituições, aparelhagens burocráticas, estratégias políticas e racionalidades econômicas com

suas respectivas tecnologias de implementação. Na perspectiva teórica que orienta esta pesquisa, o Estado nacional suscita, necessariamente, experiências de *margem*. Por enquanto<sup>1</sup>, é suficiente dizer que as margens não podem ser entendidas como algo que está “por fora” das aparelhagens estatais e nem mesmo como um âmbito da vida social apresentado em oposição ao “centro”. Pelo contrário, as margens devem ser entendidas como dimensão constitutiva e constituinte das manifestações contemporâneas do Estado. O poder soberano, que sustenta a autoridade do Estado-nação moderno, baseia-se na prerrogativa de produzir, incessantemente, zonas de exceção (Agamben, 2002), exterioridades necessárias à imposição da norma e ao exercício do governo. A exceção, portanto, é decorrência e fundamento da norma, mas nem por isso consiste em algo fixo, permanente e localizável. Talvez fosse interessante pensá-la como uma possibilidade latente que transversaliza a formação social, realizando-se de forma intermitente e suscitando respostas variadas naqueles que são obrigados a enfrentá-la em certo momento das suas trajetórias biográficas. A ideia de margem aparece, nesta dissertação, como o correlato sociológico – ou seja, como a manifestação social concreta – da exceção na qual se fundamenta o poder de Estado. As fronteiras, portanto, não são, em si, “margens”, mas, na medida em que separam territórios atrelados a hegemonias nacionais diferentes e se constituem como enclaves de instituições estatais investidas da prerrogativa de determinar quem está do “lado de dentro” e quem está do “lado de fora”, elas podem dar origem a experiências de margem.

Além de convidarem a refletir a respeito dos impactos do “pensamento de Estado”<sup>2</sup> sobre quem se movimenta através das divisas nacionais, meus estudos na fronteira abriram espaço à outra constatação importante, decorrente do intenso contato que mantive com os trabalhadores estabelecidos na zona: as dinâmicas do modo de produção capitalista – que é um modo de produção de coisas e pessoa, e portanto, de objetivação e subjetivação – atravessam, decisivamente, todas as experiências sociais, materializando-se em práticas, em corporalidades e em processos populacionais concretos. Já não é mais possível pensar, como fizera Weber, em uma esfera da administração estatal – as instituições e seu correlato, a burocracia – operando de acordo com uma lógica racional que se erige como ente autônomo

---

1 O debate sobre Estado e governo de populações orienta, com seus respectivos matizes, o primeiro capítulo desta dissertação.

2 Sayad Abdelmalek (1999) denomina “pensamento de Estado” a um conjunto arraigado de operações intelectuais binaristas e escrutinadoras a partir das quais são construídos critérios de pertencimento nacional e merecimento. Segundo o autor, é através desta lógica que se pode exercer a função de discriminação – inerente à natureza do Estado nacional – sempre que, em algum âmbito da vida social, for necessário instaurar práticas de exclusão.



frente aos postulados da tradição e do mercado. O atuar das burocracias repercute nos contextos locais de exploração do trabalho da mesma forma que estes últimos influenciam na configuração das relações entre trabalhadores e instituições públicas. Pensar as margens do Estado é, portanto, situar a análise antropológica na intersecção entre aparelhagem estatal, modo de produção e as volições nutridas por cada ser humano a partir das suas específicas condições de existência social. Nenhuma destas três dimensões se subsume completamente na outra, sendo possível afirmar, por isso mesmo, que se reproduzem com relativa autonomia – ainda que, por vezes, se reforcem ou influenciem mutuamente –, seguindo princípios frequentemente distintos. Para utilizar a terminologia de Das e Poole (2008), poderíamos dizer que cada uma dessas esferas produtoras de normas, condutas e desejos singulares encontra limites de legibilidade ao relacionar-se com a outra esfera, o que origina modalidades específicas de negociação e conflito, espaços em aberto entre a norma, a lei e o disciplinamento efetivo dos corpos.

Nas cidades e povoados onde desenvolvi minha pesquisa (Aceguá-Aceguá e Vila Isidoro Noblía), trabalhar formalmente (como funcionário de estância, do comércio) ou informalmente (como *changuero* [biscateiro], empregada doméstica, *quilero* [pequeno transportador de contrabando]) implica, com razoável frequência, ter que deslocar-se; deslocar-se numa região limítrofe pressupõe, seguidas vezes, atravessar a divisa política entre dois estados nacionais e tal movimento, por sua vez, pode conduzir a situações de indocumentação, com todas as consequências excludentes a elas associadas. Temos, então, que as dinâmicas de trabalho, deslocamento e (in)documentação consistem em variáveis interdependentes que perpassam as vidas de boa parte dos habitantes da fronteira brasileiro-uruguaia, condicionando, permanentemente, o seu horizonte de ação, as suas expectativas pessoais e as percepções que nutrem a respeito do lugar que podem ou devem ocupar na sociedade.

Realizei meu trabalho de campo ao longo de quatro incursões à fronteira brasileiro-uruguaia. As duas primeiras ocorreram nos meses de julho e setembro de 2011 e as demais tiveram lugar em fevereiro e julho de 2012. Cada uma das viagens feitas em 2011 durou duas semanas, ao passo que as do ano seguinte compreenderam, respectivamente, três e quatro semanas. Meus interlocutores prioritários foram trabalhadores de diversos ramos da economia local (agropecuária, comércio regular e irregular, trabalho doméstico, *changas*) que estavam vivenciando ou já haviam vivenciado algum tipo de deslocamento fronteiriço no decorrer das

suas vidas laborais<sup>3</sup>. Também estabeleci um diálogo constante e profícuo com os funcionários do Escritório Binacional de Fronteira, uma repartição pública uruguaia situada em Aceguá cujo objetivo institucional é facilitar o processo de documentação dos moradores das regiões limítrofes. Estar presente neste Escritório permitiu-me acompanhar o dia a dia da demanda por documentos e avaliar a diversidade e a assimetria das expectativas e pontos de vista que estão em jogo quando se trata de negociar o acesso à cidadania.

Situei a maior parte das minhas tarefas de investigação em duas localidades: Villa Aceguá (Uruguai) - cidade de Aceguá (Brasil)<sup>4</sup> e Villa Isidoro Noblía (Uruguai). Ter restringido o trabalho de campo a duas povoações não me impediu de realizar viagens a outras cidades da Região da Campanha e do Departamento de Cerro Largo, tais como Bagé (Brasil), Jaguarão (Brasil), Melo (Uruguai) e Rio Branco (Uruguai). Minhas visitas a esses municípios estavam geralmente associadas à necessidade contatar instituições públicas e sindicatos em busca de informações que complementassem os relatos dos meus interlocutores em Aceguá-Aceguá e Noblía.

Além de realizar entrevistas em profundidade com trabalhadores/as brasileiros/as e uruguaio/as e desenvolver observação direta nos espaços de atendimento institucional, visitei órgãos da administração municipal em Aceguá (Brasil) – gabinete do Prefeito, Secretaria da Saúde e Coordenadoria de Cultura –, entrevistei funcionários do Ministerio de Trabajo lotados na cidade de Melo (Uruguai), dialoguei com oficiais de aduana e policiais em Aceguá (Uruguai), participei de fóruns promovidos pelo Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca na localidade de Villa Isidoro Noblía (Uruguai), mantive conversações informais com grandes proprietários rurais brasileiros e uruguaio e recolhi o depoimento de sindicalistas vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bagé e região. Finalmente, com a ajuda de Paulo Beck, Blanca Morales e Reovaldo Rodrigues, todos eles interlocutores que conheci em diferentes momentos do trabalho de campo, organizei um pequeno encontro intitulado “Experiências de trabalho e deslocamento na fronteira: problemas em comum, respostas compartilhadas”. O evento ocorreu dia 27 de Julho de 2012 na sede da Universidad Técnica del Uruguay (UTU) em Aceguá e investiu especial relevância para esta investigação porque me permitiu avaliar, no diálogo com os interlocutores presentes, a pertinência e a relevância das conclusões até então obtidas.

3 Ver a tabela de interlocutores no Anexo I. Ali estão listados os nomes dos sujeitos que colaboraram com esta investigação, assim como seus vínculos institucionais e sociais no contexto das relações por mim estudadas.

4 O hífen indica que estes povoados são contíguos e compõem, virtualmente, um único núcleo urbano administrado por dois estados.

Para acessar os relatos dos/as trabalhadores/as transfronteiriços/as, utilizei duas estratégias complementares. A primeira delas consistia em aproveitar as situações de atendimento no Escritório Binacional para comentar sobre minha investigação e propor aos usuários do serviço a realização de entrevistas em profundidade em suas casas ou em seus respectivos lugares de trabalho. Os interlocutores contatados por essa via eram convidados a refletir sobre a importância da documentação e sobre as consequências da sua falta no contexto das atividades laborais, dos deslocamentos internacionais e das relações que estabeleciam com os serviços públicos disponíveis na fronteira. A segunda estratégia era mobilizada através das redes que consegui tecer localmente. Algumas vezes os sujeitos que eu conhecia no Escritório Binacional facilitavam meu acesso a outros parentes e amigos que estavam indocumentados ou que também haviam experienciado o cruzamento de fronteiras em busca de oportunidades de trabalho. Em outras ocasiões, era Paulo Beck – que possui intensa trajetória no movimento comunitário local – quem me apresentava aos demais moradores, tornando viável o processo de interlocução. Conteí, também, com a ajuda do vereador Reovaldo (Partido dos Trabalhadores), para conhecer os funcionários de algumas das grandes propriedades rurais da região. Graças a ele pude ter acesso aos moradores da Vila da Lata, uma pequena localidade no interior do Município de Aceguá cuja população – bastante envelhecida – está conformada, em sua maioria, por homens que trabalharam toda a sua vida como peões e tropeadores nos campos brasileiros e uruguaios e por mulheres que, além de trabalharem como cozinheiras e babás nas propriedades rurais, também se dedicaram à agricultura de subsistência nos pequenos lotes de terra onde habitam com suas famílias<sup>5</sup>. Dialogar com os habitantes da Lata permitiu que eu integrasse em meu estudo a dimensão das memórias do deslocamento, estabelecendo paralelos e descontinuidades entre experiências atuais e pretéritas de cruzamento das fronteiras e indagando sobre a incidência das clivagens raciais no ordenamento da força de trabalho transfronteiriça.

Meu encontro com as instituições públicas do Estado uruguaio em atividade na faixa de fronteira foi mediado pela Dra. Blanca Morales, encarregada dos Escritórios Binacionais de assistência e orientação cidadã mantidos pelo Ministerio de Desarrollo Social (MIDES) nas localidades de Aceguá (Uruguai) e Rio Branco (Uruguai). Além de abrir as portas de sua repartição para esta pesquisa, Blanca apresentou-me aos funcionários do Ministerio del

---

5 Em 2010 a Vila da Lata recebeu a certidão de autodefinição como comunidade remanescente de quilombos, o que significou um importante incremento dos serviços públicos de transporte, moradia, água e iluminação disponíveis aos que ali residem.

Interior, que atuam na aduana e na subcomissaria local de polícia. Graças aos diálogos que mantive com essas pessoas, pude construir uma apresentação complexa das relações entre “pensamento de Estado” e constituição local das aparelhagens burocráticas, iluminando um rico campo de interações, negociações e jogos de espelho onde funcionários públicos, demandantes de serviços do Estado e pequenos “contraventores” negociam, frente a frente, suas possibilidades de deslocamento e agenciamento da fronteira política.

Ao ser conduzida de forma intermitente, enquanto eu também cumpria com as atividades letivas do mestrado, a pesquisa acabou não contemplando longas estadias em campo, como costumam exigir certos discursos mais convencionais sobre o método. A este respeito, parece-me importante sublinhar que a qualidade de uma investigação antropológica não se mede exclusivamente em dias e tampouco pode ser auferida pela quantidade de dados empíricos levantados. Estou de acordo com Antonadia Borges (2009) quando ela sugere que os antropólogos não trabalham exatamente com dados, mas sim com “construídos”. Por sua vez, a *construção* de reflexões que sejam relevantes tanto para o pesquisador como para aqueles que colaboraram com seu trabalho depende da intensidade dos vínculos e lealdades estabelecidos em campo. Mesmo sem dispor do tempo necessário para plasmar afinidades pessoais mais profundas, minha postura como investigador foi a de permanecer sempre atento às indagações, preocupações e dilemas que meus interlocutores compartilhavam comigo. Este exercício me permitiu compor uma problemática sintonizada com angústias, perplexidades, incertezas e anseios que são significativos no nível local e, portanto, não dizem respeito, exclusivamente, às “grandes questões” derivadas deste ou daquele referencial teórico. Esta foi a forma que encontrei para ancorar minha pesquisa em um contexto sócio-político concreto, tornando-a passível de apropriação no horizonte pragmático dos processos coletivos com os quais estão comprometidos alguns dos meus interlocutores.

Tendo em vista o que foi dito no parágrafo anterior, os questionamentos que nortearam o presente exercício reflexivo foram os seguintes: quais processos históricos e variáveis sociais, econômicas e/ou políticas estão associados ao deslocamento transfronteiriço de pessoas? Em que situações e com que consequências o pensamento e as tecnologias de Estado podem deslegitimar a presença de determinados sujeitos nos territórios em que eles efetivamente habitam? Em que situações o deslocamento internacional e, mais especificamente, transfronteiriço, pode aprofundar as dinâmicas de subordinação social localmente vigentes? Em que medida a situação de indocumentação condiciona o lugar social

dos sujeitos e determina suas possibilidades de acesso aos benefícios da cidadania? Quais os percalços e desencontros que emergem da busca pela documentação? Que racionalidades e lógicas operacionais regem o funcionamento dos órgãos estatais encarregados, por um lado, de controlar os fluxos migratórios, e por outro lado, de realizar a promoção da cidadania? De que forma – e segundo que concepções de território, justiça e direitos – meus interlocutores agenciam as fronteiras políticas e demandam os recursos e benefícios públicos disponíveis nas localidades limítrofes? Que alternativas são formuladas pelos/as trabalhadores/as para fazer frente à sazonalidade do emprego e as práticas de disciplinamento da força de trabalho configuradas localmente?

A ênfase que coloco nos deslocamentos, nas tecnologias de governo e nas subjetividades que se organizam em torno de ambos propõe-se a interpelar criticamente aquelas análises sobre “a” integração baseadas, exclusivamente, em textos oficiais ou nas impressões e propósitos formulados por gestores públicos locais e/ou nacionais a seu respeito. Sem deixar de reconhecer a importância de mapear como a integração é pensada nas diversas esferas do poder estatal e econômico, o que apresento, aqui, é uma análise de tipo ascendente, que parte do que está posto na relação cotidiana que diversos trabalhadores transfronteiriços estabelecem com o Estado, com o mercado e com seu entorno social mais imediato para, em um segundo movimento, perguntar-se criticamente sobre o sentido, o conteúdo e as consequências das normativas nacionais e supranacionais, ou das “estratégias de gestão” dos poderes localmente constituídos. Desta forma, a ideia monolítica de “integração” deixa de ser o marco da análise para converter-se em seu ponto de partida, fragmentando-se, ao longo do estudo etnográfico, numa miríade de itinerários que, ao atravessarem o espaço, produzem não apenas os territórios – plasmados por relações geopolíticas, produtivas, comerciais, linguísticas, familiares –, mas também os próprios sujeitos que os percorrem.

Antes de proceder à apresentação dos capítulos, algumas palavras sobre o uso dos nomes próprios ao longo do texto. Mesmo que todos/as os/as meus/minhas interlocutores/as tenham autorizado a publicação dos seus verdadeiros nomes, optei por atribuir nomes fictícios a alguns deles, após avaliar criteriosamente os contextos institucionais, laborais, políticos e legais nos quais encontram-se inseridos. Também modifiquei algumas informações pessoais e dados biográficos de modo a preservar suas identidades. A alteração dos nomes é sempre informada em nota de rodapé. Finalmente, parece-me importante enfatizar que todas as interpretações são de minha inteira responsabilidade e não têm nenhuma pretensão de

sentenciar ou valorar práticas individuais e/ou coletivas a partir de percepções elaboradas em encontros extremamente pontuais e, em alguns casos, até mesmo efêmeros.

\* \* \*

No primeiro capítulo, contextualizo a aproximação inicial ao campo de pesquisa e reflito sobre as noções de deslocamento, margem e alteridade inspirado pelas problemáticas levantadas no decorrer do trabalho investigativo. Trata-se portanto, de uma explicitação e de uma discussão das categorias analíticas em referência aos principais eixos de preocupação empírica da presente dissertação.

O segundo capítulo consiste em um grande panorama das experiências de trabalho nas localidades de Aceguá-Aceguá e Villa Noblia. Introduzo a explanação com a metáfora de uma viagem que atravessa diversos passados e presentes na esteira das narrativas oferecidas por interlocutores/as vinculados/as ao trabalho nas estâncias fronteiriças. A viagem metafórica é uma justaposição de encontros concretos realizados em diferentes dias e momentos. Para elaborá-la, me mantive fiel às situações de interlocução e plasmei, através do texto, a ilusão do seu desencadeamento, como se se tratasse de um único dia no qual transcorrem muitos dias em diferentes tempos. A narrativa, que está povoada de memórias do trabalho e do deslocamento, também comporta uma série de ponderações analíticas sobre as lógicas da (re)produção social nos extensos territórios fronteiriços subordinados pela presença do latifúndio. O segundo tópico do capítulo enfoca outras experiências de mobilidade que se desenvolveram de forma paralela ou articulada ao constante deslocamento de trabalhadores no contexto das estâncias; refiro-me à migração de pequenos, médios e grandes proprietários brasileiros em direção ao Uruguai. Atento às narrativas e às experiências de dois sujeitos que poderiam ser enquadrados no primeiro grupo, indago sobre até que ponto é possível assumir sem reservas a divisão analítica absoluta entre produtores e trabalhadores rurais. Um estudo atento das trajetórias pessoais dos meus interlocutores convida-nos a pensá-los, para além de categorizações estanques ou esquemas fechados, como sujeitos cuja experiência de classe não pode ser entendida sem referência aos seus itinerários migratórios e ao cruzamento das fronteiras políticas. Em um terceiro momento do capítulo, problematizo as migrações pendulares que, impulsionadas pelo pequeno contrabando fronteiriço, ocorrem diariamente entre Melo e Aceguá. Da mesma forma que os trabalhadores da pecuária e da agricultura, os

transportadores irregulares de mercadorias – conhecidos como *quileros* – tampouco se prestam a categorizações fechadas, em que pesem as folclorizações e estereótipos historicamente construídas em torno deles. Sugiro que a atividade do contrabando deve ser compreendida tendo-se em vista realidade mais abrangente do trabalho na fronteira e levando-se em consideração a operatória local das normas de controle impostas pelas autoridades policiais instaladas na região limítrofe. Finalizo o capítulo com um movimento analítico-regressivo que recupera continuidades e descontinuidades entre os deslocamentos transfronteiriços do passado e do presente, destacando o impacto específico que as políticas nacionalistas, o modo de produção capitalista e, mais recentemente, as normativas do Mercosul vêm exercendo sobre eles.

O Capítulo III é uma narrativa fotoetnográfica. Nele articula-se o relato imagético do percurso investigativo por sucessivos cenários de trabalho, deslocamento e (in)documentação na fronteira brasileiro-uruguaia. O aspecto subjetivo inerente à fotografia reveste, aqui, um valor epistemológico. As imagens vão se encadeando e se sucedendo em resposta às minhas próprias preferências como fotógrafo e pesquisador, ao mesmo tempo em que também exprimem as ênfases dos meus interlocutores sobre os aspectos considerados significativos, descritivos e relevantes na sua realidade cotidiana. O título “vívido e vivido” é uma resposta contundente à morte e à exceção, representadas pela cruz que abre o texto do primeiro capítulo; é uma interpelação desafiadora à tanatopolítica e uma apologia do inefável desejo de viver, amalgamada pela estética da dignidade. Mais além disso, o capítulo III é, também, um convite para o/a leitor/a desenvolver suas próprias inquietações, praticar associações outras e nelas encontrar, eventualmente, significados alternativos (Achutti, 2004).

O Capítulo IV problematiza, especificamente, as dinâmicas de margem e suas sobreposições. Ele consiste no relato de experiências que se desdobram ali onde o poder soberano dos estados nacionais articula-se com outros processos de ordenamento e controle social para produzir efeitos concretos sobre os corpos e as subjetividades. Abro o capítulo com as histórias de dois interlocutores que experienciaram, em momentos específicos das suas trajetórias, verdadeiras zonas de exceção ocasionadas pelo entrelaçamento entre a indocumentação e as clivagens excludentes do mercado e da produção. A segunda parte do capítulo focaliza o impacto das situações de indocumentação sobre a vida familiar dos grupos populares em Aceguá e Noblíá, demonstrando que quando uma pessoa não é reconhecida como caudatária de direitos sociais pela institucionalidade estatal, todos os seus parentes

podem, potencialmente, ser expostos à exclusão legal e convertidos em “pobreza exótica”. Concluo o capítulo com uma discussão teórica que se ampara nos contextos etnográficos previamente estudados para problematizar e ampliar alguns conceitos essenciais à análise crítica das relações de poder e dominação, no âmbito do deslocamento internacional de força de trabalho.

O Capítulo V finaliza minha dissertação. Ele emerge dos encadeamentos anteriores como um espaço de “retotalização”, de orquestramento geral no qual os contextos etnográficos já percorridos transformam-se na pauta de um diálogo prolongado com dois funcionários do Estado uruguaio: Blanca Morales, responsável pelo Escritório Binacional do Ministerio de Desarrollo Social e Fernando Freitas, oficial da Dirección Nacional de Migraciones. Ao discutir as racionalidades e os procedimentos que organizam a atuação da burocracia na fronteira, também vou recuperando os elementos do amplo campo de relações sociais locais que envolvem e animam o Estado, convertendo seus expedientes administrativos no alvo de múltiplas demandas, expectativas e agenciamentos. A construção desse cenário dinâmico, plural, prenhe de contradições e ambiguidades – sem o qual seria impossível compreender a especificidade, o sentido e os limites da atuação institucional em zona de fronteira – ancorou-se num procedimento analítico-interpretativo que poderíamos denominar “movimento da práxis”. Tal movimento, cujos fundamentos epistemológicos também serão discutidos no último capítulo, consiste em duas operações básicas: primeiro, articulei, inspirado pela interlocução com os moradores de Aceguá-Aceguá e Noblía, uma série de inquietações, críticas e reflexões sobre a atuação do Estado; depois, estes construtos derivados da experiência etnográfica tornaram-se as pautas de diálogo que orientaram minhas “conversas burocráticas” no interior das repartições públicas uruguaias. A singularidade do movimento da práxis reside – é importante frisar – em seu caráter situado e ascendente: eu escolhi respaldar-me nos dramas, expectativas, demandas e percalços característicos da vida dos/as trabalhadores/as e de outros setores subordinados da sociedade fronteiriça para interpelar e mesmo criticar – no texto e *in loco* – as construções discursivas e procedimentos administrativos operados pelos funcionários públicos. O capítulo desenvolve-se, portanto, em torno a jogos de espelho, encontros, desencontros e eventuais tensões; expressa as descontinuidades e os limites de legibilidade entre pontos de vista que, mesmo enraizados em experiências sociais irreduzíveis umas às outras, são frequentemente confrontados no espaço hierarquizado das instituições.



## CAPÍTULO I

*Deslocamento de pessoas, margens e alteridades*

Em 2009, na última fase de uma pesquisa etnográfica multi-situada sobre associativismo de imigrantes uruguaios no Estado do Rio Grande do Sul<sup>6</sup>, viajei à cidade de Bagé<sup>7</sup>. Meu objetivo era contatar as pessoas que se esforçavam por reativar uma antiga associação destinada a oferecer amparo e informações aos cidadãos uruguaios estabelecidos na Região da Campanha (Associação Uruguaia de Ajuda Mútua). Uma abordagem de tipo comparativo me permitiu visualizar descontinuidades significativas entre as associações de uruguaios situadas em Porto Alegre e aquela que tive a oportunidade de conhecer em pleno pampa. Enquanto os uruguaios residentes na capital do Rio Grande do Sul enunciavam coletivamente um conjunto de lealdades políticas e geracionais que lhes possibilitava reivindicar e concretizar modalidades específicas de participação cidadã extraterritorial através de Conselhos Consultivos<sup>8</sup>, em Bagé observei que as urgências e o sentido da ação coletiva apontavam noutra direção. Meus interlocutores do interior do estado estavam preocupados com os percalços decorrentes da indocumentação, da repressão policial, da falta de informações a respeito dos procedimentos necessários à regularização da situação laboral, etc. Em sua maioria, eles não manifestavam interesse por integrar-se aos mecanismos oficiais

---

6 A pesquisa deu origem ao meu trabalho de conclusão de curso (Deslocamentos transnacionais no Cone Sul contemporâneo: estudo antropológico dos discursos e práticas imigrantes em tona à diáspora uruguaia), desenvolvido sob orientação da Profa. Denise Fagundes Jardim, com recursos do projeto “Identidades e passaportes: os mediadores do acolhimento aos imigrantes”.

7 Bagé está situada na Região da Campanha, no sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul, a 393km de Porto Alegre e a 60km da fronteira com a República Oriental do Uruguai.

8 Em 2005, no marco de uma “nova engenharia institucional”, o governo uruguaio deu início a um projeto de vinculação com a diáspora baseado na formação de conselhos consultivos no exterior. A partir destes órgãos, o Estado pretendia criar um canal de comunicação permanente com os emigrados, promovendo sua inclusão nos debates políticos da vida nacional.

de vinculação transnacional propostos pelo governo uruguaio. Na verdade, alguns sequer os conheciam. A singularidade das reivindicações coletivas articuladas pelos imigrantes uruguaio em Bagé me fez pensar que eles integravam circuitos de deslocamento singulares, unidos muito estreitamente às dinâmicas do trabalho em regiões fronteiriças. Depois de discutir sobre essas conclusões preliminares com minha orientadora, decidimos que os esforços da pesquisa de graduação estariam centrados em compreender, fundamentalmente, os processos associativos que tinham por cenário a cidade de Porto Alegre. Já a problematização dos deslocamentos humanos em zonas de fronteira seria retomada um pouco mais tarde, no contexto da investigação de mestrado.

Concluída a breve visita a Bagé, retornei para Porto Alegre levando a gravação de uma entrevista grupal realizada com os membros da Associação Uruguaia de Ajuda Mútua, além de fotografias dos documentos disponibilizados por Francisco, um advogado trabalhista que participava ativamente daquela entidade. Este material permaneceu arquivado até 2011 quando, por ocasião do meu ingresso no mestrado, recuperei-o em busca de indagações iniciais que me orientassem em uma nova incursão à fronteira. Entre registros sonoros e papéis diversos, o que mais prendia minha atenção eram as cópias do atestado de óbito e da fotografia de um senhor que vestia roupas claras e ostentava uma amputação cirúrgica logo abaixo do joelho direito.

O atestado em questão era o único registro oficial emitido por cartório a respeito de Laudiceno Silveira, cidadão uruguaio que trabalhou, durante boa parte da sua vida, como peão em uma propriedade rural brasileira. Francisco – o advogado trabalhista – conheceu este homem no ano de 1988, internado no Hospital de Caridade da cidade de Bagé, onde realizava o tratamento de uma grave infecção na perna direita. Depois de ter o pé amputado e enfrentar muitos dias de internação, Laudiceno retornou à fazenda de seu patrão, vindo a falecer no ano de 1990 “sem deixar bens”, de acordo com a observação que finalizava o documento de óbito. Seu corpo está enterrado em um cemitério localizado na mesma propriedade da qual era funcionário.

Quando Laudiceno encontrava-se ainda internado em Bagé, ele autorizou que dois advogados conhecidos de Francisco apresentassem denúncia penal por negligência contra seu patrão brasileiro. Ao tomar conhecimento do incômodo trâmite que se avizinhava, o fazendeiro falou pessoalmente com Laudiceno e lhe que pediu que dispensasse os advogados, oferecendo-se, ele próprio, para pagar um bom profissional que se encarregasse da sua defesa

nos tribunais. Resultou que o bom advogado era reitor de uma importante instituição de ensino local, ele mesmo proprietário de terras e frequentador dos círculos ruralistas na cidade. Não obstante, os dois advogados que inicialmente se encarregaram do caso decidiram levar adiante um pedido de indenização por perdas e danos em favor de Laudiceno. O julgamento, no entanto, foi “esvaziado” porque todas as testemunhas apresentadas sofreram ameaças de morte ou tornaram-se alvo de denúncias policiais moralmente desqualificadoras.



Motivado pela história de Laudiceno eu quis visitar, em minha primeira saída de campo (Julho de 2011), algum desses exíguos cemitérios onde são frequentemente sepultados os moradores das pequenas cidades e povoados que pontilham a Região da Campanha. Através de funcionários da prefeitura de Aceguá<sup>9</sup>, entrei em contato com seu Chico e dona Nina, casal residente na comunidade quilombola do Tamanduá, cujas terras são frações herdadas de uma grande propriedade rural hoje inexistente. Seu Chico, que já foi peão de estância, aceitou me levar para conhecer o pequeno campo santo no qual estão enterrados seu pai e outros tantos parentes e conhecidos que habitaram, ao longo de sucessivas gerações, as pradarias onduladas e ventosas onde realizei minha pesquisa. Numa fria manhã de Julho, percorremos juntos vastas extensões de pasto úmido até atingirmos um denso arvoredo

---

<sup>9</sup> A cidade de Aceguá, um dos lugares privilegiados do meu trabalho de campo, está situada entre as cidades de Bagé (Brasil) e Melo (Uruguai), a aproximadamente 60 km de cada uma, exatamente sobre a linha de fronteira que divide (e une) Brasil e Uruguai.

cruzado por fios de arame atados em postes de madeira. “Chegamos”, disse seu Chico, apoiando-se em um dos anteparos que sustentavam a precária cerca. Percorri o solo com os olhos até divisar o primeiro crucifixo, oculto entre as ramagens. A maioria dos túmulos não possuía qualquer identificação. Consistiam, apenas, em anônimas cruces de madeira ou de ferro, muitas vezes mutiladas pela intempérie ou pela marcha do gado e dos cavalos. Apesar disso, seu Chico sinalizava com precisão o lugar de sepultamento dos amigos, tios, compadres e, claro, do próprio pai. Cada vez que ele indicava uma sepultura, seguiam-se breves anedotas através das quais o finado tornava à vida para, rapidamente, esfumar-se no silêncio do pampa.

Enquanto eu caminhava pelo singelo cemitério, recordava a história do peão uruguaio enterrado na propriedade do patrão. Naquela manhã gelada, percebi com mais clareza a profunda ironia que envolvia a história de Laudiceno. Apenas depois de morto ele passou a constar em algum registro oficial reconhecido pelo Estado brasileiro: o atestado de óbito. Ainda assim, trata-se de um registro fugidio. A frase “sem deixar bens” oferece indícios do lugar por ele ocupado na hierarquia das classes sociais. Afora isso, seus itinerários se perderam numa bruma quase impenetrável. Bruma que pode ser dissipada apenas transitoriamente pelo anedotário de algum conhecido que vier a encontrar o definitivo paradeiro dos seus restos. Mas se os estados nacionais, de um ou de outro lado da divisa política, só advertem a existência de certos sujeitos quando estes morrem, o trabalho de campo etnográfico, por outro lado, nos permite acessar seu presente vívido e vivido. Um presente prenhe de demandas, expectativas, experiências e práticas que descrevem formas singulares de deslocar-se e de se relacionar com as fronteiras, com as dinâmicas da produção e com os serviços dos Estado.

Esta, portanto, é uma dissertação sobre migrações contemporâneas que focaliza as articulações entre trabalho, deslocamentos e indocumentação no contexto da implementação de políticas e serviços públicos oferecidos na fronteira uruguaio-brasileira. Evidencio, ao longo da análise, como diferentes percursos migratórios são matizados pela atuação ambivalente dos Estados e pela operatória local das clivagens de classe, produzindo processos de negociação que convertem os circuitos de deslocamento empreendidos pelas classes populares fronteiriças, não apenas em *loci* de exclusões, mas também em espaços criativos onde os próprios fundamentos da cidadania e do pertencimento são problematizados e, por vezes, alargados em favor da inclusão e do reconhecimento dos direitos cidadãos.

## 1.1 Nem tudo flui

É comum que alguns estudos centrados em populações migrantes tomem o deslocamento como algo dado, como um movimento “em si” que produz situações de interação e intercâmbio. Neste sentido, muitos investigadores se referem às faixas fronteiriças como lugares através dos quais fluem pessoas, bens e símbolos. Um dos objetivos deste primeiro capítulo é propor que aquilo que “flui” – no caso que me ocupa, pessoas – está constituído no próprio processo de deslocar-se, ou seja, o deslocamento produz certas subjetividades e, mais do que isso, desencadeia dinâmicas que inscrevem socialmente os sujeitos. É importante, portanto, ponderar a respeito dos processos que possibilitam a emergência de circuitos migratórios transfronteiriços e indagar sobre as práticas e expectativas que sustentam os projetos individuais de deslocamento, cruzamento das fronteiras e eventual fixação da residência em um país vizinho.

Antes de qualquer coisa, é preciso indicar porque prefiro a noção de deslocamento àquela de fluxo. Fluxo, como categoria analítica, parece-me insuficiente para refletir a respeito dos movimentos humanos em geral e das migrações transfronteiriças e transnacionais em particular. A metáfora do fluxo – que se aplica, indistintamente, para falar de capitais, mercadorias, pessoas, arte, informações, imagens, línguas – coloca ênfase sobre o movimento em si, ela enuncia a constância da mobilidade remetendo-nos à imagem dos cursos d’água. Ou seja, os fluxos existem por si mesmos, atravessam o mundo em todas as direções indistintamente e, qual os rios, são “represados” em alguns lugares para tornarem-se “recursos” localmente disponíveis, que podem ser audiovisuais (através das antenas de TV ou rádio e da Internet), econômicos (via bolsas de valores, por exemplo), humanos (mediante contratação do *stock* de trabalhadores migrantes estabelecido em certas latitudes), etc. É realmente impressionante o potencial metafórico e poético do verbo fluir, assim como também chama a atenção sua tremenda capacidade de obliterar dimensões importantes implicadas na maioria dos processos “dinâmicos” que envolvem a intencionalidade humana e a geopolítica moderna. Mary Pratt tece um ácido comentário a esse respeito: “o Rio Bravo fluía, mas o mesmo não acontecia com os dois jovens que se afogaram quando tentavam cruzá-lo<sup>10</sup>” (Pratt, 2006, p. 10). Aqui, a autora se refere aos frequentes – e por vezes trágicos – intentos de cruzar, no sentido Sul-Norte, a fronteira entre México e Estados Unidos,

---

10 Traduzi todas as citações de obras originais escritas em outros idiomas que não o português..

demarcada, em um longo trajeto, pelo curso do Rio Bravo del Norte, conhecido como Rio Grande pelos estadunidenses.

Fluxo diz muito sobre a ideologia dominante da globalização, mas não fala nada sobre seu “inconsciente político”. Este, por sua vez, está conformado por todos os processos de supressão, assujeitamento e subalternização que tornam possíveis as conexões globais definidoras das realidades concretas do mundo contemporâneo. Seguindo o argumento de Pratt (2006), a metáfora do fluxo deve ser tomada com cautela por cinco razões fundamentais: 1) ela não distingue entre tipos de movimento, não abre margem para que avaliemos, qualitativamente, o que difere uma viagem de férias de uma migração laboral; 2) falar de fluxo é enfatizar o movimento e não a direção. Assim, o pagamento da dívida externa dos países mais pobres torna-se equiparável às muitíssimo menores transferências de recursos da “solidariedade internacional” às nações do Sul global, afinal, são todos exemplos do fluir constante e multidirecional dos capitais; 3) o fluxo naturaliza, porque parece não considerar as instituições, estatais e privadas, que estimulam ou coíbem certos movimentos; 4) o conceito de fluxo ignora a dimensão volitiva da ação humana, obscurecendo os desejos e as estratégias plurais e assimétricas que intervêm sobre a mobilização e a movimentação das ideias, das pessoas e do capital; 5) o fluxo, em alguns casos, parece aludir a processos naturais, que, cedo ou tarde, alcançariam um equilíbrio horizontal. Ocorre que a maioria dos deslocamentos internacionais possuem vetores claros de acordo com cada época e nos falam de processos assimétricos<sup>11</sup>, comumente pautados pela concentração geográfica dos recursos.

Às cinco objeções levantadas por Pratt, eu agregaria uma sexta: a maioria dos discursos sobre fluxos, não só em antropologia, mas também em áreas da geografia, história, sociologia e economia, tendem a descrever, lançando mão de um mesmo termo, movimentos que envolvem materialidades ou elementos absolutamente distintos entre si. As novelas brasileiras, com enorme audiência nos dois lados da fronteira brasileiro-uruguaia, não “fluem” através dos limites políticos nacionais da mesma forma que os/as trabalhadores/as rurais e urbanos o fazem. O fluxo de ondas televisivas, mesmo quando pode revelar sugestivas assimetrias regionais, porta um conjunto sempre determinado de informações cuja apropriação e interpretação serão singularizadas de acordo com a audiência em questão. No caso dos trabalhadores e trabalhadoras, o movimento através do espaço descreve, ele próprio, um itinerário de transformações subjetivas no seio do qual são mobilizadas, por um lado,

---

<sup>11</sup> Sobre a assimetria dos “fluxos” ver, também, Hannerz, 1997.

expectativas individuais e familiares e, por outro lado, são vivenciadas clivagens sociais e institucionais diversas.

Parece-me, então, que a noção de *deslocamento* atende melhor aos objetivos de uma investigação preocupada com os movimentos empreendidos pelos seres humanos, movimentos que se dão, invariavelmente, *no* espaço. Transitar por múltiplos espaços significa “entrar em contato com poderes regulatórios e a cultura hegemônica de mais de um Estado” (Levitt, Glick Schiller, 2004, p.70), razão pela qual, tematizar os deslocamentos é evidenciar, também, que seus protagonistas estão inseridos “em múltiplas instituições legais e políticas *que determinam o acesso, assim como a ação*, ao mesmo tempo em que *organizam os status de gênero, raça e classe*” (Idem, grifo meu). Muito esquematicamente, é possível dizer que a ideia de fluxo nos traz à mente a imagem dos líquidos e, quem sabe, a dos sistemas hidráulicos. O deslocamento, por sua vez, diz respeito a lugares e, mais importante do que isso, a movimentos *nos* lugares, iluminando, portanto um campo de forças povoado por múltiplas determinações em meio às quais os sujeitos desenvolvem sua intencionalidade. Quando digo que o deslocamento possui uma dimensão intencional, não quero sugerir que ele seja fruto, em primeiro lugar, das vontades individuais. Pelo contrário, a intencionalidade aparece em resposta a um conjunto contextualizado de estímulos e de necessidades produzidas que poderia ser considerado como o aspectos determinativo inicial do deslocamento, sem jamais descrevê-lo de maneira absoluta.

Thompson, sem dúvidas inspirado por Marx, nos convida a pensar de forma complexa sobre a ação humana, considerando que todos somos “parte sujeitos, parte objetos; os agentes voluntários de uma determinação involuntária” (Thompson, 1978, *apud* Willis: 2000). Ainda no contexto da tradição marxista – que em suas expressões não dogmáticas, dedicou uma enorme atenção ao problema das “determinações”, procurando transcender quaisquer mecanicismos –, era Horkheimer quem sugeria que todas as crises econômicas são, fundamentalmente, crises “vivas” (*apud* Amadeo, 2006, p.69) e portanto, não podem ser compreendidas e criticadas somente a partir dos seus efeitos como (des)funcionalidades sistêmicas. O jovem Max Weber, situado no outro extremo do espectro ideológico, ao analisar a migração massiva para a Alemanha dos camponeses que outrora habitavam as províncias prussianas a oeste do Elba, constatou que a existência do trabalhador agrícola não se conforma apenas pelo interesse material, “senão que, em boa medida, [ele] vive de ilusões (...) ou melhor, de momentos cuja base psicológica [é], em sua maior parte, inacessível à

consideração puramente econômica” (Weber, 1993, p. 103 *apud* Mezzadra, 2005, p. 62).

Inspirados pelas observações mais genéricas que fazem Thompson, Horkheimer e Weber, podemos retornar à questão dos deslocamentos – entendidos, até aqui, como fenômenos sumamente abrangentes que incluem vetores determinantes (ou “estruturantes” no sentido brando do termo) e vontades singularizadas – para sugerir que, neles, os sujeitos interpretam sua conjuntura e a ela reagem de acordo com lógicas pessoais, e não necessariamente mercantis<sup>12</sup> ou utilitárias. Portanto, mesmo quando um processo de deslocamento está ancorado em questões econômicas (uma crise, por exemplo, ou o recrutamento internacional de mão de obra, ou ainda as flutuações no preço da terra) e atravessado por condicionantes burocráticas (controle de aduanas, serviços públicos restritivos), ele também contemplará um “excedente” de práticas e expectativas enraizadas em experiências muito mais pontuais, associadas, por exemplo, ao âmbito das lealdades familiares, das afinidades políticas e dos específicos códigos morais operados por cada sujeito ou grupo de sujeitos.

Abdelmalek Sayad (1998) entende que a imigração constitui um fato social completo porque, antes de qualquer coisa, ela pressupõe o deslocamento. O espaço do deslocamento, além de ser físico, está qualificado de muitas outras formas (socialmente, politicamente, economicamente e culturalmente), fato pelo qual este fenômeno torna-se relevante para todas as ciências sociais. Pensar as migrações como deslocamentos é uma forma de evitar análises fracionadas, que, ao promoverem recortes arbitrários da experiência humana, tornam-se incapazes de iluminar sua complexidade. Dizer que o migrante é, fundamentalmente, um sujeito que se desloca, significa sugerir que sua vida não começa no momento em que ele se torna imigrante em um dado país ou região; o fenômeno geral da migração transcende o “problema social/nacional/econômico” da imigração, consistindo, esta última, apenas em uma das suas duas faces. A outra alude a um processo que começa muito antes, em outras latitudes e descreve, frequentemente, relações históricas entre os lugares de origem e destino. Para Sayad, a migração, que é sempre, emigração e imigração, inclui não só dois lugares (pelo menos), mas também duas sociedades nacionais e sucessivas camadas de vínculos políticos, econômicos e culturais entre elas.

As conclusões obtidas por Sayad no estudo da migração entre Argélia e França metropolitana preservam sua vitalidade para a análise de outros deslocamentos

---

12 Ver, também, Taussig, 2010.



contemporâneos, mesmo quando estes não estejam balizados pelos mesmos eixos de dominação supostos pelo colonialismo europeu em África. Considerar a historicidade das relações e a pluralidade do campo de incidências que condiciona qualquer processo migratório é entender os deslocamentos humanos, essencialmente, como *movimentos sociais* (Mezzadra, 2005) irredutíveis a qualquer modelo hidráulico – ou des-localizado – do tipo que foi anteriormente criticado. Para Sandro Mezzadra (2005), as migrações são movimentos sociais porque, de alguma maneira, e sem serem, necessariamente, movimentos políticos, elas tensionam certos limites e ressignificam as estratégias do poder, apontando na direção do questionamento ou, pelo menos, abrindo margem a ele. Neste sentido, as proposições de Mezzadra estão em consonância com as de Sayad, para quem a imigração provoca a ortodoxia nacional e obriga os estados e refletirem sobre seus limites, externando os dilemas provocados pela diferença no seio das instituições que prestam serviços públicos e sustentam hegemonias territoriais.

Se bem a mobilidade dos/das trabalhadores/as fronteiriços se intersecciona, sem dúvidas, com o ordenamento local dos mercados de trabalho, das redes de comércio e dos investimentos de capital, o cruzamento de fronteiras que eles/elas empreendem mobiliza, como venho sugerindo, outras racionalidades políticas (aquela que permeia as burocracias estatais, por exemplo) e universos de significados (os dos próprios povoados fronteiriços), engendrando, assim, um campo heterogêneo de construção de sentidos. Estão em jogo, portanto, lógicas culturais e discursivas díspares e conflitantes que constituem o que Mezzadra (2005) denomina *autonomia do processo migratório*; autonomia não como indiferença ou independência, mas sim como irredutibilidade a qualquer esquema estático de causalidades. Essas lógicas podem ser entendidas, nos termos de Paul Willis (2000), como modos de indeterminação que caracterizam, de maneira mais geral, toda a vida humana, tornando impossível condicioná-la a variáveis econômicas. O engendramento das expectativas, desejos e possibilidades à disposição do/da trabalhador/a (trans)fronteiriço/a deve, então, ser pensado em relação às condições de existência nas quais eles atuam, trabalham e criam, mas nunca como subsumido à estas últimas.

Não basta, no entanto, reconhecer a autonomia da produção dos sentidos e das práticas concretas. Para compreender as relações complexas que garantem e condicionam sua vigência, parece-me fundamental lê-las no contexto do *social*. Na perspectiva aqui adotada, o social caracteriza-se como um espaço em que o poder, desigualmente distribuído, produz

efeitos sobre os corpos, estabelecendo uma estrutura na qual se articulam e se “co-engendram”, numa mesma trama e não obstante suas incongruências, elementos, experiências, produtos historicamente descontínuos, distantes, heterogêneos. O sociólogo peruano Aníbal Quijano, refletindo sobre o que produz, permite e determina semelhante campo de relações, sugere que, no atual sistema-mundo capitalista<sup>13</sup>, em cada caso, o que em primeira instância, gera as condições para esta articulação “é a capacidade que um grupo consegue obter ou encontrar para se impor sobre os demais e articular, sob seu controle, uma nova estrutura social com suas heterogêneas histórias” (Quijano, 2000, p. 348). Isto é possível, segundo a análise do autor, por meio do controle do trabalho – e dos seus produtos – e da autoridade, “mas não como determinante ou base de determinação, no sentido do materialismo histórico, e sim, estritamente, como *eixos de articulação do conjunto*” (Quijano, 2000:351, grifo meu).

Apesar do seu esquematismo, o argumento de Quijano não deixa de ser sugestivo. Por um lado, o autor reconhece a heterogeneidade das experiências de sociedade que podem coexistir em um mesmo lugar e, por outro lado, ele nos aponta um caminho para compreender como essa coexistência se torna possível: o poder promove articulações mais ou menos arbitrárias e transitórias entre sujeitos e instituições, originando arranjos sociais que se reproduzem no “golpe a golpe” das socialidades locais. Existem, portanto, certas modalidades de exercício do poder e controle da autoridade que interpelam cotidianamente as pessoas, conduzindo à uma atualização permanente de seus projetos de vida. No que diz respeito aos/as trabalhadores/as (trans)fronteiriços/as, o modelo de Quijano é especialmente descritivo, pois nos fala de dois procedimentos (controle da autoridade e do trabalho) que são balizadores constantes dos seus itinerários laborais e migratórios.

Venho utilizando, até aqui, o termo “trabalhadores/as (trans)fronteiriços/as” para conotar a dinamicidade e singularidade das experiências de trabalho que se desenvolvem na zona de fronteira onde realizei minha pesquisa de campo. No capitalismo histórico, a necessidade de trabalhar – ou seja, de vender a força de trabalho mediante relação de contrato para acessar os recursos materiais necessários à existência – esteve frequentemente associada com a necessidade de deslocar-se. Esta relação adquiriu várias formas com o passar do tempo e de acordo com cada regime de acumulação e região do mundo onde se configurava (Aragonés, 2000). No caso específico dos trabalhadores que habitam faixas de fronteira, a necessidade de deslocar-se implica, em muitos casos, ter que transpor uma divisa política

---

13 Ver, também, Wallerstein, 2011.

nacional e é esta singularidade que eu pretendo enfatizar ao colocar o prefixo “trans” entre parênteses: *viver e trabalhar em Aceguá-Aceguá e Villa Isidoro Noblia exige estar disposto a deslocar-se e, se necessário for, atravessar a fronteira para tornar-se “estrangeiro”*. Os arranjos locais entre estrangeiridade, controle do trabalho e da autoridade, assim como sua incidência sobre a produção de subjetividades nos circuitos de integração transfronteiriços constituem um dos focos principais de minha análise.

Antes de discutir o tipo de consequência que a *estrangeiridade* pode engendrar quando associada à condição de trabalhador/a, quero fazer uma breve ressalva relacionada ao fator nacionalidade. As fronteiras do Cone Sul constituem o local de deslocamentos entre sociedades empobrecidas, nos quais não estamos falando de imigrantes que vão buscar em países relativamente bem resolvidos em suas carências materiais aquilo que não encontram nas suas casas (Etcheverry, 2009). Além disso, os diacríticos atribuídos à nacionalidade brasileira e uruguaia nas regiões em que desenvolvi minha pesquisa são suscetíveis de constantes negociações. Entre os elementos que explicam tal realidade é possível mencionar a contiguidade territorial, o bilinguismo generalizado, os matrimônios binacionais, a existência de um regionalismo partilhado pelos nacionais de ambos os países e a utilização intercambiada das escolas primárias<sup>14</sup> de um ou de outro lado da linha de fronteira. Desta forma, para o contexto fronteiriço observado, é difícil localizar processos sistemáticos de racialização ou enclasseamento da nacionalidade, como ocorre em outras fronteiras tidas como emblemáticas do mundo contemporâneo – pensemos no caso da divisa entre México e Estados Unidos. Isto não quer dizer que a dificuldade de acesso, por parte dos sujeitos indocumentados, a determinados serviços públicos e recursos financeiros disponibilizados pelos estados nacionais não conduza ao aprofundamento de subordinações sociais produzidas pelas clivagens de raça e classe<sup>15</sup> historicamente vigentes naquela zona.

Mas se a nacionalidade jurídica dos sujeitos não opera *per se* nas clivagens e hierarquizações localmente observadas, qual é a especificidade dos processos de alterização engendrados no contexto dos deslocamentos transfronteiriços? Em primeiro lugar, vale mencionar que, se bem esses deslocamentos podem ser facilitados pela “fluidez” que

14 O mesmo não pode ser dito das escolas secundárias – Colégios de Ensino Médio no Brasil e Liceos no Uruguai –, posto que elas exigem apresentação de documento que comprove nacionalidade ou regularidade da situação migratória para expedir os certificados de conclusão dos estudos.

15 A avaliação dos dados obtidos pelo Censo de 2010 do IBGE permite alguns cruzamentos sugestivos entre raça e classe para o Município de Aceguá (Brasil). Enquanto os recenseados auto-declarados brancos que recebem algum tipo de ingresso nominal ocupam todas as faixas de renda trabalhadas pelo IBGE (de 1/8 até mais de 30 salários mínimos), os auto-declarados negros não ultrapassam a faixa de 5 salários mínimos, estando, em sua maioria (83,2%), concentrados na faixa que vai de ½ a 2 salários mínimos.

caracteriza os jogos identitários locais, eles também respondem a outras realidades, vinculadas à uma geopolítica mais rígida que se pauta pelo *pensamento de Estado*. É na negociação de oportunidades laborais e no contato com as instituições públicas, que um pensamento escrutinador e dualista está em condições de operar sobre a vida concreta das pessoas, conduzindo, eventualmente, à negação dos direitos e à situações de violência física e simbólica. Existem, portanto, elementos ideológicos que ingressam e ingerem na realidade sob a forma de tecnologias institucionais, expedientes administrativos, maquinárias de disseminação da dúvida e da suspeita, convertendo a evocação da *estrangeiridade* jurídica num poderoso dispositivo de alterização *via* exclusão.

A estrangeiridade instila-se no cotidiano das interações fronteiriças principalmente quando os sujeitos se defrontam com situações nas quais é importante ter documentos e/ou enunciar-se a si mesmos por meio deles. Para compreender o porquê da centralidade dos documentos no contexto de manutenção e salvaguarda das hegemonias nacionais, reporto-me à obra do sociólogo estadunidense John Torpey, que focaliza o desenvolvimento histórico do passaporte – este documento símbolo da geopolítica moderna – para avançar algumas conclusões a respeito da importância e dos usos da documentação em um mundo dividido em (e entre) estados nação.

Torpey (2003) demonstra-nos que a origem do passaporte remonta à Europa absolutista, quando servia para controlar os deslocamentos dos súditos no interior dos limites dos reinos. A conversão do passaporte em documento aceito internacionalmente teve lugar somente no século XIX, quando a hegemonia dos Estados nação era incontestável e os diversos projetos de centralização política haviam atingido seus fins estratégicos. Uma das teses centrais de Torpey é que, assim como o monopólio do uso legítimo da força, o monopólio dos *meios de circulação legítimos* seria *conditio sine qua non* para a existência do Estado moderno. O passaporte, por sua vez, se erigiria como um dos garantidores desse monopólio e, dada sua generalização para todos os países existentes, consolidaria o reconhecimento recíproco das soberanias nacionais no marco de uma comunidade internacional. Mais do que isso, o passaporte – e os documentos de identificação de uma maneira geral – apareceriam como as ferramentas privilegiadas da estratégia estatal de controle das populações.

Numa passagem inspirada, Torpey afirma o seguinte: “(...) os documentos de identificação de vários tipos constituem o equivalente burocrático do dinheiro: eles são a

moeda da moderna administração estatal” (Torpey, 2003, p. 31). De fato, para se ter acesso a quaisquer benefícios disponibilizados pelo Estado, não basta existir, é preciso dispor de documentos. Em outro lugar (Jardim; Moraes, 2011), sugerimos que os estados só enxergam através de documentos. A metáfora proposta por Torpey, no entanto, parece mais atraente, porque sinaliza que a ausência de documentos não invisibiliza os indivíduos, mas, pelo contrário, visibiliza-os negativamente, excluindo-os, como escreveu Hayman (1995), das normas de gentileza e receptividade que se reservam aos membros de uma comunidade. Adotando uma perspectiva semelhante à de Torpey, Agnés Fine (2008) sinaliza que

No curso da era moderna, a posse de documentos aparece como uma forma de privilégio – ela confere proteção, autoriza a circulação – e o fato de não tê-los [se torna] um motivo de exclusão e punição. As premissas da prática identificatória criam, assim, algumas figuras negativas como as do impostor, do vagabundo, as quais se juntam, no século XIX, as do estrangeiro, do nômade, do desertor, do criminoso (...) portanto, é contra essas figuras de margem que se cristaliza a questão da identificação na época contemporânea (Fine, 2008, p. 15).

Outro desdobramento interessante do aforismo que relaciona documentos e moedas é o fato concreto de que documentos custam dinheiro. Pode-se converter dinheiro em documentos tanto por vias oficiais/legais, quanto por vias extra-oficiais e, portanto, ilegais. Finalmente, há situações nas quais a transferência de recursos financeiros por parte do Estado aos seus cidadãos ocorre mediante apresentação de documentos. Nestes casos, existe um constrangimento econômico concreto para que o indivíduo obtenha papéis, preencha formulários, receba visitas sociais, etc., de forma a figurar como beneficiário de programas de capitalização ou “transferência de renda”.

No mundo do trabalho (trans)fronteiriço, quando os estados nacionais fazem uso do controle da autoridade para deslegitimar a presença territorial dos sujeitos migrantes – seja negando-lhes benefícios financeiros ou vetando seu acesso a determinados serviços e direitos– se produzem as condições para que os efeitos de poder inerentes ao controle do trabalho incidam com mais potência sobre os corpos e as subjetividades. Isso maximiza as consequências nocivas da atividade laboral para a própria vida e integridade física de quem trabalha, ao passo que reitera – e mesmo aprofunda – as estratificações sociais vigentes no capitalismo histórico. Explorando as experiências de deslocamento e indocumentação na

fronteira uruguaio-brasileira demonstro, no decorrer deste trabalho, os diferentes percursos que levam as pessoas a tornarem-se *estrangeiras*, sem deixar de sinalizar como, a partir dessas situações, elas negociam *às/as margens* o aprofundamento das subordinações que vivenciam.

## 1.2 Cidadania, alteridade e margens

Nas últimas duas décadas, o conceito de margem, muitas vezes associado ao de exclusão, sofreu reiteradas críticas por parte dos cientistas sociais. Estas críticas procuram relativizar ambas as noções, demonstrando que não basta constatar o alijamento de certos grupos dos espaços de socialização convencionais – mercado de trabalho formal, escolas, zonas urbanizadas da cidade, etc – para concluir que eles estão completamente desvinculados, excluídos ou alheios as dinâmicas sociais mais abrangentes. O exercício de matizar a ideia de exclusão não significa negar a incidência das violências estruturais, que atuam no sentido de impedir que alguns setores da população acessem as posições de poder socialmente disponíveis, bem como os recursos – materiais e simbólicos – necessários para resguardá-las ou desestabilizá-las. Pelo contrário, ele aponta no sentido de indagar sobre os modos de vida que se originam nos processos de margem, sem pressupor que se tratam de experiências sociais desestruturadas ou anômicas. Nessa perspectiva, a questão não é procurar o que “falta” em determinados grupos para que eles atinjam uma cidadania plena e se tornem “incluídos”; mas sim avaliar como essas pessoas já estão, ao seu modo, reivindicando certo tipo de participação social. Sendo assim, interpreto os circuitos de integração produzidos pelos/as trabalhadores/as (trans)fronteiriços/as, não apenas como *loci* de exclusões acarretadas pelas tecnologias dominantes de governo das populações e/ou gerenciamento da circulação de pessoas, mas também como espaços criativos onde as próprias noções de cidadania e pertencimento são agenciadas e ressignificadas.

Se, como afirma Peirano, a cidadania está em “permanente processo de constituição, consolidação e transformação” (Peirano, 2006, p.122) assim como os Estados e nações, então o enfoque nas práticas de *cidadanização*<sup>16</sup> pode nos ajudar a dilatar – e, por que não, extrapolar – as concepções mais convencionais – sejam elas oficiais ou acadêmicas – sobre

---

16 Defino cidadanização como o processo de polarização e tencionamento entre atores sociais díspares, que se manifesta nas democracias liberais contemporâneas através da linguagem da multiplicação e concessão de direitos.

“a” cidadania, deixando espaço para uma abordagem não normativa ou teleológica, mas sim pluralista e “indisciplinada”. Operando em um marco conceitual semelhante ao que me orienta nesta dissertação, Sandro Mezzadra (2005) entende que os movimentos migratórios expressam demandas subjetivas específicas de cidadania, que evidenciam a permanente tensão entre o “universalismo dos direitos e o particularismo do pertencimento” (Mezzadra, 2005, p. 95), assim como os dramas e possibilidades que a operatória da estatalidade – ou seja, a regulação dos mecanismos de exclusão efetuada pelas instituições estatais – impinge à experiência de quem se desloca através das fronteiras. A estatalidade opera, nas faixas de fronteira, mediante diversos órgãos públicos, que fiscalizam as práticas de deslocamento, promovem direitos e regulam a distribuição “racional” – isto é, entre os “nacionais” – dos benefícios sociais. Estas atividades administrativas se apoiam na tarefa cotidiana de distinguir o cidadão do *marginal* (Peirano, 2006), principalmente através do controle e da concessão de documentos que atestem a legitimidade da presença territorial dos sujeitos e, portanto, a validade das demandas que eles enunciam.

Da divisão radical entre integrados e “marginais”, entre nacionais e estrangeiros, decorrem múltiplos percalços que confrontam e, eventualmente, alterizam quem precisa se deslocar através da fronteira. Assim, por exemplo, alguns trabalhadores rurais indocumentados que colaboraram com esta investigação, passam a experimentar um aprofundamento da sua subordinação social e econômica quando os Estados nacionais, em ambos os lados do marco fronteiro, condicionam a distribuição de benefícios sociais e serviços públicos à posse de documentos que comprovem regularidade da situação migratória. Sem os documentos, meus interlocutores ficam invisibilizados, tornam-se uma “pobreza exótica” (Sayad, 1991) e “irresolúvel”. Apesar das políticas comuns de reconhecimento dos direitos cidadãos no Mercosul, os circuitos de deslocamento transfronteiro seguem produzindo, por razões que serão discutidas neste estudo, sujeitos às margens do Estado. O absurdo desta situação trás à tona, com clareza, um tipo de diferença que – a revelia da ideologia multiculturalista da “igualdade na diversidade” – só pode existir como uma desigualdade irrevogável, ainda que parcialmente negociável.

Veena Das e Deborah Poole (2008) nos sugerem, ao propor uma antropologia das margens, que estas não apenas descrevem procedimentos de abandono ou exclusão absolutos, mas também revelam os limites de legibilidade dos Estados, onde formas outras de regular e agir terminam colonizando a lei e as próprias burocracias na esteira das “urgentes

necessidades das populações de assegurarem sua sobrevivência política e econômica” (Das; Poole, 2008, p. 6). Em consonância com Das e Poole, pensar em termos de *(i)legibilidade(s)* me parece importante porque, se bem as tecnologias de controle do Estado moderno repousam sobre práticas escriturais de escrutínio – documentos, estatísticas, etc. –, não basta estar atento à elas para entender a experiência mais abrangente da estatalidade. Para ser fiel ao argumento das duas autoras, existem “inúmeros e diferentes espaços, formas e práticas através das quais se experimenta e, ao mesmo tempo, se desmonta o Estado devido à ilegibilidade das suas próprias práticas, documentos e palavras”, como, por exemplo, “nas economias do deslocamento, na falsificação e na interpretação que envolvem a circulação e o uso de documentos de identidade” (Das; Poole, 2008, p. 7). O interessante desta noção de margem que enfatiza a interação das pessoas com a estatalidade é que ela nos permite matizar a ideia de exclusão ao privilegiar uma análise das configurações localizadas do que eu denomino *pretensão/desejo de assujeitamento* do Estado.

A *pretensão/desejo de assujeitamento* não cria zonas absolutas de exclusão, não suprime – ainda que condicione – o espaço de ação vislumbrado pelas pessoas, ela consiste, isto sim, num movimento normalizador que converte a institucionalidade estatal no estopim de um campo amplíssimo de negociação onde cidadãos, não-cidadãos e burocracias estatais desempenham interações assimétricas, catalisadas pela normativa vigente e atravessadas por expectativas e exigências frequentemente conflitantes. A margem, portanto, não descreve o fora absoluto, mas sim um tipo de exterioridade contígua às dinâmicas territorializadas do poder: não se pode falar sobre Estado sem enunciar a margem, o Estado é (também) as suas margens, ou melhor, *as margens são o inconsciente político do Estado*.

Mas as situações de *margem* não se reduzem, apenas, ao contexto das interações entre trabalhadores/as (trans)fronteiriços/as e estatalidade. Elas também se multiplicam na esfera da produção e do comércio, organizando a mão de obra entre os mercados formais e informais, entre as atividades laborais esporádicas e os empregos com aporte previdenciário, destinados, em princípio, a quem possui situação migratória regular<sup>17</sup>. Por distintas razões, que serão discutidas nos capítulos seguintes, tanto a economia capitalista quanto os estados nacionais

<sup>17</sup> Interessantemente, o processo de margem que opõe, de um lado, mercados informais, e de outro lado, mercados formais incide, potencialmente, sobre a totalidade do regime de salários e contratos na faixa de fronteira. Isto se dá porque é sobre a força de trabalho estrangeirizada (isto é, “sem direitos”) que se joga, o tempo todo, a redefinição dos dispositivos de exploração cujos efeitos se expandem para todo conjunto do trabalho vivo localmente disponível. Desta forma, a prática de recrutar funcionários sem contrato de trabalho está generalizada – e afeta, indistintamente, aos nacionais e aos estrangeiros dos dois lados da fronteira – no núcleo urbano de Aceguá-Aceguá, fundamentalmente, em atividades ligadas ao comércio e ao trabalho doméstico.



assentam sua vigência na produção sistemática de margens e exterioridades. O que está em jogo neste estudo é avaliar como tais exterioridades análogas – e por vezes homólogas, posto que são produzidas de forma recíproca e simultânea pela da estatalidade e pelo mercado – se in-corporam, se fazem corpo na vida dos meus interlocutores, produzindo dramas e tramas marginais que conformam o lado menos visível da integração mercosulina.

## CAPÍTULO II

### *Fronteira*

Desde o início do século XIX, o entramado produtivo da pecuária extensiva foi o substrato de um movimento perene de migração laboral na extensa faixa de fronteira seca compartilhada por Brasil e Uruguai. Nas regiões em que realizei meu estudo, este tipo de migração transfronteiriça tem por cenário um vasto território que denomino "contexto das estâncias". O contexto das estâncias estende-se desde o Município de Aceguá, no Brasil, até o centro do Departamento uruguaio de Cerro Largo. Nele, a presença do latifúndio condiciona e subordina, das mais diversas maneiras, a emergência de certos estilos de vida, dinâmicas de trabalho e deslocamento. O presente relato é a memória dos meus percursos por essas latitudes plasmada ao *collage* de registros sonoros que, por sua vez, são frações da memória narrada de quem eu encontrei pelo caminho. A narrativa segue um padrão estético singular porque, no diálogo com novos/as e velhos/as trabalhadores/as das estâncias, o processo de interlocução também revestiu certa especificidade. Isso se deveu, em parte, às contingências da distância que separava meu lugar de estadia, na sede do Município de Aceguá, dos lugares onde aqueles interlocutores trabalhavam e levavam suas vidas. Não tive a oportunidade de encontrá-los mais do que uma vez. Por outro lado, suas vozes ocupam a maior parte das entrevistas gravadas que realizei durante o trabalho de campo. Ao passo que em minha mente restam rostos fugidios, nos arquivos do gravador ressoam histórias precisas e detalhadas. Para superar uma iminente fragmentação, que poderia comprometer a força dos relatos aportados, decidi fazer com que todos eles reverberassem ao mesmo tempo e se contextualizassem mutuamente nas linhas da breve narrativa de uma viagem metafórica. Aqui, o Caminho Internacional<sup>18</sup>, que se espraia poeirento entre as grandes propriedades para terminar, abruptamente, em lugar nenhum, é a metáfora do espaço e do tempo, a possibilidade mesma de conduzir o processo da escrita. Mas meu itinerário não obedece à monotonia retilínea que a topografia do pampa impõe a essa estrada fronteiriça e tampouco circunscreve-se à cronologia dos relógios. Avanço em ziguezague por diversos passados e presentes – às vezes assombrosamente semelhantes – e deslizo, inevitavelmente, pelos íngremes desníveis que as

---

18 O Caminho Internacional é uma estrada rural compartilhada e mantida pelos estados brasileiro e uruguaio. Seu percurso demarca a própria linha de fronteira entre os dois países.

hierarquias da classe, da raça e do gênero impõem ao trajeto<sup>19</sup>. Passemos à viagem.

\* \* \*

Tento manter o equilíbrio enquanto a frágil bicicleta motorizada<sup>20</sup> trepida no caminho de chão batido. Aceguá ficou para trás numa nuvem de terra. À minha frente diviso a planície verde, perturbada, de quando em quando, pelos desgastados marcos fronteiros. Algumas vezes eu os vejo à minha esquerda, outras vezes à minha direita. Mais raramente, eles invadem a estrada, obrigando-me a desviar. Já vão trinta minutos de percurso e algo me chama a atenção no meio do pasto. São os resquícios de uma construção cujos alicerces enegrecidos dão testemunho da imponência dizimada. Um pouco mais ao longe, envoltos pela poeira, acredito poder avistar setenta ou oitenta cavalos “com lã, com pluma de avestruz” (Clóvis, 67); eles marcham em passo lento rumo aos galpões que deveriam estar onde já não estão. Mas se os galpões estivessem ali, com certeza esses cavalos seriam apeados para descarregar mercadoria e abastecer-se novamente com “açúcar, barril de caña”, um barril de cada lado do animal (Clóvis, 67). Depois de descansar uma noite, eles voltariam a cruzar a fronteira, sempre sorrateiros, porque os milicos estão rondando e se chegam a avistar um contrabandista, disparam. “Mil novecentos e sessenta e cinco é a época dos contrabandos! Quantos tiroteios houve aí! Atiravam nos cavalos da frente, matavam dois, três cavalos. Os cavalos vinham com boçal e atados na cola [um] do outro” (Clóvis, 67). Caiu um, caíram todos. O meio-dia se aproxima, mal vejo a hora de encontrar um lugar para beber e comer algo. Sinto a boca ressequida pela areia. Não faz muito, duas senhoras sentadas à porta de uma casa, bem próxima da Estância Peñarol, informaram que na Vila da Lata havia um bom bolicho com farto estoque: bastava andar quinze ou vinte quilômetros mais.

19 A viagem metafórica é uma justaposição de encontros concretos realizados em momentos, em dias diferentes. Mantive intactos os cenários de cada uma dessas interlocuções, o horário em que elas ocorreram, os espaços onde tiveram lugar. Ordenei sua sucessão para produzir a ilusão do desencadeamento, da sequência, como se se tratasse de um único dia. As anacronias presentes no texto consistem em figurações pessoais das narrativas-de-memórias oferecidas pelos interlocutores. Os personagens deste relato foram todos contatados por intermédio de Reovaldo Rodrigues, vereador do Município de Aceguá pelo Partido dos Trabalhadores.

20 Meus deslocamentos transfronteiriços foram facilitados pela compra de uma bicicleta motorizada, conhecida como *mosquito* pelos uruguaios. No momento de sua aquisição, em uma ferragem situada na rua binacional de Aceguá-Uruguaí, o dono do estabelecimento advertiu-me que o mosquito era como um cavalo: eu precisaria “amansá-lo”. Meus primeiros dias de “motociclista” foram trágicos, enfrentei todo o tipo de problemas mecânicos e cheguei a pensar que em vez de agilizar meus percursos, a bicicleta me tornaria refém de sua maquinação teimosa. Por sorte, o dono da ferragem tinha razão. Aos poucos consegui “domar” o veículo e muito rapidamente encontrei-me em condições de realizar deslocamentos mais ou menos longos sem depender do escasso transporte coletivo local ou das caronas oferecidas, vez que outra, por algum interlocutor.

O pavimento irregular converte cada metro do percurso em uma verdadeira tortura sobre o banco da bicicleta. Cruzo pelo caminho um rapaz a cavalo, ele parece apressado. Não me intimidado, decido perguntar-lhe se a Vila da Lata está longe. “Estou vindo de lá”, responde, “são só três quilômetros mais”. Indago se está indo para Aceguá. O jovem acena positivamente com a cabeça e adverte que tem pressa, pois o bolicheiro está com o filho muito doente e lhe pediu que buscasse medicamentos no povoado. Corre o ano de 1980, o transporte público é escasso, os serviços de saúde inexistentes.

Prossigo minha viagem e não demoro em avistar o cemitério humilde e árido bem em frente da entrada de uma comprida linha de casas que se perde campo adentro. Algumas construções são de barro e ostentam telhados de palha que emitem um reflexo dourado na hora mais luminosa do dia. Só pode ser a Vila da Lata. Logo no início do casario, diviso um bolicho de madeira corroída pelo tempo. A porta aberta me deixa antever prateleiras vazias. Talvez tenha chegado algumas décadas atrasado. “Bebida... só isso” – me diz o bolicheiro, um homem de pele clara, castigada pelo sol. “As mercadorias mofam embaixo do balcão e não vende. Tem muita gente que me pergunta: “ “mas tchê, en la campaña é bom botar um bolicho?” e eu digo: “não. Era. Hoje em dia não é mais”. Bolicho de campanha tu podes ver que em toda a parte terminou, né tchê? Tinha aqui na Lata, tinha ali no monte, onde estão as taperas agora. Isso tudo tinha comércio. O pessoal das estâncias chegava nos finais de semana, ou no princípio de mês, recebia e vinha fazer compras aqui. E hoje em dia o cara coloca um bolicho forte aí, com bota, com arreio e com qualquer coisa, e mofa, fica velho, as traças comem, não vende para ninguém, né?” (Wilson, 77). Com a abertura de caminhos e a melhora dos transportes, os moradores do povoado preferem, hoje, fazer suas compras em Aceguá ou Melo, onde os preços parecem mais atrativos.

O bolicho de Wilson é fruto do dinheiro que ele conseguiu juntar logo depois de se aposentar, quando vendeu alguns animais que criava nas terras do patrão. A maior parte do seu orçamento mensal não provém, contudo, das vendas no bolicho, mas sim da aposentadoria, obtida depois que fortes dores na coluna o impediram de seguir trabalhando. Desde muito novinho Wilson já estava no campo, *alambrando*<sup>21</sup> com seu pai. Quando o trabalho faltava, buscava emprego nas propriedades rurais, tanto do lado brasileiro, como do lado uruguaio da fronteira: “nessas épocas [no Uruguai] não assinavam carteira. Hoje tem que assinar. Hoje, para o cara ir para lá, tem que arrumar uma licença, um troço”. Com boas

---

21 Estendendo cercas de arame (em castelhano, *alambre*).

recomendações, conseguir trabalho não era problema: “isso vai muito da pessoa, de ter a relação e do comportamento da pessoa: "trabalhei com o seu fulano aqui, trabalhei bem, nunca tive problema com ele", então ele [o patrão] me recomenda para qualquer outro empregador ali”.

Saindo do bolicho, caminho vagaroso e indeciso ao longo da estradinha de terra ladeada pelas casas da Vila da Lata. Observo que a maioria dos moradores, diferente de seu Wilson, são negros. A certa distância, que atravessa não menos de seis décadas, avisto algumas mocinhas muito jovens; elas vêm conversando em pequenos grupos e trazem nos braços mudas de roupa recém lavada. Uma delas bem poderia ter sido dona Gleci (79), que nasceu “em São Luis! Não, não foi em São Luis, foi em Bagé! Na antiga Vila do Torrão, que agora é Vila Floresta. Minha mãe já tinha uma filha que morava aqui perto. Morreram os patrões e [a filha] veio. Os patrões entregaram as estâncias e ela veio, arrendou casa aqui”. Já a mãe de dona Gleci alugou uma casa até juntar dinheiro para poder comprar um sítio: “daí a mãe comprou este pedaço aqui. É um sítio e meio”. E qual é – pergunto – o tamanho de um sítio? “Cinquenta”, informa Gleci. Insisto: Cinquenta hectares? “Não” – responde –, “cinquenta metros”. Fico desconcertado, tento dissimular a surpresa. Dona Gleci não parece surpreendida por minha ingenuidade. Nosso diálogo prossegue. “Quando viemos para a Lata, meu pai trabalhava, era de tudo um pouco, nas lavouras, era alambrador, era tropeiro<sup>22</sup>, tudo ele trabalhava. E a minha mãe ia nos arroios também, fazia coisas para vender, ajudava a plantar as chácaras”.

A pouca bibliografia disponível a respeito da Vila da Lata indica que essa povoação surgiu na década de 1920, quando o regime de contratação nas estâncias passou de ser predominantemente *mantenido* para tornar-se, majoritariamente, *seco*<sup>23</sup>, o que permitia o incremento dos lucros do contratante. A Vila da Lata, surgida nos interstícios das grandes propriedades rurais e fruto da alteração das relações de trabalho nas estâncias, forneceu mão de obra ao latifúndio durante boa parte do século XX, comportando uma população de famílias trabalhadores constituída, principalmente, por descendentes de negros e índios. Dona Gleci integrou o sistema de trabalho das estância desde pequena, na companhia da mãe, que era cozinheira em uma fazenda uruguaia: “Quando a minha mãe ia para o serviço eu ia

---

22 A função de tropeiro, outrora mais difundida, consiste em conduzir tropas de bois entre as propriedades ou levá-las aos frigoríficos para o abate.

23 Os termos *mantenido* (tradução ao português: mantido, sustentado) e *seco* descrevem, respectivamente, um regime de contratação onde o proprietário da estância oferece moradia e alimento ao trabalhador e outro no qual é este quem se responsabiliza por seus gastos de manutenção e residência.

trabalhar de empregada também. Ela ia de cozinheira e eu ia para cuidar criança, ou ia de copeira”. Quando indago sobre se havia exigência de documentação, minha interlocutora esboça um sorriso complacente e responde serena: “Isso não existia... O patrão te mandava embora se não ia com a tua cara e pronto”. Depois da experiência no Uruguai, Gleci começou a trabalhar sozinha prestando serviços de lavadora aos habitantes da Vila: “a gente lavava roupa nos arroios. Aqui tinha bastante casa, bastante família”.

Após despedir-me de Gleci, me dirigi ao portão do sítio da família e, talvez há dez anos, encontrei seu Ginez (76), marido de minha interlocutora. Sorridente, Ginez contou que já não precisava mais trabalhar, havia recebido a pensão do Estado brasileiro por velhice. Este homem negro e corpulento nasceu em pleno pampa uruguaio, na estância onde sua mãe era empregada, mas foi registrado no Brasil. Começou, ele próprio, a trabalhar com oito anos de idade, como tropeiro, “tocando bois”. A partir dos dezesseis anos tornou-se peão rural em propriedades brasileiras e uruguaias, indistintamente. Nelas, os capatazes lhe ensinaram todos os afazeres da lida campeira. Perguntei que lembranças ele tinha dessas experiências de trabalho, se haviam sido boas ou difíceis. “Umhas piores, outras melhores, e assim ia passando tudo”, disse seu Ginez. Prossegui no assunto: “fale-me um pouco sobre essas experiências que o senhor considera piores”. “As piores” – respondeu Ginez – “foram numa estância que eu trabalhei com um velho que tinha, ali, que era muito miserável. Eu meio que passei mal uns tempos, passava mal, de tudo um pouco. O tratamento e tudo era ruim. Mas eu precisava trabalhar. Para dormir, tinha que dormir numhas tarimbas<sup>24</sup> velhas e com uns pelegos duros, às vezes meio molhados”. “E as experiências melhores – indaguei –, como foram?” “Bom é como eu estou agora, que não tenho que fazer mais nada”. Seu Ginez abriu o portão e atravessou uma década para sentar-se, agora mais envelhecido, ao lado da esposa no banquinho do jardim; tomou em suas mãos algumas tiras de couro e continuou trançando os arreios que, eventualmente, comercializa para complementar a renda do casal. A vida entre as estâncias e as *changas*<sup>25</sup> não lhe rendeu os excedentes necessários para organizar qualquer tipo de negócio, como fizeram outros vizinhos. Nem mesmo um bolicho.

Avancei pela ruela estreita do casario rumo ao Caminho Internacional; talvez tenha cantarolado a penúltima estrofe da *Milonga de los Morenos*, de Jorge Luis Borges (“De tarde

<sup>24</sup> Tarimba é um tipo de cama rústica e desconfortável.

<sup>25</sup> O vocábulo “changa” faz referência a uma diversidade de ocupações laborais de caráter esporádico e efêmero. No tópico 2.1, analiso mais detalhadamente as características deste setor da atividade econômica na fronteira, procurando situá-lo com relação às experiências de indocumentação e deslocamento que vêm sendo analisadas.

en tarde en el Sur/me mira un rostro moreno/trabajado por los años/y a la vez triste y sereno”). De volta à estrada, prossegui o itinerário. Não foi necessário andar muito para ver-me completamente envolto em uma nuvem de poeira: novamente a década de sessenta, e mais uma vez o semblante alvo de Clóvis que, auxiliado por outros dois amigos, vem trazendo de terras uruguaias mais de cem bois. Desta vez os milicos não o preocupam, já estava tudo contratado, “inclusive um coronel”. Chegarão a Santo Antônio sem nenhum problema. Faço-me a um lado para facilitar sua passagem e os vejo afastarem-se lentamente. Eu sei que, anos mais tarde, Clóvis irá mudar-se para Salto, próximo da fronteira entre Uruguai e Argentina. Lá, será o capataz responsável por dez mil ovelhas e três mil e quinhentas cabeças de gado. Levará junto consigo dois funcionários brasileiros, compadres seus, que permanecerão no Uruguai quando, devido a uma enfermidade cardíaca da esposa, terá de regressar à Vila da Lata. A esposa de Clóvis virá a falecer, deixando dois filhos, um rapaz e uma moça. Ele voltará a casar-se, desta vez no Uruguai: outros dez filhos. Prevenido por suas próprias experiências laborais, Clóvis ensinará as crianças a trabalharem duro, a “não sujarem a carteira [de trabalho]”, a “não serem gavola”<sup>26</sup>. Vai explicar-lhes que não se entra numa estância para trabalhar um dia e sair no outro; primeiro é necessário averiguar “qual é o patrão, qual é a comida, se tratam bem”. “Os ricos se comunicam entre eles” e funcionários com carteira suja não conseguem outro emprego facilmente. Aos sessenta e cinco anos, esse exímio tropeador se aposentará como tratorista em uma propriedade da região. Teve sorte de conseguir carteira assinada na maioria dos empregos pelos quais passou – com exceção daqueles exercidos no Uruguai. Um pouco mais tarde, aos sessenta e sete anos, Clóvis seguirá apreciando a “lida de campo”, mas passará a maior parte do seu tempo cuidando do bolicho que montou com o dinheiro da aposentadoria.

O sol ainda estava alto quando cheguei ao fim do Caminho Internacional, onde um enorme marco fronteiro, coberto de declarações e amor, corações com iniciais, datas esparsas (12/06/1998; 23/11/2002; ontem) e assinaturas quase ilegíveis vela a pradaria vazia e luminosa. Com algum esforço e um pouco de imaginação, me era possível vislumbrar, muitos quilômetros em direção ao Norte, as edificações de Santana do Livramento - Rivera. Bem mais próxima, algumas centenas de metros campo adentro, em território uruguaio, havia uma pequena casa branca. Transpus a porteira e fui me aproximando lentamente. Logo identifiquei a figura de uma mulher que varria a soleira da porta. Ela parecia absorta. Gritei uma saudação

---

26 *Gavola* é o sujeito que afirma ter aptidões e conhecimentos que, na verdade, não possui.

à distância. A figura feminina fitou ao redor, localizou-me, sombreou os olhos para enxergar melhor; em seguida apoiou as mãos sobre o cabo da vassoura e sobre as mãos o queixo. Nesta atitude esperou minha lenta aproximação. Feitas as apresentações – seu nome era Carla –, sentamo-nos em umas cadeirinhas do pátio para conversar. Ela foi logo adiantando que o marido havia ido trabalhar e lavara as crianças junto, de modo que seria difícil conseguir entrevistá-lo àquela hora da tarde. Respondi que isso não importava e perguntei se não estava disposta a contar-me um pouco da sua história. Carla assentiu gentilmente.

A casinha branca onde nos encontrávamos era, na verdade, o terceiro e último posto<sup>27</sup> de um enorme latifúndio uruguaio. Faz dois anos que minha interlocutora reside ali, em companhia do esposo e de três crianças pequenas. A filha mais velha vive em Aceguá, onde é empregada doméstica. A família de Carla morava no Minuano, outro pequeno vilarejo semelhante à Vila da Lata, quando sua mãe engravidou. Complicações no parto obrigaram-na a dar à luz em Melo, capital do departamento uruguaio de Cerro Largo, fato pelo qual a criança acabou sendo registrada no Uruguai. Apenas aos quinze anos de idade Carla foi registrada no lado brasileiro da fronteira, convertendo-se em *doble-chapa*<sup>28</sup>. Seu pai era *changuero*, fazia de tudo um pouco nas propriedades rurais da região. Ele veio a falecer quando Carla tinha seis anos de idade, o que aprofundou os problemas econômicos da família: “tive uma infância bastante complicada, me criei sem pai, passei trabalho, a minha mãe não tinha o que nos dar, não tinha condições de nos dar”. Depois da morte do pai, Carla e a mãe moraram de favor na casa de diversos familiares uruguaios. Elas seguiram assim até mudarem-se para a companhia do irmão mais velho, que havia conseguido juntar dinheiro para construir um pequeno abrigo de palha nas imediações de Aceguá. Minha interlocutora comenta que começou a trabalhar aos treze anos, sempre em “casa de família”: “eu trabalhei em várias ali em Aceguá”. “Que funções tu desempenhavas?” – questiono. “Primeiro – responde Carla – eu não sabia nada. Daí uma amiga [...] começou a me levar, ela me ensinou a limpar, a lavar roupa. Também cuidei bastante de crianças. Lá no Uruguai mesmo eu trabalhei em duas casas, numa eu cuidava das crianças e na outra era um bebê”.

Pedro, o marido de Carla, é de Noblíá, mas ambos se conheceram em Aceguá por volta

27 As grandes propriedades rurais costumam ser divididas, para facilitar sua administração, entre sede e postos. Na sede encontra-se o *capataz*, responsável por controlar o funcionamento da estância, recrutar trabalhadores e treiná-los quando necessário. Cada posto, por sua vez, está sob responsabilidade de um *posteiro*, espécie de subcapataz encarregado de gerenciar o bom andamento da produção numa fração específica da fazenda.

28 *Doble-chapa* é o termo de denominação, nessas regiões fronteiriças, o sujeito que obteve registro civil tanto do lado brasileiro como do lado uruguaio da fronteira. Este é um procedimento irregular de documentação porque, na prática, o *doble-chapa* figura como uma pessoa diferente em cada um dos países onde está registrado.



dos dezenove anos de idade. Ele costumava trabalhar em estâncias longínquas, mas naquela época estava desempregado e viajava seguidamente até a fronteira para changuear. Nos primeiros quinze anos da sua vida laboral, trabalhou sem documentos no Brasil, “sem direito a nada”, conforme comenta minha interlocutora. Mais recentemente, um primo de Carla, empregado na propriedade onde o casal reside atualmente, recomendou Pedro ao patrão, que andava precisando de mais um funcionário. Pedro exerceu o ofício de peão por dois anos, contudo, o baixo salário<sup>29</sup>, insuficiente para atender as necessidades financeiras da família, o motivou a abandonar seu emprego e buscar algum posto de trabalho melhor remunerado. Para evitar a perda do empregado, o patrão “propôs de nós virmos para cá. Aí nós viemos e eu estou trabalhando também, né? Aí eu ganho o meu [dinheiro]”.

Empregada na estância, Carla exerce o ofício de cozinheira do posto. Faz comida para o marido, os três filhos que moram com o casal e os dois peões que atuam naquela parcela da propriedade. Recebe por seus serviços a quantia de sete mil pesos uruguaios mensais (aproximadamente setecentos reais). Já o marido ganha nove mil pesos (em torno de novecentos reais). A incorporação das esposas ao circuito de trabalho das estâncias é uma estratégia que permite não apenas o incremento dos ingressos familiares, mas também a partilha da vida doméstica entre pais e filhos. Contudo, como a legislação trabalhista uruguaia não obriga os proprietários a oferecerem alojamento para as famílias dos seus funcionários, apenas os trabalhadores que vivem na propriedade, como é o caso dos posteiros e capatazes, estão habilitados a empregar seus parentes. Os demais peões passam a semana no interior das fazendas e, nos finais de semana, são levados por um transporte da própria empresa aos seus lugares de residência nos povoados das redondezas.

O céu começava a colorir-se com todos os matizes do vermelho quando me despedi de Carla para retornar ao Caminho Internacional. Em direção ao oeste, era possível adivinhar as primeiras estrelas do distante firmamento invernal. Já bem próximo da porteira, eu avistei dois cavalos que iam a trote rápido pelo campo rumo à casinha branca. Sobre um dos animais, conseguia reconhecer a silhueta esguia de um rapaz jovem. Montado no outro cavalo, vinha um homem mais velho acompanhado por duas crianças. Tratava-se, com certeza, do marido e dos filhos de Carla.

Na companhia dos seus pais, aquelas crianças estavam aprendendo, desde cedo, os afazeres do campo. O filho mais velho, conforme relatara minha anfitriã naquela tarde, já

---

<sup>29</sup> Segundo meus interlocutores ao longo do Caminho Internacional, a média de salário de um peão rural no Uruguai ronda os 7.500 pesos, aproximadamente 750 reais.

estava ajudando o pai nas suas tarefas laborais. “A guriazinha (dez anos de idade)”, por sua vez, “quer ir embora para Aceguá com a irmã, não quer enxergar a estância”. Assim como seu irmão, agora com treze anos, ela pretende continuar estudando. “Pelo menos é o que dizem...”, reparava Carla. As reticências desta interlocutora talvez nos digam algo a respeito do peso que o cotidiano da estância pode ter sobre as escolhas laborais dos sujeitos, mais além das suas intenções declaradas. No Caminho Internacional, a migração de trabalhadores rurais entre estâncias implica, em alguns casos, a transferência dos seus parentes – filhos, esposas – para o interior das propriedades. Assim, ocupam-se os postos de trabalho associados não só à lida campeira, mas também aqueles vinculados ao trabalho doméstico. No contexto destas dinâmicas, as crianças passam por uma espécie de socialização no trabalho rural, acompanhando seus responsáveis em certas tarefas necessárias ao funcionamento da propriedade.

O recente aparecimento das fazendas de arroz representou uma modesta diversificação do mercado de trabalho nos arredores do Caminho Internacional. Contudo, para suprir as vagas disponíveis nesses empreendimentos, é preciso dominar o uso de máquinas agrícolas. Tal requisito acaba alijando os filhos dos peões rurais da possibilidade de integrar o ciclo produtivo das arrozeiras. Desta forma, podemos fazer, para o universo das estâncias, a mesma constatação a que chegou Verónica Trpin quando estudava a participação de famílias chilenas na produção frutícola da Patagônia argentina: “a família, como unidade produtiva, é o âmbito de socialização do futuro trabalhador” (Trpin, 2004, p.66). Contudo, diferentemente do contexto patagônico, no qual a ascrição nacional – como chilenos – é outro nexos importante que garante a entrada dos jovens na produção de frutas; na fronteira brasileiro-uruguaia é a nacionalidade jurídica – certificada mediante documentos – que determina, na conjuntura atual, quem poderá usufruir da oferta de emprego em ambos os lados da divisa política. O marido de Carla, por ser uruguaio e não possuir documento brasileiro, já perdeu várias oportunidades de trabalho no Brasil: “teve um dono de estância que quis levar ele, só que ele não podia por causa da carteira [de trabalho]”. Chegado o caso de se tornarem trabalhadores rurais, seus filhos, por serem todos *doble-chapa*, não terão o mesmo problema.

Quando me lanço de novo ao caminho de terra, o crepúsculo já está quase consumado. Os marcos limítrofes aparecem fugidios no meio da penumbra. Vai crescendo, ao meu redor, o intenso rumor biológico dos banhados. Aceguá está a uns quarenta quilômetros dali. Começo a empreender a viagem de regresso. Enfrento a escuridão cada vez mais absoluta da estrada

com o dínamo oscilante da bicicleta. Já estava me acostumando à solidão vazia e ruidosa do campo anoitecido quando avistei, à minha frente, duas pessoas a cavalo, um homem e uma mulher. Eles avançavam devagar transportando uma bagagem vultosa, pareciam estar de mudança. Estamos no final da década de noventa, tempo em que andar de carro, ou qualquer outro veículo motorizado, ainda não fazia parte do dia a dia dos trabalhadores rurais, independente da sua posição na hierarquia das estâncias. Ultrapasso o casal em silêncio. Depois de uma curva enorme da estrada, volto a encontrá-los, catorze anos mais velhos, na sede de uma propriedade rural. Sentado no jardim, seu Roberto, 57 anos, constata certa melhora nas condições de vida da família: “eu tinha só mulher e os filhos, nomás. Inclusive a mulher, quando veio para cá, veio a cavalo, os dois a cavalo. Hoje o que eu tenho dentro de casa tudo é meu [...] Hoje eu estou bem, né? O salário foi aumentando.”<sup>30</sup>

Há quase uma década e meia Roberto é capataz na mesma estância. Este é o último estágio do que ele considera ter sido uma vida laboral que seguiu seu curso “normal”: “eu nasci na [Vila da] Lata em 1955, me criei na Lata até os 15 anos, comecei a trabalhar com 15 anos, sempre trabalhando em estancia, né? Trabalhei de empregado. Depois que fiquei homem, com 25 anos, virei capataz”. Em 1975, antes de atingir a “maturidade” laboral, incursionou pelo Uruguai durante dois anos como peão campeiro na fazenda de um brasileiro. Ainda que seu pai fosse uruguaio, Roberto não possui documentação do país vizinho e nunca realizou aportes previdenciários quando estava do outro lado da fronteira. Em comparação com o que era antes, meu interlocutor constata que “hoje já está tudo mudado no Uruguai, o cara vai para lá e tem que ter documento para se registrar na caixa, né? Senão fica difícil arranjar trabalho”. De volta ao Brasil, passou por outras quatro estâncias, já então no posto de capataz.

Na maioria das grandes propriedades rurais, é comum que o capataz possua alguma autonomia para fazer a seleção de novos funcionários. Ele é, portanto, um sujeito chave na dinâmica de recrutamento dos assalariados rurais. Ao longo de toda a pesquisa, eu estive interessado em conhecer as modalidades vigentes de recrutamento de força de trabalho, pois entendia que elas se encontravam na origem dos circuitos de deslocamento dos trabalhadores transfronteiriços e podiam chegar a ter um impacto decisivo sobre a própria constituição local das relações de classe. Nos processos de mobilidade que envolvem o deslocamento de trabalhadores entre regiões expulsoras de população e regiões mais dinâmicas do ponto de

---

30 O salário de Roberto, que exerce a função de capataz, é R\$950,00.

vista produtivo, a figura do intermediário, ou atravessador de mão de obra, costuma ser crucial. Em várias partes da América Latina, “a intermediação se constituiu como uma alternativa para o abastecimento empresarial de força de trabalho disponível, de origem internacional, extrarregional e intrarregional, dando lugar à formação e consolidação de fluxos migratórios” (Steimberger et al, 2011, p. 2). O intermediário não é apenas um elo na articulação do processo produtivo, ele também atua na própria configuração da relação de trabalho, negociando, eventualmente o valor dos salários e atuando, em alguns casos, como “instrumento para disciplinar a mão de obra e neutralizar conflitos laborais, reduzindo a capacidade de negociação dos trabalhadores rurais e convertendo-se em outro mecanismo de acumulação do capital” (Idem). Se bem a figura do capataz responde, em determinadas situações, a essas características, entendo que ele não pode ser definido como um intermediário no sentido estrito do termo.

O capataz não é o contratador exclusivo de mão de obra nas estâncias, podendo tal função ser executada, também, pelo próprio proprietário. Outra questão relevante é que, nas regiões onde desenvolvi investigação, não identifiquei nenhum modelo predominante de recrutamento de trabalhadores, ou seja, os modelos de incorporação de novos funcionários à atividade produtiva das estâncias são sumamente variáveis. Algumas vezes, contam as relações de afinidade, priorizando-se os parentes por aliança; em outras situações, prevalece a mão de obra dos parentes consanguíneos – como no caso da exploração extensiva de mão de obra familiar na estância onde vive Carla – e, finalmente, os vínculos de amizade e compadrio também são meios para se obter preferência na ocupação dos postos de trabalho ofertados. Seja como for, o mero vínculo entre capataz e possível funcionário – independente da sua qualidade – não é, por si só, a garantia de uma contratação. A este respeito, Roberto comenta o seguinte: “para conseguir emprego, principalmente tem que ter boa conduta”. “Mas e o que seria boa conduta?” – questiono. “Boa conduta – prossegue meu interlocutor –, em uma estância, é o cara ser cumpridor das ordens, ser direito com o patrão e ter uma recomendação do patrão [anterior]. De que jeito saiu, ou por que saiu [do outro emprego] (...) Eu, se sair, tenho que ter uma recomendação do meu patrão”.

Não basta, portanto, demonstrar aptidões e respeito, é necessário, também, comprovar condutas pretéritas, evidenciar uma trajetória laboral disciplinada. Esse sistema de recrutamento da força de trabalho nas estâncias ocorre sob o controle mais ou menos estrito do proprietário: “[para conseguir um novo emprego] eu vou até o outro patrão, que precisa de

empregado ou pede empregado, com as informações que eu tenho do meu antigo patrão, que é para ele ter uma boa informação, porque senão não consegue. Só o cara dizer "porque eu exerço essas profissões, eu sei fazer" não basta". Feitos os esclarecimentos, resta-me uma dúvida. Qual o peso do capataz, da palavra do capataz, na negociação com os proprietários? Se ele conhece o trabalhador que está solicitando uma vaga de emprego disponível, isto tem alguma incidência positiva na consumação do contrato? "Bom – explica-me Roberto –, aí o cara vai dizer "Fulano é boa pessoa", mas assim mesmo o cara [que está pleiteando o trabalho] vai ter que ficar um mês sem contrato. Se der certo, o cara fica, senão..." E conclui reiterando: "mas, principalmente, o que a gente tem que ter é uma boa recomendação para arrumar outro serviço bom".

É comum, em determinados âmbitos da sociedade fronteiriça, que se atribua ao peão rural uma espécie de submissão "crônica" ao patrão. Tal submissão guardaria relações com a histórica "cultura" do caudilhismo e do clientelismo nos campos da América meridional. Certa ciência social tende a corroborar este tipo de assertiva, sublinhando o profundo respeito do peão à figura do patrão, sem avaliar como se constitui e mantém esse respeito. Explicar as coisas em termos de violência simbólica e capacidade da classe dominante para impor sua visão de mundo aos setores subalternos com certeza é parte da explicação, mas não sua totalidade. Ao enfatizar, em meus encontros e diálogos no Caminho Internacional, os procedimentos de contratação dos funcionários rurais, pude perceber a existência de técnicas muito mais sistemáticas, recorrentes e visíveis que contribuem à permanente fixação do controle patronal e reduzem, portanto, a margem de que dispõem os funcionários para fazer valer seus próprios interesses econômicos e políticos.

O avanço da linguagem dos direitos e a intensificação da presença de alguns órgãos fiscalizadores dos estados brasileiro e uruguaio na zona fronteiriça levaram, por um lado, ao bloqueio parcial do mercado internacional de força de trabalho que havia vicejado naquelas zonas durante todo o século XIX e inícios do século XX<sup>31</sup>. Por outro lado, a tarefa de fiscalização e promoção de direitos introduziu mediações legais relativamente novas na relação entre trabalhadores e patrões. É interessante observar que Roberto percebe a Carteira de Trabalho, instituída no Brasil em 1932 e estendida aos trabalhadores rurais em 1969 – ou seja, quando ele tinha catorze anos –, como algo positivo e *recente*: "de primeiro o cara não tinha direito a reclamar, eles diziam "bom, se tu quer comer bem, tu vai comer na tua casa, os

---

31 Ver tópico 2.3, neste capítulo.

outros não reclamaram, tu reclamou". (...) Era assim, o cara não tinha direito. (...) Depois que saiu a lei da carteira, aí mudou tudo, o cara tem seus direitos de reclamar". No entanto, o fato de os direitos serem reconhecidos como disponíveis não quer dizer que alguém realmente os reclame, já que isso poderia prejudicar um futuro processo de contratação<sup>32</sup>. Roberto, por exemplo, nunca se queixou abertamente das condições de trabalho as quais esteve exposto, o que não significa que ele tenha sido incapaz de percebê-las como inaceitáveis: “eu estava em estância, não gostava dos troços, daí a gente tem que dar o aviso, né? Dava o meu aviso, [me perguntavam] "o que houve" [e eu respondia] "não houve nada", montava e saía. Quando precisava voltar, voltava. Ia lá, pedia serviço: “tá, saiu numa boa, pode seguir” ”.

Como nos demonstram alguns trabalhos de James Scott (2002; 2004 [1990]), a consciência e a reflexividade das classes subordinadas não necessariamente cessa no momento em que a resistência aberta e declarada foi suspensa. Ocorre que, em determinados momentos históricos e conjunturas sócio-políticas, as classes de extração dispõem ao seu alcance de meios de vigilância e coação capazes de contra-restar a própria agência dos subalternos. Nesse tipo de situação, para um trabalhador como Roberto, que até bem pouco tempo atrás não tinha nada além “da mulher e dos filhos” – dependendo, exclusivamente, da venda de sua força de trabalho para adquirir os recursos necessários à implementação de projetos de vida – tornava-se preferível ir embora à reclamar. No final das contas, era o direito de fuga (Mezzadra, 2005) que Roberto fazia valer. Interessantemente, nessas zonas fronteiriças, o deslocamento e a capacidade de deslocar-se não apenas se associam à pragmática da auto-produção das classes trabalhadoras, mas também descrevem, em alguma medida, a sua possibilidade de impugnar determinadas relações de exploração e assujeitamento. Estas relações, por sua vez, tornam-se mais evidentes para os trabalhadores das estâncias – e aqui também me vêm à mente as falas de seu Ginez – quando eles se defrontam com condições desfavoráveis para a recuperação da integridade dos seus corpos depois de uma jornada de intensos esforços físicos. Alimentação de qualidade e leitos confortáveis são, portanto, as demandas mínimas de sujeitos que dependem intensamente das suas habilidades corporais para produzir valor no trabalho das fazendas.

Roberto e eu terminamos nossa conversa falando sobre seus filhos e sobre as perspectivas que vislumbra para eles. Meu interlocutor e a esposa são pais de três rapazes.

---

32 A advogada do escritório do Ministério do Trabalho uruguaio em Melo estipula que três dos quinze trabalhadores que ela atende, em média, por dia, são oriundos do campo. Também, segundo ela, os trabalhadores rurais estrangeiros que apresentam queixas ao Ministério o fazem depois de terem sido demitidos.

Apenas um deles, com doze anos de idade, ainda mora com o casal. Os outros dois, com dezessete e dezesseis anos, trabalham como empregados rurais: “estudaram até a oitava série e quiseram trabalhar. Bueno... não vou contrariar”. A única exceção é seu filho menor, “é o único que gosta de estudar, né? Gosta de computador, também. Ele não gosta de serviço de campo (...) A área dele vai ser outra, eu acho. Não vai ser igual a mim, igual a todos”. Da porta da casa, iluminada por uma luz amarelada, o rapazinho escuta, tímido e calado as palavras do pai. Algo em sua atitude me constrange e angustia. Agradeço ao meu interlocutor por sua solicitude e tomo o rumo de Aceguá. A escuridão envolve um frio arrebatador. Aferrado à miragem do hotel que me espera, vou transitando pelo Caminho Internacional, agora convertido em interminável túnel escuro. Já nenhuma centelha da memória de outrem relampeja nos acostamentos. A paisagem me ignora.

## 2.1 Produtores ou proletários?

De forma paralela ou articulada ao constante deslocamento de trabalhadores no contexto das estâncias, outros circuitos de mobilidade também tiveram lugar na fronteira brasileiro-uruguaia. Refiro-me à migração de proprietários rurais brasileiros, que conheceu seu primeiro influxo em meados do século XIX e tornou-se novamente significativa a partir da década de 1970.

Durante os conturbados primeiros anos da história republicana uruguaia, latifundiários oriundos do Brasil aproveitaram a baixa no preço das terras<sup>33</sup> para lá se instalarem com suas famílias e escravos: “em 1860, de 200 mil habitantes para todo o [Uruguai], 40 mil eram brasileiros” (Cardozo, Fernández, 1997: 90)<sup>34</sup>. Confrontado com esse cenário, o governo uruguaio vinha tentando, desde a década de sessenta do século XIX, ordenar a ocupação da fronteira com cidadãos nacionais ou estrangeiros de “tradição republicana”. Este interesse não descrevia, exatamente, uma estratégia econômica, mas sim um desejo de conter o avanço dos estancieiros brasileiros e salvaguardar a soberania territorial do Estado:

---

<sup>33</sup>Depois que o Uruguai obteve sua independência política, as elites montevidéanas, capitaneadas pelo Partido Colorado, tiveram que se lançar em uma guerra civil (Guerra Grande) contra os caudilhos do interior do país. Era necessário garantir a centralização do poder e o monopólio exclusivo do uso da violência por parte do Estado. A instabilidade política incidiu diretamente sobre o preço das terras na campanha.

<sup>34</sup> “Os cinco departamentos que reuniam essas características (...) eram Artigas, com 47% de estancieiros brasileiros; Salto, com 44,5%; Tacuarembó, com 28,7%; Cerro Largo, 35,9% e Rivera, com 47,9%” (Bleil de Sousa, 1995, p. 162 *apud* Chindemi, 2000, p. 81).

o perigo de uma ocupação da fronteira norte por brasileiros foi motivo principal de projetos de criação de um bolsão agrícola [mediante compras de terra pelo Estado] que pudesse definir uma fronteira até então sempre indefinida (Jardim, 2000, p. 14).

Tais pretensões, no entanto, só adquiriram alguma efetividade quando a pacificação dos territórios uruguaios, em 1909, garantiu a imposição definitiva de um projeto de unidade nacional baseado nas pautas da elite montevideana. Desde então, o Uruguai desenvolveu seu modelo econômico de substituição de importações e, através dele, conheceu épocas de prosperidade. A crise da estrutura agroexportadora só veio a insinuar-se no segundo pós-guerra, e para 1970 a pecuária nacional encontrava-se, virtualmente, desarticulada. Foi então que teve início uma nova dinâmica de regionalização que se caracterizou pela entrada em cena dos investidores de origem brasileira. De todas as terras vendidas no departamento fronteiro de Cerro Largo entre 1979 e 1985, 48% delas passaram às mãos de proprietários rurais brasileiros. Esta conjuntura diversificou a economia das zonas fronteiriças uruguaias e reverteu uma tendência histórica de expulsão demográfica (Cardozo; Fernández, 1997). Alguns anos mais tarde, na década de 90, a fronteira agrícola do arroz expandiu-se através do pampa sul-riograndense em direção o interior do Uruguai, fazendo com que centenas de proprietários brasileiros e milhares de trabalhadores agrícolas incursionassem nos territórios daquele país (Santa Bárbara; Haesbaert, 2001)<sup>35</sup>.

O deslocamento de proprietários e arrendatários brasileiros rumo ao Uruguai é frequentemente descrito pela literatura acadêmica em sua dimensão quantitativa e econômica, enfatizando-se os aspectos demográficos e produtivos associados à compra de terra, à diversificação dos cultivos e à composição de frentes de trabalho internacionais. Mas até que ponto é possível assumir sem reservas a divisão analítica absoluta entre produtores e trabalhadores rurais? Afinal, quem são os produtores brasileiros que, atualmente, dirigem-se ao Uruguai em busca de terras baratas? Trata-se, sem dúvidas, de um contingente vasto e heterogêneo que inclui pequenos, médios e grandes proprietários rurais, cada um com seus respectivos interesses econômicos e trajetórias sociais. Neste contexto, Paulo e Isaías, os protagonistas do seguinte relato, poderiam ser apresentados como integrantes do primeiro grupo. Contudo, a análise atenta das suas trajetórias pessoais nos convida a pensá-los para

---

35 A partir de 1970, o preço da terra no Uruguai conheceu um incremento progressivo entremeado por quedas drásticas em 1982 e 2001, anos de profundas crises financeiras. Em 2005, o valor médio do hectare rondava 1.050 dólares. Piñeiro e Moraes (2008) observam que, independente de qualquer valorização, o preço da terra no Uruguai foi sempre menor (em média) do que no Brasil e na Argentina, onde, para o mesmo ano de 2005, o valor médio do hectare era, respectivamente, de 1.550 e 3.560 dólares.



além de categorizações estanques ou esquemas fechados, de modo a construir uma apresentação criteriosa das suas experiências laborais.

Não se trata de contestar, unicamente a partir de dois casos, a diferenciação entre proletários e produtores rurais, mas sim de evidenciar que em se tratando de sujeitos migrantes e de fronteiras políticas, é sempre necessário indagar sobre como estas últimas podem dinamizar e mesmo reorganizar o status social dos primeiros, transformando, também, suas subjetividades, perspectivas e lealdades de classe. Os itinerários de Paulo e Isaías encontram-se atravessados por conjunturas familiares específicas, experiências laborais inconstantes, vicissitudes impostas pela indocumentação/estrangeiridade, ciclos de empobrecimento e proletarização. Sem desconsiderar a justaposição dos fenômenos estruturais que condicionam a ação humana, enfatizo, nas próximas linhas, a dimensão da casualidade, da inconstância, da contingência, em fim, da autonomia que inevitavelmente matiza as experiências migratórias.

### **2.1.1 Paulo**

Em Julho de 2011 fui convidado por Stella Sánchez – que exerce um intenso ativismo comunitário em Aceguá-Aceguá – para presenciar a inauguração de um jardim de infância em Villa Noblía. Segundo ela, essa oportunidade poderia ser interessante para que eu conhecesse alguns trabalhadores e líderes comunitários daquela localidade. O povoado uruguaio de Villa Isidoro Noblía (2.331 habitantes) está situado às margens da estrada nacional denominada *Ruta 8 General Lavalleja* e, juntamente com Aceguá – da qual dista 12 quilômetros –, é um dos principais núcleos povoados da quinta seção do departamento de Cerro Largo. Como é comum a outras tantas pequenas localidades fronteiriças, há poucos registros na historiografia acadêmica a seu respeito. A ocupação do núcleo urbano data de meados do século XX e o reconhecimento da localidade pelo poder público nacional ocorreu na década de 1960. A principal atividade produtiva local está vinculada com empreendimentos arroseiros e pecuários. No tocante à pequena produção, Noblía assistiu um recente processo de cooperativização dos trabalhadores rurais em torno do plantio de amendoim e da criação de gado. Tal diversificação da atividade produtiva foi possível graças aos investimentos do Ministério de Ganadería Agricultura y Pesca (MGAP), através do Proyecto Uruguay Rural<sup>36</sup>.

---

36 Cabe mencionar, ainda, que o departamento de Cerro Largo, onde estão situadas tanto Villa Noblía como Villa de Aceguá (1.511 habitantes do lado uruguaio), encontra-se em uma parte do Uruguai dedicada,

No dia da inauguração da unidade educativa de Noblía, tomei um ônibus em Aceguá por volta das duas da tarde. Após quinze minutos de viagem pela estrada retilínea avistei um pequeno cemitério à beira do caminho; em seguida as casas se adensaram, surgiu a pracinha com eucaliptos e, finalmente, o lugar onde eu deveria descer. Da parada de ônibus foram cinco minutos a pé por uma rua de chão batido até o jardim de infância, que contrastava, por suas dimensões e arquitetura, com o módico e desbotado panorama urbano circundante. Fui recebido, logo na entrada do edifício, pela sorridente Stella, que estava acompanhada por *Pablo* Beck, um pequeno produtor rural residente no povoado. Logo depois dos cumprimentos, *Pablo* esclareceu, sempre em castelhano, que na verdade chamava-se Paulo e era de nacionalidade brasileira. Conversamos brevemente sobre os objetivos da minha investigação e em seguida dirigimo-nos ao pátio dianteiro do jardim de infância. Havia mais de cem pessoas presentes, entre autoridades do Ministério de Educação, professoras, alunos, familiares e funcionários públicos da localidade.

Após cantarem o hino nacional uruguaio, todos escutaram, em atitude solene, o discurso da diretora. Entre citações de Paulo Freire e Paulo Coelho, ela reiterou a excelência da infraestrutura do jardim e sinalizou que a obra respondia a uma demanda histórica dos moradores de Noblía. O secretário do Ministério de Educação, recém chegado de Montevideú, interveio logo em seguida para corroborar a fala da diretora e sublinhar que, no atual governo, todas as regiões do Uruguai eram beneficiadas igualmente pelas políticas do Estado. Segundo ele, a instalação de uma unidade educativa de ponta “em uma localidade como Villa Noblía” tornava evidente a inversão de prioridades conduzida a partir do Poder Executivo.

Para contextualizar as colocações do funcionário do Ministério de Educação, é necessário esclarecer que, na conjuntura nacional uruguaia, as localidades fronteiriças são vividas num registro de forte alteridade, elas representam o *confim*, o lugar onde a nação arrefece ou torna-se “ambígua”. Os habitantes da fronteira costumam ser interpelados como *bayanos* pelos residentes de Montevideú. Este diacrítico sugere uma suposta proximidade dos uruguaios fronteiriços com aquele espaço cultural imaginado como brasileiro e, por isso mesmo, distanciado estética, econômica e racialmente dos estandartes capitalinos. O território uruguaio está cortado, de noroeste a sudeste, pelo Rio Negro e é possível dizer que esta corrente de água separa – do ponto de vista dos discursos hegemônicos produzidos no centro

---

essencialmente, à pecuária extensiva. O desemprego, a falta de serviços públicos de saúde, as poucas escolas e espaços de recreação e uma malha viária precarizada caracterizam Cerro Largo como o departamento que ostenta um dos piores indicadores de qualidade de vida do Uruguai.

administrativo – o Uruguai em dois: um Sul rico e um Norte pobre; um Sul branco e um Norte negro; um Sul moderno e um Norte tradicional; um Sul urbano e um Norte agrário; um Sul habitado e um Norte vazio; um Sul *porteño* e um Norte *bayano*.

Ainda que Aceguá e Noblía estejam alguns quilômetros ao Sul do Rio Negro, encontram-se inscritas ao norte desta geografia simbólica imaginada nas narrativas hegemônicas da nação. É recorrente, na história uruguaia, uma ambivalência das políticas públicas entre o descaso com a fronteira e a preocupação oficial por reforçar a “lealdade” nacional dos fronteiriços, estes potenciais desestabilizadores da segurança econômica e política da nação. Atualmente, uma forma eficaz de chamar a atenção do poder central para os problemas locais é acenar com e iminência de abrasileiramento do povo. Lembro-me que, após a solenidade de inauguração do jardim de infância, alguns moradores de Aceguá e Noblía reuniram-se com o secretário do Ministério de Educação uruguaio para reivindicar melhorias em outras unidades educativas da Quinta Seção do Departamento de Cerro Largo. Um dos recursos retóricos que eles acionavam para enfatizar a gravidade da sua demanda era afirmar que “se estaban perdiendo uruguayitos para las escuelas brasileiras”. Tratava-se de uma estratégia discursiva eficaz, pois não pode haver ameaça mais horrenda do que esta para um espírito burocrático cultivado em Montevidéu.

O cotidiano local, por outro lado, demonstra que os diacríticos hegemônicos atribuídos à nacionalidade brasileira e uruguaia estão sujeitos a uma fluida negociação, distanciando-se de qualquer estabilização *a priori*. A “confusão” envolvendo o nome de Paulo Beck exemplifica este panorama que, no entanto, não é o mesmo da década de setenta, quando meu interlocutor, então com pouco mais de um ano de idade, chegou a Noblía acompanhado pelos pais e por três irmãs. Depois de nos conhecermos na abertura do jardim de infância, tive a oportunidade de conversar com Paulo em todas as visitas que fiz à fronteira. A empatia que desenvolvemos, somada às nossas afinidades ideológicas, permitiu que construíssemos um profícuo espaço de diálogo e colaboração. Através das narrativas biográficas e das perspectivas políticas que Paulo Beck deu a conhecer durante nossas entrevistas, eu pude compreender como, paralelamente aos processos estruturais que impulsionam o deslocamento populacional transfronteiriço no meio rural, têm lugar eventos “sub-reptícios”, que podem dinamizar e até mesmo transformar, em graus variados de intensidade, todo o espectro das relações sociais vigentes nas localidades de acolhida.

Em 1976, conta-me Paulo, “não havia muito brasileiro [em Noblía], tinha até

dificuldade de comunicação (...) No máximo a rádio brasileira que penetrava aqui; mas gente brasileira que viesse morar... não é como hoje”. A emigração da sua família remonta aos primeiros momentos do ciclo de regionalização da atividade produtiva iniciado após a desarticulação da agropecuária uruguaia, que foi seguida por quedas abruptas no preço da terra:

o preço da terra era mais barato aqui [no Uruguai], então o pai conseguiu comprar 26 hectares, [ele] já estava na fronteira (...) esteve aí perto de Aceguá, do lado brasileiro, e acho que chegou a plantar uns anos aqui, arrendado. [Depois] conseguiram comprar um pedaço de terra e viemos para o Uruguai.

Paulo nasceu na cidade de Bagé, distante cerca de 65 quilômetros de Villa Noblía. Seus pais são filhos de colonos alemães que já vinham praticando de longa data a agricultura e a pecuária em terras brasileiras. Nunca dispuseram de grandes propriedades, eram e continuam sendo pequenos agricultores. Seu pai foi responsável pela introdução de alguns cultivos até então inexistentes no âmbito da agricultura comercial daquela parte do Departamento de Cerro Largo, como o da cebola e o da cenoura. Meu interlocutor estudou em escolas uruguaias e foi alfabetizado no idioma castelhano, o que não impediu que ele preservasse o português no contexto das interações de âmbito doméstico ou no diálogo com outros brasileiros que residem em Noblía. Com Paulo conversávamos, indistintamente, em português e em castelhano e havia situações, menos frequentes, nas quais mantínhamos diálogos bilíngues. Observando em perspectiva, Paulo acredita que, a partir das décadas de 80 e 90, quando houve “uma imigração de trabalhadores brasileiros muito grande, principalmente em áreas da agricultura, que eram mão de obra mais barata”, o português difundiu-se amplamente no Departamento de Cerro Largo, deixando, progressivamente, de representar empecilhos à comunicação oral.

A atividade produtiva nas lavouras de sua família nunca exigiu emprego de mão-de-obra brasileira: “era mão-de-obra daqui porque era safra muito pontual, era para a plantação e para a colheita. Já o pessoal que faz agricultura e faz arroz [necessita mão-de-obra] para a plantação, depois [para o] cuidado da irrigação. Nós utilizávamos mão-de-obra daqui de volta, de Noblía”. A imigração de proprietários e trabalhadores brasileiros também teria implicado, segundo meu interlocutor, em mudanças mais gerais na dieta dos trabalhadores rurais: “A alimentação, nas estâncias de patrões uruguaios era muito ruim. Talvez o brasileiro não pague

melhor que o uruguaio, mas sim a alimentação é bastante diferente. Hoje eu acho que os uruguaio nivelaram”. Esta constatação de Paulo foi corroborada por outros interlocutores que trabalharam em estâncias uruguaias e brasileiras nos últimos vinte ou trinta anos. Segundo eles, deu-se uma melhora progressiva no alimento oferecido aos funcionários do lado uruguaio da fronteira porque muitos deles, insatisfeitos com a comida disponibilizada pelos patrões, iam procurar emprego alhures, onde pudessem viver com mais dignidade e conforto.

Paulo tem trinta e oito anos de idade e regularizou sua situação migratória no Uruguai aos quinze. Ele relata a obtenção da residência uruguaia como um processo “horrrível” que, dado seu alto custo, exigiu certa mobilização financeira da família: “levou um bom tempo até que todos conseguissem [os documentos]. Fizemos eu e a minha irmã primeiro, depois fizeram meu pai, minha mãe e as outras duas irmãs”. A obtenção da carteira de identidade pelas vias oficiais implicou um investimento de cerca de trezentos dólares estadunidenses para cada membro da família. Refletindo sobre esta situação, Paulo conclui que, num contexto de pauperização como o vivenciado pela maioria dos habitantes de Noblíia onde, além do mais, um setor significativo da população estrangeira cumpre longas jornadas de trabalho todos os dias da semana, é natural que as pessoas recorram a vias extraoficiais para regularizar-se. Sensível ao cotidiano dos trabalhadores da região, que são, também, seus vizinhos e amigos, Paulo é um crítico mordaz de “toda esa oligarquía [que] nunca hizo nada”.

No ano de 1995, seu pai foi convidado por alguns amigos uruguaio para participar de um comício da Frente Ampla (Encuentro Progresista – Frente Amplio – Nueva Mayoría, partido de esquerda que atualmente governa o Uruguai) em Noblíia. O evento contou com a presença, como é habitual nessa região de fronteira, de militantes vinculados a forças políticas da esquerda brasileira, especificamente, ao Partido dos Trabalhadores (PT). Naquela ocasião, Paulo foi convidado por Glécio Rodrigues<sup>37</sup> a participar do PT, partido no qual militou durante as eleições municipais brasileiras dos anos 2000 e, posteriormente, nas eleições nacionais que levaram Lula à presidência, em 2002. Seu engajamento partidário, que havia iniciado em uma atividade pública da Frente Ampla, retornou ao “ponto de partida” no processo eleitoral uruguaio de 2004, quando começou “muito devagarzinho”, a fazer campanha para Tabaré Vázquez, primeiro presidente de esquerda da história uruguaia: “aí, já

---

37 Glécio é o atual coordenador de relações internacionais da Prefeitura de Bagé, administrada pelo Partido dos Trabalhadores. Natural de Aceguá, ele já se candidatou à prefeitura deste município duas vezes sem, no entanto, alcançar a vitória eleitoral. No início de minha investigação, fui recebido por Glécio em Bagé e através dele conheci o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bagé, Milton Brasil e Blanca Morales, responsável pelo Escritório Binacional do MIDES em Aceguá.

em 2008, 2009, quando foi e eleição para o Pepe [Mujica]<sup>38</sup>, aí sim eu trabalhei. Esquerda lá, esquerda aqui”.

A proximidade de Paulo com as esquerdas partidárias no Uruguai e no Brasil é de notório conhecimento no povoado de Villa Noblía. Certa vez fomos juntos visitar alguns interlocutores que andavam com problemas de documentação e, nem bem havíamos descido da motocicleta de Paulo, uma vizinha gritou, ao longe, em tom brincalhão: “¿Qué hacés aquí, comunista?” Não obstante sua vinculação com a Frente Ampla e o Partido dos Trabalhadores, meu interlocutor afastou-se, nos últimos meses, da militância partidária direta. O relato que me ofereceu num final de tarde do inverno de 2012 dá conta de “certa decepção (...) com a gerência do nosso Frente Amplio no Uruguai e aqui em Cerro Largo, (...) o partido político, não o governo, está um pouco de costas para a militância, bem de costas”. Quando Paulo fala da militância, refere-se, principalmente, aos membros da Frente Ampla que desenvolvem ativismo comunitário sem receber quaisquer contrapartidas materiais, como ele próprio. Suas críticas mais duras estão endereçadas a certos políticos e membros da burocracia partidária local que, no seu ponto de vista, “não ajudam o governo a governar”, posto que investem muito pouco esforço em fazer com que as políticas sociais do Estado, assim como os recursos de infraestrutura disponíveis, cheguem às populações alvo.

Mas a decepção com o partido não desalenta meu interlocutor de engajar-se nos processos coletivos que estão sendo fomentados pelo governo no lugar onde vive. Ele integra e intervém periodicamente nas Mesas de Desarrollo (Mesas de Desenvolvimento) promovidas pelo Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca em Noblía e Aceguá para reivindicar, junto a outros moradores da região, articulações institucionais mais consistentes que garantam a territorialização das políticas de governo e a ampliação dos direitos sociais para a população. Na perspectiva de Paulo, a importância da Mesa de Desarrollo radica em que “ela envolveu uma população bastante discriminada, que não costumava, jamais, pisar uma reunião”. Além de promover e integrar as Mesas, Paulo também faz parte, há três anos, de um grupo de pequenos produtores que solicitou terras ao Instituto Nacional de Colonización (INC) para desenvolver atividade pecuária. As terras foram atribuídas em 2011 e no marco deste coletivo de cinco produtores, denominado grupo Guayubiras, se está levando adiante o ousado projeto de coletivização do rebanho:

---

38 José “Pepe” Mujica, também político da Frente Ampla, foi Ministro de Ganadería Agricultura y Pesca de Tabaré Vázquez e veio a sucedê-lo na presidência da república depois de vencer as eleições uruguaias de 2009.

Hoje, o maior proprietário de gado dentro da colônia [de produtores] é o grupo Guayubiras, não é nenhum [proprietário] individualmente. São setenta e cinco cabeças do grupo<sup>39</sup>. (...) Estamos na metade do segundo ano e até o quarto ano, como limite, vamos ter todo o gado coletivo.

Claro que esta iniciativa encontra uma série de contratempos e exige dos pequenos produtores associados uma permanente disposição para negociar em conjunto:

Não são só cinco pessoas, são cinco famílias, cinco ideologias políticas, partidárias, religiosas, filosóficas, intelectuais (...), nós não temos um elo que às vezes têm certos grupos, em torno ao religioso e a partir daí... não. A única coisa que nós temos é que nós somos produtores rurais.

Estas colocações de Paulo são um convite para pensarmos na dinamicidade que podem adquirir os arranjos de classe, de acordo com a trajetória biográfica e a intencionalidade dos sujeitos envolvidos no processo de produção. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer, junto com Aníbal Quijano, “que as classes sociais não são estruturas, nem categorias, mas relações históricas, historicamente produzidas e nesse específico sentido historicamente determinadas” (Quijano, 2010, p.107). Em segundo lugar, é necessário pensar sobre a experiência do trabalho a partir de uma definição ampla, como elemento constitutivo do destino particular e coletivo dos sujeitos. O trabalho, portanto, “longe de se reduzir a uma lógica puramente instrumental ou sistêmica, pode ser uma via entre outras para a geração de solidariedade social e para a obtenção da autorrealização dos indivíduos” (Nogueira, 2002, p. 163). No contexto do seu percurso migratório, mais do que cruzar uma fronteira nacional, a família de Paulo foi exposta a outro contexto agrário, diferente do brasileiro, onde a contradição entre latifúndio e pequena produção, assim como a hegemonia política dos grandes proprietários rurais, era ainda mais aguda do que no interior do Rio Grande do Sul<sup>40</sup>. Estes elementos favoreceram a aproximação de meu interlocutor e da sua família aos partidos políticos de esquerda, o que converteu sua experiência de trabalho como pequeno produtor rural numa postura de enfrentamento ao domínio político das elites locais e de identificação

---

39 No total, são 450 cabeças de gado em mãos dos membros do grupo de produtores.

40 No tópico 2.3 retomo alguns fatores históricos que levaram as realidades agrárias do Uruguai e do Sul do Brasil por caminhos diferentes em que pese suas origens históricas compartilhadas.

com os interesses dos trabalhadores rurais assalariados.

Paulo Beck me conta que a chegada dos recursos do Estado aos pequenos produtores mediante o Poyecto Uruguay Rural (PUR) deu margem a uma experiência de revalorização social desses sujeitos. Na medida em que puderam abrir contas bancárias, solicitar apoio técnico e insumos para incrementar suas atividades econômicas, eles também intensificaram seu peso político nos processos locais de tomada de decisões. A organização das Mesas de Desarrollo, por sua vez, tornou-se a via oficialmente legitimada para a canalização das demandas políticas de um setor social antes desprovido de qualquer canal perene de comunicação com o poder público nacional. Foi no contexto dessas mesas, convocadas mensalmente pelo MGAP, que Paulo Beck introduziu, em parceria com Patricia Duarte, socióloga responsável por acompanhar a implementação dos projetos desse ministério na região, a proposta de alocar recursos públicos para beneficiar não apenas produtores, mas também trabalhadores rurais assalariados. Este projeto ainda está em processo de elaboração, mas Paulo me comentou que, de acordo com cotejamentos iniciais, haveria assalariados uruguaios residentes no Brasil dispostos a retornar ao país de origem e tomar parte na iniciativa.

Para compreendermos os efeitos reais das dinâmicas de deslocamento entre os países do Mercosul, não podemos nos contentar com o mapeamento dos fenômenos mais gerais de mercado, que emergem do desequilíbrio econômico e das singularidades político-jurídicas observadas em cada país do bloco. É claro que a história de Paulo se insere no movimento histórico de expansão da fronteira agrícola através do pampa, no seio de um Cone Sul regionalizado. Contudo, este percurso migratório originou um *excedente de práticas e significações* mais além das determinações estruturais que o tornaram possível, contemplando arranjos políticos e lealdades sociais que uma análise distanciada não poderia prever. O contato de Paulo com outros produtores rurais uruguaios, a tensão entre as práticas políticas hegemônicas e os interesses de participação nutridos pelos pequenos proprietários, a atuação transnacional dos partidos de esquerda, a implementação de novas políticas fundiárias no Uruguai a partir de 2005, etc., foram todos elementos contextuais que favoreceram a emergência de um discurso e de uma práxis coletiva que ilumina processos outros de integração. Tais processos, mesmo *in statu nascendi*, permitem divisar alguns vetores de mudança social e reorganização das relações locais de poder que não poderiam ser advertidos por meio de critérios quantitativos ou através de modelos analíticos enfocados,



exclusivamente, na dimensão macro-econômica da regionalização.

### 2.1.2 Isaías

Através das redes de Paulo Beck em Villa Noblía, pude entrar em contato com Isaías, outro brasileiro que, durante a década de 90, mudou-se para o Uruguai com a família. A história de Isaías complexifica ainda mais o debate sobre deslocamentos transfronteiriços no meio rural. Sua trajetória permite compreender que os circuitos de mobilidade desencadeados a partir da compra de terras por brasileiros depois da primeira metade do século XX foram estimulados pelas estratégias econômicas de sujeitos que, em alguns casos, não eram sequer proprietários, mas sim *assalariados rurais brasileiros*, pessoas que decidiram investir seus fundos de consumo na compra ou no arrendamento de terras uruguaias em busca de maiores ingressos e mais estabilidade financeira familiar.

Isaías tem vinte e seis anos, nasceu no Brasil e mudou-se para o povoado de Villa Noblía aos sete anos de idade. Ele constrói, por conta própria, muitos tipos de máquinas destinadas ao trabalho agrícola. Algumas facilitam a aragem da terra, outras servem para descascar o amendoim. Todas poupam o trabalhador de longas horas de esforços repetitivos e desgastantes. Paulo Beck não esconde sua profunda admiração pelos conhecimentos do amigo em matéria de mecânica: “é a revolução industrial feita pelo proletariado!”, exclamava ele quando caminhávamos entre as invenções depositadas no pátio dianteiro da casa de Isaías. Todas as máquinas estão dotadas de rodas que facilitam seu transporte quando outros produtores da região as solicitam para utilizá-las em suas propriedades. As rodas das máquinas também convidam Isaías a refletir sobre um aspecto específico de sua vida: a disposição para deslocar-se sempre que precisar fazê-lo. “As minhas coisas todas têm rodas. Pego todas as minhas coisas, deixo uma detrás da outra e me vou”. Entre um ciclo de despossessão e outro, entre melhores e piores oportunidades de emprego, a possibilidade de fazer as malas e partir está sempre colocada. A vida de sujeitos como Isaías depende tanto do trabalho como da circulação. Foi assim com seu pai, com seu avô, com seu irmão. Por que não seria assim com ele?

Na primavera de 2011, tive a oportunidade de entrevistar Isaías pela primeira vez. Debruçado em uma das suas máquinas rodantes, este inventor demorou-se em agradáveis relatos sobre o trabalho e as viagens, sobre a história da família e as perspectivas de futuro

que vislumbra para si. Logo no início de nosso diálogo, eu perguntei onde ele havia nascido. “Ah, eu nasci... eu não lembro...”, respondeu Isaías reticente enquanto sua memória saltava de lugar em lugar, até identificar aquele ponto do percurso que não era antecedido por nenhum outro mais. “São Sepé! Eu nasci em São Sepé!” Ali começaram as viagens.

Ainda criança, mudou-se com os pais para Bagé. Naquela época, o avô já encontrava-se estabelecido em Villa Noblía, onde podia plantar arroz a baixo custo em decorrência do preço relativamente barato das terras uruguaias. Beneficiado por certo êxito econômico, o avô de Isaías propôs aos seus filhos que apostassem na atividade agrícola em território uruaio. O pai de meu interlocutor, que era capataz de estância no Brasil, vendeu seus animais e emigrou com a esposa e os três filhos. Não demorou muito para que viessem os primeiros problemas com a produção. O avô de Isaías perdeu boa parte do que as colheitas fartas lhe haviam permitido acumular e, uma vez falido, optou por retornar ao Brasil. O pai de meu interlocutor, também descapitalizado, passou a trabalhar como empregado de um arrozeiro da região e se manteve nesse ofício até o falecimento. Quando da morte do pai, Isaías tinha treze anos e morava com o irmão e a mãe na casa da família. Desde então, ele desempenhou diversas atividades laborais: aprendeu a soldar metal e consertar motores numa oficina mecânica, dominou todo o processo de cultivo de amendoim, cortou lenha nos matagais (atividade que desenvolve até hoje, principalmente no período de inverno, quando as lareiras e fogões estão acessos dia e noite), escavou terra fértil para quem quisesse utilizá-la nas plantações; desenvolveu, enfim, uma série de habilidades necessárias para ingressar com vantagens no mercado das *changas*. Todos os seus empregos foram *en negro*, ou seja, não supunham direitos trabalhistas e previdenciários. Para obter trabalho, costumava beneficiar-se dos conhecidos, que confirmavam sua boa índole e faziam as indicações necessárias: “fulano é de família boa... é neto de fulano e filho de ciclano, pessoas boas, trabalhadoras”:

Eu faço essas coisas porque aprendi trabalhando. *En negro*, tudo *negro* também. Quando falavam "ah, vem a fiscalização", nós [os empregados] passávamos três, quatro dias sem trabalhar. Eu dizia [ao empregador]: "para não te complicar, dois, três dias eu não venho" (...) Perdia [dinheiro]. Porque [o pagamento] era por dia.

Isaías passou os últimos vinte e dois anos sem qualquer documentação que regularizasse sua situação migratória no Uruguai. Ele me conta que a irregularidade lhe trouxe

vários inconvenientes, todos relacionados com a perda de oportunidades de trabalho ou qualificação profissional. Recentemente, o Estado uruguaio ofereceu um curso para os plantadores de amendoim – atividade que Isaías aprendeu trabalhando para terceiros e que hoje pratica em terras arrendadas – mas meu interlocutor não pôde frequentá-lo, pois um dos requisitos era apresentação do documento nacional de identidade. Em outra ocasião, um conhecido na cidade de Melo lhe propôs trabalhar como pedreiro na construção de um frigorífico, mas Isaías teve que declinar também desta proposta devido à indocumentação.

**Alex:** Por que não tiraste os documentos antes?

**Isaías:** Por que não dá! Era caro. Era caro e complicado. Agora o Paulo [Beck] me falou que tinha uma gente aí, que ficava fácil. E vieram, visitaram a casa. Não precisei nem ir a Aceguá.

Neste momento do diálogo, meu interlocutor se refere aos funcionários do Ministerio de Desarrollo Social (MIDES), que desde julho de 2011 promovem um programa de documentação entre os povoadores da fronteira brasileiro-uruguaia<sup>41</sup>. Como Isaías tem filhos nascidos no Uruguai, está em condições de solicitar regularização migratória. Agora, mais do que nunca, tais trâmites apresentam-se como fundamentais para ele, isto porque, há cerca de um ano, diversos pequenos produtores de amendoim na região de Noblía começaram a se articular em torno de uma cooperativa com o objetivo de obter financiamentos e maquinário disponibilizados pelo MGAP. Isaías faz parte da cooperativa, mas quem está oficialmente credenciada junto ao Ministério é sua esposa, que nasceu no Uruguai e possui documento de identidade. Meu interlocutor narra da seguinte maneira sua relação com o cultivo do amendoim:

Outros produtores me convidaram para plantar com eles. [Havia] um tratorzinho, me convidaram para raiar (arar) e para tapar [os grãos depositados na terra arada]. E daí eu gostei, plantei o primeiro ano, o segundo ano. E daí eu resolvi começar a plantar amendoim [por conta própria]. Vai para cinco anos. Faz dois anos que eu fiz a máquina, dois anos eu plantei a mão.

A cooperativa, denominada PROQUINCEL CAL. (Produtores da Quinta Sessão do Departamento de Cerro Largo – Cooperativa Agrícola Limitada) foi oficializada em 2010,

41 Este programa será analisado nos capítulos IV e V.

contando com a participação de treze produtores, onze dos quais se dedicam à plantação do amendoim. O objetivo inicial da formação da cooperativa era obter a pessoa jurídica necessária para solicitar ao Proyecto Uruguay Rural um pequeno trator que autonomizasse os agricultores beneficiados. Durante o processo de consolidação do grupo, muitos dos interessados (que eram trinta num primeiro momento) foram afastando-se. Segundo Isaías, isso se deveu a certa descrença na efetividade do projeto governamental de incentivo à produção agrícola:

**Alex:** Mas quem é que diz "isso não vai dar certo". Isso aí vem de quem?

**Isaías:** Da maioria. Teve gente que apostou, apostou cordeiro, apostaram vinho, que não viria trator nenhum.

**Alex:** Quem eram essas pessoas?

**Isaías:** Pessoas daqui. Pessoas que estavam [no grupo inicial] e desistiram, que [pensavam que] não ia dar certo. E ainda tem. Eles dizem "não, a cooperativa não vai dar certo". Nós sofremos sim, e estamos passando trabalho por uma coisa ou por outra, *pero* tudo que é cooperativa tem esses probleminhas, tudo quanto é negócio tem os seus problemas. *Pero* eu acho que anda *buenazo*, porque tudo a gente vai arrumando, até que uma hora vai dar certo.

As dinâmicas do mercado de trabalho e da produção na região da fronteira convidaram Isaías a explorar múltiplos labores, principalmente depois que sua família experimentou o último ciclo de despossessão desencadeado pela falência do empreendimento agrícola do pai. Pelo menos desde Marx, sabemos que no capitalismo os meios de produção enfrentam os trabalhadores como algo alheio e que os submete. A história da família de Isaías é a história de uma mobilização permanente de habilidades através das quais seu avô, seu pai e agora ele próprio, tentaram tomar em suas mãos certa quantidade de recursos que lhes permitisse controlar, ainda que parcialmente, seus meios de autoprodução. Construindo máquinas, pleiteando documentos uruguaios e investindo pesado numa cooperativa desacreditada por muitos, Isaías pretende evitar os efeitos excludentes das dinâmicas cambiantes de um circuito informal e binacional de venda da força de trabalho ou dos produtos do trabalho que, a partir de agora, passarei a denominar *mercado das changas*. O caráter eventual e efêmero das “changas” tende a negar, por períodos mais ou menos transitórios, o valor de uso da força de trabalho de uma parte da população fronteiriça, colocando em xeque sua própria existência como trabalhadores.

O relato de Isaías nos dá uma ideia do impacto específico que a busca pela documentação exerce quando se trata de mitigar a incidência da despossessão na vida cotidiana. O estatuto de cidadão e sua contrapartida, a condição de não-cidadão, demarcam a fronteira entre a vida política legítima e a vida que se encontra exposta, mais sistematicamente, às clivagens supressivas da socialidade, fundamentalmente, à lógica da produção capitalista<sup>42</sup>. A relação capital/trabalho instila na existência do trabalhador um drama que, em princípio, lhe é absolutamente alheio: a necessidade de reprodução do capital. Mesmo quando tiver seus documentos em mãos<sup>43</sup>, Isaías não estará em condições de ausentar-se completamente deste "drama alheio", mas poderá reivindicar com maior desenvoltura o valor de uso da sua força de trabalho, incrementando o leque de possibilidades econômicas ao seu alcance. Mesmo agora, sem documentação, Isaías já vem implementando esse tipo de estratégia, como demonstra o caso da cooperativa PROQUINCEL. Por meio da cooperativa, ele está conseguindo converter a destreza em cultivar amendoim – desenvolvida no mercado das *changas* – no ponto de partida para a reivindicação do status de produtor rural perante o Estado uruguaio. Situações como esta permitem concluir que o mercado das *changas* não está em total descontinuidade com a esfera formal da economia fronteiriça. Entretanto, a possibilidade de trânsito da primeira para a segunda esfera – ou seja, o desenvolvimento, na segunda esfera, das habilidades laborais incorporadas pelos sujeitos entre uma *changa* e outra – depende, necessariamente, da busca de documentação.

Esta particular realidade, na qual os documentos representam para os sujeitos a única possibilidade de assegurar o valor de uso da sua força de trabalho por fora mercado das *changas*, realça o fato de que, se bem a condição de classe e as relações de exploração radicam, em primeira instância, na divisão social do trabalho, existem clivagens contextuais que as complexificam. As experiências laborais de Isaías dão conta daquelas situações em que a exterioridade do Estado (estrangeiridade) e a exterioridade do capital (desemprego, precarização) se entrelaçam e – determinando-se mutuamente – produzem o binômio indocumentado- *changuero*. Ao suspender o primeiro termo do binômio (a indocumentação), Isaías pode renegociar e mesmo transcender as relações descritas pelo segundo, melhorando, assim, suas condições de trabalho e ampliando o poder sobre seus próprios recursos, meios e instrumentos de produção na pequena escala.

---

42 Este debate terá prosseguimento no capítulo IV.

43 Na última etapa do meu trabalho de campo, em Julho de 2012, Isaías ainda não havia concluído seu trâmite de documentação.

## 2.2 Deslocamentos “invisíveis”

Na primavera de 2011 chegou ao Município de Aceguá (Brasil) um grupo de jovens cineastas com a intenção de organizar uma oficina de cinema junto aos estudantes da localidade. O contato com os responsáveis pela oficina deu-se por intermédio de Maria<sup>44</sup>, funcionária da Prefeitura que vinha facilitando meu acesso às instituições públicas em funcionamento do lado brasileiro da fronteira. Através da oficina de cinema, eu esperava poder estabelecer interlocução com os jovens residentes na sede do município, aproximando-me das suas rotinas escolares e conhecendo suas perspectivas de inserção profissional. Entretanto, o profundo engajamento dos estudantes com a proposta dosicineiros não me deixou grande margem para explorar diálogos que transcendessem as inquietudes mais diretamente relacionadas com o filme que eles estavam por realizar. Se meus objetivos iniciais não puderam ser alcançados naquela oportunidade, presenciar os encontros da oficina e acompanhar parte do processo de filmagem permitiu que eu compreendesse melhor uma realidade laboral até então pouco familiar para mim: a dos pequenos contrabandistas fronteiriços.

Pode parecer insólito que, já bem avançado o trabalho de campo, um estudo focado nas experiências de trabalho e deslocamento em zonas de fronteira ainda não tivesse abordado o sistema de migrações pendulares suscitado pela atividade do contrabando. Devo observar, entretanto, que desde que cheguei a Aceguá, a questão do comércio ilícito era uma enunciação recorrente entre meus interlocutores<sup>45</sup> e mesmo durante o processo de levantamento bibliográfico que antecedeu o trabalho de campo, eu já podia imaginar a relevância assumida pelo contrabando na construção das narrativas locais. Vejamos o que dizia, a respeito de Aceguá, uma das primeiras referências levantadas<sup>46</sup>: “O desenvolvimento da economia esteve a cargo das espáduas fortes e curtidas dos operários do grande formigueiro melense<sup>47</sup> (...) que transportam mercadorias, antes em mulas, depois em bicicletas, agora em motos e às vezes em alguma velha caminhonete”.

Antes mesmo de qualquer contato com a bibliografia especializada ou com os

---

44 Nome fictício.

45 “Lo que en Montevideo se llama contrabando, acá se llama trabajo”, comentava Stella Sánchez já no meu primeiro dia de pesquisa em Aceguá.

46 Extrato do diagnóstico realizado pela mesa de fronteira de Aceguá (Uruguai) no marco do 6º Seminário de Fronteira, organizado em 2009.

47 Melense diz respeito à cidade de Melo, maior centro urbano e capital do Departamento de Cerro Largo.

contextos etnográficos de Aceguá, as poéticas do contrabando fronteiriço já me eram bastante familiares. Fiquei profundamente comovido pelo filme *El Baño de Papa* quando fui assisti-lo em uma sala de cinema de Porto Alegre no ano de 2008. Esta obra cinematográfica conta a história de Beto (encenado por César Troncoso), pequeno contrabandista de fronteira que investe as escassas economias da sua família na construção de um banheiro público tarifado. O rústico quarto de banho, instalado no pátio de casa, deveria suprir as necessidades dos milhares de brasileiros que afluíam a Melo para presenciar a missa do Papa João Paulo II, em 1988. No final da trama, após inúmeros infortúnios vividos pelo protagonista, o Papa de fato chega a Melo, mas o mesmo não ocorre com a multidão de peregrinos que era esperada. Esta tragédia produz uma frustração generalizada e impinge enormes transtornos financeiros aos habitantes da cidade, que, assim como Beto, haviam investido o pouco que tinham em comida e mercadorias para vender aos turistas.

Além do *Baño del Papa*, outra produção artística também me vem à mente sempre que ouço a palavra “contrabando”. Trata-se da canção *Camino de los Quileros*, composta por um dos pilares do folclore uruguaio, Osiris Rodríguez Castillo. Esta música, que reveste ares de hino para muitos habitantes da fronteira, expressa a visão de um artista montevideano sobre o modo de vida dos *quileros*, termo derivado da palavra “quilo” e utilizado para fazer referência aos pequenos transportadores de mercadorias que atravessam cotidianamente aquelas divisas nacionais. As primeiras estrofes da letra escrita por Rodríguez Castillo descrevem o caminho dos quileiros como “o caminho do pobre que busca o pão”:

*Hay un camino en mi tierra  
del pobre que va por pan;  
camino de los quileros  
por las sierras de Aceguá*<sup>48</sup>.

Os ecos da canção de Osiris Rodríguez Castillo continuam repercutindo na produção musical recente de alguns tradicionalistas em Aceguá. Um deles, durante as comemorações do

---

48 Assim prossegue a canção: Tal vez sin ser bien baqueano/cualquiera lo ha de encontrar,/pues tiene el pecho de piedra/pero el corazón de pan./Guricito piernas flacas,/barriguita de melón,/donde hay tantas vacas gordas/no hay ni charque para vos.../Tu bisabuelo hizo patria,/tu abuelo fue servidor,/tu padre... carneó una oveja/y está preso por ladrón./Tomá café con fariña/y andá guapeando por a'i;/mañana... mate cocido;/pasado... Dios proveerá./Mañana busca el camino/del pobre que va por pan;/si no me para una bala,/pasado te traigo más.../Caña, yerba, raspadura,/y un rollo e' naco nomás.../los pobres contrabandiamos/a gatas pa remediar.../Bien gaucho es el tal camino/pero es duro de pelar.../Camino de los quileros/por las sierras de Aceguá.

Vinte de Setembro, fez questão de mostrar-me, no potente aparelho de som do seu carro, a mais recente canção que havia elaborado sobre o contrabando fronteiriço. Não guardei na memória toda a letra dessa composição, mas lembro de frequentes alusões à pobreza e à desesperança que, misturadas com o discurso da complacência, plasmavam a exaltação de uma heroica luta pela sobrevivência.

Mesmo que a temática do contrabando transfronteiriço não me fosse de todo estranha e se manifestasse, sob diferentes formas, no dia a dia da pesquisa de campo, eu vinha encontrando dificuldades para estabelecer contato direto com os quileiros. Estes sujeitos, na sua totalidade homens, começam a chegar a Aceguá no anoitecer, sempre montados em suas motocicletas adaptadas para o transporte de cargas. Costumam aglutinar-se ao redor do enorme marco fronteiriço localizado na extremidade sul da praça binacional e ali permanecem, por cerca de duas horas, carregando mercadorias. Os funcionários das casas de comércio do lado brasileiro levam os botijões de gás e os sacos de farinha, açúcar, cebolas, batatas até o outro lado da fronteira para, em seguida, ajudar os quileiros a acomodá-los nas motos. Apesar de sua atividade ser tolerada pelas autoridades uruguaias, os quileiros evitam dar entrevistas, conversar com desconhecidos ou deixar-se fotografar: sempre que sua presença na fronteira foi evidenciada em grandes meios de comunicação, tanto no Brasil como no Uruguai, as atividades repressivas da polícia intensificaram-se. Por esta razão, nunca havia trocado mais do que algumas palavras com eles e, até setembro de 2011, conseguira acessar, basicamente, os relatos dos comerciantes brasileiros que lhes fornecem mercadorias.

Quando, em uma das reuniões da oficina de cinema, decidiu-se que o resultado final do processo de aprendizagem seria um documentário sobre os quileiros, fiquei entusiasmado. Pensei que a presença de jovens da localidade na equipe de produção dissiparia a desconfiança dos motociclistas abrindo uma grande oportunidade para conhecer melhor aquele singular circuito de intercâmbio comercial representado pelo pequeno contrabando. Na primeira etapa da produção do documentário, foram recolhidos depoimentos de antigos moradores da localidade que haviam tido alguma relação com o comércio fronteiriço. Neste contexto, viajamos até a Ponte da Mina, lugar onde se concentrava boa parte da atividade comercial de Aceguá até meados do século XX, quando a construção de uma rodovia levou à transposição dos pontos de venda para o setor do município no qual atualmente se encontram. Nas proximidades da Ponte da Mina ainda restam as estruturas enegrecidas pela umidade dos grandes pavilhões onde outrora funcionavam pujantes estabelecimentos dedicados à



comercialização de alimentos, vestuário, combustível, bebidas e ferramentas de trabalho. Era sentado nas escadarias de um desses armazéns, sob o foco das câmeras e o olhar atento dos jovens documentaristas, que Edgardo Torres, velho morador da localidade, relembrou, com os olhos marejados, o passado comercial da sua família.

Enquanto isso, a alguns metros dali, no meio das árvores que cresciam ao redor do edifício abandonado, tinha lugar um tenso debate. A expressão grave dos envolvidos contrastava com a euforia e o otimismo partilhados pelos documentaristas. Desenvolvida em tom baixo e preocupado, esta conversa opunha, de um lado, a representante da Prefeitura de Aceguá – Maria – enviada para acompanhar os cineastas, e de outro, uma vereadora que fazia oposição à administração municipal e um representante da prefeitura da cidade de Bagé, que estava apoiando logisticamente a realização da oficina. Quando me aproximei do grupo, a primeira voz que escutei foi a de Maria. Com expressão compungida, ela argumentava que na fronteira existe uma ingenuidade generalizada a respeito do contrabando, uma espécie de aceitação social que, no entanto, não pode contar com a conivência da prefeitura. Por sua vez, a vereadora da oposição procurava esclarecer que o documentário abordaria a atividade do contrabando como uma “questão social” decorrente das privações econômicas de “pessoas que não têm oportunidades”. Para tranquilizar a representante da administração de Aceguá, o funcionário procedente de Bagé ressaltava que todas as autoridades locais haviam sido devidamente informadas sobre o trabalho dos documentaristas e ninguém levantara objeções: “nós só vamos mostrar o que é a realidade, nada mais, nada menos. Fica tranquila, Maria”. Nenhum dos argumentos pareceu convencê-la, mas as decisões sobre o documentário fugiam completamente ao seu controle e não havia nada que pudesse ser feito.

Em diálogos posteriores, pude compreender um pouco melhor o ponto de vista dessa funcionária. Interessada em preservar a “boa imagem” do município, ela se perguntava, reiteradas vezes, por quê, diante de tanta beleza natural e fascinantes manifestações culturais como a Semana Farroupilha, as pessoas insistiam em visibilizar a parte “feia” da vida local. Para Maria, a atividade dos quileiros representava um tipo de disfunção decorrente da “pobreza” e, por isso mesmo, em vez de ser exaltada, precisava ser entendida como um problema social cuja solução permanece, ainda, pendente. Neste ponto, e não obstante as contendas políticas da região, suas opiniões parecem convergir com as dos seus dois antagonistas no debate da Ponte da Mina. Existe uma percepção generalizada de que os quileiros são pessoas pobres, defrontadas com uma opção laboral extrema, única alternativa

capaz de livrá-los do desemprego e da miséria. Estas representações, também adotadas por alguns dos responsáveis pela oficina de cinema, fizeram-se novamente evidentes no momento em que o grupo dirigiu-se ao marco fronteiro para entrevistar os próprios transportadores irregulares de mercadorias. Diante da recusa dos quileiros a serem filmados e gravados, osicineiros argumentaram que o documentário poderia trazer algum benefício para a região, alertando sobre as necessidades da população da fronteira. Alegaram, também, que seu trabalho não tinha nada a ver com a imprensa, que se tratava de uma pequena produção envolvendo moradores da localidade. Não havia caso. Os quileiros estavam decididos a não dar entrevistas. Alguns esboçavam expressões jocosas enquanto faziam comentários em voz baixa, outros afastavam-se do local e prosseguiam carregando suas motocicletas, um deles, inclusive, filmava a frustrada insistência dos cineastas com a câmera do celular.

No meio do burburinho eu identifiquei José<sup>49</sup>, o único quileiro com o qual havia conseguido trocar algumas palavras na última vez que estivera em Aceguá. Decidi aproximarme. Logo após cumprimentá-lo, esclareci que não fazia parte do grupo que estava realizando as filmagens. Para minha surpresa, ele afirmou lembrar-se de já ter me visto por ali fazendo perguntas e conversando com os comerciantes. Aproveitei a relativa receptividade daquele homem para tecer breves comentários sobre meu estudo, reiterando que não guardava qualquer relação com os meios de comunicação e tinha por objetivo focar o cotidiano de quem trabalha nas fronteiras e através delas. Ele me disse, então, que suas restrições ao trabalho dos documentaristas deviam-se o fato de ser impossível saber qual repercussão teriam as imagens produzidas e quem iria vê-las. Para José, independente do sentido que os cineastas pretendiam dar à prática dos quileiros, o fato era que as autoridades brasileiras e uruguaias sempre iriam avaliar o contrabando como uma transgressão. Neste momento perguntei-lhe se poderia ligar o gravador para registrar mais detalhadamente sua experiência com as autoridades policiais. José acenou positivamente com a cabeça. Retirei o gravador da bolsa que levava a tiracolo e repousei-o, discretamente, sobre o banco da moto.

De acordo com seu relato, a repressão ao contrabando na fronteira foi muito intensa entre os anos 2000 e 2004, época em que ele chegou a ter cinco motos confiscadas pela polícia uruguaia. Nos períodos de perseguição policial mais sistemática, um oficial aduaneiro celebrou-se entre os quileiros de Aceguá devido à sua violência e autoritarismo. Este homem foi batizado de Rambo pelos *gurises* (guris) – assim se tratam os quileiros entre si –

---

49 Nome fictício.

porque gostava de andar com roupas camufladas do exército mesmo sem ser militar: “subía a los ómnibus armado, yo lo vi así varias veces. Disparaba en el campo”. Como era de se esperar, não demorou muito para essa figura antipática despertar um profundo rancor entre os quileiros; rancor que veio a materializar-se numa situação de agressão física narrada com entusiasmo por meu interlocutor:

**José:** Allá en el Paso Jeremías el Alejandro<sup>50</sup> iba en un Chevette ¿viste? Y se topó con el Rambo de frente y disparó por un camino feo. Y el auto [de Alejandro] no pudo avanzar, se quedó. Y la móvil<sup>51</sup> venía con Eduardo y Santiago, otros aduaneros ahí, y le tiraban al auto viste. Cuando se bajaron ahí, el auto quedó en el paso, y Alejandro le pegó [al Rambo], y le metió la cabeza en el agua<sup>52</sup>.

**Alex:** Y qué le pasó a Alejandro?

**José:** Alejandro estuvo prófugo casi dos años. Y mientras estuvo él acá [en Aceguá], estuvo prófugo y después lo prendieron. Se confió ¿viste? Pasó a Noblí, lo prendieron y estuvo en la cárcel<sup>53</sup>.

É claro que são raras as vezes nas quais a relação de força entre os quileiros e a polícia inverte-se em favor dos primeiros. Na maior parte do tempo, esses transportadores de mercadoria desenvolvem seu trabalho em uma tênue “zona de anuência” imposta pelas próprias autoridades fronteiriças. Sugiro, aqui, que a atividade do contrabando não se estabelece como exterioridade absoluta da lei. Pelo contrário, ela se dá “na letra da lei”, ou melhor, nas margens fixadas por aqueles que monopolizam a tarefa de interpretar e implementar a normativa vigente no nível local, a saber, os policiais. Esta situação fica mais nítida se prestarmos atenção às próprias características do pequeno transporte de contrabando na fronteira de Aceguá: os quileiros chegam à cidade no final da tarde; viajam de volta a Melo – onde entregam as mercadorias – quando o sol já se pôs; mantêm apagados os faróis das suas

50 Nome fictício como todos os demais que aparecem no relato transcrito.

51 “Móvil” é a unidade móvel da polícia aduaneira.

52 Uma tradução possível para a fala de José: “Lá no Passo Jeremías o Alejandro ia num Chevette, viste? De repente ele bateu de frente com o Rambo e saiu correndo por um caminho feio (ou seja, acidentado, precário). E o carro do Alejandro não conseguiu avançar, ficou parado. E a viatura vinha com Eduardo e Santiago, outros aduaneiros, e davam tiros no carro [de Alejandro]. E quando eles desceram, ali, [porque] o carro tinha ficado no meio do caminho, o Alejandro [aproveitou para] bat[er] no Rambo, meteu a cabeça dele dentro da água”.

53 Tradução possível: “O Alejandro esteve foragido quase dois anos. Enquanto ele esteve aqui [em Aceguá] esteve foragido e depois o prenderam. Ele se descuidou, viste? Foi a Noblí, o prenderem e ele esteve na cadeia”.

motocicletas, aumentando o risco de acidentes. Como veremos na continuação, essas condições, que tornam extremamente arriscado o trabalho dos quileiros, são fruto da forma singular como a lei é negociada e aplicada naquela zona limítrofe.

**Alex:** ¿Hay arreglos entre ustedes y la aduana?

**José:** No. Ellos ahora nos dejan pasar.

**Alex:** Y ustedes vienen a la noche para evitar, digamos...

**José:** Porque [los aduaneros] no quieren que anden de día, podemos andar pero ellos no quieren vernos.

(...)

**Alex:** Así que el control se hizo más intenso durante el gobierno Batlle... ¿ahora es más fácil o es igual de complicado?

**José:** Escuchame una cosa, ahora hace poco el jefe de aduana que estuvo acá también persiguió a nosotros. Así que no depende del gobierno sino del funcionario.

As restrições e dificuldades associadas ao trabalho dos quileiros têm relação direta com a disposição e a tolerância dos oficiais de turno na Aduana. A qualquer momento as condições podem mudar, o que ocasionará, também, uma transformação na própria dinâmica do contrabando, tornando-o mais ou menos arriscado e oneroso para quem decide praticá-lo. Paralelamente ao circuito dos quileiros, existem, na zona urbana de Aceguá, outros sistemas de transporte irregular de mercadorias, cujas cargas são muito maiores que as conduzidas pelas motocicletas. As linhas de ônibus entre Aceguá a Melo transportam diariamente – são cerca de catorze viagens por dia – em seus porta-malas centenas de quilos de produtos para a capital de Cerro Largo. Estes carregamentos, no entanto, estão menos expostos à repressão policial porque, ao envolverem interesses econômicos mais poderosos, abrem margem ao pagamento de propinas que aplacam a ingerência da fiscalização. Como o fator monetário está ausente da negociação entre aduaneiros e quileiros, a alternativa colocada para estes últimos é firmar uma espécie de *pacto de invisibilidade* onde eles se comprometem a moldar-se da melhor forma possível às proibições da lei para, sob esta condição, não serem interpelados por ela – ou em nome dela.

A permanência da atividade dos quileiros se negocia, portanto, naquela margem inevitável que Das e Poole (2008) identificam entre a norma e sua atualização sobre os corpos. A visibilização pública do transporte irregular de mercadorias é rechaçada pelos

pequenos contrabandistas porque reduz seu espaço de manobra entre a lei oficialmente codificada e a imposição desta pela vontade policial. A veiculação de imagens de motos carregadas de botijões de gás, sacos de açúcar, batata e outros gêneros alimentícios traz à tona a materialidade do contrabando, exigindo que as autoridades tomem partido, mostrem-se – como dizia minha interlocutora da Prefeitura de Aceguá – conscientes da ilegalidade praticada. Eventos desta ordem podem significar a ruptura do “pacto de invisibilidade” que, na maior parte do tempo, amortece a aparelhagem repressiva do Estado e garante o vai e vem das motos entre Melo e Aceguá.

A tensão entre os quileiros e os documentaristas defronta-nos com um debate ético envolvendo questionamentos acerca da produção e difusão da imagem pública do outro, da sua construção como vítima ou vitimário e das consequências que isso pode ter sobre a sua vida e o seu corpo. Neste sentido, tanto uma matéria sensacionalista em um telejornal que pretende denunciar as “contravenções” fronteiriças quanto um documentário “sensível” às narrativas locais são, ambos, capazes de produzir efeitos semelhantes no que tange ao acirramento do controle das fronteiras. Os dois tipos de produção consistem em representações que propendem ao realismo e a repressão policial desata-se, justamente, sobre a materialidade dos “fatos”, do que é apresentado como real, ou seja, sobre a pessoa quileiro, sua moto e suas mercadorias, que estão onde “não deveriam” estar.

Diante das constatações realizadas até aqui, poderia ser objetado que o documentário produzido na oficina de cinema, mais além de filmar os quileiros, procurava historicizar sua existência, inserindo-a no entramado das memórias e das conjunturas econômicas locais. É necessário reiterar, contudo, que dificilmente a violência estatal poderia ser abrandada através da evocação de uma realidade contextual complexa e/ou historicamente determinada. O próprio poder da polícia resulta dessa sua capacidade de filtrar arbitrariamente quaisquer aspectos conjunturais para produzir a figura excepcional do delinquente nas antípodas do elemento funcional e coeso que seria a própria sociedade. Desta forma, a restauração dos contextos e das trajetórias sócio-históricas associadas ao contrabando fronteiriço não poderia mais do que repercutir tenuemente na racionalidade policial. Mas isso não significa que tais procedimentos interpretativos sejam completamente irrelevantes. Pelo contrário, eles podem chegar a produzir efeitos transformadores em outros âmbitos do Estado, como aqueles dedicados à formulação de políticas sociais. Neste caso, entretanto, se um documentário limita-se a reproduzir *a priori* as ideias de vitimização, pobreza ou “problema-social-que-

precisa-ser-resolvido", termina apenas corroborando certo tipo de intervencionismo no qual importa muito pouco a capacidade dos sujeitos de refletirem sobre a própria vida e de formularem soluções para aquilo que eles mesmos entendem como constrangimentos efetivos à sua auto-realização.

Nos últimos momentos do nosso diálogo, José me contou que já foi padeiro e trabalhou na construção civil, observando o seguinte a respeito dos dois empregos anteriores: "allá te explotan". Assim como outros membros da *servant class* fronteiriça, também os quileiros exercem sucessivas profissões ao longo das suas vidas e podem, inclusive, conjugar o transporte de mercadorias com atividades laborais paralelas, de forma a complementar<sup>54</sup> sua renda

**José:** Hay gente que hace esto (contrabando) y tiene boliche y complementa. Hay gente que trabaja en el [frigorífico] Pul y venía acá.

**Alex:** ¿O sea que es posible conjugar dos formas de trabajo?

**José:** Y seguro, acá venía otro gurí que trabaja de inspector de tránsito ahí y tá, y le da el horario y viene acá, ¿viste?

Estas colocações de meu interlocutor contradizem qualquer noção estanque a respeito de quem "são" os quileiros. Até mesmo funcionários de órgãos de fiscalização do Estado podem desempenhar o pequeno contrabando para incrementar seu salário. Não se trata, portanto, de homens que se veem obrigados a escolher uma profissão extrema por não disporem de outras oportunidades de emprego.

Mesmo que a implantação do Mercosul tenha acarretado uma profunda crise no comércio de fronteira<sup>55</sup>, o transporte de produtos primários ou industrializados entre Aceguá e Melo nunca cessou completamente. A flutuação das taxas de câmbio é, sem dúvidas, uma das razões pelas quais ainda pode ser conveniente comprar determinadas coisas no Brasil em vez de fazê-lo no Uruguai. Existem, no entanto, outras variáveis que sustentam a vigência dos mercados informais transfronteiriços e nem sempre guardam relações com a razão utilitária. José me explica, por exemplo, que as pessoas em Melo gostam do azeite brasileiro por

54 Os quileiros geralmente cobram 750 pesos uruguaios (aproximadamente R\$75,00) por viagem até Aceguá. Descontado o valor da gasolina, podem chegar a embolsar 500 (R\$50,00) pesos em cada trajeto.

55 A Secretaria da Fazenda de Aceguá estima que, antes do Mercosul, havia mais de cem comércios estabelecidos na cidade. Atualmente, este número não passa de trinta estabelecimentos que empregam, em sua grande maioria, funcionários brasileiros e uruguaios sem carteira assinada. Apenas 6% do PIB do município provém do comércio.

considerá-lo mais “forte” que o uruguaio. O mesmo ocorreria com o gás, conforme comentava um vendedor de botijões em Aceguá: muitos melenses acreditam que o gás brasileiro “queima melhor” do que o gás comercializado no Uruguai. José, por sua vez, oferece outro esclarecimento a este respeito. Segundo ele, alguns habitantes mais pobres em Melo demandam o gás brasileiro porque não têm dinheiro para substituir seus botijões pelos uruguaios, cuja válvula de encaixe é distinta: “el precio [del gas] es el mismo, allá está 330 [pesos uruguaio] y acá está 330”.

Seja como for, o contrabando continuará sendo uma possibilidade de trabalho sempre presente na fronteira brasileiro-uruguaia. No caso de José, a opção pelas viagens de moto não foi uma escolha desesperada, motivada pela miséria ou pela falta absoluta de perspectivas. Ao contrário, meu interlocutor decidiu dedicar-se ao contrabando após vivenciar e descartar outras atividades laborais disponíveis<sup>56</sup>, de acordo com critérios morais individuais sobre dignidade pessoal e valor do próprio trabalho. Nesta perspectiva, o “problema social” não seriam exatamente os quileiros, mas sim a tremenda desvalorização do trabalho braçal na maioria dos setores da economia local.

### **2.3 Fronteira, deslocamento, trabalho: continuidades e descontinuidades**

O deslocamento de pessoas nos circuitos transfronteiriços do trabalho e da produção representa uma continuidade histórica da região do Cone Sul. Contudo, as características desse movimento registraram transformações substanciais desde o período de consolidação da hegemonia territorial dos Estados nacionais até o atual período de regionalização econômica sob a égide do Mercado Comum do Sul (Mercosul). A mudança das dinâmicas migratórias – e por conseguinte, da própria experiência social dos trabalhadores e trabalhadoras que vêm cruzando a fronteira brasileiro-uruguaia através dos séculos – responde, em boa medida, à reconfigurações políticas e econômicas verificadas tanto no interior dos países da região como no plano das suas relações internacionais.

Em comparação com os processos posteriores de regionalização da economia no Cone

---

<sup>56</sup> Lembremos que José já foi padeiro e pedreiro. Apesar de existirem abundantes postos de trabalho na construção civil uruguaia – principalmente com a edificação de *free shops* em Rio Branco e Aceguá, mas também nas obras da infraestrutura de serviços, como os restaurantes, que se beneficiam do afluxo de turistas –, este é um setores da economia onde se registram as piores condições de trabalho. Lembro-me que, certa feita, enquanto tomava o café da manhã no bar de Yanet, localizado em Aceguá-Uruguai, ouvi que dois homens comentavam, indignados, sobre o falecimento do irmão de um deles em decorrência da leptospirose contraída no alojamento onde dormiam, junto com outros pedreiros, durante a construção de uma casa não muito longe dali.

Sul, é possível afirmar que a livre circulação da força de trabalho foi um aspecto que singularizou os primeiros circuitos de integração que se desenvolveram na região. Essa particular internacionalização do mercado de trabalho no contexto de uma contínua mobilidade da população (Chindemi, 2000), se bem guardava relações com a estacionalidade das atividades produtivas predominantes na zona – pecuária, cultivo da erva-mate e do tabaco –, também era impulsionada por outros elementos que, segundo Julia Chindemi (2000), constituíam a especificidade do corredor fronteiriço compartilhado por Argentina, Brasil e Uruguai durante todo o século XIX, a saber: “a peculiar combinação de mercantilização da economia e formação progressiva dos mercados capitalistas com o reforço (e inclusive a recriação) de relações de patronato e dominação pessoal” (Chindemi, 2000, p. 83). As duas últimas relações mencionadas pela autora se forjaram no calor das guerras civis desatadas tanto no estado brasileiro do Rio Grande do Sul como nos territórios argentinos e uruguaios adjacentes<sup>57</sup>. Envolvidos em constantes escaramuças com grupos políticos rivais, os caudilhos em luta pela hegemonia em cada cenário nacional costumavam recrutar milicianos entre os trabalhadores empregados em suas estâncias. Os líderes militares derrotados nessas contentas eram frequentemente proscritos, vendo-se obrigados a empreender exílios temporários, levando consigo aquilo que poderia ser chamado, tanto em sentido literal como figurado, de “seu” exército de trabalhadores. Para Chindemi,

no espaço fronteiriço, a lealdade à figura do caudilho (...) definia as relações de dominação que facilitavam indistintamente o recrutamento de mão-de-obra ou a formação de milícias plurinacionais. A violência cotidiana – física e simbólica – que acompanhava a organização e o exercício da dominação oligárquica reforçou a manutenção de uma *dinâmica fronteiriça que transcendia os limites das soberanias territoriais e diluía a percepção do não cidadão como estrangeiro* (Chindemini, 2010, p.84). Grifo meu.

Os intercâmbios transfronteiriços favorecidos pela dinâmica desterritorializada do Império Brasileiro e da República Velha, assim como pelas crises de hegemonia verificadas tanto na Argentina como no Uruguai ao longo de boa parte do século XIX e das primeiras décadas da seguinte centúria, sofreram uma inflexão a partir da década de 1930 (Chindemi, 2000; Clemente, 2010). O presidente brasileiro Getúlio Vargas implementou, naquele período,

<sup>57</sup> Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893-1895); revoluções radicais na Argentina (1890) e levantamento de Aparicio Saravia contra o governo colorado no Uruguai em 1904.



uma política sistemática de proteção da produção nacional, coibindo não apenas a compra de terras por estrangeiros, mas também o escoamento de mercadorias entre o Sul do Brasil e o porto de Montevideu. Tais medidas favoreceram a territorialização das dinâmicas produtivas e a introdução de mediações institucionais mais contundentes na organização dos mercados regionais.

Por outro lado, a centralização política no Uruguai a partir de 1909 e a adoção do modelo de substituição de importações conteve temporariamente a entrada massiva de proprietários brasileiro ao país<sup>58</sup>. Este processo só veio a ser retomado depois que a economia agroexportadora uruguaia entrou em crise na década de 1970, abrindo caminho para que produtores brasileiros expandissem a fronteira agrícola do arroz em terras uruguaias. Emergiram, a partir de então, dois circuitos migratórios interdependentes na fronteira: o dos pequenos<sup>59</sup>, médios e grandes produtores agrícolas e o dos trabalhadores rurais que afluíram à região para constituir as frentes de trabalho. Este último movimento foi protagonizado, em seus inícios, por sujeitos sem vínculo empregatício formal. Eles deslocavam-se para o país vizinho, realizavam a tarefa para a qual tinham sido contratados e voltavam ao Brasil nos finais de semana ou ao término da safra (Sales, 1994). Esta realidade modificou-se em meados da década de noventa, quando a fiscalização sobre as condições de trabalho no campo recrudescceu por parte das autoridades uruguaias – aspecto sinalizado por meus interlocutores do Caminho Internacional –, impelindo os produtores brasileiros a documentarem seus funcionários ou a recrutarem mão-de-obra autóctone.

Os contextos agrários do Sul do Brasil e do Uruguai, não obstante suas origens comuns – concentração da propriedade da terra, consolidação do latifúndio como base da exploração econômica e conversão do latifundiário (caudilho) em agente político dominante –, trilharam caminhos diferentes no decorrer do século XX, o que implicou experiências diferenciadas para as classes trabalhadoras de ambos os países e afetou, também, as próprias dinâmicas transfronteiriças. Enquanto o Sul do Brasil recebeu contingentes importantes de imigrantes europeus que foram incentivados a povoar as zonas rurais e a desenvolver uma agricultura familiar nas antípodas do modelo latifundista concentrado na fronteira sul, as ondas migratórias do século XX que se dirigiram da Europa para o Uruguai assentaram-se, principalmente, em Montevideu e nos seus arredores, incorporando-se ao comércio e à

---

58 Ver tópico 2.1

59 Este capítulo demonstrou que alguns pequenos produtores eram, na verdade, trabalhadores rurais brasileiros cujos filhos, anos mais tarde, vieram a tornar-se, novamente, assalariados rurais ou *changeros* devido à falência dos empreendimentos dos pais.

indústria. Neste país, portanto, predominou amplamente um modelo de apropriação do solo rural enraizado na grande propriedade agroexportadora e, mais recentemente, nos empreendimentos multinacionais destinados ao plantio de eucalipto para produção de papel.

À diferença do Brasil, as populações rurais uruguaias desenvolveram escassa atividade sindical – a exceção fica por conta dos assalariados rurais do litoral (fruticultura e tambos) e dos cortadores de cana-de-açúcar em Bella Unión<sup>60</sup>, departamento de Artigas – e nunca chegaram a congregarem-se em movimentos massivos de reivindicação da terra e combate ao latifúndio, como foi o caso do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), fundado no Estado do Rio Grande do Sul em meados da década de 1980. A recente instalação de grandes proprietários brasileiros no Uruguai e a escassa sindicalização dos trabalhadores rurais deste país não parecem ser fenômenos isolados. Ambos poderiam ser lidos no contexto de um extravasamento dos mercados além de fronteiras

que tem levado a busca de localizações capazes de responder positivamente a dois quesitos: eficiência e custo baixo, numa combinação de condições que varia segundo as características de cada segmento. Algumas vezes, pesa mais a questão do custo e as empresas procuram, então, localizações onde a mão de obra não tenha níveis de sindicalização expressivos (...) (Lahorgue, 1997, p. 44).

Alberto Riella (2006) interpreta a “tranquilidade do campo uruguaio” como um dos reflexos do processo hegemônico encabeçado pelas patronais agrárias desde o século XIX. Segundo o autor, as associações de classe dos produtores rurais encontraram forte respaldo no Estado uruguaio para difundir um imaginário que procurou ofuscar, tanto quanto fosse possível, a tensão capital/trabalho no âmbito da produção agropecuária. Desta forma, as relações sociais no campo eram enunciadas, tanto pelo governo como pelos proprietários, através da ênfase numa suposta lealdade histórica entre funcionários e patrões, cujas atividades complementares seriam a própria base da prosperidade nacional. Contudo, em 1985, no contexto da abertura democrática uruguaia, outras posturas políticas a respeito do trabalho rural ecoaram, ainda que timidamente, nas esferas do Poder Executivo. Apoiada pelo ministério do trabalho, a Plenária Intersindical de Trabalhadores - Convenção Nacional de Trabalhadores (PIT-CNT) buscou transformar a legislação laboral rural em favor dos

---

<sup>60</sup> Os cortadores de cana do departamento de Artigas estabeleceram frutíferos intercâmbios com o Movimento Sem Terra brasileiro (MST), o que proporcionou um enriquecimento dos repertórios táticos das suas organizações sindicais.

trabalhadores, defendendo a proposta de criação de um Estatuto do Peão Rural que equiparasse a jornada de trabalho no campo àquela dos assalariados urbanos e concedesse direitos específicos – como o de viver em companhia da família – aos empregados das estâncias.

Estes primeiros movimentos de reinterpretação da realidade rural uruguaia foram solenemente boicotados pelas associações rurais, que se recusaram a participar dos fóruns convocados pelo Ministério do Trabalho para debater as demandas da central sindical. Em 1990, a problemática da cidadania no campo ganhou, novamente, repercussão nacional quando o presidente conservador Luís Alberto Lacalle (Partido Nacional ou *Blanco*), ele mesmo proprietário de terras, chamou a atenção, publicamente, sobre a necessidade de garantir o cumprimento da legislação laboral nas fazendas e autorizou a intensificação da fiscalização sobre estabelecimentos rurais. No entanto, somente a partir de 2005, o primeiro governo de esquerda da história uruguaia garantiu a aprovação de leis que melhoraram as condições para a organização sindical rural, incluindo os sindicatos de trabalhadores do campo no sistema de negociação coletiva dos salários, do qual eles encontravam-se historicamente excluídos. Não obstante essas transformações legais, a sindicalização de funcionários rurais nos lugares onde realizei minha investigação é praticamente nula por razões que, conforme discuti no início do capítulo, encontram-se associadas ao próprio processo de recrutamento dos trabalhadores nos empreendimentos agrícolas e pecuários da fronteira.

O período de abertura democrática no Cone Sul transformou não apenas os panoramas políticos nacionais senão que também introduziu novas variáveis na geopolítica regional, entre elas, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), instaurado pelo Tratado de Assunção em 1991. Como iniciativa de integração econômica, o Mercosul procurava criar as condições para uma zona de livre comércio entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O projeto do Mercosul foi impulsionado, nas suas origens, pelos interesses comerciais de uma burguesia industrial com negócios nos maiores conglomerados urbanos da região. Os traços mais relevantes deste reordenamento estrutural do sistema de intercâmbios comerciais no Cone Sul foram o fortalecimento dos mecanismos de livre competição, a reforma neoliberal do Estado e a reversão da tendência mercadointernista, através da orientação das economias nacionais à exportação (Ciccolella, 1997).

Se bem o Mercado Comum do Sul representou a criação de uma realidade de

intercâmbio comercial regional em face ao deterioro das condições econômicas internacionais (Vizentini, 2002), ele se estruturou sobre uma normativa paradoxal que, ignorando a constante histórica representada pelo deslocamento de trabalhadores ao longo dos circuitos de integração regional, fez conviver a liberalização dos mercados com a restrição do deslocamento de pessoas. Para Daniel Etcheverry, isto é um indício de que, desde a sua fundação, o Mercosul “tem privilegiado aspectos econômicos da regionalização e negligencia[do] aspectos sociais e culturais dos povos envolvidos” (Etcheverry, 2007: 126). De fato, a integração no âmbito do Mercosul consistiu, durante quase toda a década de 90, em “uma integração comercial, cujo principal ator [foi] o empresariado regional” (Lahorgue, 1997:49). Entretanto, a partir de 2002, o bloco econômico atravessou uma etapa de relançamento (Bergallo, *online*) no marco da qual as visões estatais restritivas “vinculadas ao controle da população e à lógica do Estado-nação” (Aguirre et al. 2007: 2) passaram a conviver com incipientes avanços em matéria de direitos sociais e acesso ao “bem-estar” por parte dos cidadãos dos países parte.

O *relançamento* deve-se a um singular processo político compartilhado pela maioria dos países do Mercosul desde o início dos anos 2000: a vitória eleitoral de partidos políticos de esquerda e centro-esquerda. A reorganização do panorama político regional favoreceu a assinatura de sucessivos acordos entre os países parte, os quais garantiram o reconhecimento comum de alguns direitos trabalhistas, previdenciários e de residência a todos os cidadãos do bloco. Em 2003, criou-se um Documento Especial de Fronteiriço que permite residência, estudo e trabalho para quem mora em cidades limítrofes e, mais recentemente (2009), estabeleceu-se um acordo de residência destinado a regularizar a situação migratória e assegurar direitos civis para os nacionais dos estados parte do Mercosul<sup>61</sup>. Mais inclinados a ouvir as demandas sociais levantadas pelos grupos populares, estes governos também afrouxaram – ainda que de forma oficiosa – a repressão ao pequeno contrabando fronteiriço, uma atividade que, se bem faz parte da vida de muitos moradores das faixas limítrofes, incorpora vital relevância para as estratégias econômicas mobilizadas pelas famílias de menores ingressos.

Ao mesmo tempo em estes movimentos de escalas diversas levaram à fronteira novas possibilidades de reivindicação de direitos sociais, também introduziram mediações até então inexistentes na vida dos/as trabalhadores/as (trans)fronteiriços. Mas, se os novos dispositivos

---

61 Para uma revisão das normativas que regulam o direito das populações migrantes no Mercosul, ver Navarrete et al., 2009.

de regulação da atividade laboral surgiram de repente, os/as trabalhadores/as que deveriam se beneficiar deles já estavam lá há muito tempo. Como as garantias previdenciárias não são retroativas, muitos homens e mulheres que trabalharam durante boa parte de suas vidas na zona limítrofe, jamais terão acesso à aposentadoria por tempo de serviço, como ocorre com alguns dos meus interlocutores na Vila da Lata. Outros tantos, que começam a trabalhar agora, dificilmente verão em suas mãos o Documento Especial de Fronteiriço – ou qualquer outra forma de potencializar sua busca por direitos cidadãos – porque o acesso a ele é tortuoso e caro<sup>62</sup>. Ainda a respeito deste último documento, é importante sinalizar que beneficia apenas os/as trabalhadores/as uruguaios/as e brasileiros/as que residem na fronteira, excluindo pessoas de outras nacionalidades que, por ventura, também se encontrem estabelecidas zona. Trata-se, portanto, de uma permissão de trabalho enraizada na lógica do Estado nação e não pode ser lido como um movimento que aponte no sentido da livre circulação de pessoas. Além dessas objeções, Adriana Dorfman (2008) levanta os seguintes questionamentos a respeito do Documento Especial de Fronteiriço: “os direitos políticos (que representariam de fato cidadania) como o voto, foram considerados? Trata-se de cidadania, identidade, nacionalidade, extraterritorialidade ou o quê?” (Dorfman, 2008, p. 9).

A progressiva institucionalização do Mercosul conduziu, também, a uma visibilização política dos núcleos urbanos dispersos ao longo das linhas de fronteira. Estes povoados e cidades que, como no caso de Aceguá-Aceguá, se entrelaçam sobre as divisas nacionais dando origem a conurbações administradas por dois estados, foram denominados *cidades-gêmeas* e passaram a representar, nos discursos oficiais, o ideal de irmandade e integração que o bloco econômico pretende encarnar. Concretamente, o que ocorreu foi uma nova forma de os governos da região visualizarem suas relações com o escoamento de mercadorias e o deslocamento das pessoas. Alejandro Grimson observa que, a partir da “integração”, “os estados chegam com forças renovadas às fronteiras (...) Exercem um controle inédito sobre algumas populações fronteiriças. Muitas vezes desconhecem e tratam de anular as histórias e

---

62 Sobre valores e dificuldades na obtenção do documento, as informações que seguem podem ser esclarecedoras: “Os custos do trâmite para obter o DEF são muito díspares: no Uruguai, um cidadão nacional fronteiriço brasileiro deverá pagar \$150 (cento e cinquenta pesos); no Brasil um cidadão nacional fronteiriço uruguaio deverá pagar \$3.000 (três mil pesos), ou seja, um brasileiro paga só 5% do valor total que paga um uruguaio. Esta diferença é determinada pela exigências e travas impostas pelo Brasil para o reconhecimento de firmas de documentos uruguaios que devem passar pelo consulado de dito país no Uruguai, devendo pagar \$700 (setecentos pesos) por cada reconhecimento, que são dois (Certificado de Boa Conduta e Certidão de Nascimento), somados ao trâmite na Polícia Federal, que tem um custo de \$1.600 (mil e seiscentos pesos). Já na Dirección Nacional de Migración [esses trâmites] custam apenas \$50 (cinquenta pesos) (...) o resto são gastos quase comuns” (Argañaraz et al. 2005, p.94).

tradições locais” (Grimson, 2000, p. 12). Estas novas tecnologias de governo introduzem no cotidiano fronteiriço um leque de clivagens sociais bastante específico que diferencia o atual processo de regionalização econômica dos anteriores circuitos de integração evocados mais acima, nos quais verificava-se, como já mencionei, “uma dinâmica fronteiriça que transcendia os limites das soberanias territoriais e diluía a percepção do não cidadão como estrangeiro” (Chindemini, 2000, p.84).

Os relatos apresentados ao longo do capítulo, conjugados à historicização das dinâmicas migratórias e de integração econômica, tornam evidente que a realidade do trabalho na zona de fronteira entre Brasil e Uruguai esteve – ontem e hoje – associada aos processos de deslocamento ou, se preferirmos, à necessidade de deslocar-se. A sucessão das experiências de emprego, que têm início, na maioria dos casos, quando os/as trabalhadores/as são, ainda, muito jovens, tem-lhes permitido acumular habilidades e aptidões necessárias para enfrentar a sazonalidade da oferta de trabalho, as situações “de exploração” e, em tempos mais recentes, os impeditivos laborais supostos pela indocumentação. Estamos falando, para utilizar a terminologia proposta por Aihwa Ong (2003), de uma *servant class* fronteiriça cujos membros, ao estarem absolutamente familiarizados com as *changas*, poderão desempenhá-las sempre que a indocumentação os impedir de ingressar no setor formal da economia, ou ainda, quando critérios pessoais sobre dignidade, necessidade e valor do próprio trabalho indicarem que não vale a pena fazê-lo. Ao ingressarem no mercado binacional das *changas*, os trabalhadores precisam se relacionar não só com as diversas formas de controle sobre a fronteira, mas também com as políticas de Estado vigentes nos territórios por onde circulam. Dessas interações emergem distintas situações de margem cuja negociação define como a experiência de classe será singularizada em momentos determinados das suas vidas laborais.

### CAPÍTULO III

#### *O vívido e o vivido*

(...)  
 Súbito vimos ao mundo  
 e estamos  
 na América Latina

Mas a vida onde está?  
 nos perguntamos  
 Nas tavernas?  
 nas eternas  
 tardes tardas?  
 nas favelas  
 onde a história fede a merda?  
 no cinema?  
 na fêmea caverna de sonhos  
 e de urina?  
 ou na ingrata  
 faina do poema?  
 (a vida  
 que se esvai  
 no estuário do Prata)  
 (...)

Ferreira Gular [o de antes]  
*Dentro da noite veloz*

Neste capítulo apresento uma narrativa fotoetnográfica elaborada com imagens realizadas ao longo das minhas quatro viagens à fronteira brasileiro-uruguaia nos anos de 2011 e 2012. Seguindo as sugestões de Luiz Eduardo Achutti (2004), me propus organizar um conjunto de fotografias tomadas em campo para compor, através delas, um relato possível que não se pretende unívoco. Isto significa que o/a leitor/a está convidado a folhear as próximas páginas em busca de outros sentidos e associações mais além daqueles que eu procurei expressar na composição da narrativa imagética.

A câmera fotográfica teve um papel importante no transcurso da pesquisa na fronteira. Tomar fotografias foi uma prática permanente que acompanhou e complementou os registros com gravador e a elaboração das notas de campo. Como o ato de fotografar é, em si mesmo, uma operação interpretativa e tendo em mente que "todo o olhar já é potencialmente uma composição" (Laplantine, 1996 apud Achutti, 2004, p. 112), o uso etnográfico da fotografia representou, para mim, a valiosa oportunidade de tecer sistematizações e testar perspectivas de abordagem no próprio contexto da investigação empírica, levando-me a indagar

constantemente sobre aquilo que deveria ser mostrado e enfatizado na constituição de um objeto de pesquisa sempre emergente.

"O vívido e o vivido" é uma narrativa fotoetnográfica inspirada pelo desejo de refutar os regimes de invisibilização e exclusão respaldados pela incidência articulada das clivagens de classe e das políticas de controle das populações sobre o cotidiano dos meus interlocutores em Aceguá-Aceguá e Villa Isidoro Noblía. No primeiro capítulo contei a história de Laudiceno, peão uruguaio cujo atestado de óbito foi a única evidência reconhecida pelo Estado da sua passagem pelo Brasil. Agora, trata-se de retomar esses percursos fugidios e dar-lhes concretude a partir do encadeamento de imagens que são a materialização do discurso de um olhar e, portanto, de uma intencionalidade determinada "pelo ponto de vista particular daquele que olha e adota certa posição frente à realidade" (Achutti, 2004, p. 111). A composição da narrativa imagética deu-se tanto com base em elementos que emergiram como significativos para mim – na medida em que dialogavam com a problemática da pesquisa – como em referência às ênfases colocadas pelos/as próprios/as interlocutores/as sobre aquilo que consideravam relevante nas suas vidas.

Dou início à narrativa reconstruindo as paisagens do deslocamento através de metáforas visuais protagonizadas pelos meus colaboradores: são passos apressados na relva úmida, uma silhueta taciturna que cruza o ermo pontilhão fronteiriço. Em seguida avanço por entre os diversos cenários do trabalho na fronteira (estâncias, alojamento dos peões, galpões de ferramentas), percorro residências, capturo a expressão dos rostos e, assim como fizeram diversos interlocutores, ingresso, eu também, nas repartições públicas encarregadas de promover políticas de documentação. Ao final do percurso, aqueles cujas estratégias de cidadanização e demanda por reconhecimento foram exitosas exibem para a câmera, qual troféus, seus documentos nacionais<sup>63</sup>.

Recomendo a retomada do capítulo fotoetnográfico uma vez concluída a leitura da dissertação, de modo que seja possível identificar nele os contextos e os sujeitos que ainda não foram apresentados nos relatos etnográficos desenvolvidos até aqui.

---

63 As imagens que contêm carteiras de identidade foram editadas para preservar os nomes dos seus portadores.



**O vívido e o vivido – relato fotoetnográfico sobre deslocamento, trabalho e documentação**



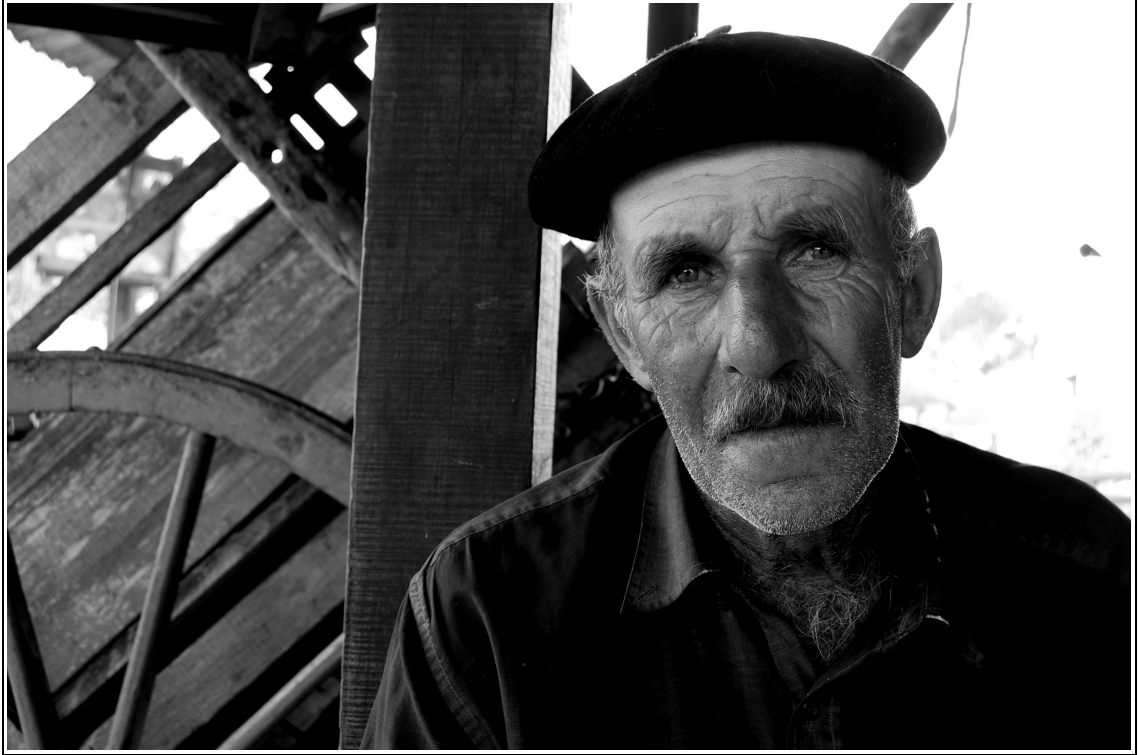



















# Asistencia y orientación ciudadana en Frontera

---



## Oficinas Binacionales



Rivera/ Santana do Livramento  
Aceguá/ Aceguá  
Chuy/ Chuí

**Se promueve:**

- Garantizar el ejercicio de derechos ciudadanos en Frontera
- Potenciar recursos institucionales locales
- Promover la articulación interinstitucional
- Asesoramiento y orientación en derechos ciudadanos

 Programa de Frontera  **mides**  
Ministerio del Interior y de Relaciones Exteriores





**Asistencia y orientación ciudadana en Frontera**

**Oficinas Binacionales**

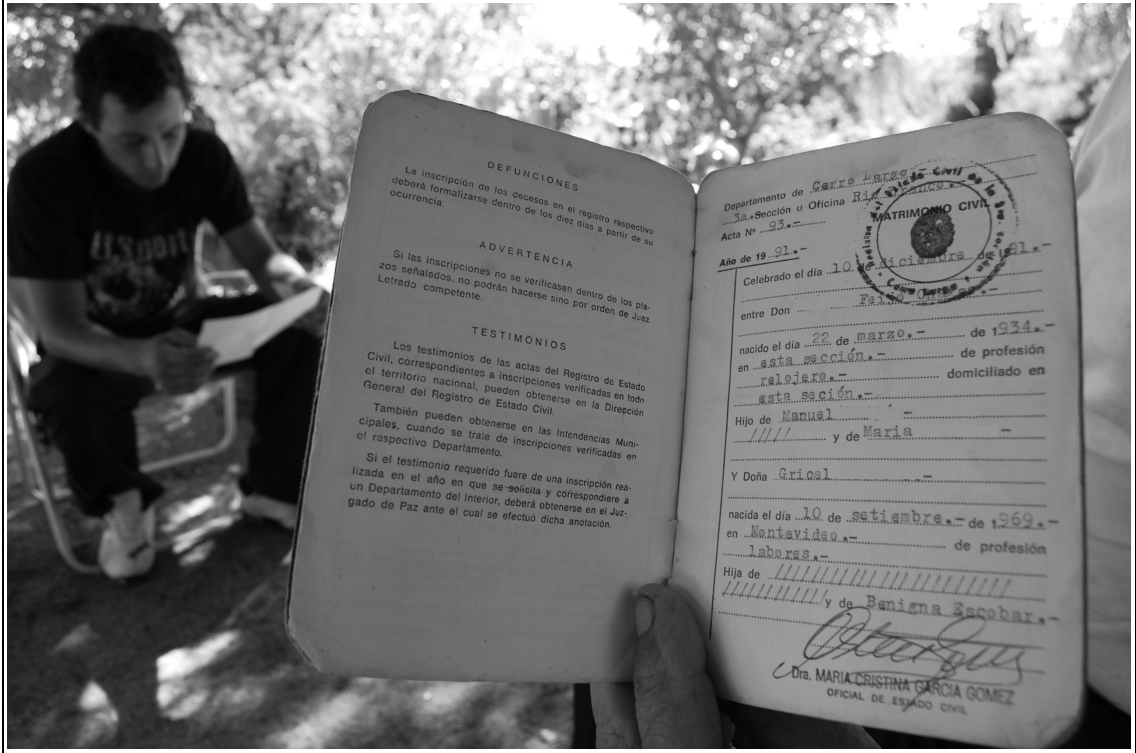
Centro Sistema de Fronteras  
Loreto, Loreto  
Ortega, Orizaba

Se promueven:

- Garantizar el ejercicio de derechos ciudadanos en Frontera
- Potenciar recursos institucionales locales
- Promover la articulación interinstitucional
- Asesoramiento y orientación en derechos ciudadanos

Procuraduría General de la Federación









## CAPÍTULO IV

### *Negociando às/as margens*

Ao longo deste capítulo, indago, especificamente, sobre as possíveis articulações entre classe social, situação de indocumentação e o acesso aos serviços do Estado, tendo como referência as experiências narradas por diversos interlocutores que residem nas localidades limítrofes de Aceguá e Villa Isidoro Noblía. Outro objetivo que permeia as reflexões aqui desenvolvidas é o de revelar como os processos de assujeitamento e subjetivação que inscrevem socialmente meus interlocutores condicionam suas práticas de deslocamento e gerenciamento da vida binacional.

#### **4.1 Trabalho e indocumentações**

Desde que havia começado o trabalho de campo, no inverno de 2011, costumava passar algumas manhãs da semana em companhia de Blanca Morales, a psicóloga responsável pelo Escritório Binacional do Ministerio de Desarrollo Social (MIDES) na fronteira de Aceguá<sup>64</sup>. Este escritório, sobre o qual tecerei comentários detalhados mais adiante, tem por objetivo facilitar o processo de documentação de cidadãos brasileiros interessados em regularizar sua situação migratória no Uruguai. Sempre que eu ia a seu escritório, Blanca me dava a oportunidade não apenas de presenciar diversas situações de atendimento, mas também de conversar, caso desejasse, com os usuários do serviço. Em julho de 2012, estava cumprindo meu “expediente” matinal no MIDES quando vi entrar um senhor alto, vestindo bombacha, botas e camisa social. Tinha a pele amorenada e aparentava haver passado dos cinquenta anos. Disse chamar-se Osvaldo<sup>65</sup>, relatou ter sido registrado na cidade de Treinta y Tres, capital do departamento homônimo, localizado no leste do Uruguai. Fazia algum tempo que perdera sua cédula de identidade e precisava da certidão de nascimento para obter uma segunda via. Blanca recomendou-lhe que fosse pessoalmente até o registro civil de Treinta y Tres para solicitar uma nova cédula. O homem esclareceu que trabalhava em uma propriedade rural brasileira e não dispunha de tempo para viajar ao interior do Uruguai. Segundo ele, só estava na cidade de Aceguá naquele momento porque vinha realizar um tratamento de saúde e

---

64 Ver imagem única na página 95 e imagem superior na página 96, capítulo III.

65 Nome fictício



em seguida voltaria a trabalhar. A encarregada do Escritório Binacional lamentou não poder ajudá-lo nesse trâmite e reiterou que solicitasse a certidão de nascimento diretamente na localidade onde fora registrado.

Antes que Osvaldo deixasse a sala, perguntei-lhe se precisava da documentação por alguma razão em especial. Ele comentou que tinha recebido uma proposta de trabalho na Fazenda Ana Paula, mas seria impossível fazer o contrato sem os devidos papéis. Fiquei sobressaltado. Desde que começara a pesquisa, estava em busca de alguém que pudesse relatar sua experiência de trabalho naquela fazenda, conhecida por sua opulência e pelos conflitos laborais de que foi palco no início dos anos 2000. Os portões da Ana Paula, contudo, estão sempre fechados, o dono passa a maior parte do tempo longe dali, administrando negócios no Brasil e no Uruguai ou desfrutando do seu apartamento em Punta del Este. Talvez Osvaldo pudesse facilitar meu acesso ao lugar. Questionei se ele tinha conhecidos na fazenda: “Já trabalhei lá uma época” – afirmou –, “agora quero ver se volto”. Perguntei, então, se ele se dispunha a oferecer-me uma entrevista. Osvaldo disse que não havia problema nenhum e observou que seria melhor conversarmos já na tarde daquele dia, porque na manhã seguinte seria internado no hospital do distrito da Colônia Nova para realizar uma operação vesicular. Anotei seu telefone e disse que ligaria depois do almoço para consultar sobre um horário conveniente.

Conforme o combinado, telefonei para Osvaldo no início da tarde. Ele explicou-me como chegar à sua casa, descendo por uma rua de chão batido que começava bem ao lado do único posto de gasolina da cidade. Foram cinco minutos de caminhada do restaurante em que havia almoçado até uma esquina onde meu interlocutor já estava esperando. Mais cinco minutos a pé por uma estradinha adjacente e chegamos à sua residência. Cruzamos o portão de madeira da entrada e avançamos pela lateral da construção até alcançar a porta dos fundos, que dava acesso à cozinha de piso de cimento. Osvaldo me guiou por um corredor que levava à sala, mobiliada sobriamente: dois sofás, um de frente para o outro, uma estante de madeira na parede da esquerda e, num dos cantos à minha direita, a televisão ligada sem volume.

O homem disse que eu me acomodasse e tomou assento num dos sofás. Relatei o que vinha fazendo em meu trabalho de campo, contei de minhas visitas à Noblía e dos meus percursos pelo Caminho Internacional. Osvaldo quis saber onde estava hospedado. Respondi que quando ia à fronteira, costumava ficar no hotel do antigo posto Texaco, perto do campo de futebol. Ele perguntou sobre o preço das diárias e se eram confortáveis as instalações. “Custa

vinte e cinco reais por noite – respondi –, os quartos são bons. O único problema é o frio, porque não há aquecimento em todos os cômodos”. Osvaldo me contou que aquele hotel já havia sido excelente em outras épocas, quando todas as acomodações estavam equipadas com ar-condicionado e frigobar. “Os frigobares ainda estão lá” – reparei. “Bueno, pelo menos isso”, comentou Osvaldo esboçando um sorriso para logo prosseguir: “mas a entrevista, o que seria, assim... que perguntas tu queres fazer?”. Expliquei que se tratava de uma entrevista aberta na qual gostaria que ele contasse um pouco sobre sua vida, suas primeiras experiências de trabalho, suas viagens ao Uruguai, etc. “Eu nasci aqui em Aceguá [Brasil]<sup>66</sup>, em 1964, na campanha. Meu pai era peão de campo, capataz do Manoel Barbosa. Nasci bem na fronteira, praticamente era só o marco que dividia”: assim teve início a longa conversa daquela tarde.

Osvaldo começou a trabalhar aos doze anos de idade na fazenda onde nasceu. Logo depois, mudou-se para a casa do filho do capataz de outra estância, que havia pedido para o seu pai que “arrumasse um guri para trabalhar com ele (...) que era só ele e a esposa, que não podia ter filhos”. Já inserido nos circuitos do trabalho rural, Osvaldo foi desenvolvendo o gosto pelo ofício e nutriu a expectativa de tornar-se funcionário de alguma estância importante, dono do seu próprio equipamento de trabalho, arreios, botas e cavalo. Ainda muito jovem, com cerca de catorze anos, decidiu tentar a sorte para os lados de Bagé, onde tinha alguns conhecidos. Chegando à cidade, manteve contato com um proprietário de fazenda que o acolheu amavelmente entre os seus familiares e lhe propôs trabalho no interior do município de Herval (RS), num distrito de trezentos habitantes chamado Jaguarão Chico, a quase cento e cinquenta quilômetros de Bagé. Entusiasmado com essa possibilidade, o jovem aceitou prontamente a proposta e terminou vivenciando um dos seus primeiros dramas laborais: “dentro da cidade [de Bagé] eles me tratavam de um jeito, mas depois que cheguei lá...”

Osvaldo sentia-se desrespeitado pelo patrão, que não lhe garantia nem o tempo de descanso, nem as acomodações adequadas para se ter o que seu interlocutor considera um “mínimo de dignidade”. Além disso, nunca recebeu pagamento por suas tarefas: “nunca recebi nada, eles me davam roupas que eles pegavam com as outras pessoas, quando vinham a Bagé. Eu não podia sair lá de fora”. Deparado com essa situação difícil, distante dos pais, em companhia de um proprietário desconhecido da sua família, o jovem não visualizava nenhuma saída para si. O contexto de angústia era agravado pelas constantes ameaças do patrão que

---

66 Osvaldo nasceu no Brasil mas também foi registrado pelos pais no Uruguai, em Treinta y Tres.

“dizia que se eu sáisse de lá dos campos dele, de lá de dentro da residência dele, eu não ia ter mais como achar minha família”. Depois de mais de um ano virtualmente enclausurado na propriedade de Jaguarão Chico, meu interlocutor conseguiu, finalmente, organizar um “plano de fuga” com a ajuda da filha do próprio patrão, que se solidarizara com sua situação: “Não, papai não pode fazer isso contigo, como é que ele vai fazer isso contigo?”, costumava dizer a moça. Sua estratégia consistiu em dizer ao pai que iria fazer algumas compras num armazém próximo e precisava da ajuda de Osvaldo para carregar as mercadorias.

Já no armazém, a moça perguntou a um caminhoneiro que fazia uma parada por ali se não podia levar Osvaldo para a casa da sua mãe, em Bagé. Num primeiro momento, o motorista do caminhão suspeitou, pensou que isso poderia trazer-lhe algum tipo de problema, que se tratava de uma fuga por razões obscuras. A filha do proprietário esclareceu, então, o que estava acontecendo: “eu trouxe ele porque o meu pai [o] maltrata (...), às vezes é pleno meio-dia, um sol de rachar, e ele está na lavoura, ali, capinando a lavoura. Então eu quero que ele vá embora”. Convencido pelas explicações, o caminhoneiro aceitou levar Osvaldo para Bagé. Chegando lá, meu interlocutor foi pedindo informações às pessoas que encontrava pela rua até que, finalmente, encontrou o Passo do Príncipe, lugar de residência dos seus familiares.

Depois da dura experiência em Jaguarão Chico, Osvaldo decidiu passar alguns anos junto da mãe e utilizar as próprias redes familiares para obter trabalho: “se tu ficasses longe dos teus pais, tu já não conseguias uma boa coisa para fazer, um serviço bom. Conseguias só quem te explorava”. Após relatar sua primeira experiência de trabalho longe de casa, Osvaldo é tomado por um profundo pesar que se materializa na seguinte reflexão, pontilhada de reticências:

Bá... vou te dizer uma coisa, até hoje eu falo: amanhã eu acho que estou baixando hospital para me operar, mas bá, a gente sofre, a gente passa trabalho. Sabe, tem dias, assim, que dá uma vontade de a gente pegar, eu mesmo, assim, como não tenho muita coisa, tenho os meus filhos, e tudo, tenho a minha esposa mas... tem dias que dá uma vontade, assim, de pegar e... principalmente agora que eu estou com esse problema aí, com essas dores, esses troços assim, me dá vontade de pegar, assim, e sair... Sabe? Sair assim, "bom, eu vou sair, não sei para onde eu vou, não sei para que lado”.

Aos cinquenta anos de idade, com a saúde debilitada, meu interlocutor esboça certa perplexidade diante do fato de que uma vida de trabalho também é, inexoravelmente, uma vida de “passar trabalho”. Esta certeza foi se firmando na sua consciência com o passar dos anos, ao ver que, em sucessivas situações, seu bem-estar não parecia importar muito para aqueles que se beneficiavam dos seus esforços e habilidades na produção de uma riqueza da qual ele jamais poderá usufruir. O *direito de fuga*, a possibilidade de ir embora, de evadir a exploração extrema, parece apenas postergar a rearticulação de um ciclo fatídico no qual está em jogo o esvanecimento progressivo da força vital. De propriedade em propriedade, deste ou daquele lado da fronteira, no final das contas o drama do trabalho – ou seja, o drama do capital – se repete: o que o trabalhador troca com os proprietários é, na verdade, “toda a sua capacidade de trabalho, que ele despende, digamos, em vinte anos” (Marx, 2011[1976], p. 228). Esse drama não é vivido individualmente, ele consiste numa experiência compartilhada por famílias inteiras, já que existe um sistema de mobilização extensiva do trabalho através do qual esposas e filhos também acabam ingressando nas dinâmicas produtivas. A esposa de Osvaldo, por exemplo, é cozinheira na mesma propriedade onde ele desenvolve o trabalho de peão. A maioria dos seus filhos estudou muito pouco, as mulheres são donas de casa e os homens em idade de trabalhar desempenham atividades assalariadas ou estão inseridos no mercado das changas. O casal de filhos mais jovens ainda está no colégio, o rapaz de dezoito anos trabalha no comércio de Bagé. Talvez seja ele o primeiro entre os irmãos a concluir o ensino médio: “acho que a gente vai conseguir que ele termine os estudos” – comenta Osvaldo.

Entre finais da década de 1970 e inícios dos anos 80, a trajetória de trabalho rural trilhada por Osvaldo conheceu um momento de inflexão. No Passo do Príncipe, onde morava em companhia da mãe, existia uma intensa mobilização esportiva que o atraiu para os campos do futebol de várzea. Seu contato com esse esporte foi potencializado pela chegada de um irmão de Treinta y Tres, que jogava muito bem e se somou rapidamente aos times da localidade:

Aí comecei a me interessar e tinha um homem que me disse "olha, tu é guri, tu é bem novinho, tu joga direitinho, vou te levar para um time onde fazem bons jogadores". Aí ele me levou para o Bagé, joguei na escolinha, fui para o juvenil e depois para os juniores.

Depois de uma partida entre Bagé e Internacional de Porto Alegre, os dirigentes desta última equipe propuseram a Osvaldo que fosse jogar na capital do Estado. Meu interlocutor precisou declinar do convite porque ainda era menor de idade e seus pais não estavam dispostos a conceder-lhe autorização para ir embora. Deu seguimento às suas atividades no Bagé e, passados alguns meses da partida contra o Internacional, voltou a enfrentar-se nos gramados com outro grande time do Rio Grande do Sul, o Grêmio. Depois do jogo, recebeu a proposta de compor o plantel de base gremista. Desta vez já estava tudo acordado, seu pai e sua mãe dariam a anuência para que Osvaldo pudesse viajar. Contudo, no dia em que ele finalmente iria para Porto Alegre, uma dura discussão familiar levou a dissolução do casamento dos pais, impossibilitando, definitivamente, sua entrada no Grêmio. A mãe, que era uruguaia, partiu para Melo e o pai fixou residência em Aceguá, onde começou a beber todos os dias até seu falecimento em decorrência de complicações associadas ao alcoolismo.

Osvaldo, que preferiu acompanhar sua mãe, não demorou muito para começar a frequentar a movimentação esportiva de Melo. Neste contexto, um sujeito que já o vira jogar em Bagé ofereceu-lhe emprego numa equipe local, oferta que foi aceita de muito bom grado. Enquanto atuava no futebol melense, meu interlocutor envolveu-se com uma jovem professora de educação física, que por aquela época estava preparando sua mudança para o também fronteiriço departamento de Rocha. Interessada em manter a relação com Osvaldo, a moça entrou em contato com dirigentes do Peñarol de Rocha e comentou sobre o talento do seu companheiro. O Peñarol de Rocha decidiu fechar contrato com Osvaldo por um ano. Nesse período, também estive no departamento costeiro de Maldonado por seis meses, jogando um final de temporada. Em Maldonado convidaram-no para integrar uma equipe de Paso de los Toros, cidade situada no departamento de Tecuarembó. As partidas jogadas naquela cidade lhe renderam uma proposta decisiva: tornar-se jogador do Defensor, em Montevideú. Contudo, sua entrada para uma das equipes mais prestigiosas do país acabou barrada pelos dirigentes do time de Rocha, que, pela primeira vez desde o recrutamento de Osvaldo, exigiram um cumprimento estrito do contrato, inviabilizando sua mobilidade entre os clubes. Esta situação é narrada como tendo sido extremamente frustrante. Depois de estar às portas de Montevideú, Rocha já não tinha nenhuma graça. Decepcionado com o futebol, decidiu retornar para o Brasil. Separou-se da companheira, foi para Bagé e passou a trabalhar apenas na lida rural, voltou a fazer o que “realmente sabia”. O ano era 1981.

Osvaldo trabalhou em diversas propriedades rurais nos trinta anos subsequentes. Cerca

de quatro delas encontravam-se no Brasil e outras duas, no Uruguai. Entre estas últimas, estava a Fazenda Ana Paula, à qual ingressou em 2005 para desempenhar funções campeiras e de cozinha. Sem possuir qualquer tipo de documentação uruguaia, meu interlocutor acordou com seus empregadores o pagamento de um salário que estaria em torno de mil e quinhentos reais. No entanto, ele nunca teve essa quantia em mãos, porque os funcionários encarregados de administrar a folha de pagamentos, também brasileiros, realizavam cortes arbitrários nos valores pagos aos empregados. Osvaldo presume que o dono da propriedade não estava a par da situação, afinal “nunca chegava perto” dos trabalhadores:

**Alex:** E que desculpa eles davam para pagar menos ao senhor?

**Osvaldo:** Eles não davam desculpa, eles sabiam que estavam dentro do Uruguai e que não iria acontecer nada. E eu só com os documentos brasileiros. Estava *en negro*.

A situação de estrangeiridade social tornou-se mais aguda – e potencialmente letal – quando Osvaldo contraiu uma pneumonia “por causa do trabalho” e foi levado ao hospital de Melo. A gerência da fazenda Ana Paula colocou-o sob os cuidados de um rapaz que recebera certa soma em dinheiro para arcar com os eventuais custos do tratamento: “Só que chegando lá, tu não vais acreditar, mas ele não deu [nem sequer] um café para nós tomarmos. Com todo o dinheiro que ele levou”. Na verdade, meu interlocutor chegou a consultar com um médico do hospital, mas como não possuía situação migratória regular, estava impossibilitado de ocupar leitos públicos, ou seja, para realizar o tratamento da pneumonia, seria necessário contratar um serviço privado. Presumivelmente, havia recursos para efetuar uma internação particular, mas como o sujeito encarregado de assisti-lo tinha a intenção de reter para si o dinheiro disponibilizado pela empresa, absolutamente nada foi feito.

O médico de Melo optou, então, por encaminhar Osvaldo a uma doutora conhecida sua em Noblía. Após fazer os exames necessários, ela constatou a gravidade do problema de saúde e chegou a conclusão de que, ali, seria impossível levar a bom termo qualquer procedimento terapêutico. “E pagando?” – questionou Osvaldo. “Pagando – respondeu a médica – eu te devolvo para uma clínica em Melo”. O funcionário que acompanhava meu interlocutor solicitou à médica que receitasse os remédios necessários e comprometeu-se, ele próprio, a transferir o paciente para algum leito de internação. Como o quadro de Osvaldo era bastante grave, a doutora preferiu entrar em contato com dois colegas seus em Bagé (Brasil),

para averiguar se havia possibilidade de receber o paciente nos hospitais da cidade:

[ela] disse que estava me mandando, que eu tinha documentação brasileira só que eu estava trabalhando dentro do Uruguai sem estar na caixa e sem estar, tampouco, no INSS<sup>67</sup>. Aí [os médicos brasileiros] disseram que [ela] podia me mandar e eu recebi o tratamento pelo SUS<sup>68</sup>. Fiquei baixado no hospital, me curei, tudo pelo SUS.

Uma vez concluído o tratamento em Bagé, Osvaldo regressou à fazenda, mas foi impedido de entrar. Na beira da estrada, uma secretária veio dar-lhe a notícia estarrecedora: tinha sido “dispensado”. Meu interlocutor decidiu não ir embora, disse que queria falar pessoalmente com o gerente para esclarecer a situação. A mulher convidou-o a passar e explicou que o gerente não se encontrava no estabelecimento e possivelmente retornaria apenas no final da tarde. Osvaldo passou o dia esperando. Chegada a hora do fechamento, continuou a espera do lado de fora. Fez um pequeno acordo com o pessoal da segurança, conhecidos dele, para que barrassem o carro do gerente e facilitassem sua abordagem. Interpelado por Osvaldo no meio da noite, o gerente argumentou que os postos de trabalho não podiam ficar vagos por muito tempo e faz questão de sublinhar, com relação à pneumonia, que todas as medidas cabíveis teriam sido tomadas, inclusive a cobertura dos gastos de tratamento. Meu interlocutor objetou não ter havido gasto algum. Surpreendido, o gerente se propôs a resolver o assunto no dia seguinte, em sua casa, quando convocaria o funcionário encarregado dos cuidados de Osvaldo para dar explicações.

Na reunião do outro dia, após uma longa conversa, o peão demitido conseguiu convencer a gerência da veracidade de sua história. Recebeu, então, o valor consignado para seu tratamento de saúde e foi convidado a voltar a trabalhar na propriedade. Osvaldo, que precisava do emprego, aceitou os pedidos de desculpas do gerente e retornou à Ana Paula. Entretanto, não muito tempo depois, conseguiu outro trabalho no Brasil, com salário estável e maiores garantias laborais. Hoje em dia, meu interlocutor está pleiteando seu reingresso como funcionário regular daquela propriedade, o que justifica a demanda pela identidade uruguaia. Segundo dizem alguns conhecidos seus que atualmente trabalham na Ana Paula, as coisas teriam melhorado bastante nos últimos anos.

A experiência relatada por Osvaldo na Fazenda Ana Paula é uma oportunidade para

67 Instituto Nacional do Seguro Social

68 Sistema Único de Saúde

refletir sobre como a estrangeiridade – produzida pela situação de indocumentação –, associada à pesadas rotinas laborais, ocasiona processos de margem nos quais a vida e a integridade física dos trabalhadores (trans)fronteiriços podem ser postas em questão. O trabalho rural em geral e especificamente o ofício de peão favorece o desenvolvimento de certas enfermidades respiratórias, ósseas e musculares debitadas da exposição à intempérie – principalmente nos meses do inverno –, do uso frequente dos cavalos e do transporte braçal de cargas pesadas – rolos de arame, postes de madeira para as cercas, galões de leite no caso dos tambos, etc. –. Conforme informou a secretária de saúde do Município de Aceguá, a maioria das consultas ambulatoriais locais se deve a dores na coluna, braços e joelhos. No contexto da fronteira brasileiro-uruguaia, onde as preocupações administrativas de dois estados nacionais motivam constantes esforços por discernir os doentes “deste lado” dos doentes “daquele lado”, os problemas de saúde podem adquirir uma dimensão potencialmente mortífera, já que trabalhadores na situação de Osvaldo passam a depender da “boa vontade” dos superiores para garantir a integridade física dos seus corpos. Como ficou demonstrado no relato de meu interlocutor, essa “boa vontade” nem sempre existe, pois a estrangeiridade de uns pode tornar-se anteparo para o incremento da renda de outros.

A experiência de Osvaldo na fazenda Ana Paula torna evidente uma situação na qual a exploração do trabalho e os processos de margem engendrados pelo status de não-cidadão confluem para produzir um contexto de abandono radical. Se quando estava em Jaguarão Chico, meu interlocutor teve que ativar o “direito de fuga” para escapar da dilapidação cotidiana do seu corpo, na fazenda Ana Paula esse mesmo processo de dilapidação – talvez menos intensivo que o anterior – degenerou em uma enfermidade respiratória que o lançou no centro de um espaço de excepcionalidade jurídica. Esta espécie de “vácuo” sufocou sua agência e sua recursividade a tal ponto que elas quase desapareceram. Com a vida posta, literalmente, em questão, ele dependeu da própria sorte – materializada na resolução da médica que decidiu enviá-lo para Bagé – para receber os devidos auxílios e, finalmente, curar-se. Vivências desta ordem convertem as relações de classe em uma experiência de margem e de exceção porque, ao não possuírem documentos, é como se alguns trabalhadores transfronteiriços estivessem fora de qualquer jurisdição, é como se fossem corpos desiguais em primeira instância, posto que subordinados ao julgamento que outros farão a respeito da sua utilidade produtiva e legitimidade social. O impacto subjetivo desses processos sociais é dado a conhecer através de enunciados paradoxais, onde o desejo irrompe ao lado da



resignação e parece, finalmente, ser devorado por esta última: “mas bá, a gente sofre, a gente passa trabalho (...) me dá vontade de pegar, assim, e sair... sabe? Sair assim, "bom, eu vou sair, não sei para onde eu vou, não sei para que lado” ”.

\* \* \*

*Orejano* é um vocábulo hispânico alusivo ao gado que não apresenta marca de propriedade nas orelhas nem em outra parte do corpo. Na fronteira de Aceguá, esta mesma palavra também designa os sujeitos que não possuem qualquer tipo de documentação nacional, indocumentados absolutos, pessoas que não foram registradas em nenhum dos dois lados da divisa política. As antropologias vêm desenvolvendo um longo debate sobre a lógica, os usos e os efeitos dos documentos de identidade e das políticas de identificação na vida das pessoas. Mariza Peirano (2006), por exemplo, analisou o peso específico da documentação na vida pública brasileira, enfatizando que seu uso varia de acordo com cada região do país e pode expressar formas singulares de reivindicação do pertencimento nacional, regional e local.

No contexto da linha de pesquisa “Identities e passaportes: os mediadores do acolhimento aos imigrantes”, coordenada pela professora Denise Jardim, vem-se desenvolvendo um interessante debate que procura problematizar, com base na análise antropológica dos processos migratórios no Cone Sul contemporâneo, a tensão existente entre as – sempre renovadas – tecnologias de identificação promovidas a partir do Estado e os usos que os sujeitos fazem dos documentos de acordo com suas demandas específicas de cidadania. Neste sentido, poderíamos dizer que os documentos estão inseridos em uma rede complexa de negociações entre pessoas e instituições na qual se incluem cidadãos, não-cidadãos, burocracias e, mais do que isso, racionalidades institucionais e princípios éticos divergentes que oferecem pautas conflitivas de inclusão, exclusão e merecimento. Para Daniel Etcheverry (2007a; 2007b), pensar a posse ou falta de documentos, particularmente quando se trata de imigrantes e estrangeiros, nos leva a problematizar dinâmicas de inclusão e exclusão. Ele argumenta, entretanto, que seria simplista demais refletir sobre esse tema a partir da dicotomia “inclusão *igual a* posse de documentos” *versus* “exclusão *igual a* falta de documentos”. Com certeza o documento garante um lugar legitimado de locução, mas é importante olhar para as formas como a falta ou o não reconhecimento de um determinado

documento é negociado em situações cotidianas por sujeitos que, graças à difusão dos discursos sobre direitos, cada vez menos se reconhecem na figura do imigrante vulnerável e sem voz.

No que tange, especificamente, às dinâmicas de interlocução institucional, Denise Jardim (2012) observa que “não basta ter documentos, [é preciso, também,] estar dentro de critérios que, quase sempre, irão demandar alguma negociação mediante atos comunicativos muito persuasivos”. É através desses atos comunicativos que os documentos adquirem sentidos concretos no dia a dia das pessoas, determinando, inclusive, as expectativas que poderão nutrir enquanto sujeitos políticos que se defrontam com sistemas de distribuição dos serviços e dos recursos fortemente balizados pela presença da institucionalidade estatal. Conforme argumentávamos em um trabalho recente, os processos de documentação, bem com as interações institucionais que têm por finalidade determinar quem dispõe e quem não dispõe de acesso aos benefícios públicos originam

rotinas administrativas [que]consistem em dinâmicas de negociação simbólica nas quais sujeitos diversos procuram ser reconhecidos como caudatários de direitos sociais ao longo de um tenso diálogo com inúmeros interlocutores e saberes autorizados em conferir legitimidade às suas demandas. (Jardim; Moraes, 2011, p. 2)

O que, talvez, exija uma reflexão mais atenta são aquelas situações onde os sujeitos carecem de qualquer documento de ampla aceitação capaz de identificá-los. O debate abstrato sobre esta questão não pode nos levar muito longe, porque logo esbarra em questionamentos cuja resposta depende da observação de contextos sociais concretos. Por exemplo: quais os inconvenientes de não podermos comprovar que somos quem dizemos ser perante esta ou aquela autoridade? Como um sujeito que não dispõe de documentos oficiais se representa a si mesmo em uma sociedade intensamente “documentalizada”? Que táticas cotidianas permitem driblar as consequências excludentes da indocumentação? O que determina a emergência da própria indocumentação?

Na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, quando fiz menção ao caso de um jovem fronteiro que veio a documentar-se somente aos 23 anos, lembro-me de ter ouvido de alguns colegas que este tipo de situação poderia ocorrer, também, em qualquer outro lugar do país, mesmo em grandes cidades. Estava de acordo com eles. Minha única observação era que,

justamente por emergir em qualquer lugar – não sendo, portanto, “privilégio” da fronteira, das zonas rurais ou dos imigrantes –, a indocumentação deve ser estudada como um fato em si mesmo ou como uma contingência, mas sim conjunturalmente, de modo que seja possível interpretá-la a partir das suas causas e consequências em contextos específicos.

Seguindo nesta linha de raciocínio, enquanto a indocumentação absoluta em uma grande cidade pode estar mais associada – suponho – a populações de rua, a moradores de bairros distantes, à pessoas que foram roubadas ou assaltadas; em uma zona rural fronteiriça, ela guarda relações com as próprias condições de existência das classes trabalhadoras rurais. Nascer em uma estância longínqua costuma estar na origem da documentação tardia dos/das filhos/as de alguns trabalhadores do campo e, em casos limite, pode significar uma via para sua indocumentação prolongada. A consequência disso é a seguinte: como nas regiões fronteiriças “qualquer um” pode, potencialmente, ser estrangeiro – e, portanto, estar usando os serviços públicos do “país errado”<sup>69</sup> –, não possuir documentos que atestem a nacionalidade é o mesmo que ser *orejano*, é não pertencer a ninguém – leia-se, à nenhum Estado –, é poder ser abandonado à própria sorte de forma quase inapelável.

Ignácio<sup>70</sup> é um interlocutor que conheci no verão de 2011. Até bem pouco tempo atrás, os policiais uruguaios lotados para Aceguá o chamavam de *orejano*. Tomei conhecimento do seu caso através de Blanca, no Escritório Binacional do MIDES. Ela considerou que a história desse rapaz, cujo nascimento não havia sido registrado nem no Brasil, nem no Uruguai, poderia ir ao encontro dos objetivos da minha pesquisa. Para conhecê-lo pessoalmente precisei, antes, visitar seu Antonio<sup>71</sup>, o sogro de Ignácio, que jogara um papel fundamental durante todo o processo de documentação e fizera o cadastro do genro junto ao MIDES, oferecendo seu próprio endereço residencial. Com as informações para a localização da casa de Antonio anotadas num pedacinho de papel, decidi procurá-lo numa ensolarada tarde de sábado, dia que costumava reservar, exclusivamente, para o trabalho de campo em Aceguá-Aceguá. Eram aproximadamente quatro horas da tarde quando cruzei o pátio arborizado e dei com porta da residência fechada. Temi estar violando o horário da sesta. Bati na porta assim mesmo. Ao ser atendido por uma senhora idosa, de cabelos grisalhos, informei que vinha do Brasil e estava fazendo uma pesquisa sobre experiências de trabalho e indocumentação na

<sup>69</sup> A posição da secretária de saúde de Aceguá (Brasil) é elucidativa a este respeito. Num diálogo mantivemos em julho de 2012, ela argumentava que, dados os recursos federais disponibilizados para a manutenção dos serviços locais de saúde, o mais adequado seria que os uruguaios solicitassem atendimento no *seu lado* da fronteira.

<sup>70</sup> Nome fictício.

<sup>71</sup> Nome fictício.

fronteira. Manifestei, em seguida, meu interesse por conhecer a história de Ignacio e esclareci que obtivera o endereço da residência através dos funcionários do MIDES. A mulher mostrou-se receptiva e pediu para eu esperar um momento no sofá da sala.

Em poucos minutos vi chegar seu Antonio, um senhor de quase oitenta anos, franzino e simpático. Ele ficou entusiasmado ao saber do meu interesse em conhecer a história de Ignacio e comentou que, se não fosse pelo MIDES, o jovem estaria sem documentos até hoje. Convidou-me para retornar à sua casa no dia seguinte e assegurou que seu genro estaria lá para receber-me por volta das cinco da tarde. Depois, nossa conversa enveredou pelos caminhos do futebol e pelas memórias do *maracanazo*. O ventinho do final da tarde começava a sacudir as ramagens do jardim quando ganhei novamente a rua e fui caminhando, vagaroso, até o hotel. A lembrança da voz terna e intermitente de Antonio, que parecia emanar dos auto-falantes de um velho rádio, impregnava minha mente com as imagens de antigas e encarniçadas contendidas futebolísticas. Ao meu redor, era como se as coxilhas vazias e o povoado evanescente censurassem qualquer expressão de efusividade e excitação. Imobilizado entre sensações contraditórias, vivi um crepúsculo melancólico.

Na tarde de domingo avancei sob o sol calcinante do verão fronteiriço. Iluminada pelo reflexo duro das casas claras e embalada pelo canto das cigarras, uma atmosfera sonolenta pairava sobre as ruas de areia. Meus passos eram seguros, desta vez já conhecia o caminho. Do portão do pátio avistei seu Antonio sob a copa frondosa de uma árvore. Ao seu lado, uma cadeira vazia. Aos seus pés a jarra transpirante de água gelada. Aproximei-me. O velho homem disse que seu genro recém havia entrado, “¡él pensó que usted no venía! Pero yo le dije: “estoy seguro de que va a venir””. “Claro – respondi, sorridente –, era lo que habíamos arreglado, ¿no?” Antonio levantou-se para chamar Ignacio da porta da residência. Em poucos instantes apareceu um jovem de estatura mediana, cabelos e olhos castanhos, expressão tímida: “no sabía si usted venía ahora o si venía más tarde” – comentou. Feitas as apresentações, expliquei para Ignacio que gostaria de ouvir sua história e saber um pouco mais sobre como tinha transcorrido o processo de documentação junto ao MIDES. Ele buscou mais uma cadeira para eu sentar, acomodou-se ao meu lado e perguntou, em castelhano, sobre qual seria o idioma da entrevista. “A mi me da lo mismo” – respondi – “la podemos hacer en el idioma que quiera. ¿Cuál preferís?” Ignacio olhou para o chão, pensou por alguns segundos e tomou sua decisão: “En brasilero, entonces”.

Jovem trabalhador do comércio, recentemente investido da documentação nacional

uruguaia, Ignacio passou os últimos vinte e três anos sem nenhum papel que o identificasse. Do relato que me ofereceu naquela tarde de fevereiro, emergiram múltiplos e sucessivos itinerários, raramente dissociados da “necessidade de trabalhar”. A exceção fica por conta dos deslocamentos que tiveram lugar em sua primeira infância e dos quais pouco lembra. O nascimento de Ignacio não foi registrado em nenhum hospital. Deu-se em pleno campo, numa fazenda próxima de Rio Branco (cidade uruguaia limítrofe com Jaguarão, no Rio Grande do Sul), onde residiam sua mãe e seu pai. Este último faleceu quando Ignacio somava sete anos de idade, depois de passar seus derradeiros dias cuidando dos animais na estância de um conhecido. Viúva, a mãe de Ignacio casou-se com outro homem e reconstituiu família. Devido a sérios desentendimentos com o padrasto, por volta dos dez anos de idade meu interlocutor foi embora de casa e acabou adotado por um casal de idosos residente em Aceguá-Uruguaí. Este momento de sua trajetória emerge nebuloso, Ignacio não esclarece quem eram as pessoas que se encarregaram de cuidá-lo, tampouco explica se elas possuíam alguma relação com seus pais. O relato torna-se fragmentado, a falta de memória é evocada: “muita coisa já passou né tchê, não dá muito para lembrar...” Entre palavras desconexas, pronunciadas num tom baixo e taciturno, escuto a afirmação de que, em algum momento da sua infância, sequer teve onde morar. Seu Antonio, até então silencioso, tece o seguinte comentário: “era un bultito que andaba por ahí”<sup>72</sup>.

Ignácio deixou de estudar no terceiro ano de primária (equivalente à terceira série do Ensino Fundamental brasileiro). A partir de então, dedicou-se a vários ofícios em diferentes cidades. Primeiro trabalhou como jardineiro num edifício de classe média em Porto Alegre por intermédio de um tio materno, depois mudou-se para Maldonado (Uruguaí), onde trabalhou de servente na construção civil. Mais tarde, foi para Treinta y Tres com alguns amigos. Esta última viagem desdobrou-se no duplo registro da aventura e da busca de trabalho em estâncias. De volta a Aceguá, conheceu uma menina com quem foi residir. Era a filha de seu Antonio. Atualmente, ela está estudando computação na Universidade Técnica do Uruguaí (UTU) ao passo que Ignácio trabalha em um armazém fronteiriço arrumando prateleiras, carregando mercadorias em ônibus, carros e camionetes. Ambos vivem do lado brasileiro da fronteira. Do seu emprego anterior, também no varejo, meu interlocutor guarda más lembranças: trabalhava mais de doze horas por dia, sem parada para almoço. Na avaliação de Ignácio, as coisas estão melhores agora. Quando eu lhe pergunto se

---

72 “Era um vulto pequenininho que andava por aí”.

pretende permanecer em Aceguá definitivamente, ele responde: “se surgisse oportunidade em outro lugar, acho que eu iria embora”.

Quando o conheci, fazia cerca de um mês que Ignacio havia concluído seu registro tardio de nascimento junto ao Estado uruguaio. A busca pela documentação consistiu num longo processo através do qual agentes estatais diversos empreenderam criterioso escrutínio com a finalidade de dirimir suas dúvidas a respeito da idoneidade moral de meu interlocutor. Tive a oportunidade de conhecer mais detalhes desse processo através dos funcionários do próprio Ministério. Segundo eles, a demanda de Ignacio por documentos produziu fortes suspeitas no interior do Escritório Binacional. Houve quem chegasse a pensar, por exemplo, que Ignacio poderia estar ocultando sua real identidade para escapar de registros criminais no Brasil. Com o intuito de dissipar a suspeita, decidiram solicitar ao jovem que se dirigisse à Dirección Nacional de Migraciones (sob responsabilidade do Ministério do Interior, ou seja, da polícia) para relatar seu caso e consultar sobre os procedimentos burocráticos pertinentes. A hipótese dos funcionários do MIDES era a seguinte: um delinquente jamais se apresentaria para pedir informações numa instituição policial. Como meu interlocutor não teve nenhum problema em consultar o serviço de migração, as portas do MIDES se abriram para que ele avançasse nos trâmites de obtenção da carteira de identidade. A este respeito, pode ser esclarecedor retomar as observações de Talal Asad sobre o exercício da suspeita no âmbito da institucionalidade pública. Para o autor, a suspeita é um elemento que se interpõe entre a lei (abstrata) e sua operacionalização em conjunturas concretas:

todo o sistema de supervisão ou judicial do estado moderno pressupõe a suspeita organizada e incorpora margens de incerteza (...) A suspeita é iniciadora e parte integral de uma investigação, e a mesma termina quando a suspeita é deixada de lado, quando uma pessoa "razoável" chega à uma conclusão de certo teor, baseada em provável evidência (Asad, 2008, p. 59).

A normativa uruguaia estabelece que todo o nascimento realizado fora do prazo legal – isto é, fora dos dez dias hábeis, ou vinte dias em zonas rurais – precisa ser inscrito através do procedimento de *Inscripción Tardía*. Os requisitos para a realização deste trâmite são os seguintes: 1) certificado de nascido vivo expedido pelo centro de saúde onde se produziu o parto; 2) em caso de impossibilidade de obtenção do certificado de nascido vivo – como no caso de Ignacio –, é permitido apresentar um certificado médico que acredite a idade

biológica aproximada do demandante; 3) todos os eventuais documentos que certifiquem alguma identidade como, por exemplo, carteiras de vacinação, boletins escolares, etc.; 4) certidão negativa de inscrição no registro civil. O trâmite de registro tardio conclui com a emissão de uma certidão de nascimento a partir da qual o demandante poderá solicitar sua carteira de identidade.

O Ministério de Desenvolvimento Social vem desempenhando um rol estratégico na promoção do “direito à identidade”, seja através do oferecimento de serviços diretos à população, como os Escritórios Binacionais, seja mediante campanhas massivas de conscientização sobre a necessidade de documentar-se. Exemplo destas últimas é um manual de apoio para “operadores sociais” no qual são apresentados, de forma didática, os fundamentos legais do direito à identidade, bem como informações a respeito dos principais documentos que garantem o reconhecimento da existência jurídica dos sujeitos por parte do Estado. Contudo, as realidades jurídicas que orientam a atividade do Estado só ganham sentido e produzem efeitos sociais concretos no encadeamento das práticas administrativas. Estas, por sua vez, não podem ser vistas como a mera implementação de uma normativa estável posto que legalmente estabelecida. Pelo contrário, as rotinas administrativas consistem em dinâmicas de negociação simbólica em que sujeitos diversos procuram ser reconhecidos como caudatários de direitos sociais ao longo de um tenso diálogo com inúmeros interlocutores e saberes autorizados em acreditar a legitimidade das suas demandas.

Os primeiros momentos do diálogo entre Ignacio e o Escritório do MIDES evidenciaram que, se bem as normas e os procedimentos administrativos são universais e estão expostos ao conhecimento de todos, o mesmo não pode ser dito sobre as estratégias mobilizadas pelos funcionários públicos para definir quem irá usufruir dos direitos codificados e sob que condições poderá fazê-lo. O espaço entre a lei e sua operacionalização é uma zona onde se desenvolvem sistemas paralelos de escrutínio mobilizados, mais ou menos arbitrariamente, por aqueles funcionários que Hayman (1995) denominou *street level bourocrats*, ou seja, pessoas encarregadas de encaminhar os trâmites legais de acordo com as demandas que os não-burocratas lhes apresentam pessoalmente. Num contexto de fronteira, o pensamento de Estado produz suas *margens de incerteza* evocando a iminente possibilidade de que as pessoas estão onde não deveriam estar, seja por desconhecerem a forma como as coisas “funcionam” ou por motivações ainda mais “obscuras”. Daí a necessidade de instaurar tecnologias de razoabilidade, mecanismos oficiosos que abrem ou fecham as portas da lei e

dos direitos de acordo com critérios de verdade desenvolvidos ao sabor das moralidades incorporadas pela burocracia no nível local ou, se preferirmos, no *street level*. Estas moralidades, na fronteira de Aceguá, se materializam no desejo manifesto de resguardar a integridade do território e proteger-se de incursões indesejáveis numa região que se prestaria, perigosamente, à má-fé dos estrangeiros.

Ter sido “aprovado” no teste de idoneidade moral inventado pelos funcionários do MIDES não foi, contudo, suficiente para Ignacio. Com as dúvidas do Escritório Binacional resolvidas, o médico que atende na unidade de saúde de Aceguá-Uruguai resolveu interpor novas objeções ao trâmite. Este profissional negou-se a firmar um atestado de idade biológica porque temia que o pedido de registro tardio encaminhado por meu interlocutor pudesse ser parte de alguma estratégia para encobrir atos infracionais. Neste ponto do percurso, contudo, Ignacio já não estava sozinho, ele contava com a solidariedade dos funcionários do MIDES, que intercederam por ele junto a uma médica de Noblía e conseguiram obter os documentos exigidos para emissão da certidão de nascimento. A partir daí, o processo de documentação transcorreu normalmente e em questão de semanas a carteira de identidade uruguaia foi, finalmente, concedida.

Contudo, a atmosfera de suspeitas que envolveu os primeiros momentos do trâmite de *Inscripción Tardía* levou Ignacio a tomar suas próprias precauções para evitar futuros imprevistos. Ele viajou até Rio Branco (Uruguai) em busca de parentes e conhecidos do seu pai e, no contato com essas pessoas, foi reconstruindo e acumulando evidências oficiais capazes respaldar, perante a dúvida generalizada, suas reivindicações de pertencimento nacional. Voltou de viagem com a certidão de casamento e o atestado de óbito do pai, documentos que estão cuidadosamente preservados para a eventualidade de novas suspeitas<sup>73</sup>. Os imperativos da identificação e o processo de atribuição de documentos prescrevem ao indivíduo – como observa Noiriél – uma série de “novas preocupações que deslizam nos interstícios do tempo cotidiano” (*apud* Fine, 2008, p. 11), fazendo com que ele incorpore ou, pelo menos, passe a relacionar-se com outros critérios relevantes para definir a identidade e legitimar a pertença.

Agora que está documentado, eu quero saber se meu interlocutor visualiza mudanças em sua vida. Ignacio pensa um pouco e responde vagamente: “muitas coisas...” Pergunto se pode ser mais específico. Ele menciona que será mais fácil realizar compras a

---

73 Ver imagens das páginas 98 e 99, no capítulo III.



prestação, sem precisar convencer amigos ou conhecidos a abrirem um crediário em seu próprio nome. Também relembra uma situação desagradável, ocorrida há quatro anos atrás: depois de ter um filho com sua primeira companheira, foi impedido de registrá-lo porque não tinha documentos: “agora, se eu tiver um filho com essa guria [a atual companheira], eu posso registrar, ele vai saber que eu sou o pai dele”. Quanto ao mercado de trabalho, as coisas não se transformarão significativamente, já que, trabalhando no Brasil com uma carteira de identidade uruguaia, ele continua sem acesso a benefícios previdenciários: “se fosse brasileiro, aí seria outra coisa, porque eu tendo o documento uruguaio, eu não posso assinar carteira, não posso ter benefício”. Neste ponto de nossa conversa eu pergunto como eram as coisas antes, sem os documentos: o atendimento hospitalar aparece como a primeira queixa.:

**Ignacio:** eu tive uma briga, cortei a cabeça e tive que fazer pontos, três grampinhos. *Quanto tu moras na fronteira, eles não sabem se tu és brasileiro ou uruguaio e, se não tiveres os papéis, no Uruguai eles não te atendem.* E no Brasil, se tu tens uma aparência que eles acham que é uruguaio, já não te atendem também. Se tu és uruguaio, vai para o Uruguai. Se tu és brasileiro, vai para o Brasil.

**Alex:** Isso acontece aqui [em Aceguá]?

**Ignacio:** Aqui não, mas lá onde eu morei [Jaguarão], sim. *[Eles atendem] se é uma doença mais grave, uma vacina, um curativo.* Se é alguma coisa que tu queres consultar com médico, te mandam para outro lado. Tu não podes consultar ali. (...) tu tens o sotaque, né tchê? O sotaque brasileiro. Se tu moras muito tempo no Uruguai, tu tens sotaque uruguaio, se tu moras muito tempo no Brasil, tu tens sotaque brasileiro.

Pessoas que trabalham tanto do lado brasileiro como do lado uruguaio da fronteira assimilam, pela convivência, os sotaques do português e do castelhano alternadamente, em diferentes momentos das suas vidas. Este elemento contingente pode, contudo, ser convertido em diacrítico no contexto dos serviços públicos, exigindo dos moradores da fronteira que comprovem sua nacionalidade mediante documentos. Para Ignacio, estas demandas se tornavam especialmente dramáticas porque ele não estava em condições de demonstrar sua nacionalidade em nenhum dos lados da fronteira, ou seja, estava a mercê de ser estrangeirizado tanto no Brasil como no Uruguai. Empecilhos desta ordem faziam com que meu interlocutor se sentisse “menos que outros, porque os outros tinham [documentos] e eu

não. Não sei explicar direito isso aí, o que acontece”.

Nas épocas de indocumentado, a polícia uruguaia também expôs Ignacio a certos constrangimentos. Foi em tom brincalhão que ele me revelou seu apelido entre os policiais: *orejano*. Neste ponto, seu sogro interveio novamente no diálogo: “es peor que un animal, porque por lo menos el animal tiene una marca que dice quién es el dueño”. Fico interessado em saber mais sobre o que diziam os policiais. Sensível à minha curiosidade, Ignacio complementa seu relato:

**Ignacio:** Um dia, me diziam [os policiais], tu vais ter uma briga, vais aparecer aí, numa valeta, atirado e como a gente vai saber quem tu és? *Para quem nós vamos te levar, para quem vamos anunciar, na rádio, que alguém morreu?* E diziam para eu tirar os documentos. Mas eu nunca dei bola, eu não saía muito de noite, era mais caseiro.

Tanto o caso do atendimento hospitalar como o relato das interpelações policiais expõem com clareza uma condição social circunscrita, sob vários aspectos, à um estado de exceção, à suspensão quase inapelável dos direitos. No sistema de saúde, a possibilidade de ser atendido estava condicionada apenas à problemas de maior gravidade ou, sugestivamente, à aplicação de vacinas – porque em programas de vacinação coletiva, o que está em jogo não é a vida de um indivíduo, mas a boa saúde da população, do conjunto de organismos cuja integridade é importante preservar através da intervenção cautelar e generalizada sobre os corpos individuais. Os policiais, por sua vez, justificavam a importância da documentação evocando um hipotético procedimento de identificação de cadáver, ou seja, a carência de documentos, neste caso, era apresentada como um entrave para os expedientes da polícia e não como uma limitação ao exercício dos direitos sociais para Ignacio. Um corpo indocumentado é sempre um corpo incômodo. Mas neste mesmo corpo, cujo núcleo de utilidade parecia apenas restrito à economia política da fronteira, Ignacio encontrou substrato para resistir à exclusão. Condenado, já no nascimento, à enfrentar as vicissitudes de uma vida sem garantias, meu interlocutor desencadeou seu próprio projeto de inserção social: cercouse dos documentos do pai para enfrentar a suspeição; conquistou lealdades no Ministério de Desarrollo Social e aceitou submeter-se a uma sequência de expedientes administrativos que, não sem violência simbólica, culminaram no registro civil e na concessão de uma carteira de identidade. No final das contas, suas condições de existência material praticamente não

mudaram (“eu não sabia como era ter documento, mas é comum, como todo mundo, né?”), os documentos não têm o poder de subverter o enclasseamento – ainda que seguramente sua falta possa aprofundá-lo. O que mudou, ao fim e ao cabo, foi a intensidade na qual Ignacio encontra-se exposto ao abandono. Pelo menos agora, do lado uruguaio da fronteira, sua voz pode falar mais alto do que seu corpo – e do que seu sotaque – quando for preciso reivindicar para si algo mais do que um emprego e algo mais do que favores ou boa vontade de terceiros.

#### **4.2 (In)documentação e a produção da exceção: dramas familiares**

Em julho de 2011 o Ministerio de Desarrollo Social abriu, em Aceguá-Uruguai, um dos seus três Escritórios Binacionais de Assistência e Orientação Cidadã em Fronteira (Oficinas Binacionales de Frontera)<sup>74</sup>. A repartição começou operar com dois funcionários, Blanca e José Carlos, em uma diminuta sala situada na mesma casa onde se encontra instalada a sede local da Dirección Nacional de Migraciones – responsável pelos trâmites de entrada e saída do Uruguai –, sob responsabilidade do Ministério do Interior. Depois que as duas rádios locais começaram a divulgar a existência do serviço do MIDES, da mesma forma que também o fizeram as lideranças comunitárias da zona e os funcionários de outras repartições públicas brasileiras e uruguaias, foram chegando, aos poucos, os primeiros usuários do novo serviço de documentação.

A imensa maioria das pessoas que recorrem ao Escritório Binacional para solicitar documentação uruguaia são brasileiros residentes em Aceguá e Villa Noblia, ainda que uma chilena e uma argentina também tenham regularizando sua situação migratória por essa via. Só nos primeiros três meses de funcionamento do serviço de fronteira do MIDES, foram atendidas 119 pessoas, das quais 57% eram homens e 43% mulheres. Do total de solicitantes de documentação, 48% requisitaram visita domiciliar de uma assistente social para comprovar “situação de vulnerabilidade” e rebaixar os custos dos procedimentos burocráticos. No que diz respeito aos dispositivos legais mobilizados para efetivar a documentação, em 63% dos casos os demandantes se acolheram na lei 16.021, que estende a cidadania uruguaia a filhos de uruguaios natos. Outros 27% das solicitações foram encaminhadas pela lei 18.250, que contempla netos, cônjuges e pais de uruguaios natos. Em apenas 10% dos casos, foi necessária a solicitação do documento especial de fronteiro porque os usuários não

---

74 Os detalhes da implementação do serviço do MIDES na fronteira serão discutidos no capítulo V.

cumpriam com os requisitos das duas leis anteriores<sup>75</sup>.

Conjugando a observação das situações concretas de atendimento no Escritório do MIDES com a realização de entrevistas individuais aos seus usuários, eu pude compreender com mais precisão os significados e os impactos da ausência e da busca de documentação nas vidas de quem habita a fronteira brasileiro-uruguaia. Todas as pessoas que entrevistei me relataram situações nas quais a indocumentação significou um espaço de exclusão legal e invisibilidade política. Sua decisão de recorrer ao MIDES respondia, em vista disso, a um esforço por conseguir acessar determinados benefícios sociais e melhorar as condições de vida diante de conjunturas econômicas frequentemente desfavoráveis. Por outro lado, havia certa heterogeneidade entre as variáveis que produziram as situações de indocumentação com que tive contato a partir do MIDES: em alguns casos, a falta de documentos estava relacionada às dinâmicas do trabalho transfronteiriço e em outros, era fruto de determinados percursos familiares, como os matrimônios binacionais. Através do conjunto de histórias selecionadas para a análise que segue, eu procuro dar conta tanto das continuidades que atravessam as experiências de indocumentação nas localidades de Aceguá e Villa Noblía quanto das particularidades que as singularizam.

Ana<sup>76</sup> tem vinte e um anos, está prestes a fazer vinte e dois. Eu a conheci por intermédio de Paulo Beck e foi na primeira visita que fizemos à sua casa que minha interlocutora ficou sabendo da possibilidade de retirar seus documentos uruguaiois a baixo custo, ou mesmo gratuitamente, através do escritório fronteiriço do MIDES. Por volta do final de 2011, ela e os demais familiares começaram seus trâmites de documentação. Quando terminei meu trabalho de campo, todos já estavam com a situação migratória regularizada. Ana conta que há exatas duas décadas mudou-se de Santa Maria (Rio Grande do Sul) para Villa Noblía em companhia da mãe (Dora), do pai (Ricardo) e do irmão (Davi). Desde então, Ricardo trabalha na propriedade de um brasileiro procedente da mesma cidade que sua família. Com a intensificação do controle sobre o recrutamento de estrangeiros durante a década de 1990, ele não teve outra opção para seguir trabalhando senão regularizar-se. Há três anos, conseguiu obter, com relativa facilidade (e mediante o desembolso de significativa quantidade de dinheiro: mil dólares estadunidenses), os documentos uruguaiois. O fato de seu filho menor, Nicolás, ter nascido no Uruguai facilitou o processo, já que a legislação deste país reconhece a cidadania nacional aos pais de uruguaiois natos. Ana, assim como sua mãe e

---

75 As cifras oferecidas foram elaboradas em conjunto com Blanca Morales, no próprio Escritório Binacional.

76 Ana e os demais nomes associados à sua família são fictícios.

irmão brasileiros, permanece indocumentada: “Yo no me saqué [los documentos] porque yo no trabajo, no tengo de donde sacar para pagar”. Neste momento, suas possibilidades de emprego se resumem aos serviços domésticos. Um dia inteiro de trabalho como empregada rende cerca de duzentos pesos uruguaios (um pouco menos de vinte reais) na localidade de Noblía. Uma das maiores preocupações que a condição de estrangeira acarreta na vida de Ana está relacionada com o atendimento em saúde: “Acá vos te enfermás y vas a la policlínica, te atienden, pero no te dan ningún medicamento y dependiendo el médico no te atiende”.

No que diz respeito aos outros serviços públicos disponíveis na zona, Ana pôde aproveitá-los parcialmente. Ela desenvolveu todos os seus estudos no Uruguai, pelo menos até onde a estrangeiridade permitiu. Completou a *escuela* (que corresponderia ao Ensino Fundamental no Brasil) mas optou por não se matricular no *liceo* (correspondente, em linhas gerais, ao Ensino Médio brasileiro) porque a situação migratória irregular dificulta muito a retirada de um certificado que atesta a realização dos estudos: “para el liceo se complica”, afirma Ana. Sua mãe corrobora: “para el liceo sí. Ella no pudo hacer liceo ni el Davi”. Este último trabalha, vez que outra, com o pai na propriedade do patrão brasileiro ou *changuea* para levar a vida.

Por volta do ano de 2005, a família de Ana foi diagnosticada pelo Ministério de Desarrollo Social como em situação de “pobreza extrema”. Este fato os habilitou a receber o cartão do Plan de Asistencia Nacional a la Emergencia Social (PANES), que lhes daria acesso ao “ingreso ciudadano”<sup>77</sup>. Paralelamente, o pai também começou a receber, em nome do único filho uruguaio, as Asignaciones Familiares, uma prestação monetária condicionada que corresponde a aproximadamente 42 dólares estadunidenses por criança em nível escolar primário e 61 dólares estadunidenses por jovem em nível secundário, sendo decrescente por número de filhos (cf. Bevilacqua, 2012). Mas qual não foi a surpresa dos meus interlocutores quando o MIDES concluiu que, como Ricardo já estava administrando uma Asignación Familiar atribuída ao filho menor, o benefício do PANES deveria ser suspenso? Ana ajuda a explicar os fundamentos desse “mal entendido”:

---

77 O PANES, implementado em 2005 pelo governo uruguaio, garantia uma transferência monetária chamada “ingreso ciudadano” para pessoas em situação de pobreza extrema. O “ingreso ciudadano” se sobrepôs a dois sistemas de transferência de ingressos não-contributivos pré-existentes – Asignaciones Familiares e Pensiones de Vejez. Terminada a vigência do Plano de Emergência, em 2007, seguiram vigentes, apenas, as Asignaciones Familiares que, de forma análoga ao Bolsa Família do governo brasileiro, consistem em uma ajuda pública destinada a famílias pobres em troca de certas contrapartidas, como a matrícula dos filhos na escola, o controle da gravidez, tramitação do documento de identidade aos recém-nascidos e controles pediátricos periódicos. A relação entre estes dois programas e sua incidência sobre os processos de exclusão nas zonas de fronteira serão discutidas mais adiante.

yo fui al MIDES una vez que a nosotros nos dieron la tarjeta [del PANES], pero el hombre me dijo que ahora nos sacaron. Nunca cobramos el Plan de Emergencia. (...) El que cobra es mi padre porque es el que tiene cédula uruguaya, entonces le cortaron. Ahí yo fui allá un día y me dijeron: "vos no tenés papeles uruguayos entonces ustedes no van a conseguir renovar su tarjeta porque ustedes no entran en el núcleo familiar" (...) mi padre con la Asignación de mi hermano [uruguayo] y con lo que él gana [de sueldo], quiere decir que él gana bien y les da para vivir a ellos dos (...) mi madre, allá en el BPS [Banco de Previsión Social] no existe. (...) Nosotros no entramos en el núcleo familiar<sup>78</sup>.

Percebemos, nitidamente, um caso de dessintonia entre a família oficial (ou seja, portadora de documentos nacionais) e a família efetiva e definitivamente estabelecida em território uruguaio (ver Figura 1). O “núcleo familiar” imaginado pela política pública deixou de fora mais da metade da família de Ana, incluindo ela própria. Ainda assim, o recorte desse “núcleo familiar” serviu de substrato aos cálculos oficiais que pretendiam descrever as “reais” necessidades da família em questão: se Ricardo só tinha “um” filho e estava recebendo as transferências monetárias que lhe correspondiam, então por que teria direito a acumular o benefício do Plan de Emergencia? Eis a lógica de um raciocínio que, no limiar entre a miopia e a imprudência, converteu os imperativos da racionalização dos recursos públicos em uma ferramenta de sistemática invisibilização das pessoas. É interessante observar, aqui, a ambivalência da atividade do Ministério do Desenvolvimento Social na região de Aceguá e Villa Noblía. Se por um lado, nas publicidades oficiais, o MIDES reitera seu compromisso em contribuir à construção de políticas que “incorporem, em sua concepção, a perspectiva da territorialidade”, esta territorialidade permanece sufocada por um forte viés nacionalista, que torna “inexistente” para a burocracia uma série de pessoas cujas carências continuam sendo tão palpáveis quanto contundentes.

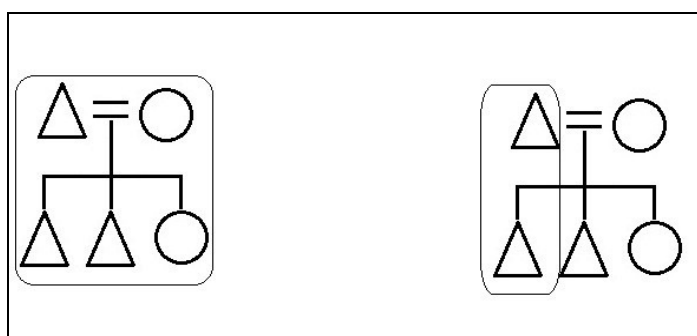
É impossível não reconhecer o valor do serviço de documentação que o MIDES oferece através dos Escritórios Binacionais. Contudo, o relato de Ana também nos obriga

---

78 Para garantir a compreensão desta fala, ofereço uma tradução possível: “eu fui ao MIDES, uma vez que tinham nos dado o cartão, mas o homem disse que agora nos tiraram. Nunca ganhamos o Plan de Emergencia (...) Quem ganha é o meu pai porque que é ele quem tem identidade uruguaia, então cortaram-no. Aí eu fui lá um dia e me disseram: “tu não tens papeis uruguayos, então vocês não vão conseguir renovar seu cartão porque vocês não entram no núcleo familiar”. (...) Meu pai, com a Asignación do meu irmão [uruguaio] e com o que ele ganha [de salário], quer dizer que ele ganha bem e dá para eles dois viverem. (...) Minha mãe, lá no Banco de Previdência Social não existe. (...) Nós não entramos no núcleo familiar”

constatar que o sistema de atribuição de benefícios sociais operado pelo Ministério permanece insensível ao fato de que a indocumentação, longe de ser excepcional, constitui um dos aspectos singularizantes da experiência social vivenciada pelas famílias dos trabalhadores transfronteiriços. O recrutamento de trabalhadores brasileiros durante o último ciclo de compras de propriedades rurais em território uruguaio<sup>79</sup> e a proletarização de pequenos produtores migrantes deram origem, nas zonas fronteiriças, a uma subclasse constituída por empregados estrangeiros que foram privados enormemente da sua recursividade em decorrência da falta de documentos. Com o passar dos anos e o aumento da fiscalização sobre o trabalho rural, os filhos desses sujeitos, que haviam chegado quando crianças ao Uruguai, acabaram comprimidos entre a exclusão legal e o fechamento dos mercados laborais. Não deixa de ser paradoxal que a subordinação econômica suscitada por essa condição social termine reiterada justamente por aquelas políticas oficiais cujo objetivo seria incrementar os ingressos dos setores mais pauperizados da população.

**Figura 1**



Uma família concreta e um "núcleo familiar": À esquerda, o retângulo enfatiza um grupo de pessoas que vive e trabalha no Uruguai há duas décadas. À direita, o retângulo seleciona apenas o "núcleo familiar" sobre o qual se baseia a política de concessão de benefícios sociais do MIDES. A lógica de exclusão assentada em critério nacional funciona assim: como neste "núcleo familiar" há apenas duas pessoas, os ingressos do pai são suficientes para o sustento de todos. Não é necessário, portanto, incrementar a ajuda financeira.

A história de Ana tornou evidentes algumas imbricações entre as dinâmicas pretéritas

<sup>79</sup> Ver capítulo II, especificamente os tópicos 2.1 e 2.3

de deslocamento transfronteiriço dos trabalhadores rurais e a atual invisibilização jurídica das suas famílias no contexto da implementação de programas sociais do governo uruguaio. Contudo, outros percursos migratórios, não necessariamente enraizados nos circuitos do trabalho binacional, também podem engendrar a indocumentação e produzir interpelações assimétricas do contexto dos serviços públicos. O caso de Helena, que será narrado na continuação, nos mostra que, no marco dessas interpelações, o confronto entre noções diferenciadas a respeito dos direitos familiares acaba singularizando as experiências de desvantagem econômica e redefinindo as expectativas de integração social nutridas não apenas pelos sujeitos migrantes, mas também por toda a sua família. Minha interlocutora provém de Puerto Montt, na Região dos Lagos, ao Sul do Chile, onde era empregada doméstica e cuidava de crianças. Há catorze anos ela conheceu Gleney, seu marido uruguaio, através do rádio amador. Muito rápido este idílio engendrou uma migração transandina cujo destino final foi Villa Isidoro Noblía, lugar de residência do casal e dos dois filhos pequenos.

Já faz tempo que Helena vem tentando documentar-se, mas os trâmites anteriores, iniciados por políticos locais em busca de votos, nunca foram finalizados. Em sua opinião, os documentos uruguaio são essenciais para garantir cuidados de saúde gratuitos e para facilitar a inscrição dos filhos nos planos sociais. Atualmente, os estrangeiros “em situação de vulnerabilidade” podem retirar um Carnet de Asistencia de Salud Pública (popularmente conhecido como “carnet de pobre”), mas isso não tranquiliza Helena e seu marido, já que eles temem que a concessão do benefício para os não-nacionais possa ser revogada de uma hora para outra, sob qualquer alegação. Este medo descreve uma sensação de margem e de limbo jurídico vivenciada não apenas individualmente, pelos imigrantes indocumentados, mas também por toda sua família. A este respeito, Gleney comenta o seguinte: “fijate que ella [Helena], en el momento, está como el avestruz sin patria, sin nada, sin documento. Porque una persona en otro país sin un documento, no tiene derecho a nada”.

O temor aos impactos excludentes da indocumentação é compartilhado em família não apenas porque existe uma relação de comiseração e solidariedade estabelecida entre os seus integrantes. Na verdade, no momento em que um dos membros do grupo familiar não é reconhecido como caudatário de direitos sociais pela institucionalidade estatal, todos os outros parentes podem ser expostos, pelo menos potencialmente, a uma situação de margem. Foi exatamente isto o que aconteceu quando Helena decidiu inscrever-se junto ao Estado uruguaio para receber a bonificação mensal das Asignaciones Familiares. A situação



financeira da família justifica o recebimento da ajuda estatal porque Helena é dona de casa e Gleney está desempregado aos setenta anos de idade. Esporadicamente ele realiza pequenos concertos de eletrônica, valendo-se dos conhecimentos que adquiriu há muito tempo num curso por correspondência. Quando mais jovem chegou a ser operário da construção civil a serviço da Intendência do Departamento de Cerro Largo, mas por ter trabalhado *en negro*, essas atividades não lhe renderam aportes previdenciários.

A lei das Asignaciones Familiares estabelece que a prioridade de acesso aos benefícios financeiros compete, como é comum nesse tipo de programa social, às mulheres. Helena, no entanto, não conseguiu solicitar o auxílio porque é estrangeira e está indocumentada. Neste caso, o beneficiário poderia ser Gleney, já que ambos estão unidos por casamento civil. É aqui, contudo, que irrompem os paradoxos do trâmite. Segundo estabelece a normativa uruguaia (lei nº 18.227), outra pessoa, que não a mãe, pode receber as Asignaciones se comprovar a guarda legal (*tenencia*, em castelhano) das crianças. Isto ocorre, normalmente, quando os casais se divorciam e os filhos vão morar com o pai, ou quando o responsável pelas crianças não é nenhum dos seus pais biológicos. Se o casal está formado por dois cidadãos nacionais uruguaios, a solicitação de guarda legal por parte do pai é, logicamente, desnecessária. Mas e se a mãe for estrangeira? A lei não diz nada a esse respeito, mesmo que os casamentos binacionais ocorram em todos os lugares e sejam especialmente comuns nas zonas fronteiriças do país. Na prática, contudo, as coisas se dão assim: a cónyuge estrangeira, no contexto de um matrimônio civil binacional, é declarada inapta a receber as Asignaciones (por não possuir carteira nacional de identidade), competindo ao pai tramitar a guarda civil dos filhos mediante um processo custoso e lento – no caso de Helena e Gleney, demorou um ano.

Gleney expressa sua inconformidade com os critérios oficiais de reconhecimento dos direitos familiares da seguinte maneira: “somos casados, y yo no comprendo esa ley ¿por qué? Siendo casado... ¡Tuve que sacar una tenencia de la niña con dos testigos, abogado letrado!” Sentada ao lado do marido, Helena conclui: “[necesito] los papeles especialmente porque tengo hijos uruguayos, pero es como si no tuviera ¿viste?” A indocumentação de Helena mediatizou um confronto entre concepções divergentes a respeito dos papéis familiares e do próprio casamento. Enquanto, para ela e seu marido, o vínculo maternal justificaria, por si só, a solicitação de ajuda financeira em nome dos filhos, do ponto de vista jurídico-institucional a nacionalidade apresentava-se como pré-requisito que condicionava o

reconhecimento da mãe enquanto administradora do benefício social. Como o regime de valores codificado nas leis não pode ser impugnado por iniciativa individual e levando em conta que o que estava em jogo era um necessário e urgente incremento do orçamento familiar, Helena e Gleney tiveram que se adaptar às exigências oficiais: mesmo sendo um matrimônio que partilha a mesma residência, a guarda legal de um dos seus filhos passou a pertencer, exclusivamente, ao marido. Tal situação, como fica evidente nas falas transcritas acima, produziu estupefação em meus dois entrevistados, já que desafia – e mesmo contradiz – suas percepções sobre o poder e as responsabilidades parentais no âmbito do casamento. A introdução de um desequilíbrio jurídico entre os cônjuges no que diz respeito à guarda dos filhos, mesmo não tendo afetado as dinâmicas familiares, impactou sobre a subjetividade da mãe. Helena sabe que tem dois filhos, “pero es como si no tuviera”, e com isso ela não se conforma. Documentar-se no Escritório Binacional foi, portanto, a forma que encontrou para restaurar sua potestade e não precisar pagar o preço de perdê-la novamente em troca do recebimento de uma ajuda social do Estado<sup>80</sup> uruguaio.

Lutar contra a indocumentação descreve, como vimos no caso de Helena, a estratégia de famílias inteiras para eludir exclusão legal que a *estrangeirização* de um dos seus membros poderia desencadear. Refletindo sobre sua situação familiar e econômica, as pessoas que procuram o serviço territorial do MIDES chegam mesmo a traçar planos de médio prazo nos quais a documentação dos parentes próximos torna-se imperiosa para enfrentar prováveis ciclos futuros de despossessão. No parágrafo seguinte, apresento o registro em diário de campo de um dos atendimentos que acompanhei no Escritório Binacional em julho de 2011. Esta narrativa é interessante não apenas porque nos aproxima ainda mais do universo de preocupações que induz as pessoas a solicitarem documentos, mas também porque nos dá uma ideia dos custos financeiros e dos usos políticos que podem estar associados aos trâmites de legalização.

Uma mulher e um homem entraram na sala. Ela aparentava ter quarenta anos, ele, cinquenta. Ela era brasileira, casada com uruguaio, mãe de quatro meninas. Ele, vereador do município de Aceguá. O homem começou falando. Disse que trouxe a senhora até a Oficina para obter algumas informações sobre como fazer o documento uruguaio para as filhas brasileiras e sobre qual o valor relativo aos trâmites. Durante a apresentação do problema, surgiu o dado de que o pai das

---

80 Ao término de minha pesquisa de campo Helena, felizmente, já havia concluído com êxito a tramitação do seu documento de identidade através do Escritório do MIDES.

crianças estava muito doente, com enfisema pulmonar. A mulher desejava garantir para os filhos alguma ajuda governamental que, na eventualidade da morte do pai, não poderia ser acessada pelas crianças se elas não tivessem cidadania uruguaia. Nas mãos ela trazia as certidões de nascimento dos filhos. Ao ver os papéis, Blanca informou, de antemão, que eles precisavam estar atualizados para serem aceitos pelo consulado uruguaio. Uma vez apresentadas as certidões brasileiras atualizadas – disse Blanca –, será ainda necessário obter a assinatura do cônsul em Jaguarão<sup>81</sup>. A assinatura custa R\$66,00. Blanca se dispôs a levar pessoalmente as certidões até o consulado uruguaio – interessantemente, esta não é incumbência de sua função na Oficina Binacional; ocorre que, como Blanca atende, ao longo da semana, em mais de um posto fronteiro do MIDES, tem a possibilidade de garantir a entrega dos documentos às autoridades encarregadas de validá-los. As demais etapas no procedimento de concessão da nacionalidade uruguaia também têm um custo. Contudo, se o requerente dispuser de escassos recursos financeiros para arcar com as taxas, é possível realizar os trâmites gratuitamente. A “situação de vulnerabilidade” é verificada por uma assistente social designada para se deslocar até o domicílio do usuário.

Passos fundamentais para a entrega de documento nacional uruguaio aos filhos de uruguaio natos: certidões de nascimento atualizadas; assinatura do cônsul; legalização desta assinatura no Ministério de Relações Exteriores em Montevideú; tradução da Certidão de Nascimento para o castelhano; encaminhamento da certidão ao Registro Civil (Seção Estrangeiros). Valores dos quatro últimos passos, respectivamente: R\$66,00; R\$15,00; R\$65,00; R\$36,00. Depois de ouvir as considerações de Blanca a respeito dos procedimentos necessários, a mulher afirmou que as certidões apresentadas estavam todas atualizadas. Manifestou, ato seguido, seu desejo de dar início aos procedimentos de nacionalização dos filhos, tudo com o menor custo possível, uma vez que sua situação financeira era desfavorável. Tal afirmação foi referendada pelo vereador que a acompanhava: “eles realmente estão em uma situação bem difícil”. Blanca tomou nota do pedido e solicitou o endereço da requerente para uma futura visita da assistente social (Anotações de campo. Aceguá, dia 19 de julho de 2011).

A maioria das pessoas que se dirigiram ao Escritório Binacional do MIDES na manhã

---

81 Jaguarão é uma cidade brasileira limítrofe com Rio Branco. Está a cerca de 200 km de Aceguá.

de 19 de Julho de 2011 eram mulheres uruguaias (ou brasileiras casadas com homens uruguaios) que desejavam estender a cidadania oriental aos seus filhos, de modo a garantir-lhes o acesso a auxílios sociais do governo do Uruguai. Outra regularidade digna de nota é que todas as pessoas que, naquele dia, se apresentaram no Escritório Binacional estavam acompanhadas por vereadores do município de Aceguá. Em um dos casos, a parte interessada nas informações sequer compareceu pessoalmente, confiando seus documentos a um vereador, para que este obtivesse os esclarecimentos e instruções pertinentes. Tais circunstâncias permitem indagar sobre qual seria a repercussão dessas mediações nos jogos políticos da cidade. A Dra. Blanca Morales sempre faz questão de reiterar que os serviços por ela administrados consistem num direito dos cidadãos de ambos os países e, portanto, não devem ser utilizados como moeda em quaisquer sistemas de troca de favores. Contudo, em um contexto como o da fronteira, onde os documentos possuem forte relevância à hora de se explorar possibilidades de trabalho e requisitar auxílios financeiros, qualquer informação que facilite o manejo da burocracia pode ter seu mercado próprio. Quando os trâmites de documentação custam dinheiro e exigem certo investimento de tempo para serem efetivados, é de se esperar que nem todos os usuários do MIDES – muitos deles trabalhadores – estejam em condições de acompanhá-los sem a assistência de terceiros. É aí que se produzem as condições para a instauração de um sistema hierarquizado de intercâmbios no qual os políticos locais assumem a posição de doadores de informações, recursos e tempo enquanto os sujeitos que requerem os documentos se convertem em receptores dessas “benesses”. No entanto, como eu não dediquei atenção mais sistemática a esse tipo de relação, torna-se difícil avaliar até que ponto a assistência oferecida pelos políticos de Aceguá-Aceguá aos sujeitos que buscam documentação no MIDES reverte, de fato, em benefícios eleitorais para os primeiros.

Detenhamo-nos, agora, na primeira parte do meu registro de campo: para que os filhos do casal binacional em questão (mãe brasileira, pai uruguaio) tenham acesso a algum tipo de benefício público destinado a famílias de baixa renda, é preciso que estejam investidos da nacionalidade uruguaia. Tal exigência aparece como óbvia do ponto de vista do pensamento de Estado, mas torna-se profundamente intrigante se levarmos em conta a contiguidade territorial de Aceguá-Aceguá e a permanente circulação binacional inerente a isso. A mulher que recorreu ao Escritório do MIDES na manhã de julho de 2011 reside, junto com seu companheiro e filhos, no lado uruguaio da fronteira; é ali que eles desenvolvem suas vidas e

experienciam, “em família”, carências materiais muito concretas, carências que poderão agravar-se ainda mais com morte do esposo. Só que, na perspectiva oficial, são os documentos que autorizam a enunciação legítima das necessidades sociais, não a presença efetiva dos sujeitos em um território dado. Para aprofundar este debate sobre as lógicas de governo das populações fronteiriças e seus impactos concretos sobre famílias e subjetividades, será necessário deslocar-nos de volta à Villa Noblía, onde conheci Rosa, uma mulher que perdeu o marido recentemente e está tendo dificuldades para garantir a inclusão dos seus filhos nos programas sociais do governo uruguaio. A história de Rosa parece antecipar um drama que a mãe brasileira com o esposo doente pretendia evitar quando tentava garantir aos filhos o acesso à documentação através do MIDES.

Rosa nasceu na cidade de Bagé, Rio Grande do Sul e é mãe de quatro filhos: Marta – que nasceu no Brasil, tem vinte e dois anos, está casada e tem um filho –, Laura, Tiago e Andrés – com três, onze e doze anos respectivamente, todos nascido no Uruguai. Em meados da década de noventa, após separar-se do primeiro marido, esta interlocutora mudou-se da cidade natal com a filha mais velha, para a casa de uma das irmãs em Villa Isidoro Noblía. Em 2002 ela veio a conhecer Antonio, seu segundo esposo, que oito anos mais tarde se envolveria num fatal acidente de carro. Antonio era uruguaio e pouco antes de falecer reconhecera a paternidade de Marta, estendendo-lhe, assim, a cidadania nacional. Rosa, por outro lado, nunca conseguiu regularizar sua situação migratória<sup>82</sup>.

Quando vivo, Antonio dedicava-se às *changas* e era beneficiário do PANES, o que permitia que ele, a esposa e os filhos usufruíssem de transferências monetárias regulares por parte do Estado. Já Rosa dedicava-se, exclusivamente, às tarefas domésticas. Depois do falecimento de Antonio, os repasses do PANES foram imediatamente suspensos, uma vez que, sendo estrangeira, Rosa estava legalmente impossibilitada de tornar-se titular de qualquer programa social promovido pelo governo uruguaio. A suspensão da ajuda financeira do Estado evidencia como a distribuição seletiva dos recursos públicos, por assentar-se exclusivamente no critério de nacionalidade, termina obliterando, de um só golpe, a presença territorial e as urgências econômicas concretas de todo um grupo doméstico. É como se estivéssemos diante de um jogo arbitrário de “claro-escuro” orquestrado unilateralmente pela normativa estatal. Neste jogo, quatro pessoas – três delas cidadãs uruguaias – em forte desvantagem econômica são declaradas invisíveis aos olhos do Estado no exato momento em

---

82 Apenas em 2012 Rosa soube, através de Blanca, que seus papéis poderiam ser tramitados no Escritório do MIDES.

que seu único elo com o espaço da cidadania – o pai/marido adulto de nacionalidade uruguaia – deixa, também ele, de existir. No entanto, apesar de inscritos em uma zona de exclusão legal, Rosa e os filhos permanecem obstinadamente vivos (ver Figura 2), somente que agora sua pobreza real metamorfoseou-se em pobreza fantasmática, tornando-se assimilável ao elemento difuso que certos discursos costumam chamar “pobreza crônica”, mas que eu prefiro denominar, lançando mão da sugestiva expressão cunhada por Abdelmalek Sayad (2001), *pobreza exótica*.

É surpreendente observar como a inclinação nacionalista de certas políticas públicas acaba produzindo situações que são paradoxais, inclusive do ponto de vista do pensamento de Estado<sup>83</sup>. Reparemos que no grupo doméstico em questão, mesmo que as três crianças pequenas possuam os tão alardeados documentos nacionais, elas permanecem alijadas das reservas de “bem estar” ofertadas pelo país no qual residem e do qual são cidadãs. Sensível a este tipo de paradoxo, o sociólogo Walter Actis (2003) desenvolve uma reflexão aguda sobre o constante tensionamento entre democracia e nacionalidade que se instala no seio das modernas hegemonias nacionais:

Por uma parte, enquanto democráticas, estas sociedades [nacionais] se sustentam em argumentos como a igualdade diante da lei e o princípio de “uma pessoa, um voto”. Por outra, enquanto sociedades-estado nacionais, se dá por sentado que a legitimidade cidadã corresponde, unicamente (ou em primeiro lugar) “aos do país” e só de forma subsidiária e sempre condicional, “aos de fora”. Assim, aquilo que, a partir do segundo ponto de vista parece legítimo e inquestionável (“prioridade aos de casa”) colide com os postulados democráticos (igualdade de direitos de todos os cidadãos) (Actis, 2003, p. 5-6).

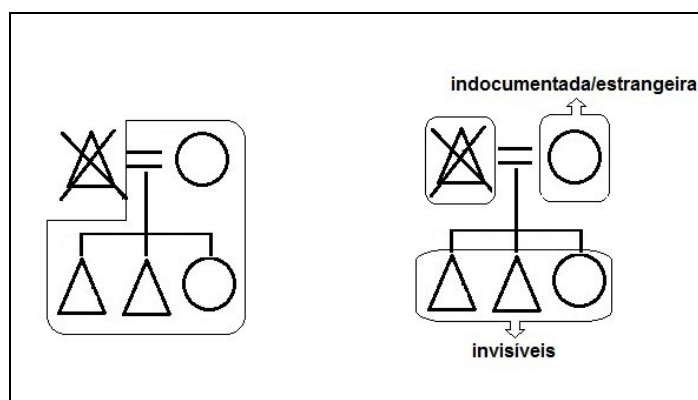
Mas a *pretensão de assujeitamento* que visa restringir o uso dos recursos públicos apenas aos cidadãos uruguaios ou aos estrangeiros com situação migratória regular – negligenciando as peculiaridades da vida binacional e a forte desvantagem econômica que matiza o cotidiano das classes populares nos povoados fronteiriços – é confrontada e por vezes contornada, a partir das próprias lealdades familiares. Mesmo sem poder solicitar em seu nome a ajuda do governo, Rosa consegue, ainda assim, fazer uso do dinheiro

---

<sup>83</sup> Lembremos que o pensamento de Estado consiste em uma lógica operacional difusa segundo a qual os “nacionais” tem primazia sobre os “estrangeiros” na construção dos gradientes de merecimento, legitimidade social e pertencimento.

disponibilizado pelo Estado uruguaio. Isto é possível porque, ao ser cidadã nacional, sua filha Marta cumpre com as exigências para inscrever-se nos programas sociais. Ela é mãe de um menino e o marido encontra-se empregado, de modo que o casal dispõe de ingressos suficientes para o sustento dos três membros do grupo doméstico. Desta forma, Marta consegue repassar o valor do plano social correspondente ao seu filho para Rosa. Sem dúvidas a quantidade de dinheiro recebida por esta última nem de longe atende as necessidades econômicas de três crianças, mas, como minha interlocutora observa em tom de resignação, “o pior é nada”.

**Figura 2**



"Duas" famílias: à esquerda, o contorno enfatiza um grupo doméstico existente, que está instalado em território uruguaio e experimenta privações materiais concretas. À direita, o primeiro retângulo enfatiza o único membro da família que está habilitado pelo pensamento de Estado a administrar recursos públicos através de programas oficiais. Os demais contornos evidenciam como a indocumentação da mãe acarreta a invisibilização dos filhos uruguaiois no que tange ao acesso aos benefícios do Estado.

Zonas de exceção como aquela em que a normativa estatal inscreveu Rosa e seus filhos são uma constante na vida binacional das classes populares e não estão restritas ao território deste ou daquele país. Tanto é assim que me bastou cruzar a fronteira política de volta ao Brasil para tomar contato com um drama familiar análogo ao vivenciado pelas pessoas que entrevistei em Noblía. O caso de Jorge<sup>84</sup>, sua esposa e filhos é, no que diz respeito às consequências da indocumentação, uma espécie de “espelho” do caso de Rosa. O que varia, aqui, são os percursos que conduziram à exclusão legal e as estratégias que foram agenciadas

84 Jorge e os demais nomes associados à sua família são fictícios.

para enfrentá-la.

Quando estive na casa da família de Jorge pela primeira vez, numa terça-feira de setembro de 2011, fui acompanhando por Blanca, que queria colocá-los a par do processo de documentação das crianças, tramitado pelo Escritório do MIDES. Naquela oportunidade, conseguimos falar apenas com Susana, sua esposa, pois os filhos encontravam-se na escola e Jorge estava coletando material reciclável em um lixão das redondezas. Na breve conversa que mantivemos, ela explicou que o essencial da renda da família provinha da venda de resíduos, atividade que Jorge começara a desempenhar quando eles ainda moravam na cidade uruguaia de Artigas, limítrofe com Quaraí, no Rio Grande do Sul. Segundo Susana, sua vinda com o marido para Aceguá ocorreu depois da desativação, quase dez anos atrás, do lixão de onde retiravam o sustento. Com pouquíssimos recursos, os dois chegaram a Aceguá de carona, trazendo, em uma mochila, todos os pertences de que dispunham. Primeiro foram residir de favor na propriedade de um brasileiro conhecido de Jorge e depois se beneficiaram das moradias populares construídas por uma instituição religiosa na periferia de Aceguá. Nesta primeira visita realizada em companhia de Blanca, perguntei a Susana se eu poderia retornar outro dia para conversar com mais calma e conhecer Jorge. Ela assentiu e propôs que eu retornasse no domingo seguinte, quando, seguramente, todos estariam em casa.

Como o hotel onde estava hospedado em Aceguá-Brasil era próximo da residência de Jorge e Susana, minhas visitas – sempre regadas a café preto e embaladas por histórias às vezes arrebatadoras – foram se sucedendo ao longo dos meses. Isto me permitiu adensar as primeiras informações oferecidas por Susana e conhecer um pouco melhor a intrincada história de vida de Jorge. Acomodado em uma cadeira de metal com assento de nylon próximo à porta de entrada da casa de tijolos, eu fui, aos poucos, recolhendo fragmentos de uma trajetória vital cujo ponto de partida meu interlocutor situa em 1954, ano do seu nascimento na localidade de Villa Dolores, departamento de Soriano, próximo de onde o Uruguai se encontra com a República Argentina.

Aos sete anos de idade, quando já não mais aguentava a rotina de agressões físicas perpetrada pelo pai, Jorge escapou de casa e conseguiu abrigo em propriedades rurais não muito distantes da sua cidade natal. Nelas meu interlocutor aprendeu a colher laranjas e a arrebanhar as ovelhas para a esquila. Somava doze anos de idade no momento em que as autoridades policiais o enviaram para o Conselho de Menores da cidade uruguaia de Mercedes, onde permaneceu até os catorze, quando sua mãe veio buscá-lo para ir morar junto



dela, agora em Montevideu, longe do pai. Com dezesseis anos Jorge foi emancipado e voltou a trabalhar no campo, mas não por muito tempo. Dois anos mais tarde estava de volta à capital para alistar-se no Exército. Enquanto servia como militar, conheceu a primeira esposa, com quem veio a ter três filhas. A primogênita nasceu em Montevideu, mas nunca se incorporou à família de Jorge, já que “desapareceu” da maternidade pouco depois do parto, em uma situação controversa que jamais foi esclarecida.

As demais filhas nasceram no hospital de Quaraí, na época em que Jorge estava servindo ao Exército em um destacamento de fronteira. Somente uma delas sobreviveu. A outra teve diagnosticada diarreia aguda e acabou falecendo poucas semanas após o nascimento. Uma vez contratados os serviços fúnebres, Jorge recebeu o corpo da criança “num caixão fechado sem direito de ver o que tinha dentro, e [ela] foi enterrada em Artigas, não foi velada”. Advertido pela perda da primeira filha em Montevideu, meu interlocutor pediu ajuda no Exército para tentar esclarecer a situação. Entretanto, a falta de apoio dos seus oficiais e colegas conduziu a uma série de conflitos e frustrações que culminaram com a deserção de Jorge.

A ruptura com o Exército e a morte da filha contribuíram para o fim do seu primeiro casamento, que havia durado vinte e dois anos. Desempregado, meu interlocutor buscou trabalho como e onde pôde: foi frentista de postos de gasolina, plantou milho e aipim no interior do Rio Grande do Sul, trabalhou brevemente na construção civil em Porto Alegre. Em Artigas, seu apelido era *golondrina* (em português, andorinha), porque ia embora Brasil adentro no inverno e regressava à fronteira no verão. Certa tarde de Julho de 2012, levei para Jorge uma cartolina branca e lhe perguntei se ele poderia tentar fazer um mapa com os lugares por onde havia estado em suas épocas de *golondrina*. Em poucos minutos começou a emergir do papel um circuito ovalado e contínuo, pontilhado de nomes de cidades: Montevideu, Pelotas, Porto Alegre, Canoas, Novo Hamburgo, Dois Irmãos, Soledade, Mariante, Estrela, Lajeado, Carazinho, Caxias. Este circuito só veio a interromper-se quando, em um dos seus retornos veranis a Artigas, Jorge conheceu a atual esposa. Diante dos planos de casamento nutridos por ambos, começar a trabalhar na coleta de sucata foi a alternativa que meu interlocutor encontrou para sedentarizar-se. No entanto, o fechamento do lixão em Artigas acabou impondo, novamente, a necessidade do deslocamento, desta vez em família.

Através de alguns conhecidos em Quaraí, Jorge ficara sabendo da existência de depósitos de lixo em Aceguá, e o contato com um proprietário rural brasileiro desta zona era a

garantia de que ele teria onde morar nos primeiros momentos após sua mudança. Mas a decisão de partir rumo a Aceguá não estava motivada apenas pelas necessidades econômicas. Depois de todos os transtornos e frustrações que a morte da filha e a deserção do Exército lhe haviam suscitado, era impossível para meu interlocutor sentir-se confortável em Artigas:

Os problemas que eu tinha lá a respeito da guria que tinha morrido, eu queria me livrar, queria ficar um pouco tranquilo. *Yo qué sé...* limpar a cabeça. Peguei o que tinha no corpo e vim com ela [a esposa]. Ela veio com uma bolsinha. Eu nem trouxe roupa, deixei tudo lá (...) Abandonei o barco. Eu vim aqui porque sabia que era tranquilo. Não tinha nenhum tipo de morte, nem nada. Era uma paz tranquila. É bom aqui.

Logo que chegou a Aceguá, Jorge coletou doações de tábuas, telhas e tijolos entre os moradores da vizinhança e pôde erguer, com as próprias mãos, uma residência nos domínios da propriedade rural de seu anfitrião. O abrigo, contudo, resistiu pouco mais de um ano até ser derrubado por uma fortíssima rajada de vento. Marido e mulher seguiram morando no que restava da casa até receberem de uma poderosa organização religiosa local a moradia onde atualmente residem. Desde que Jorge e Susana chegaram a Aceguá, eles tiveram três filhos, Hugo, Mateo e Paula – com dois, cinco e sete anos, respectivamente: “os três filhos meus são brasileiros, nascidos aqui. Eu fiz o parto da minha guria, este [Mateo] nasceu na Colônia<sup>85</sup> e o outro [Hugo] nasceu em casa”.

A família de Jorge se mantém, basicamente, com o dinheiro da venda de materiais recicláveis e com as doações que Susana recebe quando percorre as escassas ruas de Aceguá em busca de ajuda financeira ou gêneros alimentícios. Todos os meses também chega uma sexta básica da Prefeitura de Aceguá, cujo sortimento vem minguando sensivelmente nos últimos tempos<sup>86</sup>. Menos frequentes são as trocas de alimentos entre vizinhos, que se inserem num sistema de prestações assentado em vínculos de compadrio e afinidades religiosas, bastante comum nas periferias de Aceguá. A respeito da coleta de resíduos, é importante observar que se trata de uma ocupação instável, porque como a maioria dos depósitos de lixo espalhados ao longo da linha de fronteira são irregulares, eles acabam interditados, cedo ou

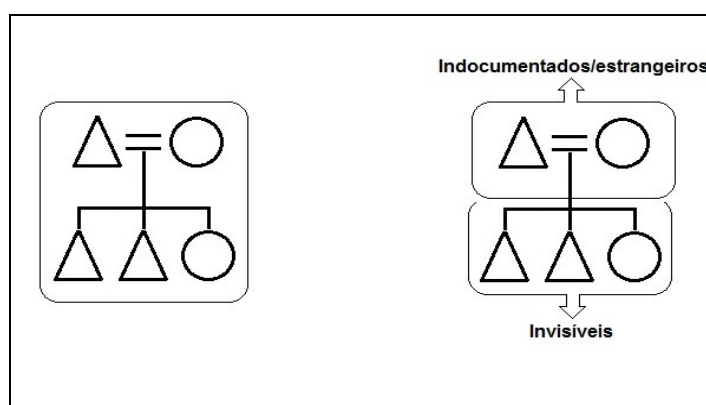
85 Jorge refere-se ao único Hospital de Aceguá-Brasil, localizado no próspero Distrito da Colônia Nova.

86 Questionei os funcionários da Prefeitura de Aceguá sobre o porquê do “esvaziamento” das sextas básicas. Eles alegaram escassez de recursos, mas fizeram questão de enfatizar que, ainda assim, todas as famílias em situação de pobreza extrema (ingressos inferiores a R\$70,00 *per capita*, por mês) continuam recebendo o auxílio, “*inclusive* os estrangeiros”.

tarde, pelas autoridades sanitárias brasileiras ou uruguaias, segundo corresponda. Efetivamente, isto foi o que aconteceu pouco antes de eu terminar meu trabalho de campo em Aceguá. Na última vez que falei com Jorge, ele comentou que estava tendo que caminhar vinte quilômetros todos os dias para fazer o trajeto de ida e volta entre sua residência e o novo lixão onde agora trabalha.

Imerso em um contexto de grandes limitações materiais, uma alternativa vislumbrada pelo casal para incrementar suas fontes de renda foi inscrever-se no programa Bolsa Família, do Governo Federal. Entretanto, de forma análoga ao que ocorreu com Rosa, seu registro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo ficou impossibilitado porque eles não possuem documentos nacionais brasileiros – ainda que Hugo, Mateo e Paula sim os possuam. Novamente, aqui, o critério nacional para atribuição de auxílios financeiros demonstra suas enormes limitações e desmorona em um colapso paradoxal ao invisibilizar crianças brasileiras a partir da estrangeirização dos seus pais (ver Figura 3).

**Figura 3**



Uma família e “nenhuma”: À esquerda estão representadas as cinco pessoas que vivem na residência de Jorge, em Aceguá-Brasil. À direita evidencio o procedimento pelo qual essas mesmas pessoas tornam-se inexistentes para o Estado brasileiro.

A situação de exclusão via indocumentação confrontou diretamente as expectativas do casal, visto que, para eles, o fato de estarem residindo no Brasil e terem filhos brasileiros justificaria seu reconhecimento como caudatários da ajuda econômica do governo. Mas se, nessas regiões fronteiriças, as desvantagens de classe, justapostas à indocumentação,

terminam convertendo a “margem” numa possibilidade iminente, enfrentá-la torna-se um imperativo cotidiano, que consegue canalizar demandas e concepções singulares sobre o significado da cidadania e a abrangência dos direitos.

A chegada do Escritório do MIDES à fronteira foi um elemento central para que Susana conseguisse levar adiante um percurso alternativo de (re)cidadanização dos filhos, ou seja, de reincorporação destes ao espaço da cidadania nacional. Através dos vizinhos ela ficou sabendo da presença do MIDES em Aceguá-Uruguai, e sendo de comum conhecimento que este ministério é responsável pela promoção de programas sociais, Susana achou plausível averiguar sobre a possibilidade de receber algum apoio para suas crianças. Reparemos, aqui, que na noção de pertencimento nacional operada por minha interlocutora, a questão da presença territorial não investe maior importância: sendo uruguaia ela acreditava poder canalizar para si, independente de onde estivesse morando, uma certa quantidade de recursos correspondente às suas urgências econômicas. Esta concepção de pertencimento não é totalmente alheia à normativa uruguaia, pelo menos no que tange ao sistema de previdência social que, desde 1998 (Lei nº 16.929), reconhece o direito a pensões de velhice e invalidez aos cidadãos nacionais residentes no Brasil ou na Argentina, estabelecidos a uma distância não maior de cinco quilômetros do limite fronteiriço com o Uruguai. As coisas, contudo, são diferentes no caso dos programas familiares de transferência de renda promovidos pelo MIDES. Isto porque, além de tratarem-se de prestações não contributivas, sua concessão está condicionada à presença territorial dos administradores do benefício e à inclusão dos seus filhos nas redes nacionais de saúde e educação.

Detenhamo-nos sobre este ponto para tornar mais evidente a lógica de funcionamento das Asignaciones Familiares e do Bolsa Família, cuja função basilar, apesar das aparências, não é apenas distribuir renda, mas também governar condutas. Ambos os programas sociais exigem dos seus beneficiários que fixem residência, obtenham documentos e matriculem os filhos nas escolas e creches do “lado certo” da divisa política, ou seja, nas respectivas jurisdições territoriais dos Estados que os promovem. Em sua página oficial, o Ministerio de Desarrollo Social (MIDES) explicita os objetivos das Asignaciones: “Esta prestación tiene como fin que los beneficiarios cumplan con determinadas condiciones: cursar la enseñanza formal y atender su salud”. Por seu lado, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) afirma o seguinte, também em seu sítio na internet, a respeito do Bolsa Família:

O Bolsa Família está baseado na garantia de renda, *inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos* (...) possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. *As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social.* Já as ações e programas complementares *objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade*<sup>87</sup>

Estes objetivos refletem o desejo dos governos de regular as práticas sociais dos seus cidadãos de forma a garantir – como fica explícito no texto do MDS – sua inclusão produtiva, ou seja, torná-los socialmente úteis, melhorar suas aptidões físicas e intelectuais através do fomento de relações mais sistemáticas entre sujeitos e instituições (fundamentalmente de saúde e de ensino). Enquanto programas assistenciais estatais, tanto o Bolsa Família como as Asignaciones têm abrangência territorial delimitada e visam uma população específica: os cidadãos nacionais residentes no interior das fronteiras do Estado. Circunscrever o uso dos benefícios apenas aos nacionais é uma forma de delimitar um campo ideal de relações entre pessoas e coisas, entre os “cidadãos” e as instituições/recursos que lhes correspondem<sup>88</sup>. Como vimos, esse recorte ideal da população – essa *pretensão/desejo de assujeitamento* em favor do cidadão nacional – é posto constantemente em xeque, devido a um paradoxo impossível de ser superado a partir do pensamento de Estado. Poderíamos enunciá-lo da seguinte forma: a exclusão dos *estrangeiros* do espaço dos direitos acaba, em muitos casos, por invisibilizar, também, todos os *nacionais* que, eventualmente, encontram-se sob sua responsabilidade. Se levarmos em conta que a indocumentação associa-se, frequentemente, à experiência de classe dos grupos subordinados fronteiriços, somos obrigados a concluir que o paradoxo do pensamento de Estado atinge proporções ainda mais dramáticas quando se entrelaça com as políticas dirigidas às “pessoas em situação de vulnerabilidade”, já que faz com que estas mesmas políticas, em vez de mitigarem os efeitos de exclusão, terminem por reiterá-los.

Mas se os objetivos estratégicos da *pretensão/desejo de assujeitamento* são, às vezes,

87 Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, acesso em 26/11/2012

88 Para um debate sistemático sobre os critérios e procedimentos que fundamentam o governo das populações no âmbito dos modernos estados nacionais, ver Moraes, 2012.

colapsados de forma “endógena” pelo próprio pensamento de Estado no qual se inscrevem, meu trabalho de campo permite demonstrar que a práxis binacional cotidiana das classes populares (trans)fronteiriças também tem o poder de “curto-circuitar” aquela *pretensão*, só que em favor da inclusão e do alargamento do espaço da cidadania. Retornemos, agora, ao que eu vinha dizendo a respeito de Susana: uma vez impedida de acessar o Bolsa Família, ela procurou o serviço fronteiriço do MIDES para consultar sobre a possibilidade de se inscrever em programas sociais do governo uruguaio. Lá, ela foi informada por Blanca de que seus filhos tinham direito, de acordo com a lei nº 16.021, a serem investidos da cidadania uruguaia e, por essa via, poderiam receber as Asignaciones Familiares, mas com a condição de que seus pais residissem no Uruguai e as crianças frequentassem os serviços públicos deste país. Como Jorge e Susana procederam, então, para fazer valer sua demanda por recursos? Em primeiro lugar, eles cumpriram com todos os trâmites de documentação das crianças, os quais transcorreram em poucos meses e sem nenhum custo, culminando com a atribuição de documentos de identidade. Em segundo lugar, eles “tomaram emprestado” o endereço de alguns conhecidos que residiam do outro lado da BR 253, em Aceguá-Uruguai. Por fim, o casal matriculou seus filhos em instituições de ensino uruguaias e, utilizando o endereço “emprestado”, efetivou seu cadastro exitoso junto ao Ministerio de Desarrollo Social.

Os procedimentos enumerados nas últimas linhas do parágrafo anterior podem, sem dúvidas, ser interpretados como *táticas* – no sentido que lhes atribui Michel de Certeau (2008 [1980]) – pelas quais os dominados tomam em suas mãos, parcial e transitoriamente, as regras do jogo social. Diferentes das *estratégias*, que competiriam às instituições poderosas, capazes de promover seus objetivos sistematicamente – “cincunscrevendo um próprio no mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro” (de Certeau, 2008, p. 99) – as *táticas* seriam muito mais heterogêneas, instáveis, não cumulativas, reproduzindo-se, em todos os lugares, no golpe a golpe da vida cotidiana e vampirizando as tecnologias de poder. Retomemos, por um instante, a forma singular e deleitosa como o próprio De Certeau descreve o campo de emergência das táticas e as limitações de que padecem:

(...) a tática é um movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia von Büllow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível, objetável (...) O que ela ganha, não se conserva. Este não-lugar lhe permite, sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos

azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (de Certeau, 2008, p. 100-101).

As sequência de metáforas bélicas desencadeada pelo autor desde a primeira referência ao célebre estadista do II Reich, o Príncipe von Bülow, conduz à uma apresentação das táticas como algo irrevogavelmente intersticial e sobredeterminado, em que pese seu enorme potencial criativo. Ao fim e ao cabo, as táticas são isso: uma potencialidade enquistada no lugar do “outro” do poder. Sem descartar esta perspectiva, sugiro que é possível ampliá-la, de forma a enfatizar com mais acuidade as pautas políticas inesperadas que cintilam na irrupção localizada das táticas. Neste sentido, minha proposta é interpretar o manejo que Susana e Jorge fizeram das tecnologias estatais de identificação e governo de populações como uma postura tática de “cumplicidade subversiva” com o sistema. Esta noção, proposta por Santiago Castro-Gómez e Ramón Grosfoguel (2007), procura dar conta daquelas operações de “resistência semiótica às formas hegemônicas de conhecimento – e, agregaria eu, de exercício do poder – a partir de racionalidades outras”, forjadas em uma práxis que é exterior ao pensamento de Estado e que, portanto reflete concepções singulares e ampliadas a respeito do limite dos territórios e da abrangência dos direitos. Eduardo Restrepo e Axel Rojas entendem que essa “cumplicidade” das formas intersticiais de saber e fazer, de *savoir-faire*, é subversiva porque

foi constituída de múltiplas maneiras, por uma configuração de relações de poder que se fazem corpos, subjetividades e maneiras de conhecer tanto daqueles que habitam posições dominantes como subalternas; mas esta constituição não implica nem que os conteúdos, nem que as modalidades destes conhecimentos se limitem a reproduzir as configurações de poder que os constituem: daí o seu potencial subversivo (Restrepo; Rojas, 2010, p. 197).

Ao documentarem seus filhos e matriculá-los em escolas uruguaias, Susana e Jorge seguiram o *script* nacionalista do programa social que desejavam demandar. Contudo, ao continuarem residindo do outro lado da rua, no Brasil, eles subverteram o viés territorial absoluto das Asignaciones Familiares, impugnando, parcialmente, a *pretensão/desejo de assujeitamento* que pretendia condicionar a concessão de recursos estatais à presença fixa dos

sujeitos nos limites de uma dada jurisdição política nacional. Fazendo isso, eles não apenas superaram sua exclusão legal e a invisibilidade dos filhos, mas também estenderam, na medida das suas necessidades e urgências, o próprio horizonte de vigência da cidadania política, ajustando-a às contingências da vida binacional.

Jorge, no entanto, continua insatisfeito, porque ao longo de todos esses movimentos táticos, ele considera que algo importante foi perdido: a possibilidade de escolha dos seus filhos. “Eu gostaria” – reflete Jorge – “que eles mesmos decid[issem] a vida deles, sem ficar dependendo dos dois países”. Dependendo de dois países, no final das contas, não é o melhor dos mundos. Significa estar permanentemente defrontado com a necessidade de ir buscar em um lado o que o outro se nega a oferecer; implica, também, estar pendente das “falhas de vigilância” dos governos para alcançar avanços táticos cotidianos que permitam seguir equilibrando possibilidades sempre parciais de acesso à cidadania. Ainda assim, depender de dois países pode ser melhor do que depender apenas de um, como aconteceu com meus interlocutores em Villa Noblía, doze quilômetros distante da linha divisória. Diferente deles, Jorge e sua família podem agenciar com mais desenvoltura a fronteira política, não estão completamente à deriva entre a norma e a exceção instauradas por um único Estado. É como se ao seu alcance estivesse um segundo tabuleiro que a outros está negado pela distância física da fronteira. Este segundo tabuleiro – que conforme a situação, chama-se Brasil ou Uruguai – permite a abertura de uma instância alternativa de (re)negociação da cidadania, uma última instância cuja disponibilidade posterga, pelo menos transitoriamente, a instauração do “estado de exceção”, de não-direito.

### **4.3 Margens que se justapõem**

“quem não está disposto a falar de capitalismo – esse cavalheiro que, segundo a expressão del Bertolt Brecht, não deseja ser chamado pelo nome – deve calar na hora de falar do poder”

Atilio Boron

*Aristóteles em Macondo*

Os itinerários de indocumentação, interação com os serviços públicos e participação nas relações de trabalho que foram estudados ao longo do capítulo, nos oferecem elementos para retomar a discussão teórica sobre relações de poder, processos de produção da diferença



e tecnologias de controle das populações, procurando problematizar e mesmo expandir algumas das suas categorias centrais, tais como *biopoder*, *vida nua* e *biocapital*. Como vim demonstrando até aqui, é comum que ao exercerem suas atividades laborais – seja no mercado das *changas*, seja na esfera formal da economia –, os povoadores da fronteira experimentem, frequentemente, o deslocamento internacional, aceitando propostas de trabalho disponíveis tanto do lado brasileiro, como do lado uruguaio da linha de fronteira. Cruzando limites nacionais, meus interlocutores também atravessam situações de invisibilidade jurídica derivadas da indocumentação, as quais originam uma espécie *estrangeiridade social* difícil de ser transposta. A emergência deste tipo de *estrangeiridade* está associada ao entrelaçamento da falta de documentos com outras subordinações sociais, entre as quais parecem preponderar condicionantes de classe.

É necessário reparar, por outro lado, que mesmo em contextos onde não existe um deslocamento transfronteiriço, determinadas características do modo de vida das classes trabalhadoras rurais favorecem a emergência da indocumentação. Ao residirem em estâncias afastadas dos núcleos urbanos regionais, algumas famílias de trabalhadores praticam partos domiciliares, como ocorreu no caso de Ignacio, e acabam por não registrar o nascimento dos filhos. Em situações excepcionais, a indocumentação suscitada pelo parto domiciliar pode prolongar-se por boa parte da vida dos sujeitos, tornando-os inescapavelmente estrangeiros. As relações de classe, portanto, não apenas aprofundam os efeitos excludentes da indocumentação, senão que também se encontram, em certos casos, na própria origem da falta de documentos. Desenvolverei, nos parágrafos que seguem, uma análise conceitual que coloca a noção de *biopoder* em convergência com a teoria marxista da exploração do trabalho, de forma a desenvolver encaminhamentos teóricos que possam responder adequadamente aos arranjos e imbricações entre classe, indocumentação e deslocamento que foram identificados no decorrer do trabalho de campo e narrados ao longo deste capítulo.

Para alguns, o exercício estabelecer conexões entre marxismo e "pós- estruturalismo" talvez soe inusitado. De fato, a partir da perspectiva marxista, poderia ser levantada uma série de questionamentos críticos sobre as premissas filosóficas das quais parte Foucault para realizar sua *analítica* – como ele a chamou – do poder. Seria lícito, por exemplo, sublinhar o aspecto questionável de uma reflexão que tende a apresentar o poder como algo onipresente, que se justifica por si mesmo, quase ao ponto de ontologizá-lo. Para ser mais

preciso, em alguns momentos da obra de Foucault, a analítica do poder obvia os nexos entre controle e exploração, ou seja, negligencia a economia política (Acanda, 2000) e sua efetiva incidência na manutenção dos grandes sistemas de dominação – aquilo que Foucault denomina regime geral de governamentalidade.

É natural que a deliberada inobservância teórica das transformações econômicas ocorridas no curso do desenvolvimento do modo de produção capitalista, tenha conduzido Foucault a ignorar, na maior parte dos seus estudos, a continuidade de fundo entre as manifestações histórico-concretas da forma Estado e as dinâmicas subjacentes à reprodução do capital. Por esta razão, dificilmente ele pensa as práticas políticas estatais “como funcionalidades [ideológicas] que se originam da necessidade de preservar a unidade do sistema em face da contradição constitutiva que o atravessa” (Prado, *online*, p. 21). É verdade que Foucault, da mesma forma que Marx, nunca encarou o Estado como algo transcendental, algum tipo de constante a-histórica; mas ele se negou, talvez com exagerada veemência, a reconhecer que o surgimento do modelo jurídico-institucional de poder – poder soberano – ocorreu em um contexto de divisão de classes e que, portanto, as duas coisas devem guardar relações entre si. Na minha análise das situações de indocumentação e das relações que os/as trabalhadores/as transfronteiriços/as e suas famílias estabelecem com as instituições do Estado, a operatória das tecnologias de governo e as subordinações do enclasseamento apresentam-se, frequentemente, como processos cuja articulação – tão inevitável como multiforme – reforça efeitos recíprocos de exclusão.

Felizmente, o abandono da dialética e da lógica da contradição – que Foucault considerava “pobres”, em parte porque não se preocupava em compreendê-las mais profundamente – não comprometeu, de modo geral, a potência crítica da analítica foucaultiana. Pelo contrário, abriu margem para uma criativa abordagem das micropolíticas e do golpe a golpe das lutas cotidianas, tornando visíveis as relações de poder ali onde elas pareciam não existir (no consultório médico, na sala de aula, no confessionário, na formulação de um teorema...) e prevenindo-nos das ilusões do reformismo e do liberalismo (Lecourt, 1993).

O fato de Foucault ter centrado sua atenção nos mecanismos e nas racionalidades que orientam e garantem o exercício do poder e a produção das subjetividades, nunca o impediu de reconhecer, explicitamente, a *necessária* relação desses processos com a emergência histórica do capitalismo como modo de produção e seu desenvolvimento ulterior. Sob este aspecto, ele se insere num horizonte de problematização muito caro a determinadas matrizes do marxismo,

que se perguntam constantemente sobre as relações entre modos de objetivação (procedimentos através dos quais as pessoas produzem seu mundo material) e modos de subjetivação (formas de consciência e auto-consciência), ambos compreendidos como procedimentos que se complementam e definem através de relações mútuas, variáveis e complexas<sup>89</sup>. Prosseguir nessas ponderações e sofisticá-las tendo em vista o rico debate entre Foucault e os marxismos exigiria um esforço textual que transcende em muito os objetivos “pragmáticos” da modesta revisão conceitual aqui proposta<sup>90</sup>. Contento-me, a partir de agora, em percorrer um caminho que o filósofo francês deixou aberto ao afirmar, em seu diálogo de 1972 com Gilles Deleuze, que “se o poder se exerce como se exerce, é para manter a exploração capitalista” (Foucault, 1979, p. 77).

Foucault identificou duas modalidades de exercício do poder que, seguindo articulações ortogonais, entranham todo o regime geral de governamentalidade atualmente vigente: biopoder (o poder sobre a vida do ser humano como espécie) e disciplina (o poder sobre o corpo humano como organismo individual e passível de prestações). Biopoder e disciplina se entrelaçam como o capitalismo e a institucionalidade estatal, amparam-se nas forças um do outro e fixam relações mais ou menos transitórias de dominação. A biopolítica desenvolveu, a partir do século XVIII, um regime de normalização que deu origem a diversos saberes (como a demografia e a economia), todos eles preocupados por decifrar as grandes regularidades da vida das populações de forma a garantir seu desenvolvimento “ótimo”. Tal regime sustentou-se em mecanismos que pretendiam intervir sobre o *meio* para acessar vantagens estratégicas no governo da *população*. Intervir no *meio* significava gerir as relações dos sujeitos com sua realidade material imediata, almejando a otimização das condições de existência de todos. O investimento no *meio* não implicou um descarte ou substituição do indivíduo como foco do governo, mas sim um deslocamento de objetos de poder. Todas as técnicas já existentes para o manejo dos indivíduos – bem como as premissas

---

89 Em *Vigiar e Punir*, por exemplo, Foucault afirmava o seguinte a respeito do poder disciplinar: “Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e dominação (...) sua força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (Foucault, 1977, p. 28)”. Para aqueles que acreditam que os trabalhos iniciais de Foucault (como o citado acima) estão “ainda” imbuídos de certo economicismo debitado da influência de Althusser, transcrevo uma passagem da *História da Sexualidade*, que corresponde a um momento mais tardio da obra do autor, quando ele estava preocupado em estabelecer a genealogia do biopoder: “Este bio-poder, sem dúvidas, foi elemento indispensável à existência do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio do ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos (Foucault, 2011, p. 153)”.

90 Alguns diálogos produtivos entre as perspectivas marxistas e aquela inaugurada por Foucault podem ser encontrados, por exemplo, e Castro-Gómez, 2005; Prado *online*; Acanda, 2000. Para enfoques que exploram convergências mas também enfatizam fortes contrastes paradigmáticos, ver: Castro-Gómez, 2007; Tarcus, 1993.

das quais elas partiam (contrato, concepção jurídica da pessoa, biologização do corpo) para garantir sua efetividade – foram postas ao serviço do objetivo de se obter algo no plano de um novo sujeito-objeto coletivo do poder, a *população*: “A população é pertinente como objetivo e os indivíduos, as séries de indivíduos, os grupos de indivíduos, a multiplicidade de indivíduos, por sua parte, não serão pertinentes como objetivo” (Foucault, 2007, p. 63)<sup>91</sup>.

O governo das populações dá origem a uma era onde a política é convertida numa questão de manejo da vida. A linguagem dos direitos (direitos humanos, que, por sua vez, orientam a codificação de direitos cidadãos específicos) ilustra a preocupação do biopoder por regular as formas de vida e submeter sua modulação aos imperativos que regem o bom funcionamento da economia e do mercado. Com a emergência do biopoder, o poder soberano passou por uma transubstanciação decisiva: “pode-se dizer que o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte” (Foucault, 2011, p. 150). Grifos no original. Desta forma, a contraparte do poder soberano na era da biopolítica surge mediante novas clivagens que posicionam, de um lado, aqueles sujeitos habilitados – apenas idealmente, é certo – para competir de forma legítima pelos recursos disponíveis no mercado e no Estado e, do outro lado, os não-normalizados, expostos ao abandono e à morte. Se fôssemos reelaborar este panorama utilizando os termos da oposição *população/povo*, proposta por Foucault, diríamos o seguinte: de um lado da linha está a *população*, que se mantém e subsiste num nível ótimo (Foucault, 2007) e do outro lado da linha, o “povo, que comporta-se como se não fizesse parte desse sujeito-objeto coletivo que é a população, como se agisse à margem dela” (Foucault, 2007, p. 65). O povo é o lugar do desajuste, da exceção, do “problema social” e, simultaneamente, é a condição de existência da população, é o elemento distinto e ao mesmo tempo constituinte da população, ele denuncia as zonas que precisam ser

---

91 A singularidade do governo das populações frente à outras formas de exercício do poder (poder soberano, poder disciplinar) que Foucault estudara anteriormente reside em que, enquanto o poder soberano (poder de dispor da vida e causar a morte) e o poder disciplinar (normatização dos corpos) enfocavam o indivíduo e nele atuavam mediante coerção ou disciplinamento, o biopoder passou a enfocar a população e buscou manejá-la operando as variáveis “naturais” do meio, sendo este entendido como um espaço de circulação de causas e efeitos associados a fenômenos físicos, políticos e de índole individual: “(...) o meio aparece (...) como um campo de intervenção onde, em vez de afetar os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias – assim ocorria com a soberania –, em vez de afetá-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos suscetíveis de prestações, e de prestações exigidas, como na disciplina, se tratará de afetar, precisamente, uma população. (Foucault, 2007, p. 41)”.

abarcadas pela normalização ou, em caso extremo, abandonadas à própria sorte.

A atribuição de documentos de identificação por parte do Estado é uma tecnologia necessária ao desenvolvimento do controle das populações. O sociólogo estadunidense John Torpey associou a disseminação dos documentos de identidade no início da era moderna com aquilo que, de forma questionável, ele interpretou como uma necessidade dos estados de “envolverem” as populações/sociedades para “penetrá-las” com mais facilidade. A sugestão de Torpey vai de encontro com os paradigmas por ele denominados “penetracionistas”, responsáveis pela “imagem tradicional (e indiscutivelmente sexual) das sociedades a serem “penetradas” pelo Estado” (Torpey, 2003, p. 31). Segundo Torpey, a alusão à penetração diz pouco sobre como os estados conseguem manter relações duradouras com seus súditos, relações estas que constituem a “base social” da sua [do Estado] reprodução” (Torpey, 2003, p. 31)

Torpey sugere que o penetracionismo deveria ser abandonado como postura analítica porque não vai mais além de reproduzir a perspectiva do próprio Estado, que quer evitar que vislumbremos o quanto ele é capaz de reconfigurar a vida social e, por isso mesmo, desvia nossa atenção para o seu crescimento sobre uma sociedade isolada e, supostamente, prostrada aos seus pés. Apontadas as limitações do “penetracionismo”, Torpey pergunta-se: “como é que as pessoas que constroem a sociedade são obrigadas a “dar a César o que é de César?”” Vem, em seguida, um modelo alternativo, mas pouco convincente: os estados devem ser encarados “como entidades que não só procuram penetrar como tentam envolver as sociedades, cercando e apoderando-se dos seus membros (...)” (Idem). A imagem do “envolvimento” superaria, segundo Torpey, a de “vigilância”, descrita por Foucault, posto que este último autor nunca teria sido capaz de explicitar a que fins serve a operação de vigiar.

Diante da crítica à Foucault, é suficiente dizer que a “vigilância” compete ao dispositivo disciplinar de poder, centrado, como discuti brevemente mais acima, no controle dos corpos e associado ao desejo soberano que fiscalizar a ação de cada um dos seus súditos onde quer que eles estejam. Longe de carecer de sentido, a vigilância correlaciona-se diretamente com os aparelhos de produção e prima pela docilização dos corpos e pela sua inclusão nos mais diversos espaços de (re)produção social (fábricas, escolas, cárceres, etc.). No entanto, ao falar sobre Estado moderno (especificamente depois da segunda metade do século XVIII), Foucault sublinha que o correlato emergente do governo passa a ser, como vimos, a *população*, da mesma forma que o correlato da soberania era o sujeito de direitos e a

contraparte da disciplina eram os corpos passíveis de prestações.

A noção de população, identificada por Foucault no cerne da governamentalidade moderna, enfraquece a ideia tão mecânica quanto abstrata de sociedade como objeto de poder proposta por Torpey. O Estado não abraça a população para depois penetrá-la. O Estado *cria* a população através de tecnologias de controle engendradas e promovidas a partir da sua institucionalidade. No âmago dos discursos de saber-poder coagulados em determinadas instituições estatais, a *população* aparece – em oposição ao *povo* –, já como lócus de intervenção, ela consiste numa dimensão do real recortada de antemão pelo próprio ânimo de governo. É impossível governar e normalizar as condutas antes do seu recorte assim como, depois dele, já não se trata de penetrar, mas sim de assujeitar, ou seja, de estimular um conjunto de relações “ideais” entre seres humanos e coisas (recursos materiais, fronteiras, modos de vida, serviços e recursos públicos). A isto se resume, me parece, a possibilidade e a finalidade última do governo biopolítico. Para simplificar: nem envolvimento, nem penetração, mas *pretensão* – ou desejo – *de assujeitamento* como um único e definitivo movimento. É necessário frisar, aqui, que a pretensão/desejo de assujeitamento não suprime o espaço de ação vislumbrado pelos sujeitos, mas condiciona-o. Introduce, no seio da institucionalidade pública, um amplo campo de negociação em que cidadãos, não-cidadãos e agentes do Estado desempenharão interações assimétricas – catalisadas, frequentemente, por um léxico jurídico –, atravessadas por expectativas e repertórios táticos heterogêneos, como ficou demonstrado na análise das táticas de recidadanização empreendidas por Jorge e Susana para obter as Asignaciones Familiares.

A (re)apresentação dos argumentos de Torpey através de uma matriz de leitura embasada na proposta teórica de Foucault, permitiu esboçar algumas relações entre os documentos/tecnologias de identificação e os objetivos estratégicos da governamentalidade moderna. E se os documentos consistem numa tecnologia imprescindível para o recorte e a normalização da população, então sua falta (a indocumentação) irá produzir zonas de desajuste, verdadeiras margens do Estado que, por sua vez, também passarão a ser um foco importante do biopoder, respaldando políticas estatais de promoção dos direitos e da “inclusão social”, como os próprios Escritórios Binacionais de Fronteira do MIDES.

Giorgio Agamben (2002) efetua importantes complementações teóricas à reflexão sobre a natureza destas formas de vida que são produzidas como exterioridades no contexto da normalização biopolítica. Ele relaciona o

modelo jurídico-institucional de poder (poder soberano) com o modelo biopolítico, demonstrando, a partir disto, que é a espacialização do primeiro sobre os corpos e os territórios que garante a eficácia do segundo. Para o autor, as normativas jurídicas nacionais se aplicam sobre uma suposta vida nua (*zoé*) imaginada como transcendente e anterior ao próprio aparecimento da norma. Desde o seu nascimento, a vida nua dos sujeitos é envelopada/involucrada pelo arsenal jurídico do Estado-nação ao qual pertencem, sendo, a partir de então, promovida, estimulada, “melhorada” graças à vigência dos direitos cidadãos. Esta seria a dimensão do “fazer viver” que caracteriza a razão biopolítica. Sua contrapartida, o “deixar morrer”, a *tanatopolítica*, depende, portanto, da produção da exceção, entendida como suspensão absoluta da norma por meio de um despojamento dos invólucros jurídicos garantidos pela normativa do Estado nacional. O estado de exceção, como correlato ao *nomos* soberano, é apresentado por Agamben através de uma figura do antigo direito romano, o *homo sacer*, aquele

homem que se inclu[i] na legislação na exata medida em que se encontr[a] totalmente desprotegido por ela (...) Para Agamben, não se pode pensar a figura do soberano sem implicar a figura correlata do Homo sacer, de modo que enquanto houver poder soberano haverá vida nua e exposta ao abandono e à morte (Duarte, 2008, p. 53).

Estamos falando de um tipo de sujeito (*homo sacer*) cuja inclusão em determinada ordem jurídica e política ocorre na exata medida em que permanece – ou é abandonado por essa mesma ordem – na sua exterioridade. O interessante da noção de *estado de exceção* é que ela nos ajuda a compreender o fundamento da própria ordem, da norma. Não são as regras que criam a exceção, diria Agamben, mas é a exceção que produz e fundamenta a regra. Apenas em contraste com sua exterioridade indomada – a vida nua (*zoé*) – é que a lei poderá fazer algum sentido, definindo os limites da (forma de) vida que vale a pena ser vivida (*bios*) e regulada em contraposição à “mera existência” que, alijada de qualquer jurisdição, encontra-se exposta ao perigo de morte.

Agamben sugere que a vida nua – e não o indivíduo político livre – está no fundamento de qualquer ordem nacional. É sobre a vida nua que se ancoram os direitos cidadãos (vida política), conquanto, na maior parte do tempo, tudo pareça se passar como se não houvesse dissociação entre estes dois construtos do poder. Tal ficção foi

definitivamente desvelada em meados do século XX, quando o nazismo e o fascismo, ambos regimes bipolíticos, tornaram evidente o fato de que seu poder soberano exercia-se, precisamente, sobre a vida nua engendrada através da suspensão total dos direitos no contexto dos campos de concentração. Não por coincidência, entre as poucas regras que os nazistas faziam questão de seguir a risca no exercício do seu poder, constava a de que um sujeito podia ser enviado ao campo apenas depois de sua completa desnacionalização (Agamben, 2002), ou seja, de sua produção como mera existência<sup>92</sup>.

O estado de exceção, apresentado pelo filósofo italiano como um rio que atravessa toda a formação social, converte o conjunto dos cidadãos de um Estado em potenciais *homo sacer*, ameaçando com proscrevê-los do espaço da política institucionalmente estabelecida. Para Agamben, a figura do refugiado constituiria a expressão emblemática da produção do *homo sacer* no mundo contemporâneo, dado que descreve um sujeito sem Estado – e por isso mesmo sem cidadania – cuja legitimidade política é garantida precariamente pelos acordos internacionais sobre direitos humanos. Mas não precisamos nos deslocar a um campo de refugiados ou adentrar as salas de reclusão temporária dos aeroportos e aduanas europeus e estadunidenses para encontrar situações de abandono radical. Na fronteira de Aceguá, a categoria *orejano* também nos dá uma ideia precisa do que significa o estado de exceção e de como certos grupos sociais estão sempre a mercê de vivenciá-lo no decorrer das suas trajetórias vitais<sup>93</sup>.

No que tange à imposição da “exceção” e à produção desta vida nua introjetada na realidade social pela moderna biopolítica, alguns autores têm questionado se as formulações de Agamben não deixaram de problematizar a incidência sobre os corpos de outro princípio ordenador que é hegemônico na totalidade das formações sociais atualmente existentes: a lógica de (re)produção do capital. Depois de notar que, nos textos de Agamben, o trabalho (ou seja, os/as trabalhadores/as) não tem nenhum papel relevante, José Antonio Zamora (2005) observa que

---

92 Dispositivos legais que habilitavam a desnacionalização dos cidadãos também foram introduzidos na França, em 1926 e na Itália, em 1933 (Idem). Antes de respirar aliviados por estarmos distantes dessas realidades, caberia lembrar que, recentemente, o ex-presidente francês Nicolás Sarkozy defendeu a reintrodução de mecanismos desnacionalizadores na legislação do seu país. A proposta, que felizmente não foi referendada pelo parlamento, previa a supressão da nacionalidade francesa dos imigrantes e filhos de estrangeiros envolvidos em ações delitivas contra autoridades policiais.

93 Imigrantes ditos “ilegais” compartilham com os refugiados uma situação semelhante, principalmente naqueles Estados-nacionais cuja realidade político-jurídica impõe restrições à chegada dos estrangeiros tidos como indesejáveis ou inúteis para os cálculos da economia política, que frequentemente estão permeados, como demonstram inúmeros casos europeus, por considerações de cunho racista, classista e/ou sexista.



a aplicação dos conceitos de *homo sacer* e de “estado de exceção” ao fenômeno da imigração exige (...) reconhecer os centros de reclusão, as legislações e políticas de excepcionalidade, a criminalização da imigração indocumentada, etc. como a outra face da nova flexibilidade do capitalismo, ou seja, como metáforas do controle despótico sobre a mobilidade da força de trabalho (Zamora, p. 63, 2005).

Mesmo que a exceção espregue qualquer cidadão na ordem atual dos estados nacionais, sua expressão sociológica concreta se faz mais frequente entre aqueles sujeitos migrantes que, assim como Osvaldo, o peão da Fazenda Ana Paula, dependem do trabalho assalariado para assegurar suas condições materiais de existência. Este fato nos convida a traçar paralelos entre a instauração jurídica da excepcionalidade e os imperativos da própria acumulação capitalista. O sociólogo mexicano Jaime Osorio (2006) vai ainda mais longe na ampliação do conceito de exceção, procurando demonstrar que a emergência do *homo sacer* não ocorre somente quando a subtração da cidadania jurídica produz a “vida nua”, pressuposto primeiro e fundamento último da norma. A própria estrutura da cidadania – enquanto feixe ideal de direitos e deveres disponibilizados ao conjunto dos membros de um Estado – ao fazer caso omissivo da vigência de outros princípios de disciplinamento e controle mais além daqueles reconhecidos na letra da lei, habilita a exposição sistemática e cotidiana da vida dos trabalhadores e das trabalhadoras às contingências potencialmente mortíferas e frequentemente daninhas da exploração da força de trabalho:

as noções de cidadão e sua negação, o não-cidadão, não constituem o melhor suporte para estabelecer as fronteiras entre “vida autêntica” e vida nua, “despojada de todo valor político” na ordem social capitalista. Estas noções nos deixam presos na política não-política desdobrada pelo capital, onde a cidadania oculta que a existência do trabalhador, no seu sentido relacional primário – seja ele cidadão ou não – é que se encontra exposta no mundo do capital. É sobre este degrau que se estabelecem variadas formas de vida nua (...) [a problematização de Agamben sobre o biopoder] termina por reduzir a um certo número de homens, os não-cidadãos, sejam eles refugiados ou migrantes, a expressão social da vida exposta no capitalismo. (...) é o trabalhador a expressão do moderno *homo sacer* na sociedade regida pela lógica do capital. Sua vida nua é posta em questão a partir do momento

exato em que se vê obrigado a colocar à disposição do capital não só a sua força de trabalho mas também seu corpo vivente (Osorio, 2006, p. 97).

Osorio pode desenvolver sua perspectiva através da constatação de que, no capitalismo, é a partir do trabalho – ou seja, da produção dos valores de uso necessários à auto-produção dos sujeitos – que a vida das pessoas é posta constantemente em questão. Isto porque, quando o trabalhador vende sua força de trabalho para benefício dos proprietários dos meios de produção, ele mobiliza toda a sua *corporeidade viva*, uma vez que a força de trabalho está indissolúvelmente arraigada naquele que a possui. Portanto, “ao entregar a mercadoria vendida, a força de trabalho, seu proprietário entrega, também, o plus de sua própria base material enquanto ser vivente” (Osorio, 2006, p. 80). Embora a vida pareça excluída do contrato – formal ou informal – de venda de força de trabalho, está nele totalmente incluída<sup>94</sup>. Não é exagero afirmar que o trabalhador só dispõe efetivamente da sua vida no final de cada jornada de trabalho e, ainda assim, durante um período brevíssimo, o que apenas realça o fato de que, na maior parte do tempo, sua corporeidade viva está completamente a mercê das operações do capital<sup>95</sup>. Esta situação permite compreender como se dá a articulação entre biopoder e produção capitalista, ajudando a iluminar quais são os meios a partir dos quais o poder está em condições de realmente produzir e fixar efeitos de sujeição e subordinação no contexto do mundo do trabalho (que é, também, o mundo do capital). Através da categoria *biocapital*, Jaime Osorio (2006) pretende enfatizar que, no mesmo momento em que a força de trabalho é incluída no rol das mercadorias, ela passa a ser obliterada enquanto corporeidade viva, enquanto forma-de-vida que transcende a esfera da produção e do mercado:

---

94 As reflexões de Osório sobre o biocapital estão fortemente inspiradas no Marx do terceiro tomo dos Grundrisse, onde existe uma constante reiteração da *vivacidade* do trabalhador que, exposta ao movimento do capital, passa a ser dirigida a um objetivo de produção determinando, convertendo-se em valor de uso e, posteriormente, em trabalho objetivado. Para Marx, “a única coisa distinta do trabalho objetivado é o trabalho não objetivado, mas ainda se objetivando, o trabalho como subjetividade” (Marx, 2011 [1976], p. 212) que existe no tempo, sob a forma de um sujeito vivo para o qual o trabalho é uma possibilidade.

95 Quando digo “a mercê”, não me refiro apenas à possibilidade de essa corporeidade ser empregada nesta ou naquela atividade produtiva, ao sabor do desejo do contratante. Quero indicar, também, que ela está exposta, pelo menos potencialmente, ao próprio aniquilamento. Bastaria dizer que um dos meus interlocutores relatou-me que, quando seus patrões em um empreendimento arrozeiro souberam que ele estava envolvido em atividade sindical, alocaram-no para desenvolver tarefas que supunham iminente risco de vida. Foi constrangido, por exemplo, a passar horas realizando o cultivo de plantas situadas em zonas da propriedade onde abundavam as serpentes venenosas. Diante de casos como este, faz todo o sentido afirmar que a vida do empregado está incluída no contrato – enquanto força de trabalho – na exata medida em que é produzida como descartável pela lógica que pretende subordiná-la.

Se [a teoria da exploração de Marx] nos leva ao exame do antagonismo complemento capital-trabalho, [a teoria do biocapital] nos orienta em direção ao antagonismo-complemento capital-vida. Nos termos da análise, é lícito diferenciá-las, mas, por sua vez, voltar a integrá-las como requisito para a cabal compreensão do processo (Osorio, 2006, p. 82).

A introdução do conceito de *biocapital* amplia o poder evocativo da afirmação de Agamben de que a vida nua possui “o singular privilégio de ser aquela sobre cuja exclusão se funda a cidade dos homens” (Agamben, 2002, p. 15). A vida de muitos trabalhadores fronteiriços adquire, por vezes, o aspecto de uma “vida nua” porque se encontra exposta a um movimento de apropriação que, ao reter e exaurir sua parte “útil” – o trabalho – acaba invadindo e colocando em xeque a totalidade da experiência vivida desses sujeitos. Quando enfocamos situações de indocumentação, isto só fica ainda mais evidente, uma vez que estamos defrontados com pessoas “sem garantias”, cuja possibilidade de reivindicar uma existência plena e, no limite, resguardar a própria vida, termina condicionada, como vimos nos tópicos anteriores, pelo êxito ou pelo fracasso das suas negociações cotidianas com os agentes do Estado ou com seus eventuais chefes e patrões.

## CAPÍTULO V

### *Tramas burocráticas*

Nunca é por casualidade que escolhemos a ordem dos capítulos de um texto. Articulando-os, buscamos criar algum tipo de totalidade, um orquestramento geral ao qual alguns procuram imprimir tons homogêneos e do qual outros pretendem extrair as justaposições contraditórias, conflitivas, atritantes da polifonia. Além do orquestramento geral, é comum que nos preocupemos com a comunicação entre os capítulos: é importante que eles falem uns dos outros e uns para os outros. Ao decidir que esta seria a derradeira etapa da dissertação, sem dúvidas eu estava respondendo a preocupações desse tipo. No entanto, também pesa aqui uma exigência do método. O esquema que articula muito do que tenho a dizer nas próximas linhas, não poderia se sustentar sem que tivéssemos conhecido os relatos, dramas e lugares que emergiram nas descrições e interpretações das páginas anteriores. É por isso que este talvez seja o capítulo mais "orgânico" de todo o trabalho. Orgânico porque, para produzir significado, depende estreitamente das etapas já desenvolvidas do texto, floresce delas.

Depois de acompanhar as dinâmicas do trabalho transfronteiriço e analisar os percalços da interação assimétrica entre os sujeitos e as manifestações locais da forma Estado, partiremos, agora, para o interior das repartições públicas. Os protagonistas deste capítulo são dois funcionários do Estado uruguaio que, assim como eu e todos os demais interlocutores, têm algo a dizer sobre a realidade binacional, suas disparidades e paradoxos. Só que além de falar, estas duas pessoas têm a obrigação profissional de ingerir sobre as dinâmicas da fronteira, sempre atentas às prescrições da lei, mas informadas, também, por seus próprios códigos morais e intuições pessoais. O objetivo que norteia este capítulo consiste em definir a possibilidade de emergência da perspectiva e das práticas dos meus interlocutores na esfera estatal. Como eles respondem às suas obrigações? Como se constitui seu ponto de vista e o que dele permanece excluído? Por quê?

As respostas para estas questões foram encaminhadas durante o trabalho de campo, na interlocução direta com Blanca Morales e Fernando Freitas. A primeira, como já sabemos, é funcionária do MIDES e o segundo, oficial da Dirección de Migraciones uruguaia. Blanca integra um setor da administração estatal dirigido à promoção dos direitos e à concessão de

benefícios sociais. Fernando pertence aos órgãos de vigilância, mais especificamente, à polícia, cuja missão é controlar o fluxo de pessoas através da fronteira. Ambos se conhecem e, nutrem, inclusive, afinidades recíprocas. Trabalham lado a lado, mas em salas separadas, na pequena casa que abriga, simultaneamente, o controle migratório e o Escritório Binacional. Eu, como investigador, transitava entre os lugares de residência e de trabalho dos habitantes da fronteira e as repartições públicas encarregadas de assisti-los ou controlá-los. Esta singular posicionalidade me permitiu adotar um método de abordagem etnográfica para os espaços institucionalizados que denomino "movimento da práxis". Tal movimento, cujos fundamentos epistemológicos serão discutidos em seguida, consistiu em duas operações básicas: primeiro, inspirado pela interlocução com os moradores de Aceguá e Noblíá, articulei uma série de inquietações, críticas e reflexões sobre a atuação do Estado e sobre as realidades do trabalho na fronteira; logo, a partir destes construtos derivados da experiência etnográfica, interpelei os funcionários públicos em busca das suas percepções e ponderações.

Estas duas operações não se deram separadas no tempo, como se fossem a primeira e a segunda fase da investigação empírica. Pelo contrário, houve situações em que meu primeiro contato com os moradores da fronteira ocorreu dentro de repartições públicas e eram os próprios funcionários que me ofereciam as informações necessárias para, posteriormente, visitá-los em suas casas e convidá-los para colaborar com a pesquisa em andamento. A singularidade do movimento da práxis reside – é importante frisar – em seu caráter situado e ascendente: eu escolhi conhecer e evidenciar os dramas, expectativas, demandas e percalços característicos da vida dos/as trabalhadores/as e de outros setores subordinados da sociedade fronteiriça e respaldar-me neles para interpelar, destrinchar e mesmo criticar – no texto e *in loco* – as construções discursivas originadas da experiência dos funcionários públicos. Dada a singularidade do método, se fez imprescindível apresentar os resultados da sua aplicação no capítulo final. Apenas desta forma o/a leitor/a poderia estar suficientemente informado/a sobre os contextos etnográficos e as inquietações políticas que servirão, agora, de referência às minhas "conversas burocráticas" com Blanca e Fernando.

\* \* \*

### 5.1 *Reality show* ou *reality making*? Breves comentários sobre o método do capítulo<sup>96</sup>

A incursão etnográfica em instituições do Estado, grandes corporações, entidades supranacionais, etc. – os denominados campos *up* –, suscitou diversos debates éticos e metodológicos (Debert, 1997; Ramos, 2007; Schuch, 2010) que recuperaram a preocupação em torno dos compromissos políticos dos/as antropólogos/as, além de evidenciarem e criticarem os processos pelos quais certas práticas disciplinares contribuíam à reificação da alteridade. Guita Debert (1997), por exemplo, sugeriu que a antropologia urbana brasileira refocalizasse seu objeto, deixando de contentar-se com a descrição de estilos de vida ou a análise das representações para perguntar-se sobre a “trama institucional” envolvida nos itinerários percorridos pelos grupos estudados. Neste sentido, as preocupações do pesquisador de campo deveriam contemplar a lógica a partir da qual os funcionários de órgãos públicos e privados – muitos deles provenientes de uma nova geração de especialistas treinados para a operacionalização de políticas sociais – fazem valer suas específicas agendas no contexto de processos assimétricos de interlocução.

Às voltas com instituições poderosas que se arrogam o privilégio da técnica e da razão, Debert convoca os/as antropólogos/as a desestabilizar hierarquias e politizar os falsos consensos impostos pela expertise: “a antropologia (...) tem sua relevância democrática na medida em que pode politizar o debate em domínios pouco constituídos politicamente” (Debert, 1997, p. 7). A tarefa de politização pela qual advoga a autora demandaria, no entanto, uma revisão dos imperativos éticos que orientam a pesquisa antropológica. Os caminhos para a crítica democrática à pretensa neutralidade técnica dos *experts* só poderiam ser desobstruídos se fosse possível declinar de certos pressupostos contidos no Código de Ética dos Antropólogos, precisamente aqueles que reconhecem o direito do grupo estudado a ser informado sobre a natureza da pesquisa e garantem que os resultados da investigação não revertam em prejuízos aos sujeitos pesquisados.

Mais atenta do que Guita Debert ao fato de que nem mesmo a “excelsa” antropologia encontra-se alheia às tramas do poder, Patrice Schuch (2010) questiona se a suspensão de determinados pressupostos éticos não implicaria a “legitimação de uma prática profissional

---

<sup>96</sup> A reflexão epistemológica desenvolvida nos comentários que seguem, guarda estreitas relações com os debates políticos e teóricos realizados no contexto do Grupo de Estudos em Antropologia Crítica (GEAC), dos quais tive o prazer de participar durante todo o ano de 2012.

através de um mecanismo de distanciamento entre sujeito e objeto e, de outro lado, colocar em pauta uma relação de exterioridade do antropólogo em relação aos domínios do poder” (Schuch, 2010, p. 36). Como alternativa a uma postura investigativa que eu denominaria *epistemologia de exceção*, Patrice Schuch sugere que só é possível politizar os domínios do poder se politizarmos, também, o trabalho do antropólogo, refletindo sobre a forma de nossa própria inserção política junto aos grupos que se encontram em interlocução nos espaços onde fazemos pesquisa. E se é possível – e mesmo necessário – fazer política enquanto fazemos pesquisa, então precisamos estar dispostos a enfrentar tensões e aceitar que elas perpassarão a prática antropológica do início ao fim. Tais tensões, no entanto, não devem ser lidas como um “mal necessário” inerente ao fazer antropológico auto-consciente no que diz respeito aos fluxos de poder. Pelo contrário, Patrice Schuch entende que elas possuem valor epistemológico e, portanto, são “fontes de conhecimento acerca dos grupos e instituições que estudamos (...) e instrumentos de conhecimento sobre o exercício da antropologia e seus limites” (Schuch, 2010, p. 36). A autora conclui sua explanação reconhecendo que, se bem é difícil “criar conexões politizadas sem produzir uma fusão ou identidade de pontos de vista” (Idem, p. 46), não podemos deixar de duvidar da suposição de uma superioridade epistemológica da antropologia que lhe garantiria um espaço privilegiado de crítica alheio à conexões tensas e confrontativas na produção de conhecimento.

As ponderações de Patrice Schuch são instigantes porque deixam antever uma transposição do *lugar* a partir do qual a crítica e os conhecimentos produzidos passam a ser enunciados: é *nas* relações estabelecidas durante a pesquisa de campo que o/a antropólogo/a pode acessar os instrumentos necessários à elaboração de sua análise. Portanto, já não estamos mais falando de “uma” antropologia que se constitui como reduto auto-suficiente no qual o investigador se exila para avaliar e sistematizar “dados” recolhidos no “campo empírico”. Como observa sugestivamente Antonadia Borges (2009), não estamos lidando com dados, mas sim com “construídos”, e o lugar dessa construção não é a antropologia – que não existe como *lugar*, conforme discutirei em seguida –, mas sim o espaço de interlocução etnográfica. Aceitando tais premissas, nos distanciamos definitivamente de um tipo hegemônico de produção do conhecimento que Santiago Castro-Gómez (2005; 2011) chama *hybris do ponto zero*, ou seja, a ambição de enunciar e entender a realidade a partir de um ponto inobservável de observação. O autor está se referindo a “uma forma de conhecimento humano que investe pretensões de objetividade e cientificidade partindo do pressuposto de que o observador não

faz parte daquilo que é observado” (Castro-Gómez, 2005, p. 63). Localizar-se no ponto zero equivale a acreditar que se está ocupando a posição de um *deus absconditus*<sup>97</sup> que, olhando por cima dos ombros dos nativos (qualquer semelhança não é mera coincidência), plasma seus “*insights*” sem prestar contas a ninguém sobre a legitimidade dos postulados levantados. Mas é claro que se este “ponto zero” pode ser reivindicado por alguns pesquisadores como zona privilegiada de enunciação do saber é porque seus fundamentos epistemológicos estão respaldados por certas instituições e, portanto, respondem a estratégias muito reais de controle econômico e governo das populações. É no “ponto zero” que os/as antropólogos/as se encontram com os burocratas, com os *experts*, com os técnicos à serviço de instituições cujo poder e a legitimidade assentam na divisão absoluta entre *doxa* (a vulgata, o senso comum) e *episteme* (o saber verdadeiro que orienta escolhas racionais). Renunciar a esse incômodo *meeting* depende, em grande medida, do exercício deliberado de “localização” do conhecimento, ou seja, de enunciação do seu *topos*.

O *topos* do conhecimento é o lugar onde ele é construído. Não é possível contentar-nos com dizer que a crítica que fazemos provém da antropologia. A antropologia não é um lugar, é uma disciplina<sup>98</sup>, um conjunto de normas e pressupostos institucionalmente garantidos que incide decisivamente sobre a produção de subjetividades. Quando dizemos que somos antropólogos/as, estamos sinalizando uma proveniência disciplinar, o que significa afirmar que, enquanto subjetividades, fomos, em alguma medida, constituídos através das sucessivas interpelações e jogos de poder que permitem à antropologia atualizar-se como disciplina em certos espaços institucionais. É enquanto “subjetividades antropológicas” – que consideram determinados problemas como relevantes, determinadas teorias como descritivas, determinadas proposições como razoáveis, etc. e que se articulam com outros processos talvez mais determinantes de subjetivação, associados às nossas condições de gênero, raça, classe, geração, etc. – que nos lançamos ao trabalho de campo em busca de interlocuções possíveis,

97 Reparemos que a noção de *hybris* do ponto zero guarda estreitas relações com a ideia de “olho de deus”, cunhada por Donna Haraway (1995).

98 A disciplina Antropologia manifesta-se de distintas formas nos variados locais que assistiram à sua emergência. Sendo assim, tampouco podemos falar da Antropologia – no singular – quando quisermos nos referir a comunidade mais geral de profissionais formados sob a égide dessa disciplina. Mais pertinente seria, como propõem Restrepo e Escobar (2004), aludir ao sistema-mundo da antropologia, um campo plural, cruzado por circuitos transinstitucionais de diálogo e poder, nos quais se reproduz, com maior ou menor dificuldade, certo senso comum disciplinarista a respeito de que deveria ser o trabalho antropológico legítimo. Geopoliticamente, o gradiente de legitimidade começa no norte e termina no Sul global. Institucionalmente, as universidades aparecem como âmbito privilegiado de onde falar sobre antropologia e ser antropólogo/a. Epistemologicamente, a *hybris* do ponto zero – ancorada, é sempre bom lembrar, em estruturas institucionais – garante a manutenção irreflexiva da ideia de que “a” antropologia constitui um lugar seguro a partir do qual construir análises sócio-culturais críticas.



interlocuções que nos permitam a adoção de uma dada perspectiva – e, portanto, de uma posição de observação concreta – para conhecer e interpretar fenômenos específicos de uma conjuntura social e histórica.

A crítica que fazemos provém, então, da perspectiva que conseguimos adotar – mediante alianças e escolhas políticas, construção de lealdades pessoais, participação em eventuais conflitos, etc. – num contexto real de interlocução. Isto significa dizer que nossas interpretações, por vezes cristalizadas em monografias, dissertações ou teses, não respondem somente à necessidade de atualização do campo de diálogo acadêmico, senão que devem submeter-se a “efeitos de verdade” que não serão, unicamente, aqueles preconizados pelos discursos disciplinares hegemônicos a respeito do que deveria ser uma boa etnografia.

## II

Os sistemas de verificação hegemônicos, aos quais me referia no comentário anterior, aparecem muito bem descritos no texto de Mariza Peirano (1992) *A favor da etnografia*. Ali, a autora sugere que a boa etnografia é aquela que aporta dados em profusão, dados que excedam a própria interpretação do autor e se prestem a futuras reanálises dos seus pares. Mas, se é verdadeira a já mencionada observação de Antonadia Borges (não trabalhamos com dados, mas sim com construídos), as exortações de Peirano ao detalhismo empírico perdem sua força. Antropologia não é *reality show* (Turner, 2006), talvez se aproxime mais de um *reality making* (posto que interpretar a realidade é já transformá-la), não se resumindo, portanto, à observação efêmera do “lado de fora” empírico na busca exaustiva de “dados” suscetíveis de serem “tratados” pelas matrizes teóricas em voga nos ascéticos corredores da academia. Peirano, muito precipitadamente, expolia todos os eventuais interessados no trabalho do antropólogo do direito de provar/testar a adequação e a qualidade da sua produção. Tal prerrogativa competiria apenas aos âmbitos disciplinares. Sem negar a centralidade do reconhecimento dos pares no processo de legitimação do “antropólogo como autor”, sugiro que se nos contentarmos unicamente com responder aos processos institucionais de validação dos conhecimentos produzidos, corremos o risco de, para dizer o mínimo, frustrar outros tantos sujeitos – interlocutores – com os quais, igualmente, o antropólogo estabelece vínculos de aliança e mesmo de dependência.

Para evitar esse risco, lancei mão, no último capítulo, de uma epistemologia

pragmática que condiciona a enunciação do conhecimento a um questionamento fundamental: para que serve e quais os possíveis efeitos que determinado postulado assume nos contextos onde me encontro? Entendo que este questionamento me afasta do falso dilema sobre tornar-se “nativo” ou distanciar-se. O trabalho de campo produz situações de interação antes inexistentes, tanto para os etnógrafos como para seus interlocutores; nele, além do mais, o investigador é exposto a clivagens, marcações e interpelações que irão incidir sobre sua subjetividade. Isto o coloca, necessariamente, em correlação com seus interlocutores. Trata-se, então, de (re)conhecer e negociar participativamente as tensões envolventes que o campo suscita, aceitando que elas produzem consequências e saldos político-epistemológicos que repercutem, se traduzem e se reconvertem nas diversas disputas e debates onde os/as antropólogos/as, inevitavelmente, veem-se inscritos, dentro e fora da academia.

Uma das tensões com que tive que lidar desde que comecei meu trabalho de campo é a seguinte: ao acessar as instituições utilizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras que conheci durante a pesquisa, precisei avaliar minha posição diante da inevitável assimetria entre as expectativas e pontos de vista dos funcionários públicos e os das pessoas que eles atendem em suas repartições. Mesmo tendo mantido relações com ambos os “grupos”, por princípios políticos pessoais e por escolhas metodológicas associadas ao “movimento da práxis”, o vetor de minha análise foi ascendente, o que quer dizer que eu parti das vivências cotidianas e das problemáticas construídas no diálogo com trabalhadores e outros povoadores da fronteira para problematizar a atuação das instituições públicas com as quais eles se relacionam.

### III

Do que foi dito até aqui, creio ser possível depreender que meu interesse não é “pensar como pensam” os funcionários do Estado e sim acessar a tensão entre conjuntos diferenciados (e hierarquizados) de demandas e perspectivas, tomando como ponto de partida as problemáticas produzidas na interlocução com os moradores das regiões fronteiriças. Desta maneira, o conteúdo das interpelações que fiz aos servidores públicos – neste caso, uruguaios – refletiu as perplexidades e indagações formuladas junto aos meus outros interlocutores inseridos no mundo do “trabalho transfronteiriço”. Esforcei-me por reproduzir em minha pesquisa de campo – assim como no texto desta dissertação– o movimento da práxis, cujo embasamento epistemológico será evidenciado na continuação.

Em um ensaio epistemológico inspirado pela perspectiva marxista, Eduardo Grüner (2006) sustenta que as manifestações do conhecimento são sempre e inevitavelmente situadas, mas nem por isso, qualquer leitura é igualmente válida e possível. A *práxis* seria, para Grüner, a possibilidade de conciliar as perspectivas localizadas com a enunciação da totalidade, de forma a produzir interpretações objetivas do ponto de vista teórico-metodológico.

Não suscita polêmica dizer que aquilo que vemos – e, por conseguinte, o que interpretamos – é apenas uma parte da realidade, um recorte dela. O último Althusser, dando continuidade à sua revisão do conceito marxiano de ideologia, considerou mais pertinente defini-la não como “falsa consciência” de uma realidade verdadeira, mas como um conjunto de pautas simbólicas com fins prático-sociais que garante a relação hermenêutica entre os sujeitos. No terreno da ideologia não existe, portanto, lugar para verdade ou falsidade, uma vez que ali não se trata de gerar verdades, mas sim de produzir “efeitos de verdade”: “na ideologia, os homens não expressam sua relação real com o mundo, mas sim sua vontade de relacionar-se com ele” (Castro-Gómez, 2000, p. 747). Ideologia, então, é desejo de verdade (Castro-Gómez, 2000), um impulso que, apoiando-se em processos de interpelação, preconiza certas formas de articulação dos sujeitos entre si e deles com recortes específicos da materialidade que os envolve e constitui (Althusser, 1980). De forma muito sucinta: consciência verdadeira de uma realidade parcial (Grüner, 2007).

O grande desafio reside, então, em alcançar visões mais complexas do nosso mundo, agora que já não podemos contar com uma razão autônoma e desenvolvida, capaz de iluminar, no plano das ideias, as incompletudes que nossa experiência parcial e localizada é incapaz de superar. Sensível a essa urgência, o que o conhecimento da *práxis* nos permite obter é um solo estável para a crítica e a interpretação, isto na medida em que ele nos instrumentaliza com elementos cognitivos atinentes à uma determinada forma de produção de realidade – ou experiência de mundo – para que, a partir desses elementos, indaguemos outros sistemas de interpretação.

A interpretação da interpretação (objetivo central do conhecimento da *práxis*) é um procedimento que interroga criticamente as construções simbólicas em busca dos seus vazios, buracos de sentido, para plasmar um novo sentido sobre as próprias ausências detectadas (o sentido e a funcionalidade de um discurso precisa ser apreendido tendo-se em vista, também, tudo aquilo que ele omite). No caso da minha investigação, o desafio não era, simplesmente, encaminhar interpretações distintas às dos funcionários do Estado. Meu objetivo, ao interpelá-

los através do movimento da práxis, foi interpretar e tensionar seus discursos à luz de elementos conceituais e experienciais que lhes escapavam, mas, ao mesmo tempo constituíam a realidade vivida das pessoas que interagiam com eles cotidianamente nos órgãos públicos. Houve situações em que esta operação interpretativa, associada à interlocução etnográfica, produziu saldos políticos interessantes, porque permitiu uma atualização do senso comum dos funcionários do Estado, que passaram a pensar sobre suas próprias funções e papel social levando em consideração elementos antes negligenciados no desenrolar dos expedientes burocráticos. Não estou fazendo, aqui, nenhuma apologia liberal das “virtudes da comunicação” no encurtamento da distância entre diferentes “concepções de mundo” ou horizontes de racionalidade. O que sugiro, pelo contrário, é que meus interlocutores na esfera estatal podem reconhecer as contradições que balizam sua realidade e o caráter limitado e relativo das suas percepções e interpretações, mas nem por isso conseguirão impugnar totalmente tais esquemas, dado que eles entranham as pautas de ação das burocracias através de um regime intensivo de assujeitamento, materializado nos protocolos do serviço público e nas sucessivas cadeias de interdependência institucional cujos efeitos verticalizadores constroem as escolhas do funcionário individual. Trata-se, portanto, de construir contextos que permitam entender os campos de interação mais além dos sentidos em jogo para uma consciência imediata.

#### IV

Uma ressalva antes de prosseguir: o/a leitor/a certamente notou que a proposta que venho delineando não guarda qualquer relação com a “interpretação das culturas”; trata-se, se quisermos, de uma interpretação *na* cultura, ou, para utilizar as palavras de Grüner, de uma aposta por evidenciar o *inconsciente político* da cultura, através da interrogação sistemática das aparentes evidências apresentadas pelos discursos de poder e verdade – que são, cabe lembrar, discursos *identitários*, tendentes a reduzir o objeto ao conceito via docilização do primeiro pelo segundo –, fazendo aparecer a contradição entre realidades vividas e *desejos de verdade* em uma retotalização complexa da conjuntura observada. A dialética construída por meio do movimento da práxis é a consciência de que não existe identidade, mas sim contradição e esta última nada mais é do que o não-idêntico apresentado sob o aspecto de identidade no seio de determinados enunciados (Adorno, 1990).

Em situações despojadas de toda a contradição, seria impossível (e desnecessário) empreender a interpretação dos discursos através do movimento dialético da práxis, uma vez que, nelas, o poder não estaria baseado na fixação/forçamento arbitrário de relações de identidade, em detrimento da capacidade de auto-enunciação dos sujeitos individuais e coletivos. Este, naturalmente, nunca foi o caso dos jogos de interpelação desenvolvidos nos espaços burocráticos que estruturam o estado moderno, posto que tais jogos fundamentam-se no uso de estereótipos, alguns deles oficiais, outros não (o “cidadão”, o “pobre”, para dar dois exemplos que serão estudados mais abaixo). E quando estes estereótipos – sempre parciais – “atingem”, seccionam e reordenam, através do processo de interpelação, a “realidade” que pretendiam descrever, eles originam, como era de se esperar, efeitos de exclusão e silenciamento.

Na descrição dos diálogos estabelecidos com Blanca e Fernando, o/a leitor/a irá notar que as perguntas do investigador são tão importantes quanto as respostas dos interlocutores. Foi a construção de indagações informadas pela atividade pretérita de observação junto aos trabalhadores transfronteiriços que converteu meus encontros com os funcionários públicos na *mise en scène* de tencionamentos, contradições e “jogos de espelho”. As conversas que estabeleci nas repartições públicas de Aceguá transcenderam, portanto, o mero interesse na coleta de informações e passaram a incorporar valor epistemológico, na medida em que se tornaram espaços de “re-totalização”, onde todos os envolvidos – pesquisador e interlocutores – engajaram-se na reflexão compartilhada sobre os efeitos da coexistência ou da confrontação de pontos de vista assimétricos e expectativas heterogêneas (talvez inconciliáveis) no âmbito dos espaços de atendimento e controle institucional.

## 5.2 O tu e o nós do encontro institucional: Blanca e o MIDES



Em março do ano de 2005, o Senado e a Câmara de Representantes da República Oriental do Uruguai decretaram, a pedido do Poder Executivo, a criação do Ministério de Desenvolvimento Social (Ministerio de Desarrollo Social - MIDES). A partir de então, este novo órgão do governo uruguaio passou a nuclear secretarias e institutos destinados a formulação e implementação de políticas públicas para a juventude, mulheres, idosos e pessoas em situação de “vulnerabilidade social”, que antes estavam vinculados a outros ministérios. As competências atribuídas ao MIDES mantinham um estreito vínculo com o programa político da Frente Ampla, a maior coalização de partidos de esquerda do Uruguai, vencedora das eleições nacionais de 2004, que levaram Tabaré Vázquez à Presidência da República. Desta maneira, o novo ministério assumiu expresso compromisso com a reformulação do sistema de proteção social, reorientando-o através de uma perspectiva de equidade que produziu impactos efetivos sobre a distribuição da riqueza. No plano operacional, o Ministério de Desenvolvimento Social foi responsável pela construção de indicadores quantitativos e qualitativos que permitissem delimitar aquilo que seriam as “populações em situação de vulnerabilidade social”, alvo preferencial das políticas sociais prometidas pelo governo nacional.

Logo após sua instituição, o MIDES adquiriu notável visibilidade pública e foi o centro de uma das primeiras grandes controvérsias políticas entre o governo e a oposição. Entrava em funcionamento o já mencionado PANES (Plano de Atenção Nacional à Emergência Social), núcleo do esforço governamental para reduzir os índices de pobreza registrados no Uruguai. Além da concessão de um auxílio mensal àquelas famílias definidas como padecendo de “extrema pobreza”, o PANES previa a articulação de diversos programas sociais capazes de oferecer meios (formação profissional, acesso aos serviços públicos de saúde, facilitação de oportunidades laborais, etc.) para a superação das situações de indigência. A oposição ao governo, composta pelos dois partidos tradicionais (Nacional ou *Blanco* e Colorado), que tinham se revezado no poder até o triunfo eleitoral da Frente Ampla, objetava que o Plano de Emergência consistia em uma política de cunho proselitista e eleitoreiro, pois se furtava de exortar a indigência ociosa a ocupar lugares produtivos na sociedade. Por sua vez, o governo assegurou que se cercaria de instrumentos precisos para garantir que fossem beneficiados com recursos econômicos somente os cidadãos que realmente cumprissem com as características requeridas pelo programa, ou seja, dispusessem de nulos ou escassos recursos para agenciar estratégias de subsistência.

Durante o período de vigência do PANES (de 2005 até 2007), um quarto dos uruguaios considerou que estava em situação de indignância e apresentou-se para receber ajudas sociais. No entanto, de 246.681 lares avaliados para acessar o benefício, menos da metade – 102.353 – teve sua demanda aprovada. Em 2009, o MIDES orgulhava-se de que suas políticas haviam contribuído para uma redução de 34% da pobreza e para um aumento de 33% do Produto Interno Bruto, reconhecendo, ainda assim, que as taxas de desigualdade, medidas pelo coeficiente Gini, aumentaram no período compreendido entre 2005 e 2010.

Os debates suscitados no contexto de implementação do Plano de Emergência contribuíram para que o MIDES passasse a ser associado, nos discursos que circulavam pela imprensa uruguaia, ao atendimento dos “pobres”. Mesmo que este ministério fosse responsável, como mencionei logo acima, por uma série de ações orientadas à promoção do esporte, ao combate à violência de gênero, à erradicação do analfabetismo e à orientação geral sobre direitos sociais e serviços públicos garantidos pelo Estado, a imagem do MIDES como “defensor dos pobres” foi a que sobressaiu, adquirindo conotação acusatória no discurso da oposição e revestindo uma aura dignificante na fala dos funcionários do governo. Assim, na edição de Outubro de 2009 do *Infomides* (meio de divulgação oficial impresso das atividades do MIDES), o editorial redigido pela então ministra Marina Arismendi (Frente Ampla – Partido Comunista do Uruguai) sugeria que o funcionamento de seu ministério afrontava diretamente o “darwinismo social” esgrimido pela retórica política da ditadura e dos partidos tradicionais, posto que esforçava-se por recuperar um ideário artiguista<sup>99</sup>, identificado com valores republicanos e inclusivos: “para nosso dom José [Artigas], o da lenda negra, aquele que ousava pensar junto com os gaúchos, pobres, índios, negros e mestiços, para privilegiar os mais despossuídos, as oligarquias “fantasiadas com o título de democracia” (no dizer de Varela) “resolveram ao seu bel prazer o destino dos povos”<sup>100</sup> (...). Algumas linhas mais adiante, Arismendi classificava as críticas viscerais aos programas de distribuição de renda do MIDES como “ódio de classe”, “desprezo pelo povo”, “fobia aos pobres”.

A Dra. Blanca Morales<sup>101</sup> levou para o Escritório Binacional de Fronteira um lote de

99 O ideário artiguista remete a figura de José Artigas, liderança militar que no século XIX liderou exércitos populares na luta pela libertação do Uruguai frente ao domínio espanhol. Seus escritos políticos, cristalizados nas emblemáticas Instruções do ano 13, repercutem com força na ideologia da esquerda uruguaia.

100 Texto original: “(...) para nuestro Don José, el de la leyenda negra, aquel que osaba pensar junto a los gauchos pobres, los indios, los negros y sambos para privilegiar a los más desposeídos, las oligarquías “ataviadas com el título de democracias” (al decir de Varela) resolvieron a su antojo el destino de los pueblos”.

101 Responsável pelo Escritório Binacional de Aceguá desde sua criação, em meados de 2011, Blanca documentou centenas de brasileiros que desejavam regularizar sua situação migratória no Uruguai.

exemplares da já comentada edição do Infomides em meados de 2011. Ao sentir-se profundamente identificada com a consigna estampada na capa do periódico: “Tus derechos son nuestro deber”<sup>102</sup>, ela achou por bem recortá-la com tesoura e afixá-la com fita adesiva em um dos arquivos de sua sala, de modo que ficasse visível aos olhos de todos os visitantes. É precisamente neste ponto que pretendo introduzir os eixos centrais da discussão que irei desenvolver na continuação. Assumindo que para o estudo das lógicas institucionais concretas não é suficiente evidenciar os princípios formais que regem a aplicação de políticas públicas ou o funcionamento de um órgão de Estado, me proponho, nos parágrafos que seguem, explorar o que realmente fazem os sujeitos que se encarregam de tornar efetiva a ação estatal em contextos socioculturais específicos (Heyman, 1995). Trata-se, então, de pensar o recorte que Blanca colou no armário do seu escritório como expressão de um deliberado movimento de apropriação da retórica oficial do Ministério, a partir do qual o “tu” (oculto em *tus derechos*) e o “nós” (oculto em *nuestro deber*) podem ganhar corpo (na pessoa de Blanca e dos que recorrerem ao seu serviço) em situações localizadas de interlocução. Quais são as condições que possibilitam o surgimento e conferem especificidade à relação entre o “nós” e o “tu” no Escritório Binacional do MIDES em Aceguá-Uruguai? Quais são as formas específicas em que os funcionários públicos se relacionam com os discursos programáticos mais gerais das instituições onde trabalham? As situações de diálogo retomadas a seguir exemplificam o processo de interlocução através do qual Blanca e eu procuramos encaminhar, de forma conjunta, respostas possíveis aos questionamentos levantados.

Ao discorrer sobre sua trajetória biográfica, Blanca gosta de sublinhar que seus pais eram “migrantes dentro do Uruguai”. O pai nasceu no interior do departamento de Treinta y Tres e a mãe viveu, até o casamento, em Mangrullo, localidade próxima de La Mina, na linha divisória com o Brasil. Antes do nascimento dos filhos, os dois compraram terras nos arredores de Melo, onde Blanca residiu até mudar-se para Montevideu, quando ingressou na faculdade de psicologia. Seu pai possuía uma serralheria e comercializava madeira, ao passo que a esposa dedicava-se às tarefas domésticas, cuidava da horta e do jardim. Entre as memórias da sua infância, Blanca recorda especialmente as férias em Mangrullo, passadas ao lado das duas irmãs e dos primos. Nessas reuniões, a mãe e as tias conversavam entre elas em português e sempre havia histórias impressionantes que falavam de revoluções e de exércitos que cruzavam a fronteira sequestrando jovens e assaltando as dispensas.

---

102 “Teus direitos são nosso dever”



Depois de concluir a graduação em Montevideu, Blanca viajou para Porto Alegre onde cursou o doutorado em Letras. Sua estadia no Brasil acabou durando quinze anos. Nessa época, também começou a nutrir um profundo interesse pela Terapia Comunitária, cujo maior sistematizador foi Adalberto de Paula Barreto, psiquiatra e antropólogo com intensa produção em meados dos anos oitenta. Em 1998, ela conta que viajou ao Estado do Ceará para conhecer o lugar onde havia sido fundada essa prática terapêutica. Na visita ao Ceará, Blanca conheceu a experiência de intervenção na favela de Pirambu, em Fortaleza, que atende a uma grande população, incluindo muitos migrantes internos. Sobre a Terapia Comunitária, Blanca esclarece que surgiu da preocupação pelo sofrimento originado por situações limite de exclusão e miséria nas quais se veem envolvidas populações sem acesso aos direitos sociais: “en la base teórica de la Terapia Comunitaria se encuentran el abordaje sistémico y principios de la antropología cultural, en una perspectiva grupal comunitaria”. Além de trabalhar como terapeuta de família e terapeuta comunitária, minha interlocutora integrou a equipe do Centro Ítalo-Brasileiro de Apoio ao Imigrante (CIBAI), com sede em Porto Alegre e ofereceu seu auxílio profissional a pessoas provenientes de diversos países latino-americanos. Contingências associadas ao adoecimento da mãe fizeram-na regressar à casa da sua infância, em Melo e buscar alternativas laborais no Uruguai. Foi neste contexto que ela ingressou no Programa Políticas de Integração de Fronteira do Ministerio de Desarrollo Social e passou a trabalhar nos Escritórios Binacionais.

Em julho de 2012, após concluir um atendimento no Escritório do MIDES, Blanca comentou-me sobre a simpatia que lhe inspirava o usuário que acabara de deixar a sala. Repousando sobre a mesa uma xícara do café que minha interlocutora havia preparado para nós dois, eu quis saber o porquê desse sentimento. Blanca pensou um pouco para, logo em seguida, evocar sorridente uma série de percepções que incluíam a amabilidade dos seus modos, a atenção que prestava às informações oferecidas e a compreensão com que encarava as eventuais demoras inerentes ao processo de obtenção da documentação nacional uruguaia. Num esforço por esclarecer os motivos que lhe faziam sentir mais empatia por alguns e menos por outros, Blanca procurou contrastar a postura do sujeito que recém saíra, com a de outro homem, atendido um pouco mais cedo. Mencionou, então, um comentário que este último havia feito instantes antes de abandonar o recinto, após ser informado de que seus documentos ainda não estavam disponíveis: “Bueno, continue tomando su cafecito”<sup>103</sup>.

---

103 “Bom, continue tomando seu cafezinho”.

Na opinião de Blanca, esta frase denotava uma profunda incompreensão a respeito das contingências do seu trabalho, como se ela estivesse mais interessada em “tomar cafezinho” do que em realizar de maneira eficiente as atribuições concernentes ao cargo que ocupava e – o pior de tudo –, como se ela fosse igual a “todos esses funcionários públicos” que preenchem suas longas horas de ostracismo e acomodamento consumindo a única substância capaz mantê-los a salvo da sonolência. As pessoas – reflete Blanca – não fazem ideia do quanto se esforça por concluir de forma exitosa os expedientes sob sua responsabilidade. No entanto, se as repartições de outros ministérios envolvidos na atribuição da carteira de identidade uruguaia<sup>104</sup> não procedem com a mesma celeridade, o problema já está fora do seu alcance. Minha interlocutora continua suas ponderações inferindo que a insensibilidade de certos usuários do Escritório do MIDES guarda relações com uma *cultura* de esperar que o Estado faça tudo como se o cidadão não devesse, ele também, incluir-se enquanto participe na realização do serviço. As pessoas têm pressa, não querem saber como funciona a administração pública e por desconhecerem que as coisas podem demorar elas chegam, em alguns casos, a abandonar os caminhos legais para lançar-se nos circuitos inseguros da troca de favores. Há sujeitos – me conta Blanca – que sequer apresentam-se pessoalmente em sua sala, eles pedem a terceiros que iniciem os trâmites no seu lugar. Isto denotaria – conclui – certa dose de descaso com algo que é de interesse pessoal do demandante, além de impedir que ela, enquanto funcionária responsável pela documentação, possa auferir se o usuário está realmente interessado em levar adiante um processo burocrático que, por ser lento na maioria das vezes, exige atenção e comprometimento sistemático.

Depois de escutá-la, eu disse a Blanca que podia imaginar o quanto era ultrajante para ela ser interpelada como “consumidora de cafezinho”. Desde que a conheci, em 2011, pude observar a intensidade com que se dedica às tarefas do Escritório Binacional. Além disso, ouvi muitos elogios a seu respeito por parte dos meus interlocutores no “mundo do trabalho”, que a definiam como uma pessoa diligente e amável. Não foram poucas as ocasiões em que Blanca pagou do seu próprio bolso os custos de deslocamento em território brasileiro – que não podem ser cobertos com o erário do MIDES – para levar e trazer dos consulados uruguaiois uma série de papéis essenciais à realização dos trâmites de documentação dos estrangeiros. Tenho viva em minha memória as impressões manifestadas por Stella Sánchez quando, em uma entrevista, conversávamos a respeito de Blanca:

---

104 A sequência de procedimentos burocráticos necessários para a expedição do documento nacional uruguaio é descritas na transcrição de meu diário de campo apresentada no capítulo IV.

si [ella] fuera una persona que está en el sistema burocrático de las oficinas uruguayas, se quedaba [sin hacer nada] hasta que llegara la plata y si el trámite no se hace, no se hace. Es lo que sucede normalmente. Lo que pasa es que su formación<sup>105</sup> no le permite hacer eso.

Mas se o estereótipo de funcionário consumidor de cafezinho não descreve nem de longe a postura adotada por Blanca no desempenho de suas funções, o que garante, então, que as impressões que ela própria nutre a respeito dos beneficiários de seus serviços sejam verdadeiras? Se se trata, aqui, de estereótipos, por que o discurso de Blanca estaria imune a eles? De quais premissas parte minha interlocutora para pensar a respeito das pessoas que passam cotidianamente pelo Escritório do MIDES? Quem é o “tu” da frase afixada no armário de Blanca (“tus derechos son nuestro deber”)? Esta foi a tônica das perguntas que lhe fiz em um segundo momento do nosso diálogo.

Minha interlocutora mostrou-se instigada pelas provocações que levantei. Esboçou um sorriso brincalhão no rosto, olhou o teto em atitude pensativa e tratou de encaminhar algumas respostas para minhas indagações. As pessoas que vêm aqui – disse ela – são pessoas em situação de vulnerabilidade e tal situação lhes impede de seguir adiante em seus projetos pessoais, é como se, de alguma maneira, estivessem atadas. O trabalho do MIDES, então, apontaria no sentido de instrumentalizar essas pessoas para que possam ter acesso aos seus direitos como cidadãos. O público preferencial da sua repartição não são os sujeitos considerados em melhor situação financeira, já que estes poderiam encaminhar seus documentos por outros meios, inclusive mais céleres. Portanto, o “tu” do recorte de jornal, o “tu” dos serviços do Escritório Binacional são, essencialmente, os “pobres”. Se é assim – indago –, o serviço do MIDES não estaria, sob determinado aspecto, reiterando os percalços da pobreza na medida em que expõe as pessoas com menos recursos – que paradoxalmente têm mais urgências em documentar-se para acessar melhores empregos – a um itinerário lento de regularização migratória? Neste ponto, Blanca se coloca em desacordo comigo. Para ela, o serviço do Ministério de Desenvolvimento Social na fronteira introduziu na vida dos sujeitos uma possibilidade antes inexistente: documentar-se a baixo custo ou inclusive gratuitamente. No Brasil – ela menciona –, por não existir nenhum serviço semelhante, quando alguém solicita, através do Poder Judiciário, a isenção de taxas burocráticas para acessar documentos

<sup>105</sup> Stella atribuía a formação inicial de Blanca em psicologia suas qualidades humanistas e sua conduta atenciosa com os usuários do Escritório Binacional.

necessários à regularização migratória, acaba condenado a uma longa e infrutífera espera. Eu sugiro, então, que apesar de serem dois processos diferentes, em ambos a pobreza acaba sendo inscrita e reproduzida nos expedientes burocráticos. Novamente entramos em uma divergência que Blanca procura atenuar afirmando que não se trata de disputar sobre qual é o melhor sistema. Da minha parte, retrocedo dizendo que era impossível não reconhecer que o simples fato de o Uruguai disponibilizar um serviço binacional, que oferece informações e auxílio às pessoas residentes dos dois lados da fronteira, já reflete uma notável tentativa de transcender processos de exclusão baseados em critério de nacionalidade.

No último momento da conversa, decidi retomar as reflexões que Blanca fizera ao início, desta vez procurando endereçar inquietudes baseadas nas experiências que eu havia observado junto aos trabalhadores transfronteiriços. Para ponderar o problema levantado por Blanca de que alguns dos interessados no documento uruguaio não se apresentam pessoalmente no Escritório do MIDES, preferindo lançar mão dos favores de outras pessoas – às vezes políticos da localidade, às vezes parentes –, evoquei o caso de Isaías<sup>106</sup>, que tanto minha interlocutora como eu conhecíamos. Argumentei no sentido de evidenciar que as próprias dinâmicas do mercado de trabalho instável na fronteira exigiam uma constante mobilização dos sujeitos em diversas ocupações, o que limitava o tempo disponível para atividades não laborais. Fiz questão de lembrar que no inverno, por exemplo, além de Isaías dedicar-se aos afazeres relacionados com sua pequena plantação de amendoim, também recolhe lenha nos matagais das redondezas para vender às pessoas que queiram utilizá-la em suas lareiras e fogões. Ambas as atividades tomam-lhe boa parte do dia. Situações como esta são compartilhadas, também, por muitos outros trabalhadores da zona, o que explica que nem sempre eles possam estar presentes no Escritório para acompanhar seus trâmites. Quanto às dificuldades que as pessoas teriam em compreender que é necessário ter paciência caso se queira acessar a documentação pelas vias oficiais, minha objeção foi que o tempo da burocracia não é o tempo dos trabalhadores. A “pressa” de quem trabalha está relacionada com a efemeridade das ofertas de emprego formal em um mercado de trabalho pouco dinâmico. Por sua vez, os tempos da burocracia estão associados a outros interesses, como, por exemplo, o de garantir a aplicação racional dos recursos do Estado, efetuar o adequado registro de quem se encontra num território dado e, no caso específico do MIDES, assegurar-se de que só recebam auxílios e abatimentos de custos aqueles que realmente necessitam

---

106 Ver capítulo II, especificamente o subtópico 2.1.2 .

deles, os “pobres”. Trata-se, portanto, de uma articulação entre temporalidades distintas onde a primeira é submetida à segunda, que se apresenta como impostergável, como um tempo único frente ao qual todos os demais tempos são “pressa”.

Blanca ouviu com atenção e depois reparou que, de forma geral, estava de acordo com minhas reflexões. Não deixou, no entanto, de apontar com picardia que, às vezes, eu tinha a tendência de tomar sempre partido pelos “pobres”. O certo é que minha interlocutora tampouco negligencia as pressões materiais que, mais além de qualquer ideal de cidadania, condicionam as urgências dos sujeitos. Sensível a essas realidades, não foram poucas as vezes nas quais Blanca procurou mitigar desvantagens econômicas e agilizar processos burocráticos dando seu próprio dinheiro aos usuários do Escritório Binacional, para que pagassem viagens a instituições públicas em cidades distantes ou arcassem com o valor da tradução de documentos brasileiros para o idioma castelhano. Ironicamente, a mesma categoria – “pobre” – que, nos processos de interpelação realizados pelo Escritório Binacional, oblitera dimensões importantes da realidade contextual dos sujeitos trabalhadores e avaliza ponderações morais sobre sua postura como cidadãos, também dá margem a fluxos de solidariedade em favor dos que utilizam os serviços do MIDES.

Em reiteradas ocasiões Blanca e eu dialogamos sobre as vicissitudes da indocumentação e as limitações dos serviços públicos oferecidos na zona de fronteira. Estas conversas não se circunscreveram apenas ao Escritório Binacional. Blanca foi, também, minha convidada no Grupo de Trabalho “Migraciones en la frontera, prácticas transnacionales y formaciones identitarias”, organizado com a historiadora Ana María Sosa González no marco do Congresso Internacional Sobre Fronteiras e Identidades (Universidade Federal de Pelotas, setembro de 2012). Nessa oportunidade, o foco central das nossas reflexões foi a questão “burocracia”. Avaliando as dificuldades e dessintonias que caracterizavam o dia a dia do seu trabalho junto às populações fronteiriças, a apresentação elaborada por Blanca colocou ênfase na passividade de alguns sujeitos que recorriam ao Escritório. Neste contexto ela retomou a ideia de que certas pessoas teriam a tendência de esperar que o Estado se encarregue de todos os seus problemas, abstendo-se de participar ativamente na realização dos expedientes institucionais. Para exemplificar essas posturas, minha interlocutora retomou a situação do “cafezinho” e a interpretou como reflexo de um modelo de cidadania no qual os sujeitos imaginam que o Estado não lhes diz respeito e, por isso mesmo, acabam desconhecendo as intrincadas interdependências organizacionais que contribuem tanto para a

morosidade dos trâmites administrativos quanto para a redução da margem de ação dos próprios funcionários públicos encarregados de operacionalizá-los. Blanca concluiu que esse modelo não participativo de cidadania encontra suas origens na lógica autoritária das ditaduras militares e também guarda relações com o pensamento neoliberal de tempos mais recentes, cuja função teria sido reduzir o papel do Estado e afastá-lo da vida das pessoas. Na fronteira, ambos fatores se veriam potencializados por um clientelismo difuso que sustenta o domínio político das elites agrárias.

Depois de ouvir Blanca, minha proposta foi que invertêssemos o problema apresentado e nos perguntássemos se, na realidade, não são as instituições estatais que têm dificuldade em responder às características da vida das pessoas, obliterando determinações e constrangimentos muito efetivos que perpassam seu cotidiano. Neste sentido, também caberia indagar se os problemas que os usuários pretendem resolver através do escritório Binacional são problemas *deles* ou percalços produzidos pela forma como o Estado visualiza suas relações com os cidadãos, os não-cidadãos e suas respectivas práticas de deslocamento e residência. Em seguida, sugeri que, se os meus comentários eram pertinentes, então existe uma descontinuidade autêntica entre as experiências e os pontos de vistas dos burocratas e dos não-burocratas. Minha interlocutora concordou que o Estado, tal como hoje o conhecemos, permanece insensível a determinados dramas e estilos de vida, mas manifestou seu desconforto com o fato de que eu a tivesse colocado “no lugar do burocrata”. Este diálogo foi retomado algumas semanas mais tarde, por e-mail, quando Blanca leu o primeiro esboço do presente capítulo e discorreu sobre as insuficiências da categoria analítica “burocrata”:

En relación a mi "desconforto" por estar en el lugar de burócrata, me hace pensar, dentro del referencial del Análisis de Discurso, que yo estaría dentro de la Formación Discursiva de la burocracia, pero en un lugar de tirantez<sup>107</sup>. No sería por un lado un buen sujeto, dado que critico la estructura en la que estoy, pero cuando hago tanto esfuerzo por cumplir con mi parte en la tramitación de documentación estoy muy bien "assujeitada", la prueba está en que mis jerarquías en Montevideo están satisfechas con mi gestión.

Pero al mismo tiempo, cuando leía tu trabajo pensé que falta una teoría alternativa, ¿no estaremos ultrapasados citando Marx y los autores que lo citan? Parece, y lo digo desde mi lugar que es pura praxis; ¿no habrá la academia

---

107 *Tirantez* é um vocábulo que denota tensão, iminência da ruptura.

quedado comprimida en la camisa de fuerza de viejas teorías? Fue lo que reflexioné, igual no me hagas caso.

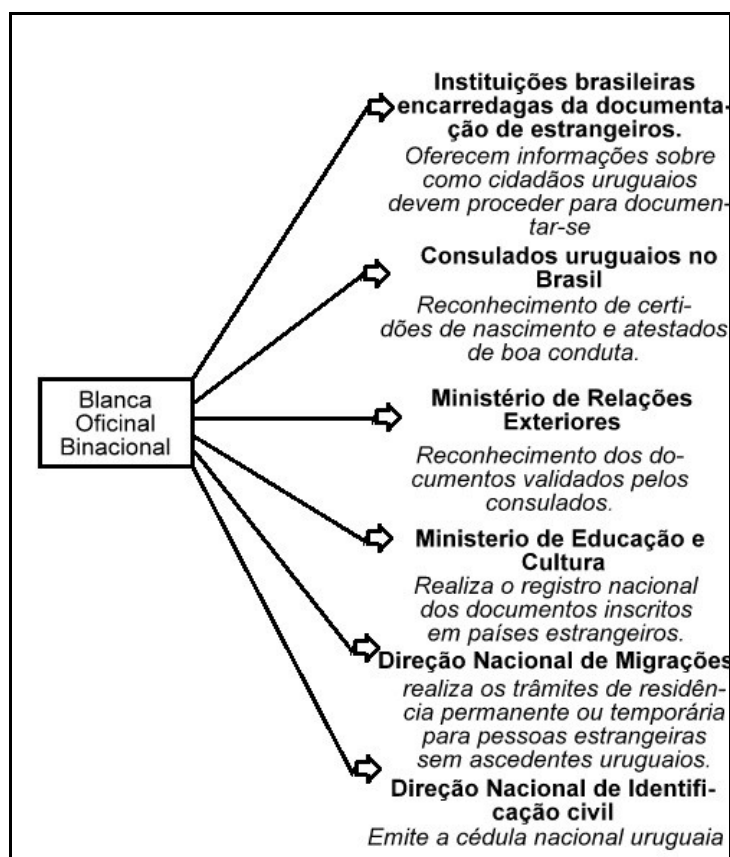
En un momento tú hablas de las singularidades, creo que yo y muchos de mis colegas del MIDES somos personas que tenemos como vocación acompañar a quien más lo necesita, en una actitud de no aceptar las desigualdades en las que vivimos, deseando que todos tengan las mismas oportunidades. Y en ese sueño o utopía es que seguimos trabajando.

A resposta de Blanca é um convite para pensar as ambiguidades, tensões e dilemas que condicionam as práticas dos sujeitos que trabalham para as instituições do Estado. Minha interlocutora goza de plenas condições para criticar a lógica institucional, mas, ao mesmo tempo, suas obrigações legais para com essa lógica e sua imersão cotidiana nos circuitos de funcionamento institucional (ver gráfico abaixo) a fazem ingressar, inexoravelmente, num ciclo de reprodução da aparelhagem estatal. Reparemos que se o processo de documentação dos estrangeiros ou de extensão da cidadania uruguaia àqueles que legalmente podem recebê-la vem beneficiando um número razoável de pessoas isso se dá, em boa medida, porque funcionários públicos como Blanca *creem* que os Escritórios Binacionais precisam funcionar e, motivados por tal convicção, ingerem diretamente sobre os expedientes administrativos com recursos próprios e a partir das suas específicas noções sobre o que significa a igualdade e o merecimento. Agindo desta maneira, minha interlocutora amplia o potencial democrático e inclusivo da política pública que está encarregada de implementar mas, nem por isso, consegue romper totalmente com o que ela mesma define como formação discursiva da burocracia. Por um lado, ao residir na fronteira e trabalhar diretamente com os usuários do MIDES, Blanca pode identificar discrepâncias entre as exigências supostas pelos trâmites de documentação e a capacidade real das pessoas de responderem à elas. Por outro lado, este reconhecimento das demandas dos usuários e a intervenção ativa no sentido de levá-las a bom termo – *apesar* dos percalços burocráticos – às vezes é substituída por exigências de proatividade e participação, arraigadas num ideal de cidadania que pode chegar a suspender a indagação sobre a operatória local das subordinações de classe.

Na interação cotidiana com os usuários do MIDES, na confrontação entre os protocolos oficiais e as realidades concretas e mesmo no debate com o etnógrafo, minha interlocutora vai construindo anteparos para imaginar as múltiplas determinações do contexto

onde atua; contudo, na medida em que também identifica no Estado um espaço legítimo para desenvolver sua “vocação de acompanhar quem mais necessita”, é inevitável que deva pautar-se, tanto quanto possível, por certas figuras administrativas, a saber: “a pessoa em situação de vulnerabilidade”, “o cidadão” e “o pobre”. Esta parece ser uma tensão característica da posicionalidade de Blanca no contexto fronteiriço; uma tensão que minha interlocutora expressa constantemente e se faz dramaticamente nítida quando ela própria aventa a hipótese de que a não aceitação das “desigualdades nas quais vivemos” e o desejo de enfrentá-las a partir de determinada instituição pública possa investir, vez que outra, ares de sonho ou utopia.

### Tramas de Blanca



Blanca e suas tramas institucionais: apresento, aqui, o conjunto de órgãos públicos com os quais Blanca se relaciona para poder documentar quem recorre ao Escritório Binacional do MIDES.



### 5.3 Fernando: uma aduana em “Macondo”

Fernando nasceu em 1962. É pai de quatro filhos, o maior com pouco mais de vinte anos de idade. Ingressou no Ministério do Interior em 1994 e logo em seguida passou a integrar a Dirección Nacional de Migración, setor da polícia uruguaia encarregado do controle de aduanas. No ano 2000, terminou o curso do Instituto de Profesores de Artigas na especialidade filosofia e a partir de então vem exercendo, de forma paralela, o trabalho policial e a docência em escolas públicas. A lei uruguaia permite que dois empregos públicos sejam conjugados se estiverem incluídos na lei de acumulação de funções. Como os trabalhos de docente e de policial investem ingressos considerados deficitários, podem complementar-se mutuamente. Travei conhecimento com este interlocutor graças a Blanca, que certa vez comentou-me que eu iria gostar de conhecê-lo e ouvir suas reflexões sobre o trabalho na aduana e a vida na fronteira.

Fernando é originário da localidade de Fraile Muerto (situada a 40 quilômetros de Melo) e aos catorze anos foi morar em Rio Branco com o pai. Não muito tempo depois de estabelecer-se em Rio Branco, ainda adolescente, Fernando viajou a Buenos Aires para passar algum tempo com o tio, capataz de uma transportadora de madeira onde ele também começou a trabalhar. Despendia as horas livres e os dias de folga conhecendo os pontos turísticos mais emblemáticos da capital argentina e frequentando a Biblioteca Nacional. Fernando relembra que quando queria visitar algum lugar histórico, primeiro procurava referenciar-se no acervo da Biblioteca e depois se lançava às ruas da metrópole até encontrá-lo. Ficou especialmente fascinado pelo Luna Park, uma das mais célebres casas de espetáculos argentinas. Os registros desses percursos urbanos eram anotados em uma pequena caderneta que ele preserva até hoje. Depois de conhecer Buenos Aires, Fernando decidiu percorrer outros países sul-americanos: viajava por períodos curtos, que variavam de seis meses a um ano, sempre exercendo empregos informais.

Segundo ele, seus itinerários de juventude estavam motivados pelo desejo de conhecer a diversidade das culturas e “ampliar el campo de aprendizaje, no quedar solo con la visión regionalista y localista de lo que son las cosas y lo que es la vida”. Aos vinte e sete anos de idade, meu interlocutor conheceu, em Rio Branco, aquela que viria a ser sua esposa. Se o início do namoro significou uma interrupção das viagens, o nascimento do primeiro filho

suspendeu-as definitivamente. Era preciso começar a trabalhar: foi empregado rural em empreendimentos agrícolas e pecuários no Departamento de Cerro Largo e exerceu a atividade do contrabando. Não foi por vocação que, mais tarde, ele tornou-se policial. Sua entrada no serviço público respondeu, segundo comenta, à busca por um emprego mais estável que garantisse o sustento da família.

Em um dia gelado do inverno de 2012 encontrei-o para conversar na sede do serviço de migrações em Aceguá. O fato de estarmos a sós na repartição permitiu que desenvolvêssemos uma troca de ideias longa e fluída que se interrompia, vez que outra, pela entrada de uns poucos turistas em busca de vistos para ingressar ao Uruguai ou deixá-lo. Em nosso diálogo, Fernando expressou singulares avaliações a respeito do funcionamento das instituições públicas fronteiriças e do perfil das pessoas que à elas recorrem. Seu discurso transparecia um profundo desejo de transformação social – debitado da identificação com o Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros – que, às vezes, terminava esmorecendo em meio a melancólicas constatações do tipo: “los pobres piensan con cabeza de rico”. Se, em alguns momentos, ele argumentava sobre a insensibilidade das instituições frente às exigências e expectativas dos setores populares, em outros eram estes setores que desconheciam o funcionamento das instituições e não sabiam usá-las a seu favor. Se, por vezes, a insatisfação e a frustração dos sujeitos frente aos órgãos públicos eram explicadas pelo fato de que o Estado impõe entraves para quem não pode pagar pelos trâmites, outras vezes era a condição de trabalhador rural que imprimiria aos indivíduos “un modo muy peculiar de ser”.

Desconfortável com a constatação de uma extrema dependência dos trabalhadores fronteiriços frente aos seus patrões e às elites políticas locais, meu interlocutor aprestava-se a imaginar alternativas sociais possíveis. Para fazê-lo, valia-se da operação habermasiana de opor à *situación real* – ou seja: as pessoas recorrem à boa vontade dos poderosos para resolver trâmites institucionais que apenas muito dificilmente poderiam realizar sozinhas – uma *situación ideal*: é preciso que as necessidades sejam autogeridas mediante a realização dos trâmites convencionais. E para alcançar a situação identificada como *ideal*, Fernando sugeria a pertinência de apostar na força das leis. Em sua opinião, ao legislar em favor do Estado socialista, estaríamos em condições de romper com o caudilhismo e eliminar as mediações clientelísticas que se impõem entre os indivíduos e seus direitos. Mas, ao mesmo tempo, tal solução tampouco parecia-lhe suficiente, afinal “no puede el pobre acceder a determinadas

cosas porque la estructura del Estado no se lo permite”. Estas idas e vindas, estas ponderações e revisões do argumento, refletiam a enorme disposição do meu interlocutor em acompanhar o movimento da práxis, em reagir solícita e atentamente às interpelações que eu lhe fazia com base nas minhas próprias vivências junto aos “outros” do serviço público fronteiriço. Os longos excertos de entrevista apresentados na continuação estão organizados por tópicos temáticos, cada um deles antecedidos por uma síntese dos assuntos abordados, cuja finalidade é guiar e facilitar o curso da leitura.

### Que usuários, qual burocracia?

Dou início ao nosso diálogo convidando meu interlocutor a refletir sobre quem são as pessoas que recorrem aos serviços do Estado uruguaio na fronteira de Aceguá. Fernando atem-se, especificamente, àqueles sujeitos que procuram o Escritório do MIDES, vizinho da Aduana. Suas considerações, em boa medida construídas através de diálogos mantidos com Blanca Morales, nos falam de homens e mulheres vinculados ao trabalho rural, imbuídos de um “modo muito peculiar de ser” e expostos a constantes privações econômicas. Ao mesmo tempo em que se esforça por descrever os moradores da fronteira, suas respectivas demandas e condutas, Fernando também vai esboçando impressões pessoais sobre o funcionamento da burocracia estatal, “projetada para uma sociedade capitalista”.

Os desencontros e frustrações produzidos na interação entre burocratas e não-burocratas são ora atribuídos ao caráter de classe do Estado e ora relacionados com a falta de proatividade dos próprios usuários, demasiado afeitos ao paternalismo e ao clientelismo político. Para matizar a polarização entre Estado capitalista e trabalhadores clientelistas, eu me reporto à experiência de observação direta no Escritório do MIDES. Minha sugestão é que os partidos políticos se incorporam ao processo de documentação porque os investimentos de tempo e dinheiro supostos pelos trâmites são incompatíveis com a realidade laboral e financeira dos trabalhadores fronteiriços<sup>108</sup>. Depois de avaliar minhas ponderações e assimilar algumas delas, Fernando “reapresenta” os usuários do serviço público: agora eles passam a ser vistos como sujeitos reflexivos, capazes de encontrar soluções pertinentes para suas necessidades a partir de um exame das possibilidades disponíveis. Para meu interlocutor, a ruptura com o sistema de favores dependeria, neste caso, de uma solução legal dirigida à

---

<sup>108</sup> Estas situações, por sua vez, acabam atualizando um sistema hierarquizado de interdependências que foi evocado no capítulo IV.

“estrutura do Estado” que, por sua vez, é descrita como algo monolítico e aparentemente alheio à iniciativa individual. Passemos à entrevista.

**Alex** – ¿Qué te parece si empezamos hablando sobre cuál es tu percepción respecto de la forma cómo se da, en esta frontera, la relación entre la gente y las instituciones del Estado uruguayo? ¿Quiénes son los que buscan los servicios públicos de frontera, qué es lo que vienen a buscar y qué es lo que caracteriza ese contacto con los espacios institucionales?

**Fernando** – Bueno, el tema relacionado con la gente que procura el servicio del Estado, hoy en día eso tiene mucho que ver con la documentación. Es por lo general gente que se desempeña en el medio rural, trabajadores del campo, arroceras, bueno, todo lo que está relacionado con el trabajo en el agro. Eso hace que las personas tengan un modo muy peculiar de ser. Por lo general, vienen a buscar el servicio del Estado esperando que el Estado les solucione todo, es decir, no están muy familiarizados con el trámite, no conocen las particularidades burocráticas y por lo general los que concurren acá a las oficinas como la del MIDES son personas que no tienen muchos recursos económicos y también concurren los que pueden pagar el trámite. Por lo tanto, los que pueden pagar el trámite, es mucho más rápido, tienen la documentación en tres meses. Y los que no tienen, evidentemente que la burocracia les pone más trabas. Eso te da la pauta de que tenemos una burocracia que está diseñada exclusivamente para el que paga, olvidándose y marginando a las personas que no tienen acceso a determinados ingresos, ¿está? Por lo tanto, en lo que a mí refiere, la opinión que yo tengo es que toda la burocracia estatal está diseñada para una sociedad capitalista, es decir, todo el aparato estatal responde exclusivamente a una sociedad neoliberal, por lo tanto, un amplio sector de la población, el que menos ingresos percibe, queda marginado de toda posibilidad, es decir, tiene trabas burocráticas que le impiden el desarrollo personal y el desarrollo laboral. El Estado en este momento actúa en favor de la clase pudiente. Es decir, si bien tenemos regímenes progresistas – y creo que tanto en Argentina, Brasil y Uruguay los gobiernos que se dicen progresistas han decretado medidas que han favorecido un poco a los de abajo – falta mucho todavía. Pero, aparte de esa cuestión burocrática, creo que las personas de menores ingresos, los pobres, no tienen un nivel de conciencia adecuado que les permita proyectarse de otra manera, es decir, el pobre piensa con cabeza de rico, ¿te das cuenta? Y también en la mayoría de los casos piensa que el Estado benefactor, o el Estado padre, tiene

que solucionarle todas las cosas sin la menor demora y sin la menor gestión de parte de ellos, es decir, no saben autogestionarse. Entonces, ante la demora en la obtención de un documento, recurren al partido político, al caudillo, a aquel que mediante maniobras políticas le pueda agilizar el trámite. Entonces, aparte de que el Estado debería legislar más a favor de los pobres, el pobre también debería tener un estado de conciencia que le permitiera, ante la diversidad de problemas laborales, autogestionarse.

**Alex** – Pero pasa muchas veces, por lo que he visto a lo largo de la observación acá en la frontera, que los mismos partidos políticos aprovechan ciertos servicios ofrecidos por el Estado para promocionar sus pautas, para actualizar su poder político. Muchas veces en la Oficina del MIDES el que trae a la gente para documentarse es el edil<sup>109</sup> o es el funcionario de la intendencia. O sea, de hecho tenés razón cuando decís que la gente... como pasó en Rio Branco ¿no?: estaba tardando mucho el trámite en la oficina del MIDES allá y la señora salió a la radio para decir que un diputado le había agilizado el trámite<sup>110</sup>... sin embargo, algunas situaciones que observé me llevan a suponer que los políticos también tratan de apropiarse de ese espacio, se apresuran para convertirse en el puente legítimo entre un ciudadano y un servicio del Estado. En algunos casos esta relación resulta favorecida por la misma rutina de trabajo de la gente, que le impide concurrir personalmente a las oficinas y seguir sus trámites de forma sistemática.

**Fernando** – Es decir, el funcionario recepciona el trámite, pero a partir de la recepción del trámite hay todo un proceso burocrático que frena el acceso a ese servicio. Entonces ahí vienen los que se aprovechan de que el servicio no funciona correctamente, porque está paralizado por una burocracia. Entonces ahí aparezco yo mediante una llamada telefónica o me apersono como el edil fulano de tal, como el diputado fulano de tal, para que en el menor tiempo posible se le solucione a aquella persona, que aparte me va a agradecer por el favor. Ese agradecimiento está relacionado con un futuro electoral que se aproxima, donde voy a cobrar el favor. Entonces ¿cuál es el tema? Si la persona no ignora sus derechos y si la

109Edil é o cargo político uruguaio que corresponderia ao de vereador no Brasil

110Estou fazendo referência ao caso de uma usuária do serviço de documentação do MIDES em Rio Branco – também sob responsabilidade de Blanca – que, diante da demora em obter sua carteira de identidade, telefonou para a rádio local e denunciou que o serviço de documentação dirigido à população fronteiriça não estava dando nenhum resultado e que os trâmites só se agilizavam quando contatos políticos eram acionados. Esta situação, que produziu enorme desgosto em Blanca, foi relatada a outros funcionários públicos conhecidos seus – inclusive Fernando – para argumentar sobre os efeitos negativos da prática clientelística no contexto de uma política pública que visa fomentar a prática dos direitos cidadãos.

persona sabe autogestionarse, no tiene por qué agradecer por un trámite que es el Estado el que debe hacer. Entonces las personas deberían exigir que mediante decretos de ley o mediante decisiones del legislativo, se vayan eliminando todas las trabas burocráticas que existan para no ser dependientes. Porque si una oficina del estado funciona pago por los contribuyentes, yo no tengo por qué ir a otro lugar.

**Alex** – Vos decías que la burocracia está diseñada para atender a la gente que tiene más plata, a la clase dirigente y a la gente que está ubicada de forma privilegiada respecto de los recursos económicos disponibles socialmente. Pero ¿no te parece, por ejemplo, que una persona más pobre, un trabajador rural o lo que sea, que busca la ayuda de un político no está tratando de contrarrestar esa desventaja inicial que presenta la burocracia una vez que está diseñada para atender a las clases dominantes?

**Fernando** – Sí, evidentemente que sí. Porque la persona hace un examen de sus posibilidades. Entonces si va a determinada oficina pública y no puede tener lo que desea, evidentemente que busca por otros medios compensar lo que esta oficina no le da. Pero estamos lejos de que esto funcione bien. A la situación real podemos plantearle una situación ideal. La situación ideal sería que la persona obtuviera lo que desea mediante el trámite convencional, y no tuviera que recurrir al favor político. Pero, evidentemente, la persona busca esa compensación porque en realidad eso no existe. No puede el pobre acceder a determinadas cosas porque la estructura del estado no se lo permite. Y sigue la reminiscencia de los viejos regímenes. Todavía no se ha quebrado con el favor político, con el caudillismo, porque falta mucha legislación. Hay que legislar en favor de un Estado socialista, que es lo que está faltando.

#### O sujeito, a instituição, o desejo de revolta

Para ampliar a reflexão sobre Estado mais além de apresentações monolíticas, procuro convidar Fernando, neste segundo momento de nosso diálogo, a comentar sobre sua atuação profissional cotidiana, sugerindo que a realidade dos serviços públicos assenta, pelo menos em alguma medida, nas percepções e práticas desenvolvidas *pelos* funcionários públicos. Em resposta às minhas instigações, Fernando argumenta que sua capacidade de ação, seu trabalho “contra a burocracia”, depende de uma transformação social mais ampla, arraigada na

mudança das consciências individuais. Depois de escutá-lo, indago, novamente, sobre se visualiza espaços e situações concretas nas quais consiga fazer valer seu ponto de vista e sua intencionalidade, uma vez que ele mesmo reconhecera estar em condições de “gerar consciência” e “apresentar aquelas alternativas que possam ir mudando paulatinamente o sistema”. Meu interlocutor prossegue laconicamente: evoca constrangimentos normativos e alerta sobre uma espécie de regulação intra-institucional, respaldada por funcionários coniventes com um regime de “domesticação” que gera “um estado de consciência nulo” e permite ao indivíduo “funciona[r] de forma unilateral”.

**Alex** – ¿Cómo vos pensás sobre vos mismo en el contexto de que, bueno... sos un burócrata en realidad, no? Formás parte de la burocracia del Estado y sos funcionario de un sector emblemático de la burocracia como lo es la aduana, que es donde uno está controlando la entrada y la salida de personas del país, está tratando de actualizar esos trámites que forman parte de la misma *performance* del Estado, la puesta en escena del Estado-nación, que tiene sus fronteras, que controla el que entra y el que sale. Al mismo tiempo, vos expresás una identificación con la izquierda, con el socialismo y de hecho con la construcción de la justicia social. Tu planteo es que la institucionalidad pública no refleje los intereses de las clases dirigentes. ¿Cómo vos administrás esa doble condición de ser el representante de un Estado que, como vos decís, está al servicio de un poder de clase y al mismo tiempo identificarte con la justicia social y el socialismo?

**Fernando** – Entonces, yo formo parte de la burocracia y me desempeño como burócrata, pero no puedo, de un día para el otro, querer que todo esto se transforme. Primero la gente tiene que aceptar, tanto los de arriba como los de abajo, qué es la transformación de una sociedad en otra. Entonces todos los días trabajo con la burocracia y en contra de la burocracia. En la medida de lo que puedo trato de generar conciencia, en la medida de lo que puedo trato, a través del sindicato, de influir y presentar aquellas alternativas que puedan ir cambiando paulatinamente este sistema.

**Alex** – Si los burócratas, la gente que trabaja en el Estado podría llegar, como decís vos, a optar por actuar en el sentido de transformar el sistema, eso significa que esa gente sí tiene en sus manos algunos elementos que les posibilitan injerir en las tareas del Estado. Entonces el

sistema no es algo que está ajeno al burócrata, de hecho el funcionario del Estado está inserto en el sistema y de alguna manera puede establecer una injerencia, aunque sea parcial, microfísica, digamos, sobre ese sistema. Vos, trabajando en la aduana, ¿cómo visualizás eso que sería el sistema? Si lo podés modificar es porque no está ajeno a vos, sino que te abarca de alguna manera, ¿no?

**Fernando** – Claro... te voy a decir una cosa, si vos sos parte del sistema, sos parte de la normativa y vos tenés que plegarte a esa normativa. En el momento en que vos te plegás a esa normativa, te sentís como parte del sistema porque sentirse afuera del sistema implica un montón de riesgos. Es como estar a la intemperie es como... funcionar fuera del sistema trae esos riesgos. Es como una oveja negra que no pertenece al rebaño. Entonces, evidentemente que en tu carrera funcional, en el caso de que quieras ir obteniendo dentro del sistema determinados privilegios, te van a perjudicar. Es decir, el estar en contra del sistema significa ponerle trabas a tu carrera como funcionario. Entonces luchar contra el sistema implica tener como enemigos a aquellos que forman parte del sistema. Aquellos que vos intentás liberarlos son tus propios enemigos. No es fácil conseguir aliados contra el sistema. Más bien conseguís enemigos a la interna. El sistema, ¿qué es lo que él no genera? Conciencia crítica. El sistema domestica y genera un estado de conciencia nulo donde el individuo funciona de forma unilateral.

### Aceguá/Macondo

Nesta que me parece uma das partes mais interessantes do diálogo, Fernando discorre a respeito da correlação identificada por ele entre Aceguá e o mítico povoado de Macondo, narrado por Gabriel García Márquez em Cem Anos de Solidão. Para meu interlocutor, a existência das pequenas vilas e cidades fronteiriças deve-se mais “a uma consciência mística que a razões de fato”. Nas origens de Aceguá e Noblía, argumenta, encontramos determinadas figuras que são, em geral, latifundiários ou representantes do regime estabelecido. Minha sugestão, por outro lado, é pensar a implantação desses povoados como reflexo de um desejo de Estado, ou, se preferirmos, de uma mística da estatalidade, sempre propensa a respaldar a territorialização do poder através da demarcação de fronteira e limites. Finalizo esta observação propondo que a singularidade da mística do Estado talvez resida no fato de ela



emergir ou ser enunciada a partir de um lugar onde, supostamente, “só havia racionalidade”; um lugar que costuma ser apresentando como se estivesse em descontinuidade com o universo “encantado” e “folclórico” das populações locais<sup>111</sup>. Fernando acompanha essas ponderações e passa a atribuir a especificidade dos modos de vida da fronteira, não mais à um misticismo intrínseco, mas sim aos efeitos do isolamento prolongado e do descaso das metrópoles. Tal contexto é exemplificado através da atividade do contrabando: “(...) como não há outro meio de vida (...), não existe uma empresa pesada pujante que albergue toda a mão de obra, o que eles vão fazer? Recorrer ao ilícito como meio de vida. O contrabando”. O “ilícito” se afigura, para Fernando, com um tipo de atividade “totalmente alhei[a] ao que o Estado preconiza”, como uma exterioridade absoluta que “não segue as mesmas regras de um Estado nação burocrático”. No último momento do diálogo eu reconheço a especificidade de certas alternativas laborais vigentes na fronteira, mas sugiro pensá-las em correlação com a presença das instituições estatais. Para fazê-lo, retomo minha experiência de diálogo com os quileiros<sup>112</sup>, sublinhando que o contrabando não parece ser fruto da ausência total de meios de vida e sim uma alternativa possível à desvalorização do trabalho braçal em outros setores da economia local. Além disso, proponho que o funcionamento dos circuitos do pequeno contrabando, seu *modus operandi* – viagens noturnas, uso de caminhos vicinais, etc. – é o resultado de uma experiência de negociação entre os quileiros e o regime de fiscalização promovido pelo Estado uruguaio nas zonas limítrofes e concludo conjecturando que “a experiência do quileiro seria totalmente distinta se o controle do Estado se desse de outra maneira”. Sensível ao meu relato, Fernando reorganiza suas impressões à respeito da vida local e oferece um complemento perspicaz às considerações tecidas por mim anteriormente: o contrabando e outras formas de atividade humana observadas na fronteira uruguaio-brasileira já não podem ser descritas como alheias ao Estado posto que este “criou figuras administrativas mas, por sua vez, [também] criou modos e tipos de vida às margens do Estado”.

**Alex** – Blanca me contaba que vos hacés una analogía muy interesante entre Aceguá y Macondo...

**Fernando** – Yo pienso lo siguiente... García Márquez está dentro de una corriente literaria

---

111 Ver o debate sobre consolidação dos limites nacionais nos tópicos 2.1 e 2.3 do segundo capítulo.

112 Ver capítulo II.

que se llama realismo mágico. El pueblo de Macondo, si tú lo mirás en sentido directo, no existe, pero lo que se narra allí, los personajes que habitan Macondo son personajes que pertenecen a la sociedad latinoamericana. Entre la ficción que aparece en Macondo y la realidad hay muy poca diferencia. Los personajes, las características individuales, las personas guardan mucha relación con lo que sucede acá en la frontera, es decir, la gente de la frontera es más mística que racional, es decir, el folclore de la frontera se ve reflejado en el trato cotidiano. Hay una lógica que no está escrita pero que es tan real o más real que la lógica que está escrita. Tu ves por ejemplo en Aureliano Buendía la encarnación del caudillo. ¿Cómo se fundó Macondo? Se fundó a través de un determinado propósito, obedeciendo más a una conciencia mística que a razones de hecho. Entonces en torno a Aureliano Buendía se formó una familia, se formó un pueblo. Y si tú recorres por ejemplo cual ha sido el origen de la Villa de Aceguá, cual ha sido el origen de la Villa de Noblía, gira en torno a determinadas figuras que por lo general eran latifundistas o representantes del régimen.

**Alex** – Pero... perdoná que te interrumpa... pero paradójicamente la fundación de Aceguá también responde a una mística del Estado, porque en el seno de la acción del Estado se entremezcla lo racional y lo místico. Eso queda claro cuando se funda un pueblo que debe representar y guardar el límite del mismo Estado, que es un espacio que sólo puede ser concebido a través de mucha abstracción. Es necesario abstraer mucho para llegar a la conclusión de que el Estado existe tal cual se representa a si mismo en sus rituales oficiales. Entonces, si bien hay una mística arraigada en lo local que atraviesa las prácticas y la discursividad de la gente de la frontera, una mística que está asociada a lo rural y a la sensación de aislamiento en alguna medida, también hay otra mística que es la mística oficial y la dos producen realidades verdaderas. Pero lo interesante quizás sea observar que la mística del Estado emana de donde supuestamente solo había racionalidad. Aceguá, por lo tanto, podría ser pensada como el fruto de un deseo de Estado, un deseo de producción de Estado y materialización de ciertos límites.

**Fernando** – Es lo que sucede en Macondo. El libro se llama Cien Años de Soledad, la población de Macondo vive aislada. Es ese proceso de estar solo y marginado y producir su propia lógica. Es decir, hay un Estado abstracto, imaginario, que es el de la gran metrópolis, pero como no te llegan los beneficios de ese Estado te ves obligado a crear tus propias reglas.

Como región y como pueblo aislado tengo que inventar mi propio Estado, que no es paralelo al Estado-nación y no sigue las mismas reglas de un Estado burocrático diseñado para que se cumplan determinadas normas en función de tal o cual objetivo. Entonces, por ejemplo, en estos pueblos fronterizos, como no hay otro medio de vida, no hay una industria pesada, no existen oficinas, no existe una empresa pesada pujante que albergue toda la mano de obra, ¿qué es lo que van a hacer? Recurrir al ilícito como medio de vida. El contrabando. Entonces el contrabando genera una cultura contraria a la que promueve el estado ideal. Entonces los medios de vida que yo voy a practicar son totalmente ajenos a lo que el Estado preconiza.

**Alex** – Pero al mismo tiempo, los aspectos más generales de esos modos de vida están determinados por la presencia del Estado. Para darte un ejemplo, está el caso de los quileros que yo entrevistaba el año pasado. Yo les preguntaba por qué se dedicaban a un trabajo tan riesgoso, si era porque no había otras oportunidades de trabajo acá. Ellos me contestaban que el hecho es que no se valora el trabajo en esta región de la frontera, que si trabajaban en la construcción les pagaban muy poco y que podrían ganar más haciendo un viaje entre Melo y Aceguá, o sea que valía la pena correr el riesgo. Los quileros también me explicaron que viajaban de noche para evitar el control de aduana, que muchas veces utilizaban caminos peligrosos porque no podían pasar por la ruta principal. Entonces yo llegué a la conclusión de que las características de ese modo de vida asociado con el contrabando emergen de los cauces impuestos por la actuación del Estado en la región y no como una exterioridad absoluta al Estado. Conjeturo que la experiencia del quintero sería totalmente distinta si el control del Estado se diera de otra manera. Entonces las características de esa actividad laboral están determinadas, como en el negativo fotográfico, por la normativa estatal.

**Fernando** – El Estado ha creado figuras administrativas pero a su vez ha creado modos y tipos de vida al margen del Estado. Si viviéramos en una América sin fronteras, donde no existieran determinados controles, donde el comercio fuera libre, por ejemplo, ahí estaríamos generando otro tipo de actividad humana, quizás muy diferente a la que existe ahora. Si hiciéramos como John Lennon, si quemáramos el pasaporte y nos declaráramos ciudadanos del mundo, evidentemente que la gente crearía otros sistemas de vida.

\* \* \*

Diferentemente das conversas que mantive com Blanca, muito mais “incidentais” e cotidianas, o espaço de interlocução que construí com Fernando, por ter sido previamente planejado, prestou-se ao registro intensivo com gravador. A apresentação literal das nossas falas em longas citações foi valiosa porque evidenciou a aplicação do movimento da práxis ao mesmo tempo em que captou o fluxo recíproco de ideias e sua incidência na atualização/transformação/reformulação das matrizes interpretativas operadas por ambos. De fato, ter conhecido Fernando desestabilizou uma série de pré-noções estáticas que eu nutria a respeito da “lógica institucional” em geral e da racionalidade policial em particular. Sem ignorar o tremendo “poder de captura” que as instituições estatais têm sobre as percepções de quem as integra, escutá-lo me fez ver que o agenciamento concreto das práticas e dos discursos institucionais só se torna compreensível quando analisado na confluência de processos de subjetivação dissímiles, às vezes sucessivos, às vezes concomitantes, que arraigam na trajetória de vida dos próprios sujeitos, em suas experiências geracionais, de classe e familiares. Nos últimos parágrafos desta dissertação, me proponho aprofundar a contextualização dos pontos de vista operados pelos funcionários do Estado, sinalizando suas implicações e limites e situando, em fim, sua possibilidade de emergência num contexto social povoado por outras tantas regras, expectativas e necessidades.

#### **5.4 Mais além do simbólico: possibilidade de emergência do ponto de vista burocrático**

Os diálogos apresentados nos dois tópicos anteriores oferecem elementos para que reconheçamos, por um lado, a singularidade da razão e das práticas institucionais em zona de fronteira e, por outro lado, sua coextensão com as premissas mais gerais encontradas nos regimes discursivos presentes em todas as manifestações modernas do Estado, tais como: 1) constantes chamados à aceitação de um ideal de cidadania – mesmo que isso implique submeter a “pressa” aos imperativos do “tempo”; 2) utilização de categorias legalmente codificadas – “pessoa em situação de vulnerabilidade”, “cidadão” – na produção das interpelações burocráticas; 3) uma ideia difusa de que os expedientes burocráticos têm lógica própria e funcionam descolados da tradição e do mercado, corrigindo as distorções irracionais da primeira e mitigando as perversidades do segundo; 4) uma aderência mais ou menos estável à retórica prescritiva – o dever ser, a “situação ideal” – que emana das legislações.

A interpelação destas lógicas organizacionais através do movimento da práxis contribuiu para que as “conversas burocráticas” estabelecidas com Blanca e Fernando se desdobrassem em um terreno dinamizado por deslocamentos de sentido. Entre sucessivos encontros e desencontros, pelo menos uma coisa ficou evidente para eles e para mim: a ação estratégica do Estado se dá em meio a conjunturas que abarcam uma variedade de outros interesses e necessidades, os quais podem tensionar e até mesmo frustrar as pretensões do fazer institucional. Mas como é possível que a perspectiva burocrática emergja e se atualize como matriz de leitura relativamente autônoma e potente no elemento de realidades que, dado seu caráter contraditório, conflitivo e heterogêneo, a confrontam de forma permanente?

No célebre estudo intitulado *The social production of indifference*, Michael Herzfeld (1993) apresenta algumas reflexões que pretendem dar conta desse tipo de questionamento. Ali, o autor analisa o funcionamento das burocracias ocidentais diretamente inspirado pelas sugestões de Mary Douglas (2004) em *Como Pensam as Instituições*. Sua tese geral é que as sociedades ocidentais não são nem mais nem menos simbólicas que as tradicionais. Ele sugere que devemos compreender as operações intelectuais que regem o funcionamento das burocracias – garantindo-lhes legitimidade social e permanência no tempo – em termos de lógicas classificatórias análogas aos sistemas religiosos. As burocracias nacionais, argumenta Herzfeld, procuram constantemente reafirmar a ideia de que existe uma comunidade de escolhidos (os cidadãos de um Estado) na qual os pecados individuais dos seus membros não podem prejudicar a perfeição do ideal que eles compartilham enquanto totalidade harmônica, ancorada em leis transcendentais (Herzfeld, 1993).

A evocação desta comunidade só poderá adquirir peso efetivo para a sedimentação do poder burocrático na medida em que os sujeitos acreditem no funcionamento das leis e as transformem em parâmetro para refletir sobre sua própria vida e delimitar seu campo de ação. Incorporada em nível societal pelos membros de um Estado, a fé no sistema jurídico-institucional daria passo ao que Herzfeld denomina “teodiceia secular”. Esta teodiceia, enunciada a muitas bocas e para distintos propósitos baseia-se no constante agenciamento dos *estereótipos*, definidos por Herzfeld como “imagens retóricas sempre em uso como representações das relações políticas em intensa transformação” (Herzfeld, 1993, p. 70). Através dos estereótipos, a exclusão cultural pode transformar-se em exclusão social ou, no sentido inverso, status e relações socialmente construídos podem ser culturalizados. No dia a dia das instituições burocráticas, as classificações oficiais passam, inevitavelmente, por

processos de ressignificação e ganham vida ao serem associadas com estereótipos populares arraigados nas moralidades locais. Desta maneira, sistemas de classificação “tradicionais” e “racionais” reforçam-se mutuamente na construção da “teodiceia secular”, “subordi[nando] identidades menores – parentesco, grupo, vilarejo, região – para encompassar o bem coletivo” (1993, p. 35).

Em Weber o conceito de teodiceia está relacionado às formas variáveis como cada sistema religioso procura interpretar e absorver a contradição suposta pela persistência do mal em um mundo organizado a partir da infalível ordem divina. A “teodiceia secular”, por sua vez, converteria todas as problemáticas e desencontros advindos da interação social no interior e em torno das instituições estatais em infortúnios atribuíveis à pura contingência ou à perniciosidade de certos interesses e condutas individuais ou grupais, mas nunca às limitações da própria normativa ancorada na institucionalidade estatal. Pelo fato de aportar um sistema de causalidades onde tudo e todos podem ser valorados e ajuizados, *menos o fundamento legal da ordem*, a “teodiceia secular” estabelece margens “seguras” para o fluir dos descontentamentos pessoais e até mesmo para a formulação de críticas intra-institucionais. Pensemos em meus dois interlocutores no MIDES e no Ministério do Interior: para eles não era difícil reconhecer que o “sistema” ou “o” Estado são insensíveis às demandas das populações locais – fundamentalmente dos “pobres” –, mas este tipo de constatação não chegava a abalar sua crença na necessidade das leis, seu respaldo aos critérios oficiais de esquadramento da população, promoção dos direitos e distribuição dos recursos socialmente disponíveis. Trata-se portanto, de uma matriz de leitura na qual o questionamento da razão organizacional e do próprio arcabouço normativo do Estado se desdobram de acordo com um léxico legalista que, se bem permite criticar a legislação vigente – e, no limite, sugerir sua substituição por outra –, não abre jamais espaço para sua completa posta em questão. Neste sentido, Lins Ribeiro conclui, em diálogo com Herzfeld que “é inerente à racionalidade das burocracias a produção de sua própria crítica, como um meio de disseminação e naturalização da própria estrutura burocrática que elas parecem criticar e, algumas vezes se opor” (Ribeiro, 2008, p.114).

Se o caráter essencialmente descritivo do modelo de Herzfeld não deixa de ser inspirador à hora de refletir sobre os contextos etnográficos desta investigação, ele também acarreta, do meu ponto de vista, algumas limitações importantes para a análise. Sem dúvidas as categorias de Herzfeld ajudam a mapear as linguagens de auto-justificação e mesmo de

auto-crítica elaboradas por meus interlocutores na esfera estatal. Contudo, por não extrapolarem um horizonte meramente descritivo, elas nos deixam sem saber como é possível que os sujeitos incorporem a “teodiceia secular” e passem a pensar e operar através dela no seu cotidiano. Em suma, sabemos o que as pessoas estão dizendo, mas não *por que elas o fazem*. Para ser justo em minha crítica, devo sinalizar que Herzfeld esboça, muito *en passant*, uma explicação sobre o porquê da aceitação generalizada da “teodiceia secular”:

a teodicéia secular (...) oferece às pessoas os meios sociais de lidar com desapontamentos. O fato de que outros nem sempre questionem até a mais absurda tentativa de justificar o fracasso (...) [pode ser] a evidência de uma orientação bastante prática que se recusa a sabotar as convenções da auto-justificação, pois virtualmente todo mundo (...) pode precisar lançar mão delas ao longo da vida (Herzfeld, 1992, p.7 *apud* Ribeiro, 2008, p. 114).

É a razão prática, o interesse pragmático que “virtualmente todo mundo” possui em autojustificar-se, que fundamentaria, na perspectiva do autor, o êxito da teodiceia enquanto sistema de manutenção da ordem e exercício do poder. Não deixa de causar certa perplexidade a aceitação naturalizante e acrítica da hipótese de que as pessoas estão dispostas a suportar um sistema que habilita e respalda a justificação de coisas aparentemente absurdas porque, cedo ou tarde, elas também poderão defrontar-se com a necessidade “prática” de justificar, perante outros, o injustificável. É quase como se, ao fim e ao cabo, a teodiceia secular se sustentasse porque é potencialmente útil para todo mundo em algum momento da vida. Será plausível que essa necessidade, este tipo de interesse pragmático invista, realmente, uma relevância transversal na sociedade?

Tendo em vista os diálogos apresentados neste capítulo e os contextos etnográficos analisados ao longo da dissertação, minha sugestão é deixar de lado a hipótese de que a “teodiceia secular” vai ao encontro do suposto interesse geral na auto-justificação para, em vez disso, pensar os discursos e práticas produzidos no interior e em torno das instituições estatais como *frutos da articulação complexa entre ideologia e constrangimentos institucionais concretos*. Esta articulação opera tanto sobre o condicionamento das práticas administrativas e enunciativas dos funcionários públicos como sobre as possibilidades dos não-burocratas de serem atendidas suas demandas frente ao órgãos estatais. Os casos narrados no capítulo IV (Negociando às/as margens) nos mostraram como a “teodiceia secular” aparece

assombrosamente estranha aos olhos dos meus interlocutores em Aceguá e Villa Noblía. Antes que aceitá-la, eles estão mais preocupados em encontrar os meios possíveis para fazer valer, *apesar dela*, suas próprias noções de família, pertença, justiça, território e necessidade. Se recorrem às instituições e submetem-se aos seus expedientes, não é por algum tipo de fé inabalável na sua eficácia, mas sim porque elas concentram os recursos socialmente disponíveis – que eu denominei “reservas de bem-estar social” – e os meios legítimos para distribuí-los. A perplexidade de famílias inteiras, quando defrontadas com a exclusão legal, nem de longe se parecia ao não questionamento da “mais absurda tentativa de justificar o fracasso”. Pelo contrário, ela constituía, na maioria dos casos, o ponto de partida para estratégias de recidadanização que podiam até mesmo incluir atitudes de “cumplicidade subversiva” com as leis e as instituições<sup>113</sup>.

No caso de Blanca e Fernando, por outro lado, o modelo de Herzfeld parece fazer mais sentido, pelo menos no que diz respeito à apreensão do aspecto formal dos seus discursos. Contudo, é importante notar que, para ambos, a crença na justeza – ou, pelo menos, numa possível eficácia – do sistema jurídico-administrativo não é inabalável e pode, portanto, ser colocada transitoriamente em questão. Isto ficou evidente quando, interpelado a partir do movimento da práxis, Fernando chegou a definir a operatória das instituições estatais como algo necessariamente excludente ao passo que Blanca valorou como potencialmente “utópico” certo desejo de resolver as desigualdades sociais através de determinadas instituições estatais:

El Estado ha creado figuras administrativas pero a su vez ha creado modos y tipos de vida al margen del Estado. (Fernando)

No puede el pobre acceder a determinadas cosas porque la estructura del Estado no se lo permite. (Fernando)

tenemos como vocación acompañar a quien más lo necesita, en una actitud de no aceptar las desigualdades (...) Y en ese *sueño o utopía* es que seguimos trabajando. (Blanca)

O movimento da práxis confrontou conjuntos diferenciados de experiências, percepções e interpretações a respeito do Estado, fazendo com que Blanca e Fernando transparecessem certo “pessimismo esperançoso” frente às instituições. Sua recusa parcial à

<sup>113</sup> Ver, no capítulo IV, os tópicos 4.1 e 4.2 .



apologia das normas e das instituições descreve trajetórias de vida particulares, experiências sociais muito anteriores ao encontro etnográfico. Fernando já foi imigrante indocumentado em outros países da América do Sul, trabalhou no Uruguai como assalariado rural e praticou, inclusive, a alternativa laboral do contrabando. Soma-se a isto uma manifesta afinidade ideológica com setores revolucionários da esquerda uruguaia. Blanca, por sua vez, residiu no Brasil durante muitos anos e teve contato direto com os dramas pessoais de inúmeros imigrantes que buscavam apoio psicológico do Centro Ítalo-Brasileiro de Ajuda ao Imigrante. Se, à diferença de Fernando, ela não está vinculada com nenhum partido político, isto nunca a impediu de expressar sua adesão ao programa mais geral de transformação social representado pela Frente Ampla. Este arcabouço de vivências pretéritas e referenciais políticos, construído e atualizado por fora das instituições públicas, permitiu, em nossos diálogos, que os dois realizassem deslocamentos discursivos substanciais, para além dos esquemas causais e de auto-justificação fixados numa suposta “teodiceia secular”.

Para fazer jus à complexidade das ponderações oferecidas por Blanca e Fernando, proponho, antes de qualquer coisa, deslocá-los para fora da “teodiceia secular”, de modo que seja possível visualizá-los na *intersecção entre múltiplos espaços de subjetivação*. Nesta matriz alternativa de análise, os discursos e as práticas que eles produzem partir da condição de funcionários públicos – ou, se preferirmos, de burocratas – não respondem à lógica transcendental da classificação – “a teodiceia como explicação dos infortúnios” –, nem dizem respeito a nenhuma forma geral da racionalidade humana, senão que descrevem o arranjo singular de luzes e sombras característico de um lugar de enunciação bastante específico, circunscrito e determinado pelo aspecto moderno da forma Estado. E se é verdade que o assujeitamento institucional incide sobre a discursividade e a atuação dos burocratas, também é certo que eles vivenciam ou vivenciaram outras modalidades de subjetivação: daí que possa haver contradições e ambiguidades no interior do seu próprio discurso.

O pensamento de Estado, portanto, não faz sentido para todo mundo e não é sequer aceito o tempo inteiro por aquelas pessoas cuja profissão consistiria em esforçar-se por pensar e agir através dele na maior quantidade possível de ocasiões. Estas discontinuidades e instabilidades que caracterizam a vigência e a aceitação do pensamento de Estado devem-se ao fato de que sua fixação só é possível – assim como a de qualquer outra forma de pensar e (re)conhecer o mundo – através de operações de assujeitamento calcadas em constantes interpelações ideológicas. Em que consistem estas interpelações? Eduardo Restrepo e Axel

Rojas (2010), informados pela leitura do último Althusser e sensibilizados pela analítica do poder em Foucault, sugerem que a interpelação ideológica “não é uma simples imposição de força mediante coerção, trata-se, mais do que isto, de uma produção das próprias subjetividades. Estas interpelações se materializam em práticas, corporalidades e identificações, em indivíduos e populações concretas” (Restrepo; Rojas, 2010, p. 213). Meus interlocutores na esfera estatal estão expostos à uma cadeia de interpelações distinta daquela que constitui a experiência social de um/a trabalhador/a transfronteiriço/a, de um/a migrante indocumentado/a, de um sujeito de classe popular que habita em Aceguá ou de alguém que é, ao mesmo tempo, essas três coisas. É esperado, portanto, que coexistam, na fronteira, formas díspares de consciência, às quais correspondem interpretações divergentes a respeito da ação do Estado e dos fracassos e frustrações dela derivados.

Convocados, constantemente, a refletir e ingerir sobre seus contextos sociais através dos procedimentos administrativos oficialmente reconhecidos pelo Estado uruguaio, obrigados a prestar contas das suas atividades de acordo com o léxico jurídico vigente, constrangidos, enfim, a justificar e legitimidade dos seus cargos, Blanca e Fernando devêm, ao seu próprio modo – e com todas as ambiguidades inerentes ao processo –, em *subjetividades burocráticas*. Para eles, o apego à forma abstrata da lei e às categorias jurídicas que encarnam o desejo de igualdade do Estado moderno não constituem apenas bons anteparos para a auto-justificação, mas também uma maneira muito específica de (vi)ver o mundo, que não tem porque ser – e de fato não é – compartilhada por todos os grupos sociais estabelecidos na fronteira brasileiro-uruguaia.

Herzfeld nos diz que a criação e manutenção de um sistema de classificação tem sempre caracterizado o exercício de poder em sociedades humanas. Sugiro que se invertermos esse postulado e dissermos que *a forma como se exerce o poder nas sociedades humanas tem sempre caracterizado os sistemas vigentes de classificação*, ficaremos mais próximos de compreender a especificidade das perspectivas burocráticas de Blanca e Fernando e de explicar por que elas nem sempre coincidem com as expectativas dos sujeitos que recorrem aos serviços públicos, permanecendo, em alguns casos, alheias aos aspectos mais cruciais da experiência social destes últimos.

Quando inverto o postulado de Herzfeld, procuro me deslocar para além daquela tendência de derramar eternamente a água em toneis sem fundo identificada por Eric Wolf (2009 [1982]) nos procedimentos heurísticos das modernas ciências sociais. Ora, os sistemas

classificatórios não podem ser avaliados estritamente nos termos de sua função lógica, mas sim nos de sua efetividade sociológica. É preciso, seguindo o conselho de Foucault (2011a [1970]), negar a soberania do significante, abdicando da tentação de deslocar-se para o interior do pensamento ou da significação que nele se manifesta para, em vez disso, partir do discurso rumo à sua exterioridade, “às suas condições externas de possibilidade” (Foucault, 2011a, p. 53), em direção a um vasto campo fenomênico onde as coisas poderiam ou não ser como são, onde a forma “teodiceia secular” deixa de ser plenipotenciária de uma coerência lógica universalmente útil para reaparecer como um dispositivo de leitura entre outros, cuja emergência sempre casual, mas não arbitrária, descreve o modo como o poder se exerce em espaços circunscritos, em sociedades determinadas, por um tempo que pode ser recente ou mesmo plurissecular.

A “teodiceia secular”, nesta apresentação alternativa, é uma tecnologia discursiva selecionada pelo diagrama jurdicista do poder – cujas origens remontam a monarquia absoluta do medievo e ao aparecimento do poder soberano: “a história da monarquia e o recobrimento, pelo discurso jurídico-político dos efeitos e processos de poder vieram de par” (Foucault, 2011b [1976], p. 98). Tal tendência manteve-se relativamente intacta mesmo após a deslegitimação da instituição monárquica, revestindo a forma de uma apologia ao “sistema jurídico puro, rigoroso, no qual poderiam fluir, sem excessos nem irregularidades, todos os mecanismos de poder” (Idem). No entanto, ainda de acordo com Foucault, o modelo jurídico foi penetrado por outros mecanismos de poder irredutíveis à representação do direito. A “teodiceia”, portanto, não tem nada a ver com a forma em que se exerce efetivamente o poder social, ela consiste, apenas, no código – internalizado por muitos *via* interpelação ideológica – através do qual o poder “se apresenta e prescreve que o pensem” (Idem).

Justamente por ser heterogênea com relação aos demais regimes de poder que constituem a realidade vivida das classes populares fronteiriças, o diagrama jurídico operado frequentemente pelos funcionários do Estado não pode senão conduzir às exclusões e obliterações que ficaram manifestas na interlocução com Blanca e Fernando. O exercício do dever de controlar/promover direitos desencadeia-se no marco de inúmeros encontros frente a frente entre funcionários públicos e pessoas que podem ser “pobres”, “místicas”, “apressadas”, mas são, sempre e antes de tudo, “cidadãos”. É devido à pressuposição desta última categoria que proliferam todas as outras: o “pobre”, como cidadão, precisa ser ajudado – assim como dele é justo que se espere uma postura cívica –; é a evocação do cidadão

consciente e proativo que evidencia o caráter “místico”, tradicional, clientelístico dessa “forma muito peculiar de ser” dos trabalhadores fronteiriços; é como membros (ou aspirantes a membros) de um Estado que se pode recriminar a “pressa” dos não-burocratas, conclamando-os a aceitar a lentidão dos trâmites de documentação como um mal necessário. Finalmente, é assumindo-se a si mesmos como “cidadãos” – que são, por princípio, iguais a quaisquer outros cidadãos e podem, portanto, diluir-se em um difuso “nós” (*nuestro deber*) – que os funcionários podem dar início ao processo de interpelação. Passa a existir, então, uma relação ativa do “nós” (fundamentada no princípio do dever) frente ao “tu” (*tus derechos*) supostamente passivo e incauto. Trata-se, aqui, de uma *pretensão de assujeitamento*, ou seja, da pretensão de constituir o outro (“tu”) como sujeito de direitos e cumpridor de deveres, atualizando seu vínculo cidadão.

Entretanto, o desejo de identidade que emana da racionalidade burocrática (um “cidadão” falando a outro “cidadão”) choca-se com a inevitável resistência do real que, por ser a *síntese de múltiplas determinações*, não cabe por inteiro na realidade sempre parcial de um discurso específico – neste caso, o dos funcionários públicos. Disso é possível concluir que a relação de reconhecimento do “tu” como caudatário de direitos cuja manutenção depende do “nós” interpelador, implica o desconhecimento – construção como inexistente, supressão – de outro campo de relações que, na prática, incide com força sobre as escolhas e a possibilidade de ação das pessoas interpeladas. No contexto das minhas “conversas burocráticas” o movimento da práxis evidenciou que a maioria das experiências suprimidas no discurso dos funcionários públicos eram, com efeito, os constrangimentos e contingências inerentes à realidade do trabalho transfronteiriço com as subordinações econômicas e políticas que lhe são inerentes.

Para compreender a recorrência da categoria discursiva “cidadão”, com seus respectivos efeitos valorativos – a produção apriorizada do “pobre”, do “apressado”, do sujeito “mistificado”, etc. –, como princípio modulador do discurso das subjetividades burocráticas é preciso, antes de qualquer coisa, devolver as instituições estatais ao solo da sociedade civil para analisar ambas no contexto do capitalismo. O fato de a categoria cidadão permitir aos burocratas realizarem avaliações morais sobre uma série de características condutais dos não-burocratas, abstraindo o vasto campo de subordinações e regimes de poder aos quais estes últimos estão expostos não nos parecerá casual nem surpreendente se fizermos uma brevíssima digressão às “origens do capitalismo”.

A figura do “cidadão” e a linguagem dos direitos passam a ser hegemônicas na ordem jurídico institucional dos estados modernos justamente em um momento histórico no qual a burguesia ascendente precisava fixar o direito laico de propriedade fundiária: a totalidade da população de um Estado “deveria” ter direito à terra para que, na prática, uma classe social específica estivesse juridicamente autorizada a apropriar-se dela. Marx (2004) tem razão, portanto, quando argumenta que a “abstração” não é apenas um traço da teoria jurídica – se assim fosse, poderíamos solucioná-lo com meras operações teóricas e de convencimento – mas uma contradição presente na própria estrutura social (Mészáros, 2008). Para dizê-lo com outras palavras, o erguimento da pólis – a cidade dos homens – exige que se apresentem como inexistentes no terreno da política – ou seja, daquilo que está em discussão – as relações decorrentes da incorporação dos sujeitos nas relações de produção e em outras estruturas de dominação: existe sempre uma dimensão da vida cuja politicidade será negada através da abstração da lei e da evocação do sujeito igualmente abstrato desta abstração, o cidadão.

Foucault (1991) ensinou que os enunciados nunca remetem à realidade concreta, mas sempre a outros enunciados. Portanto, aquilo que aparece como “natural” em certos discursos (o *cidadão*, por exemplo) decorre de um processo de produção ou de “uma construção simbólica e histórico-concreta” (Grüner, 2006, p. 119). Desta forma, os objetos do discurso funcionam ao modo de “contingências” para a construção de configurações simbólicas que servem para explicar de certa maneira o mundo do real” (Idem). Assim, quando os funcionários do Estado enunciam a figura do cidadão, imediatamente são levados a pensar em termos de “direitos”, daquilo que *deve* ou *deveria* ser, abstendo-se de pensar em outras normas e regimes de poder que, apesar de serem estruturantes e constitutivos do real, não aparecem codificados pela lei e, portanto, não existem para o “cidadão” – ou seja, estão fora de questão na pólis. É desta forma que o funcionamento do discurso burocrático filtra a multiplicidade das subordinações, a especificidade dos interesses, desejos e necessidades que possam repercutir nas falas e nas condutas dos não-burocratas – no caso de Aceguá e Noblíá, trabalhadores/as transfronteiriços/as, sujeitos em forte desvantagem econômica – para avaliá-las e valorá-las de acordo com os cânones jurídicos da cidadania, ou, para ser mais específico, do que se entende, em determinado lugar e contexto, que deveria ser um bom cidadão.

A “teodiceia secular” não consiste, então, em um sistema classificatório transversal às sociedades caracterizadas pela presença do Estado, mas sim em uma *razão operacional localizada* que interpela e se articula com outras racionalidades no seio de formações sociais

extraordinariamente contraditórias e desiguais. A singularidade da teodiceia secular é que ela permite aos funcionários públicos resguardarem, reterem para si, o momento de igualdade que caracterizaria a relação ideal “cidadão”-“cidadão”, eximindo-os de levar em consideração – pelo menos na maior parte do tempo – uma parcela importante dos condicionamentos que operam sobre quem busca seu serviço.

### **5.5 A modo de retotalização: sete provocações finais**

1) *Antes mesmo de serem “estrangeirizados”, os trabalhadores fronteiriços já vivenciam regimes de controle que dificultam a reivindicação de direitos sociais e a articulação de reclamos políticos. Falar de clientelismos a priori ou de submissão “crônica” dos funcionários à figura do patrão é perder de vista a operatória concreta do poder social: Ainda no primeiro capítulo eu afirmava que “viver e trabalhar em Aceguá-Aceguá e Villa Isidoro Noblía exige estar disposto a deslocar-se e, se necessário for, atravessar a fronteira para tornar-se “estrangeiro” ”. Esta constatação inicial apontava o caminho que deveria ser percorrido ao longo da dissertação: em um primeiro momento era necessário entender e contextualizar as realidades laborais da fronteira para conseguir avaliar, nas etapas posteriores, como, com que matizes e com quais consequência a “estrangeiridade” se instila no devir pessoal dos trabalhadores, singularizando sua experiência de classe. Diversos e heterogêneos fragmentos de vida – de realidade “vívica e vivida” – precisaram ser recuperados e articulados na sucessão de cinco capítulos para oferecer uma medida justa (ainda que não a justa medida) das determinações constitutivas do mundo do trabalho na fronteira brasileiro-uruguaia. Antes de qualquer coisa, foi preciso percorrer o Caminho Internacional para ouvir e registrar histórias de trabalho e deslocamento que contemplavam um lapso de mais de seis décadas. Estes relatos permitiram evocar – digo “evocar” porque a análise sistemática dessas incidências precisaria incluir um número de casos ainda maior do que os apresentados em minha modesta narrativa – as disparidades das trajetórias do trabalho rural, tendo em vista o impacto das clivagens raciais e de gênero no ordenamento da mão de obra transfronteiriça. Além disso, as interlocuções no Caminho Internacional evidenciaram que o atual regime de recrutamento de força de trabalho para as estâncias baseia-se em uma tecnologia de controle – cartas de recomendação, diálogo entre patrões – capaz de reduzir ao mínimo a possibilidade dos funcionários de reivindicarem diretamente seus direitos ou*

manifestarem suas consternações frente às condições de trabalho que vivenciam. Depois de transitar pelo contexto nas estâncias, torna-se difícil falar de um clientelismo abstrato ou de uma submissão crônica dos peões aos proprietários rurais.

2) *O cruzamentos de fronteiras e a indocumentação dinamizam status e lealdades de classe:* Analisar amplamente as experiências de subalternização na fronteira brasileiro-uruguaia exigiu relativizar a divisão analítica absoluta entre proletários rurais e proprietários de terras. O diálogo com pequenos produtores agrícolas de Villa Isidoro Noblía trouxe à tona uma discussão sobre como o cruzamento das fronteiras políticas, ao envolver diferentes hegemonias nacionais – e, por conseguinte, distintos contextos agrários –, dinamiza as lealdades e os status de classe vivenciados pelos sujeitos migrantes. Exposto à uma conjuntura na qual a polarização entre latifúndio e pequena produção é mais acentuada do que no Sul do Brasil e afetado pela atuação transnacional dos partidos políticos de esquerda, um produtor rural de origem brasileira como Paulo Beck terminou priorizando afinidades pessoais e políticas com trabalhadores e outros pequenos produtores de Noblía. A partir desses vínculos ele desenvolveu uma liderança e um ativismo social com visível incidência sobre a reorganização das relações de poder no lugar onde vive. Não basta, portanto, constatar que produtores rurais brasileiros deslocam-se para o Uruguai em busca de terras baratas. É preciso, também, saber quem são esses sujeitos e como eles se incorporam ao conflitos sociais e processos coletivos das localidades de acolhida. Já a história da família de Isaías nos diz algo sobre a inconstância da própria condição de classe quando se trata de grupos sociais subalternizados e de fronteiras políticas. Seu relato demonstrou que alguns trabalhadores rurais brasileiros conseguiram atingir, mediante compra ou arrendamento de terras uruguaias, o frágil e efêmero status de produtores agrícolas no Uruguai. Contudo, ciclos de descapitalização ocasionados por safras pouco rendosas "reproletarizaram" essas pessoas, com o agravante de que, estando indocumentadas, elas não conseguiram vender sua força de trabalho no setor formal da economia. Terminaram circunscritas, portanto, ao "mercado das changas", ou seja, dos biscates. Este "mercado" é um campo de possibilidades empregatícias a disposição de toda a classe trabalhadora fronteiriça, mas constitui o nicho laboral por excelência do proletário indocumentado, principalmente em tempos de incremento da ação fiscalizadora dos Estados sobre as contratações irregulares.

3) *O quilero é um changuero que vivencia de forma muito particular o poder das instituições de controle. A experiência laboral do quilero (em que pesem as folclorizações e estereótipos construídas em torno do contrabando) constitui um dos lados menos visíveis do mundo do trabalho nas regiões fronteiriças:* Na região de Aceguá-Aceguá, a atividade do pequeno contrabando mobilizou, historicamente, uma vasta miríade de atividades laborais. No entanto, a naturalização e apriorização do "fluxo" irregular de mercadorias através da fronteira – seja como "problema social" eternamente pendente de resolução, ou como aspecto crucial e ineludível da economia limítrofe – e a folclorização da figura do contrabandista parecem ter isentado de análise a dimensão, por assim, dizer "experencial" – e atual – do transporte ilícito de cargas. Por minha parte, optei por interpretar os circuitos do pequeno contrabando como um sistema de migrações laborais pendulares estabelecido em continuidade (e não como exterioridade) às dinâmicas mais gerais do trabalho nas zonas de fronteira. É possível dizer, portanto, que o "quilero" é também um "changuero", que se lança às estradas vicinais do Departamento de Cerro Largo com a motocicleta carregada de botijões de gás e gêneros alimentícios sempre e quando se faz necessário complementar a renda familiar, enfrentar o desemprego ou buscar ocupações alternativas frente à tremenda desvalorização do trabalho braçal na economia local. A especificidade "morfológica" (para resgatar um termo em desuso na análise social) do ofício de quilero – o que inclui o risco de morte inerente ao seu *modus operandi* – reside em que ele está fortemente condicionado por um "pacto de invisibilidade" com as autoridades uruguaias encarregadas do controle de Aduanas: as arriscadas viagens noturnas, o frequente uso de estradas precárias, a "otimização" da capacidade de transporte das motocicletas (que chegam a conduzir mais de dez botijões de gás por viagem), a recusa ao diálogo com estranhos (principalmente quando estes portam câmeras fotográficas, gravadores, etc.), são todos elementos constitutivos da experiência de margem dos quileros, ou seja, da forma específica como eles vivenciam a própria lei e o poder do Estado.

4) *O deslocamento é uma constante histórica na fronteira. A "estrangeirização" não:* As experiências de trabalho são, frequentemente, experiências de deslocamento e, numa zona de fronteira, implicam a iminência de cruzá-la. Uma apresentação analítico-regressiva demonstrou que o corredor fronteiriço compartilhado por Brasil e Uruguai foi, desde os alvares do século XIX, um cenário de circulação permanente da mão de obra rural. Entretanto, o enfoque diacrônico também evidenciou que o status e, por conseguinte, a



experiência social dos/das trabalhadores/as experimentou transformações substantivas na medida em que a consolidação da hegemonia territorial dos estados da América meridional imprimiu às fronteiras políticas novas conotações e sentidos estratégicos. Se até o início do século XX era possível falar de um mercado internacional de força de trabalho no contexto dos grandes latifúndios uruguaios e riograndenses, em períodos posteriores os não-cidadãos foram progressivamente convertidos em "estrangeiros", com todos os cerceamentos supostos por tal categoria. A implantação do Mercosul não alterou de maneira significativa essa tendência, apenas "reconceitualizou" as fronteiras do bloco, deslocando-as do registro de zonas de segurança nacional para o de espaços abertos ao intercâmbio mais ou menos desimpedido de mercadorias. A lógica do Estado-nação foi, no entanto, mantida no que diz respeito à mobilidade humana, ou seja, os dispositivos de estrangeirização permaneceram ativos e, mais do que isso, passaram a permear todos os novos serviços públicos e políticas assistenciais instalados pelos governos democráticos – principalmente na primeira década dos 2000 – em localidades limítrofes.

5) *Despojados juridicamente, os corpos dos trabalhadores são saturados pelo biocapital*: A estrangeirização *via* indocumentação pode converter o cotidiano binacional das classes populares na fronteira brasileiro-uruguaia em um experiência de margem com consequências por vezes irreversíveis. Os trabalhadores rurais ou urbanos, ao cruzarem a fronteira sem documentação nacional, terminam potencialmente expostos à um despojamento jurídico que abre caminho à saturação dos seus corpos pelos efeitos dilapidadores do biocapital. Estes efeitos, que são atenuados enquanto o invólucro da cidadania permanece intacto e o arsenal dos direito jaz ao alcance da mão, reaparecem como forças letais quando o trabalhador enfermo é estrangeirizado pelos sistemas de saúde e precisa contar com a própria sorte ou com a boa vontade alheia para enfrentar o abandono radical. Laudiceno, cuja história abre o primeiro capítulo, não teve sorte. Osvaldo e Ignácio, pelas razões já discutidas no Capítulo II, foram agraciados com melhor destino.

6) *O poder soberano não é “nacionalista”, daí que todos estejam à mercê de ser relegados a um estado de exceção*: A exclusão legal dos habitantes da fronteira não é um problema individual dos estrangeiros, trata-se, isto sim, do drama cotidiano de famílias inteiras. O poder soberano não é nacionalista, e por isso mesmo podemos dizer que o estado de exceção, a

situação de margem, consiste numa possibilidade latente que transversaliza toda a formação social. Mas o que pretendo sugerir quando afirmo que o poder soberano não é “nacionalista”? Quero dizer, simplesmente, que no caso de famílias compostas por pais estrangeiros e filhos nacionais, a eventual indocumentação dos primeiros conduz, necessariamente, ao despojamento de uma série de direitos supostamente garantidos aos segundos. Eis um grande paradoxo do Estado-nação: parece existir uma relação derivativa do segundo termo do binômio para com o primeiro; as aparelhagens institucionais produzem nação, o Estado é nação e ecúmene para alguns ao passo que para outros – sua exterioridade indomada, o *povo*, por oposição à *população* – é somente Estado.

7) *Direitos são gerenciados e se não querem dá-los, são tomados*: Uma consigna vigente entre os trabalhadores da cana de açúcar que passaram a ocupar terras no departamento uruguaio de Artigas em 2006 é a seguinte: “la tierra no se mendiga, se gestiona y si no la dan, se toma” (“a terra não é mendigada, é gerenciada e se não querem dá-la, é tomada”). Se substituirmos “terra” por “direitos” na frase anterior, creio que estaremos próximos de compreender a relação de “cumplicidade subversiva” estabelecida pela “exterioridade indomada” do Estado com alguns serviços públicos instalados na fronteira brasileiro-uruguaia. Inscritos numa zona de exclusão legal e transformados em pobreza exótica, muitos dos meus interlocutores, em ambos os lados da divisa política, gerenciaram – e mesmo tomaram – à seu próprio modo e valendo-se dos recursos de que dispunham, os benefícios sociais dos quais julgavam-se merecedores. Procedendo assim eles exerceram – mesmo que de forma parcial e limitada – *direitos que ainda não têm*; para fazê-lo, foram impulsionados por critérios próprios sobre necessidade, merecimento e pertencimento. Gestionações desta natureza tornam evidentes as limitações da cidadania nacional e dão testemunho de outras formas possíveis de viver a estatalidade, para além dos limites de legibilidade codificados na letra na lei.

## Referências

ACANDA, Jorge Luis, "De Marx a Foucault: Poder y Revolución", en: AA. VV., Inicios de Partida. Coloquio sobre la obra de Michel Foucault, La Habana, Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, 2000.

ACHUTTI, Luiz Eduardo. Fotoetnografia da Biblioteca Jardim. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Tomo Editorial, 2004.

ACTIS, Walter. Extranjería, nacionalidad y ciudadanía. In: Manuel Delgado et al (orgs): Exclusión Social y Diversidad Cultural. Donostia-San Sebastián, Tercera Prensa-Hirugarren Prentsa S.L, 2002 . pp. 25 a 37

ADORNO, Theodor. Dialéctica Negativa. Madrid: Tauros, 1990.

AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer: O poder soberano e a vida nua 1. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

AGUIRRE, G Mera... - XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de sociología..., 2007 <http://webiigg.sociales.uba.ar/pobmigra/archivos/PonenLibreCirculac.pdf>

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa: Editorial Presença, 1980

AMADEO, Javier. Mapeando o marxismo. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.). A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, CLACSO Livros, 2006. pp. 51 – 97

ARGAÑARAZ, Julio César et al. El documento especial del fronterizo. Objeto e instrumento del diálogo social. Boletín Cinterfor. Nº 156, 2005. pp. 81 – 104.

ARAGONÉS, Ana María. Migración internacional de trabajadores. Una perspectiva histórica. Acatlán: Editorial Plaza, Valdes, UNAM, 2000.

ASAD, Talal 2004 ¿Dónde están los márgenes del Estado? Cuadernos de Antropología Social, Buenos Aires, nº 27, p.53-62, 2008.

BERGALLO, Paola. Integración y derechos: la experiencia del Mercosur. Disponível em: <[http://www.upf.edu/constitucional/actualitat/PDFs/Bergallox\\_Paola.pdf](http://www.upf.edu/constitucional/actualitat/PDFs/Bergallox_Paola.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2008.

BEVILACQUA, Laura Paulo. 2012. Modelos de desarrollo y protección social: transferencias de renta em Uruguay y sus innovaciones recientes. In: XV Encontro Norte Nordeste de Ciências Sociais e Pré-ALAS Brasil – MR As políticas de transferência de renda no Brasil e na América Latina

BORGES, Antonadia. Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas. *Cuadernos de Antropología Social*, nº 29, 2009, pp. 23 – 42

CARDOZO, Susana; FERNÁNDEZ, Virginia. Cambios en la forma de producción y sus consecuencias socio-económicas para el área fronteriza del noreste del Uruguay. In: Iara Regina Catello et al (orgs.) *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. pp. 89 a 95

CASTRO-GÓMEZ, S. “Michel Foucault y la colonialidad del poder”. In: *Tabula Rasa*, Bogotá, nº 6, 153-172, janeiro-junho, 2007a.

\_\_\_\_\_. “Foucault, lector de Marx”. In: *Universitas Humanistica*, Bogotá, nº 59, 107-117, 2007b.

\_\_\_\_\_. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la invención del otro. In: LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires, Ediciones Ciccus, 2011. pp. 163 – 180

\_\_\_\_\_. *La Poscolonialidad explicada a los niños*. Popayán: Editora Universidad del Cauca, 2005.

\_\_\_\_\_. Althusser, los estudios culturales y el concepto de ideología. *Revista Iberoamericana*, Vol. LXVI, Núm. 193, Outubro-Dezembro 2000, pp. 737-751

CHINDEMI, Julia. ¿Ciudadanos o extranjeros? Espacio fronterizo y soberanía territorial en el corredor internacional de Río Grande del Sur. In: GRIMSON, Alejandro (comp.). *Fronteras, naciones e identidades. La periferia como centro*. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, Ediciones La Crujía, 2000. pp. 74 – 98.

CICCOLELLA, Pablo José. Redefinición de fronteras territorios y mercados en el marco del capitalismo de bloques. In: Iara Regina Catello et al (orgs.) *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. pp. 55-67

CLEMENTE, Isabel. La región de frontera Uruguay-Brasil y la relación binacional: pasado y perspectivas. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*. Vol. 19, nº 1, 2010. pp. 165 – 184.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El Estado y sus márgenes. *Etnografías comparadas*. *Revista académica de relaciones internacionales*. nº8, Março 2009, pp. 1 – 40

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2008.

DEBERT, Guita. *A Antropologia e os novos desafios no estudo da cultura e da política*. *Revista Política e Trabalho*, 1997, nº 13.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa: Edições 70, 2005.

DORFMAN, Adriana. Nacionalidade doble-chapa. Novas identidades na fronteira Brasil-Uruguai. In: Alvaro Luiz Heidrich et al. (org.). A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre, 2008. pp. 241-270.

DOUGLAS, Mary. Como pensam as instituições. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

DUARTE, A. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. In: RAGO, M.; VEIGANETO, A. (orgs.). Figuras de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ETCHEVERRY, Daniel. La construcción social del inmigrante: estudio antropológico comparativo de las migraciones em Buenos Aires y Porto Alegre. Iberoamérica global, v.2, nº 1, 2009, pp. 94-112

\_\_\_\_\_. A documentação de estrangeiros no Brasil: seus caminhos e significados'. En: Jardim, Denise (comp.): Cartografias da Imigração. Porto Alegre, EDUFRGS, 2006 pp. 119 a 138

FINE, Agnés. Introduction. Identité civile et sentiment de soi. In: FINE, Agnés (org.). Etats civils en questions. Papiers, Identités, sentiment de soi. Paris: Editora do CTHS, 2008. pp. 7 – 50

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

\_\_\_\_\_. Seguridad, territorio, población, Curso en el Collège de France (1977-1978). Buenos Aires: Editorial Fondo de Cultura Económica, 2007.

\_\_\_\_\_. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. História da sexualidade, a vontade de saber, volume I. Graal: São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. Em defesa da sociedade - curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GLICK SCHILLER, Nina. LEVITT, Peggy. Perspectivas internacionales sobre migración: conceptualizar la simultaneidad. Migración y Desarrollo, nº3, 2004, pp. 60 – 91.

GRIMSON, Alejandro. Introducción. ¿Fronteras políticas versus fronteras culturales? In: GRIMSON, Alejandro (comp.). Fronteras, naciones e identidades. La periferia como centro. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, Ediciones La Crujía, 2000. pp. 9 – 40.

GRÜNER, Eduardo. Leituras culpadas: marx(ismos) e a práxis do conhecimento. In: BORON, Atilio et al (orgs.). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. São Paulo, Expressão Popular, CLACSO Livros, 2007. pp. 101 – 142

HAESBAERT, Rogério; SANTA BÁRBARA, Marcelo de Jesus. Identidade e migração em áreas fronteiriças. Geographia. Vol. 3, nº 5, 2001. pp. 1 – 13.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Revista Mana*, Vol. 3, nº1, 1997, pp. 7 – 39.

HARAWAY, Donna. *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza*. Madrid: Cátedra, 1995.

HERZFELD, Michael. *The social production of indifference: exploring symbolic roots of western Bureaucracy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993

HEYMAN, J. Putting Power in the Anthropology of Bureaucracy. The Immigration and Naturalization Service at the México-United States Border. In: *Current Anthropology*, Vol 16, 261-287, Abril, 1995.

JARDIM, Denise. *Etnografía entre aduanas. Reflexiones acerca de las formas difusas del control migratorio*. *Temas de Antropología y Migración*, v. 3, 2012. pp. 06 – 22.

\_\_\_\_\_. *Palestinos no Extremo Sul do Brasil: identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da etnicidade – Chuí/RS*. Orientador: Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira Filho. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS/Museu Nacional, 2000. Tese de Doutorado.

JARDIM, Denise. MORAES, Alex. 2011. O regime de identificação do imigrante na prática: lógicas institucionais de ordenamento e negociação da presença imigrantes no Brasil e no Uruguai. In: 35º Encontro Anual da ANPOCS – GT 22.

LAHORGUE, Maria Alice. *Dinâmica espacial da produção da população e as zonas de fronteira - reflexões sobre o Mercosul*. In: Iara Regina Catello et al (orgs.) *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. pp. 44-54

MARX, Karl. *Grundrisse*. Rio de Janeiro: Boitempo, Editora da UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos económico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MEZZADRA, Sandro. *Derecho de fuga. Migraciones, ciudadanía y globalización, Traficantes de Sueños*: Madrid, 2005.

MORAES, Alex. *Governo das populações, circulação de pessoas e produção de alteridades: elementos para a descolonização do debate*. *Revista Século XXI*, v. 2, nº2, 2012. pp. 113 – 148.

NAVARRETE, Margarita. *Las migraciones humanas en el Mercosur. Una mirada desde los derechos humanos*. Montevideo: Observatorio de Políticas Públicas de Derechos Humanos en el Mercosur, 2009.

NOGUERA, José Antonio. *El concepto de trabajo y la teoría social crítica*. *Estudios de Trabajo*. Nº 68, 2002. pp. 141 – 168.

ONG, Aihwa. *Buddha is Hiding*. Berkeley: University of California Press, 2003.

PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. *A favor da etnografia*. Série Antropológica. Vol. 130, 1992. pp. 2 – 21.

PIÑEIRO, Diego; MORAES, María Inés. Los cambios en la sociedad rural durante el siglo XX. In: Benjamín Nahum (dir.). *El Uruguay del Siglo XX*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2008. pp. 1 – 23.

PRADO, Eleutério. Uma apresentação dialética da genealogia do neoliberalismo de Foucault. (Disponível em: <http://www.fea.usp.br/feaecon/biblioteca.php?a=3> 9.06.2011)

PRATT, Mary. ¿Por qué la Virgen de Zapopán viajó a los Andes? Algunas reflexiones sobre la movilidad y la globalidad. *Revista A Contra Corriente*. Vol. 3, nº 2, 2006, pp. 1 – 33

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. *Journal of world-systems research*, Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part IVI, 2, summer/fall 2000, 342-386

RAMOS, Alcida. Do engajamento ao desprendimento. *Série Antropológica*, v. 404, 2007, pp. 5 – 26

RESTREPO, Eduardo; ESCOBAR, Arturo. *Antropologías del mundo*. Jangwa Pana. Nº 3, 2004. pp. 110 – 131.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. *Inflexión decolonial - fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán: Samava, 2010

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos CEBRAP*. Nº 80, 2008. pp. 109 – 125.

RIELLA, Alberto. Los frenos a la construcción de la ciudadanía en el campo: el caso de los asalariados rurales en el Uruguay. In: GRAMMONT, Hubert (org.). *La construcción de la democracia en el campo latinoamericano*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. pp. 159 – 185.

SALES, Teresa. Migrações de Fronteira entre o Brasil e os Países do Mercosul. *Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas*, 13, 1 1996 [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol13\\_n1\\_1996/vol13\\_n1\\_1996\\_6notasdespequisa\\_87\\_98.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol13_n1_1996/vol13_n1_1996_6notasdespequisa_87_98.pdf)

SAYAD, Abdelmalek. Uma pobreza 'exótica': a imigração argelina na França. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.17, out., pp.84-107, 1991.

\_\_\_\_\_. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. Immigration et "pensée d'État". In: Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 129, 1999. pp. 5-14.

SCHUCH, Patrice. Antropologia com grupos up, ética e pesquisa. In: SCHUCH, Patrice et al (orgs.). Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. pp. 29 – 48

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. Revista Raízes. Vol. 21, nº 1, 2002, pp. 10 – 31.

\_\_\_\_\_. Los dominados y el arte de la resistencia. México D.F.: Ediciones Era, 2004.

STEIMBREGER, Norma et. al. 2011. Gestión y organización del trabajo para la época de la cosecha de fruta. In: VII Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales..

TARCUS, Horacio (org.). Disparen sobre Foucault. Buenos Aires: El cielo por asalto, 1993.

TAUSSIG, Michael O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul. Tradução Priscila Santos da Costa. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

TORPEY, John. A Invenção do Passaporte - Vigilância, Cidadania e o Estado. Lisboa: Temas e Debates, 2003.

TRPIN, Verónica. Aprender a ser chilenos. Identidad, trabajo y residencia de migrantes em el Alto Valle de Río Negro. Buenos Aires: Antropofagia, 2004.

TURNER, Terry. Anthropology as Reality Show and as Co-production. Internal Relations between Theory and Activism. Critique of Anthropology. Vol. 26, nº 1, 2006. pp. 15 – 25.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Dez anos que abalaram o século XX. Porto Alegre: Novo século, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914. California: University of California Press, 2011.

WILLIS, Paul; TRONDMAN, Mats. Manifesto for Ethnography. Ethnography, n.1, 5 2000 1 5 pp 5-16

WOLF, Eric. Europa e os povos sem história. São Paulo: Edusp, 2009.

ZAMORA, José A. Políticas de inmigración, ciudadanía y estado de excepción. Revista Arbor, CLXXX, 713 MAYO-JUNIO 2005, pp. 53-66



## Índice de Imagens

- Imagem interna da capa – Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Fevereiro de 2012.
- Página 20 – Imagem única. *Em um cemitério rural*. Fotografia de Alex Moraes. Julho 2011.
- Página 22 – Imagem única. *Laudiceno*. Fotografia de Francisco Estigarribia. Ano 1988.
- Página 88 – Imagem única. Sem título. Fotografia de Juliana Mesomo. Julho de 2011.
- Página 89 – Imagem acima. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Setembro de 2011.
- Página 89 – Imagem abaixo. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Setembro de 2011.
- Página 90 – Imagem única. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Setembro de 2011.
- Página 91 – Imagem acima. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Julho de 2011.
- Página 91 – Imagem abaixo. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Julho de 2011.
- Página 92 – Imagem acima. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Julho de 2011.
- Página 92 - Imagem abaixo. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Julho de 2011.
- Página 93 – Imagem acima. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Julho de 2011.
- Página 93 – Imagem abaixo. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Setembro de 2011.
- Página 94 – Imagem acima. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Julho de 2011.
- Página 94 – Imagem abaixo. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Julho de 2011.
- Página 95 – Imagem única. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Julho de 2011.
- Página 96 – Imagem acima. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Julho de 2011.
- Página 96 – Imagem abaixo. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Fevereiro de 2012.
- Página 97 – Imagem acima. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Fevereiro de 2012.
- Página 97 – Miniatura abaixo à esquerda. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Julho 2011.
- Página 97 – Miniatura abaixo à direita (primeira). Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Fevereiro de 2012.
- Página 97 – Miniatura abaixo à direita (segunda). Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Fevereiro de 2012.
- Página 98 – Imagem acima. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Fevereiro de 2012.
- Página 98 - Imagem abaixo. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Fevereiro de 2012.
- Página 99 - Imagem única. Sem título. Fotografia de Alex Moraes. Fevereiro de 2012.
- Página 163 – Imagem única. *Capa do Infomides*. Imagem digitalizada por Alex Moraes em 2012.

## ANEXO

**Tabela 1 – Relação dos principais interlocutores**

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Nacionalidade-jurídica/Status migratório no país de imigração</i>	<i>Lugar/país de nascimento</i>	<i>Lugar/país de residência</i>	<i>Contexto de trabalho</i>	<i>Outras observações</i>
<b>Ana</b>	23	Brasileira/documentada pelo serviço fronteiriço do MIDES depois de mais de vinte anos sem documentos no Uruguai.	Santa Maria/ BR	Villa Nobliá/UY	Trabalho doméstico	Mudou-se para o Uruguai com pouco mais de um ano de idade na companhia do pai – que fora trabalhar da propriedade de outro brasileiro – da mãe e dos irmãos.
<b>Blanca</b>	50	Uruguaia/reside no Uruguai.	Melo/UY	Melo/UY	Funcionária do MIDES, responsável pelo Escritório Binacional de Fronteira.	Residiu por mais de uma década no Brasil. Trabalha na fronteira de Aceguá desde 2011.
<b>Carla</b>	35	Uruguaia/possui documentação nacional brasileira (doble-chapa)	Melo/UY	Aceguá/UY	Cozinheira de estância.	Seus pais são brasileiros. O nascimento ocorreu no hospital de Melo devido a complicações do parto. Trabalha na mesma estância em que seu marido é peão.
<b>Clóvis</b>	67	Brasileiro/ atualmente reside no Brasil. Quando trabalhou no Uruguai, permaneceu indocumentado.	Vila da Lata/BR	Vila da Lata/BR	Dono de bolicho. Ao longo da vida também desempenhou-se como tropeiro, capataz de estância e tratorista de plantações.	É um dos moradores mais antigos da Vila da Lata.
<b>Fernando Freitas</b>	51	Uruguaio/reside no Uruguai.	Fraile Muerto/UY	Artigas/UY	Oficial da Aduana Uruguaia	Já foi trabalhador rural e exerceu o pequeno

					em Aceguá.	contrabando.
<b>Ginez</b>	76	Nasceu em uma estância uruguaia mas foi registrado no Brasil/reside no Brasil. Quando trabalhou no Uruguai, permaneceu indocumentado.	Vila da Lata/BR	Vila da Lata/BR	Pensionista. Foi peão rural durante toda a vida.	É um dos moradores mais velhos da Vila da Lata. Marido de Gleci.
<b>Gleci</b>	79	Brasileira/reside no Brasil. Quando criança, trabalhou indocumentada no Uruguai.	Interior do Dpto. De Cerro Largo/UY	Vila da Lata/BR	Dona de casa.	É uma das moradoras mais velhas da Vila da Lata. Esposa de Ginez.
<b>Helena</b>	40	Chilena/tramitando nacionalidade uruguaia pelo Escritório Binacional do MIDES:	Puerto Montt/Chile	Villa Noblía/UY	Dona de casa.	Casada com uruguaio, mãe de duas crianças nascidas no Uruguai. O marido encontra-se desempregado.
<b>Ignacio</b>	23	Uruguaia/reside no lado brasileiro da fronteira de Aceguá. Trabalha sem documentação.	Interior do departamento de Cerro Largo/UY	Aceguá/BR	Funcionário do comércio.	Nasceu em uma estância no interior de Cerro Largo, só foi registrado aos 23 anos de idade, em 2012. Até essa data, havia sido “estrangeiro” dos dois lados da fronteira.
<b>Isaías</b>	27	Brasileira/reside no Uruguai indocumentado.	São Sepé-RS/BR	Villa Noblía/UY	Pequena produção de amendoim e changas.	Mudou-se para Noblía com toda a família. Seu pai começou a plantar arroz mas não teve êxito em seu empreendimento, convertendo-se em assalariado rural.
<b>Jorge</b>	59	Uruguaia/reside no Brasil indocumentado.	Villa Dolores/UY	Aceguá/BR	Coleta de material reciclável em lixões. Já foi trabalhador rural e militar.	Mudou-se para Aceguá depois do fechamento do lixão no qual trabalhava em Artigas (Uruguai). É pai de três crianças brasileiras. Casado com Susana.
<b>José</b>	44	Uruguaia/reside no Uruguai.	Melo/UY	Melo/UY	Transporte irregular de mercadorias entre Melo e Aceguá	

					(quilero).	
<b>Oswaldo</b>	49	Brasileira e uruguaia (doble-chapa)/reside no Brasil. Quando trabalhou do uruguaí, esteve indocumentado.	Aceguá/BR	Bagé/BR	Peão rural. Já foi cozinheiro de estância e jogador de futebol.	Transitou por diferentes propriedades rurais, tanto no Brasil como no Uruguai. Possui enorme conhecimento sobre as realidades do trabalho rural em ambos os países.
<b>Paulo Beck</b>	38	Brasileira/possui situação migratória regular no Uruguai.	Bagé-RS/BR	Villa Noblía/UY	Pequeno produtor agrícola e pecuário.	Mudou-se para Villa Noblía quando criança com toda sua família. Seu pai beneficiou-se do preço vantajoso da terra no Uruguai para realizar um pequeno empreendimento agrícola. Paulo é uma das lideranças sociais mais atuantes em Villa Noblía.
<b>Roberto</b>	57	Brasileira/reside no Brasil. Quando trabalhou no Uruguai, permaneceu indocumentado.	Vila da Lata-RS/BR	Propriedade rural no interior do Município de Aceguá/BR	Capataz de propriedade rural.	Já desempenhou diversas funções rurais em propriedades situadas tanto no Brasil como no Uruguai. Possui grande conhecimento sobre o processo de recrutamento de trabalhadores nas estâncias.
<b>Rosa</b>	40	Brasileira/reside no Uruguai e está tramitando seus documentos junto ao Escritório Binacional do MIDES.	Bagé-RS/BR	Villa Noblía/UY	Dona de casa.	Viúva, é mãe de duas crianças uruguaias mas por estar indocumentada o Estado uruguaio não concede os benefícios sociais aos quais seus filhos teriam direito.
<b>Stella</b>	59	Uruguaia/reside em Aceguá-Uruguai	Montevidéu/UY	Aceguá/UY	Aposentada.	Ativista comunitária em Aceguá. Compõe a Mesa de Fronteira da localidade.

<b>Susana</b>	33	Uruguia/reside em Aceguá-Brasil e encontra-se indocumentada.	Artigas/UY	Aceguá/BR	Dona de casa.	Mudou-se para Aceguá na companhia do seu marido, Jorge. É mãe de três crianças brasileiras.
<b>Wilson</b>	77	Brasileira/reside no Brasil.	Vila da Lata-RS/BR	Vila da Lata-RS/BR	Dono de bolicho. Desempenhou-se como peão rural, capataz e alambrador ao longo da sua vida.	